



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1264

Sexta-feira - 21 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce	2
Antônio Carlos	3
Atalanta	3
Bela Vista do Toldo	4
Biguaçu	4
Bom Retiro	8
Braço do Trombudo	11
Caçador	27
Camboriú	176
Campo Alegre	185
Campos Novos	189
Canoinhas	197
Capinzal	203
Catanduvas	204
Chapadão do Lageado	205
Concórdia	205
Cordilheira Alta	206
Corupá	209
Curitibanos	213
Faxinal dos Guedes	233
Forquilha	233
Fraiburgo	234
Garopaba	236
Gaspar	237
Governador Celso Ramos	242
Herval d'Oeste	242
Ibiam	242
Imbituba	243
Iomerê	246
Ipumirim	246
Irineópolis	247
Itapiranga	251
Itapoá	270
Joaçaba	271
Lages	274
Lauro Muller	293
Lebon Regis	296
Luzerna	300
Macieira	300
Maracajá	300
Maravilha	301
Marema	316
Monte Carlo	317
Navegantes	325
Nova Trento	348
Orleans	348
Palhoça	349
Papanduva	357
Passo de Torres	357

Passos Maia	359
Paulo Lopes	359
Porto Belo	362
Porto União	362
Presidente Castello Branco	362
Rio do Sul	363
Salto Veloso	369
Santa Rosa do Sul	371
São Bento do Sul	371
São Domingos	373
São José	375
São Lourenço do Oeste	379
São Pedro de Alcântara	386
Schroeder	388
Serra Alta	389
Timbó	390
Tunápolis	393
Vargeão	399
Vargem Bonita	399
Vidal Ramos	403
Videira	418
Vitor Meireles	421

Associações

AMVALI	425
--------------	-----

Consórcios

CIGA	425
CIS/AMARP	426

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

Projeto de Resolução N° 002/2013 de 22-4-2013

Projeto de Resolução n.º 002/2013 de 22 de abril de 2013

“CRIA A BIBLIOTECA DO PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SANTA CATARINA”

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, apresenta para deliberação do Plenário, o seguinte Projeto de Resolução, o qual se aprovado será promulgado:

Artigo 1.º Fica criado no âmbito do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - Santa Catarina, a “BIBLIOTECA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL”, a qual tem sua sede no prédio onde funciona os trabalhos da câmara.

Artigo 2.º Fazem parte do acervo da BIBLIOTECA que ora estamos criando, todos os livros, revistas e periódicos que já sejam do Poder Legislativo Luiz Bedin, e também os que forem recebidos por doação, ou que venham serem adquiridos.

Artigo 3.º Obrigatoriamente pertencem a Biblioteca do Poder Legislativo Luiz Bedin, todos os documentos oficiais, entre eles Projeto de Lei, Leis, Projetos de Lei Parlamentar, Resoluções, Decretos, Indicações, Moções e outros que façam parte da história e que devam ser preservados.

Artigo 4.º A organização da BIBLIOTECA, que está sendo criada ficará sobre a responsabilidade dos funcionários do Poder Legislativo Luiz Bedin, sendo que todas as obras que compõem o acervo bibliográfico, será devidamente catalogado e lançado no patrimônio.

Artigo 5.º O nome da BIBLIOTECA, será objeto de Projeto de Lei Parlamentar, a ser apresentado posteriormente, após aprovação do presente Projeto de Resolução.

Artigo 6.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 22 de abril de 2013

Atenciosamente,
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Projeto de Resolução N° 003/2013

Projeto de Resolução n.º 003/2013 de 10 de junho de 2013

“ALTERA O DIA DE UMA SESSÃO ORDINÁRIA POR MÊS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, apresenta para deliberação do

Plenário, o seguinte Projeto de Resolução, o qual se aprovado será promulgado:

Artigo 1.º Fica determinado que a terceira sessão ordinária de cada mês, no exercício de 2013, será realizada na Terça Feira, e não na Segunda Feira, para que os vereadores possam participar das sessões de câmaras de vereadores nos outros Municípios da região.

Artigo 2.º No mês de julho, as sessões serão realizadas normalmente nas duas primeiras segundas feiras do mês.

Artigo 3.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 10 de junho de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Projeto de Resolução N° 004/2013 de 10-6-2013

Projeto de Resolução n.º 004/2013 de 10 de junho de 2013

CRIA O SELO DO PODER LEGISLATIVO LUIZ BEDIN DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, EM HOMENAGEM AO MELHOR ESPUMANTE NACIONAL ROSÉ BRUT 2012, PRODUZIDO NA VINÍCOLA VILAGGIO GRANDO DESTA MUNICÍPIO.

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - SC, de acordo com o disposto na Lei Orgânica e na Resolução nº 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, apresenta para deliberação do Plenário, o seguinte Projeto de Resolução, o qual se aprovado será promulgado:

Artigo 1.º Fica autorizado o Poder Legislativo do Município de Água Doce - Santa Catarina, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios, a criar o Selo comemorativo em homenagem ao melhor espumante nacional Rosé Brut 2012, produzido na Vinícola Villaggio Grando.

Artigo 2.º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Água Doce, 10 de junho de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

2. Exposição de Motivos

Senhores Vereadores,

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Vereador e Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin Municipal de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições inerentes ao exercício da função, apresenta a Vossas Senhorias, o projeto de resolução em epígrafe, pelo qual cria-se o selo do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce - (SC), junto com a Empresa de Correios e Telégrafos, apresentando-se imagens ilustrativas do melhor espumante nacional Rosé Brut 2012, produzido na Vinícola Villaggio Grando, situada neste Município.

Somos conhecedores de que não é a primeira vez que essa Vinícola é premiada nacionalmente e internacionalmente com seus produtos (vinhos e espumantes), motivo pelo qual, está disseminando o nome de nosso Município por outros horizontes. Desse modo, contamos com o apoio de todos na discussão e posterior votação.

Água Doce, 10 de junho de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 062/2013

DECRETO N° 062/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal n° 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 6.354,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 -SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.06.181.0007.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 6.354,19

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair Superavit Financeiro de Outras Fonte 6.354,19

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 19 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Portaria N° 306/2013

PORTARIA N° 306/2013

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, DAIANE LUDVIG, do cargo temporário de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 20 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 21 de junho de 2013.

Chamamento Público 005/2013

Antonio Carlos, em 17 de junho de 2013

Estado de Santa Catarina
Município de Antonio Carlos
Chamamento Público nº 005/2013

Esta municipalidade torna público o seguinte Ato:

Segue abaixo a lista de comparecimento ao Chamamento Público nº 005/213, que exercerão em caráter temporário, os Cargos de Professor Educação Física - 20H e Medico - 20H.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA
01º - JULIANO DIAS DE OLIVEIRA
02º - SALVIO JOSE RODRIGUES JUNIOR

MEDICO - 20H
NENHUM INTERESSADO

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Chamamento Público 005/2013

Antonio Carlos, em 17 de junho de 2013

Estado de Santa Catarina
Município de Antonio Carlos
Chamamento Público nº 005/2013

Esta municipalidade torna público o seguinte Ato:

Segue abaixo a lista de comparecimento ao Chamamento Público nº 005/213, que exercerão em caráter temporário, os Cargos de Professor Educação Física - 20H e Medico - 20H.

PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA
01º - JULIANO DIAS DE OLIVEIRA
02º - SALVIO JOSE RODRIGUES JUNIOR

MEDICO - 20H
NENHUM INTERESSADO

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Lei Complementar N° 011/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 011/2013

"Altera Redação do Artigo 120, Caput da Lei Complementar nº 005/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e dá Outras Providências".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º O Art. 120, Caput, da Lei Complementar nº 005 de 01 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 120. A critério da Administração, poderá ser concedida, ao servidor estável, licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo de até 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, prorrogáveis por igual período."(NR)

Art. 2º O § 4º do Art. 120, da Lei Complementar nº 005 de 01 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 120

§ 4º Não se concederá nova licença antes de decorridos 02 (dois) anos do término da licença anterior, incluindo nesta, o prazo de prorrogação.”(NR)

Art. 3º O § 8º do Art. 120, da Lei Complementar nº 005 de 01 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 120

§ 8º Ao servidor ocupante de cargo em comissão no Município não se concederá, nessa qualidade licença para tratar de interesses particulares.”(NR)

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009, de 15 de abril de 2009, retroagindo seus efeitos a partir do dia 02 de maio de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Atalanta, 20 de junho de 2013.

TARCISIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Decreto N° 044/2013

DECRETO N° 044/2013

“Fixa o Percentual de Auxílio no Pagamento de Transporte Escolar para Alunos Residentes no Município, de Acordo com o Artigo 5º. da Lei 1321/2013 e dá Outras Providências.”

O Prefeito do Município de Atalanta, Santa Catarina, usando de sua competência que lhe confere o Artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

- Considerando a necessidade de regulamentar a Lei nº. 1321/2008 de 12 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado o percentual de 50% (cinquenta por cento) até o dia 30 de junho de 2013, passando a 100% (cem por cento) a partir de 01 de julho de 2013, do valor diário do trajeto executado pelas empresas da área, conforme declaração das mesmas, no auxílio do pagamento de transporte escolar, para os alunos que residem em Atalanta.

Parágrafo Único - O valor correspondente ao auxílio que trata o art. 1º deverá ser vinculado à apresentação da frequência, ou cronograma dos dias de curso fornecido pelos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Atalanta, 14 de junho de 2013.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Licitações

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

AVISO DE LICITAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2013

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de “Outras Modalidades” - O Objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural - PNAE, para atender os alunos matriculados nas escolas municipais que ofertam a Educação Infantil e Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal.

Dia 08/07/2013 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Bela Vista do Toldo, 20 de junho de 2013.

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 082/2013

DECRETO N° 082 /2013 DE: 13 DE JUNHO DE 2013.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3275/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3334/2012 - Lei Orçamentária para 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 3334/2012:

12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1202.16.482.0006.1026	Construção ou Melhorias de Habitações Populares	10.272,79
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	10.272,79
	SUPLEMENTA:	
3.2.00.00/0.1.00.0000000	Transferências à União	10.272,79

09. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0901.17.512.0004.2043	Manutenção do Sistema Próprio de Distribuição de Água	7.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas	7.000,00

21. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
2101.10.305.0004.2042	Vigilância Epidemiológica e Ambiental de Saúde	12.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	7.000,00
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00
2101.10.302.0004.2093	Manutenção da UPA	75.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	75.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	75.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
 Escriutária

Portaria N° 1744/2013

PORTARIA N° 1744/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) SANTINO ALBERTO DAROSCI, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria Compulsória, de acordo com o Decreto Municipal 075/2013, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 30/05/2013.

Biguaçu, 22 de maio de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ
 Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1847 de 10 de Junho de 2013

PORTARIA n° 1847 de 10 de junho de 2013

Concede ao servidor Salvador Artur de Campos, detentor do Cargo de provimento efetivo de Professor I, na Secretaria Municipal de Educação, Progressão por Nova Escolaridade/Titulação, nos termos do art. 67, caput da Lei Complementar n° 51/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Concede ao servidor Salvador Artur de Campos, detentor do cargo de provimento efetivo de Professor I, inscrito na matrícula funcional n° 446, Promoção por Nova Escolaridade/Titulação, nos termos do art. 67, caput da Lei Complementar n° 51/2012.

Art. 2º Fica reconhecida à progressão vertical de escolaridade, para o Nível III, do cargo Professor I, conforme Parecer emitido pela Procuradoria Geral do Município, datado de 13/04/2013, em resposta ao processo 3389/2013 do servidor.

Parágrafo único. O valor fixado para a Promoção por Nova Escolaridade/Titulação concedido nos termos do caput deste artigo corresponde a 15% (quinze por cento) sobre o vencimento do cargo de provimento efetivo, observada a aplicação do art. 65, caput e do Anexo II - A da Lei Complementar n° 51/2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 10 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 1919 de 13 de Junho de 2013

PORTARIA n° 1919 de 13 de junho de 2013

Designar o (a) Servidor (a) Andrea Felipe, ocupante do cargo comissionado de Superintendente Adjunto, na Fundação Municipal do Meio Ambiente, para responder pela emissão de parecer sobre aspectos bióticos referidos nos estudos ambientais relacionado ao Processo n.º 8775/2012 PAFA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso I da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Andrea Felipe, ocupante do cargo comissionado de Superintendente Adjunto, na Fundação Municipal do Meio Ambiente detentora da matrícula 8091, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, para responder pela emissão de parecer sobre aspectos bióticos referidos nos estudos ambientais relacionado ao Processo n.º 8775/2012 PAFA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 13 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
 Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 1976 de 18 de Junho de 2013

PORTARIA n° 1976 de 18 de junho de 2013

Admitir o (a) Servidor (a) MEIRE KARIANE AMARAL, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MEIRE KARIANE AMARAL, de acordo com a Lei n° 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2013 a 31/08/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/06/2013.

Biguaçu, 18 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1977/2013

PORTARIA N° 1977/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE DOS PASSOS DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5840/2013 em anexo no período de 10/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1978/2013

PORTARIA N° 1978/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELA LIRA REIS, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5800/2013 em anexo no período de 10/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1979/2013

PORTARIA N° 1979/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AIME AUREA DE FATIMA BORGES ALMEISA ZEQUINAO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE BIBLIOTECA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5788/2013 em anexo no período de 10/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1980/2013

PORTARIA N° 1980/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLAUDIA REGINA DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5819/2013 em anexo no período de 03/06/2013 a 07/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1981/2013

PORTARIA N° 1981/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JACQUELINE SANTANA MELO, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5809/2013 em anexo no período de 11/06/2013 a 09/08/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1982/2013

PORTARIA N° 1982/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA APARECIDA ROSA,

ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5783/2013 em anexo no período de 11/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1983/2013
PORTARIA N° 1983/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), ISIA CARLA HANSEN, ocupante do Cargo temporário de MÉDICO DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5830/2013 em anexo no período de 10/06/2013 a 24/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1984/2013
PORTARIA N° 1984/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:
CONCEDER ao (a) funcionário (a), MICHELLE CONCEIÇÃO BARBOSA, ocupante do Cargo efetivo de RECEPCIONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo n° 5766/2013 em anexo no período de 07/06/2013 a 14/06/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 1985/2013
PORTARIA n° 1985/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 27 de julho de 1990, de acordo com a Lei N° 53 de 04 de julho de 2012.

RESOLVE:
CONCEDER, Licença Maternidade à funcionária, GLAUCIA FARIAS DE MELO, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (30 HS - EDUCAÇÃO INFANTIL) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 13/06/2013 a 10/10/2013.

Biguaçu, 19 de junho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

1º Termo Aditivo ao Contrato Número 10.086/2013 - Processo: PP 44/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO NÚMERO 10.086/2013
PROCESSO: PP 44/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE, PRONTO ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: CIRURGICA JAW COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Valor: R\$ 1.533,40 (mil quinhentos e trinta e três reais e quarenta centavos).

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.072/2013 - Processo: PP 06/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.072/2013
PROCESSO: PP 06/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: RENASCER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALRES LTDA

Valor: R\$ 9.960,00 (NOVE MIL NOVECIENTOS E SESSENTA REAIS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.076/2013 - Processo: PP 06/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.076/2013
PROCESSO: PP 06/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE ENFERMAGEM PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU.

Contratado: EFETIVE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA ME

Valor: R\$ 13.592,00 (TREZE MIL QUINHENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS).
Prazo de vigência: até 31/12/2013.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO
Secretário Municipal de Saúde.

Contrato Número 10.112/2013 - DI 37/2013 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE SAÚDE
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CONTRATO NÚMERO 10.112/2013
PROCESSO: DL 37/2013 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGAS DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO DAS UNIDADES DE SAÚDE, POLICLÍNICAS E DEMAIS SECRETARIA DE SAÚDE.

Contratado: CMC COMERCIO DE EXTINTORES DE INCENDIO LTDA ME

Valor: R\$ 1.200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS).

Prazo de vigência: até 31/12/2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS - POR DELEGAÇÃO

Secretário Municipal de Saúde.

Bom Retiro

PREFEITURA

59.13 - Dec Nnmcdca

Decreto n. 59/13 de 19 de junho de 2013.

Fica Alterada a composição dos Membros que Compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2074/11 de 29 de abril de 2011 e, considerando novas indicações pelos diversos segmentos, de pessoas para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

D e c r e t a:

Art. 1. Fica alterada a composição dos membros que compõem o conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de acordo com a indicação abaixo descrita:

I - Representantes de Órgãos Governamentais:

a) - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Titular: Marcele Aparecida Becker Laastch

CPF: 026.572.069-99 - Identidade: 3.888.669

Suplente: Ângela Maria de Oliveira

CPF: 028.627.649-65 - Identidade: 1.069.774

b) - Secretaria Municipal do Bem Estar Social

Titular: Dulceara Faustino

CPF: 694.657.209-25 - Identidade: 2.590.705-0

Suplente: Angelita Aparecida de Souza Vieira

CPF: 781.979.459-34 - Identidade: 2.893.937-9

c) - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Hiede Maria Carbonera

CPF: 551.844.059-68 - Identidade: 1629.905

Suplente: Marisa Barbosa

CPF: 990.769.009-06 - Identidade: 182.582-2

d) - Núcleo Escolar municipal São José

Titular: Izolete Schlemper do Amarante

CPF: 537.219.349-20 - Identidade: 1.821.373-1

Suplente: Ana Janete Pessoa de Souza

CPF: 583.997.639-34 - Identidade: 1.829.430-8

e) - Escola de Educação Básica Alexandre de Gusmão

Titular: Jussara Sulamita Machado Farias

CPF: 417.116.299-87 - Identidade: 593.029

Suplente: Daniela Meurer Goulart

CPF: 025.294.159-43 - Identidade: 3.240.400

II - Representantes de Entidades não Governamentais:

a) - Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro

Titular: José Gonzalo de Simas

CPF: 096.236.719-20 - Identidade: 096.463

Suplente: Genil Serafim Claumann

CPF: 096.236.719-20 - Identidade: 699.463-2

b) - Instituição Adventista de Educação e Assistência Social

Titular: Elisiane de Lins Menegaz

CPF: 020.364.149-31 - Identidade: 3.675.764-0

Suplente: Dalva Neide Barth Grudtner

CPF: 716.393.149-20 - Identidade: 5.155.226-4

c) - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Retiro

Titular: Edna Aparecida Deucher

CPF: 032.740.099-46 - Identidade: 4028744

Suplente: Verginio Moretti

CPF: 952.435.109-72 - Identidade: 2.894.398-8

d) - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Retiro - APAE

Titular: Irene Serafim de Oliveira

CPF: 618.281.579-53 - Identidade: 2.181.582-8

Suplente: Carmem Elena Schiestl Henrique

CPF: 603.981.599-04 - Identidade: 1.821.375-8

e) - Associação de Assistência Social de Bom Retiro

Titular: Neide Schiestl Kumm

CPF: 014.610.420-33 - Identidade: 880.455

Suplente: Neusy Schloosser Brito

CPF: 020.621.459-69 - Identidade: 4.554.812-9

Art. 2. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3. Ficam revogadas as disposições em contrário especialmente o Decreto n. 29/12 de 12 de abril de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

19 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administ. e Fazenda

60.13 - Dec. Valor Taxas

Decreto n.º 60/13 de 20 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE OS CUSTOS DAS TAXAS DE PODER DE POLÍCIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005 PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Torna público, de acordo com a Lei Complementar nº 11 de 20 de dezembro de 2005 os de custos das taxas de poder de polícia e de prestação de serviços, conforme segue:

TAXA	CUSTO
De Licença de Localização, Funcionamento, Fiscalização, Saúde e Segurança de Atividade Econômica ou Social.	R\$ 175,00
Vigilância Sanitária (CHT)	R\$ 38,00
De Licença para Execução de Obras	R\$ 162,00
De Licença para Execução de Parcelamento do Solo	R\$ 324,00
De Coleta de Lixo (por coleta)	R\$ 0,37
De Expediente	R\$ 15,00
Serviços Diversos	R\$ 20,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto 91/10 de 20 de dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 20 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

614.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Ozair Barbosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 614/13 de 20.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 17 de junho com término no dia 21 de junho de 2013, ao funcionário Ozair Barbosa, ocupante do cargo de Auxiliar Fiscal de Tributos - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

615.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Daniela M. Goulart

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 615/13 de 20.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 17 de junho de 2013, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

616.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Berenice S. Silva

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 616/13 de 20.06.13

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 17 de junho de 2013, a funcionária Berenice Schlemper da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 - Nível 03, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Programa Saúde da Família.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

617.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Terezinha Ap. P. Goedert

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 617/13 de 20.06.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 17 e 18 de junho de 2013, a funcionária Terezinha Aparecida Pereira Goedert, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

618.06.13 - P.Lic. Mot. P. Fam. Sandra M. Rossini

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 618/13 de 20.06.13
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento médico, no dia 17 de junho de 2013, a funcionária Sandra Maria Rossini, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

619.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Willian S. Rezende
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 619/13 de 20.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 18 de junho com término no dia 20 de junho de 2013, ao funcionário Willian Senna Rezende, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Escola de Campo Cambará - Professora Margarida Buggler Wiggers.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

620.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Daniela M. Goulart
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 620/13 de 20.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 18 de junho de 2013, a funcionária Daniela Meurer Goulart, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Pré Escolar Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

20 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

621.06.13 - P. Lic. Trat. Saude Ericleia F. Mota
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 621/13 de 20.06.13
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 18 de junho de 2013, a funcionária Ericleia Faustino da Mota, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo - Padrão I - Nível 06, do quadro de Pessoal Efetivo do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

622.06.13 - P. Lic. Gestão Angelita Ap. Borges
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PORTARIA N.º 622/13 de 20.06.13
Concede Licença Gestão

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 76 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

R e s o l v e:

Conceder de acordo com o atestado médico apresentado e do requerimento protocolado sob. N.º 086/2013 de 19 de junho de 2013, 120 (Cento e Vinte) dias de licença gestação a contar do dia 19 de junho com término no dia 17 de outubro de 2013 a funcionária Angelita Aparecida Borges, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
20 de junho de 2013.
ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto 039/2013

DECRETO N° 039/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc...

DECRETA

Art.1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01	- Gabinete do Prefeito e Vice	
	- Manutenção e Reequipamento do Gabinete do Prefeito e Vice	
04.122.0040.2002		
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0	(194) - Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
0.3.000.0		
	-Secretaria de Administração e Finanças	
03.01	-Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros	R\$ 5.000,00
06.452.0041.2057	(187) – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
3.3.9.0.00.00.00.00.00.0		
0.3000.0	-Total	

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2012.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 040/2013

DECRETO N° 040/2013

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc...

DECRETA:

Art.1º Fica anulada a importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), correspondente a seguinte dotação do orçamento vigente:

03.01	- Secretaria de Administração e Finanças	
06.452.0041.2057	- Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros	R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.3.000.0	- Aplicações Diretas	

Art. 2º Fica aberto por conta da anulação constante do artigo anterior a importância de R\$ 5.000,00 cinco mil reais), destinado a

suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03.01	- Secretaria da Administração e Finanças	
06.452.0041.2057	-Manutenção do convênio Corpo de Bombeiros	R\$ 5.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1000.0 (188)	- Aplicações Diretas	

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Decreto 041/2013

DECRETO N° 041/2013

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0732/2012 de 04.12.2012, etc...

DECRETA

Art.1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03.01	- Secretaria de Administração e Finanças	
	- Manutenção do Convênio Corpo de Bombeiros	
06.452.0041.2057		
4.4.9.0.00.00.00.00.00.0.10024	(27) - Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável e excesso de arrecadações de 2013 do recurso 10024, Rubrica: 4.1.7.6.2.99.07.00.00.00.Convênio Corpo de Bombeiros.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 19 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Pregão Presencial 36/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO 39/2013

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 36/2013

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 15:00 horas do dia 05.07.2013, estará selecionando a melhor proposta para Conserto do trator Massey Ferguson 275 (4x2) com aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto caixa de câmbio, bloqueio e sistema hidráulico. Maiores informações na Prefeitura Municipal pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 20 de junho de 2013.



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal.

Extrato de Locação 2/2013

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO 2/2013

CONTRATANTE: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,
sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Locador: Renaldo Lunge
CPF: 247.537.189-72, sito Vila Teodoro, s/n
Bairro Centro, Cidade de Trombudo Central/SC.

Objeto: Locação de um imóvel com área de 235,50m², para Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Vigência: 03.06.2013

Data da assinatura: 02.06.2014

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Registro de Preço 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Filtro de Combustível pc2/255, p945. (10701)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	8,7000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,8000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	9,2900	3
2	Filtro de motor W 934 (10557)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL1	0	11,5000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	13,0400	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,4400	3
3	Filtro de Ar C 15 165/3 (10656)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	25,5000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	25,9500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	26,3800	3
4	Filtro Dir.Hidráulica H 76. (10657)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	7,5000	1
5	Filtro de Combustível pc2/155 p 917 x wk 940/24 (10658)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	5,1500	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	5,2000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	5,4800	3
6	Filtro de Ar C 18 378. (10659)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	44,5000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	46,2000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013

Número do Registro de Preços: 15/2013

Data do Registro: 19/06/2013

Válido até: 19/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,9700	4
7	Filtro de Ar Interno CF 1030. (10660)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	20,6500	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	20,7300	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	25,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	40,5200	4
8	Filtro Dir. Hidráulica H 119. (10661)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	12,7000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	12,7500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	13,4900	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	FIX	0	14,0700	4
9	Filtro de Motor W 950/8. (10662)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	16,0000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	16,2000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	17,3000	3
10	Filtro de Ar C 15 300. (10663)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	26,3900	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	26,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	26,6000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	28,0000	4
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	30,3000	5
11	Filtro de Ar Interno CF 300/1. (10664)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	14,5000	1
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	17,8000	2
12	Filtro de Combustível WK 842. (10665)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	12,3000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	12,3500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	14,6100	3
13	Filtro de Motor W 1167. (10666)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	23,8500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,9000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	27,5000	3
14	Filtro de Ar 17 225/3. (10667)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	29,9900	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,0000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,3000	3
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	33,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013

Número do Registro de Preços: 15/2013

Data do Registro: 19/06/2013

Válido até: 19/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
15	Filtro de Ar Interno CF 800. (10668)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	15,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	17,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	20,3900	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	23,0600	4
16	Filtro de Combustível psi 496, p 945. (10669)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Turbo	0	11,5000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	11,7000	2
17	Filtro de Combustível FF-5052 WK 723. (10671)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	7,6000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	7,7000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	8,0000	3
18	Filtro de Combustível 2 R0127177 WK 950/14. (10672)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	29,5000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	29,6000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	32,5000	3
19	Filtro de Motor WP 12 121. (10673)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL1	0	89,0000	1
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Vox	0	101,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	105,7400	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013

Número do Registro de Preços: 15/2013

Data do Registro: 19/06/2013

Válido até: 19/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Filtro de Ar 250 129620 C 27 830. (10674)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	MEGAFIL	0	56,7000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	56,8000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	65,1100	3
21	Filtro de Ar Interno CF 1552 MANN. (10675)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	22,3900	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	22,4000	2
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	25,5000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	34,9900	4
22	Filtro de Água WF 2172 WA 923/1 MANN. (10676)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	25,3000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	25,4000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL1	0	26,3000	3
23	Filtro de Combustível WK 947/2 MANN. (10677)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	32,5000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,9000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	36,9000	3
24	Filtro Dir. Hidráulica H 601/4. (10678)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	5,9500	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	6,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013

Número do Registro de Preços: 15/2013

Data do Registro: 19/06/2013

Válido até: 19/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	6,2500	3
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Turbo	0	6,8000	4
25	Filtro de Combustível BFU 707. (10679)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	2,8000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	2,8900	2
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	3,8000	3
27	Filtro de Motor H 947/1. (10681)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	8,6000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,9000	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	9,6000	3
28	Filtro de Ar Interno CF 1000. (10682)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,0000	1
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Turbo	0	21,0000	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	TURBO	0	21,9000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	22,8300	4
29	Filtro de Motor W 962. (10683)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL1	0	14,2000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	14,3000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Filtro de Ar C 17225/3. (10684)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16,8000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,6000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	31,7000	2
31	Filtro de AR AP9836. (10685)	UND	MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,8000	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	70,9000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,0000	2
32	Filtro de Ar ARS 9837. (10686)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	71,9000	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	71,8000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	71,9000	2
33	Filtro de Combustível BFU 811. (10687)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	73,4000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	4,5700	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	6,1700	2
34	Filtro de Combustível BFU 700. (10688)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	6,5000	3
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	JETFIL	0	4,3000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	XANFIL	0	4,4000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	5,9000	3
35	Filtro de Motor H 12 111. (10689)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	12,1000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	12,1500	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	12,4000	3
36	Filtro de Motor PF 1190. (10690)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	MANN	0	18,0000	1
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Mahle	0	23,9500	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	24,6900	3
37	Filtro de Ar A 1114 C 20325/2. (10691)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	36,5000	1
38	Filtro de Combustível WK 940/7. (10692)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	19,7900	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	19,8000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	19,9000	3
			DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Wega	0	20,5000	4
39	Filtro de Combustível WK 723. (10693)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	7,7000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	7,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013

Número do Registro de Preços: 15/2013

Data do Registro: 19/06/2013

Válido até: 19/06/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	8,2000	3
40	Filtro de Motor W 950/16. (10694)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	20,0000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	21,1000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	21,3000	3
41	Filtro de Combustível WK 950/13. (10695)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	15,0000	1
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	16,5300	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	17,9000	3
42	Filtro de Motor W 1173. (10696)	UND	SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	22,8000	1
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	ORIGINALFIL1	0	22,9000	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	24,8000	3
43	Filtro de Ar C 29 624. (10697)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	78,0000	1
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	83,7200	2
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	89,0000	3
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	105,6000	4
44	Filtro de Ar Interno C 16 140. (10698)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Xf	0	49,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	XANFIL	0	49,9900	2
			JULIO SILVESTRI FILHO ME (9125)	XANFIL	0	50,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	114,8600	4
45	Filtro de Tras.Hidráulica H 1074, PH 1960. (10699)	UND	DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES (8747)	Turbo	0	25,8000	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	TECFIL	0	31,5600	2
			MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (8851)	TECFIL	0	32,7800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Filtro Hidráulico H 837 PH 837. (10700)	UND	FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA (9124)	TECFIL	0	18,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 15/2013**Número do Registro de Preços: 15/2013****Data do Registro: 19/06/2013****Válido até: 19/06/2014****Objeto da Compra:** Registro de Preços que objetiva a eventual aquisição de filtros para máquinas, caminhões e tratores para a Secretaria Municipal de Obras.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2013****PROCESSO N° 26/2013**

(7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

(8747) - DELANE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES E CAMINHÕES

(8851) - MAUCOR DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA

(9124) - FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS E PEÇAS LTDA

(9125) - JULIO SILVESTRI FILHO ME

Braço do Trombudo, 19 de Junho de 2013.

Ata de Registro de Preço 4/2013**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2013****Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 21/03/2013 Válido até: 21/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	liquigas	0	46,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/2

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 4/2013**Número do Registro de Preços: 4/2013 Data do Registro: 21/03/2013 Válido até: 21/03/2014****Objeto da Compra:** Aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 4/2013****PROCESSO N° 7/2013**

(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 21 de Março de 2013.

Caçador

PREFEITURA

Contrato Administrativo N° 10/2013 - FMAS 1° Aditamento

Contrato Administrativo n° 10/2013 - FMAS , 1° ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 10/2012 PRORROGA PRAZO E CONCEDE REAJUSTE LOCAÇÃO DE SALAS COMERCIAIS COM 272,85 PARA FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA, CADASTRO ÚNICO E PRONATEC, o valor total é de R\$ 35.688,60 (trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 2.974,05 (dois mil novecentos e setenta e quatro reais e cinco centavos), Referente ao processo licitatório n° 12/2012 Dispensa N° 05/2012, CONTRATADO/LOCADOR: IVANIR JOSÉ COLLA, inscrito no CPF sob n° 065.888.919-20; e MARILDA DE FÁTIMA COLLA, inscrita no CPF sob n° 771.670.409-59, ambos residentes nesta cidade de Caçador/SC, findando dia 20 de junho de 2014

Lei Complementar N° 266

LEI COMPLEMENTAR N° 266, de 19 de junho de 2013.

Autoriza receber por doação, com encargo, área de terreno urbano sobre futuro desmembramento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação, com encargo, do Senhor Álvaro José Brusco, portador do RG n° 3.484.066 e do CPF/MF n° 667.850.659-68, casado com a Senhora Cibele Roveda Amorim Brusco, portadora do RG n° 1.687.965 e do CPF/MF n° 705.642.569-00, residentes e domiciliados à Rua Carlos Coelho de Souza, n° 214, Bairro D.E.R., neste Município, uma área de terreno urbano com 376,77m2 (trezentos e setenta e seis metros e setenta e sete decímetros quadrados) que será desmembrada do imóvel matriculado no Registro de Imóveis sob o n° 29.513 o qual possui área total de 2.804,08m2 (dois mil, oitocentos e quatro metros e oito decímetros quadrados), em decorrência de pedido de desmembramento.

Parágrafo único. A área de terreno urbano a ser recebida por doação tem como encargo a preservação da mesma para faixa sanitária devido à existência de tubulação pluvial no local, passando a ser non edificandi, conforme consta na Certidão emitida pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador - IPPUC.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Complementar N° 267

LEI COMPLEMENTAR N° 267, de 19 de junho de 2013.

Autoriza conceder o direito real de uso de áreas de propriedade do Município de Caçador, à empresa Temasa Indústria de Móveis Ltda., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à empresa Temasa Indústria de Móveis Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 81.834.152/0001-91, com sede na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, n° 1.418, neste Município de Caçador, o direito real de uso, de duas áreas de propriedade desta municipalidade, localizadas no Loteamento Jung 2, com superfície de 376,80m2 (trezentos e setenta e seis metros e oitenta decímetros quadrados) e 444,60m2 (quatrocentos e quarenta e quatro metros e sessenta decímetros quadrados) respectivamente, áreas estas entre os lotes n°s 09 e 10 e lotes n°s 17 e 18.

Art. 2º As áreas de que trata o art. 1º, destinam-se a construção de um novo depósito com aproximadamente 4.000,00m2 (quatro mil metros quadrados), para estocar os produtos prontos para embarque, devendo as obras serem iniciadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 3º O prazo da presente concessão de direito real de uso será de 10 (dez) anos, podendo a concessionária após o período concessivo, adquirir a área nos termos do art. 6º da Lei Complementar n° 106, de 22 de junho de 2007.

Parágrafo único. Ao término do prazo, não sendo adquirido, o imóvel reverterá ao Município com as benfeitorias, não gerando direito a retenção ou indenização das mesmas.

Art. 4º É vedada à concessionária gravar qualquer ônus no imóvel cedido, oferecê-lo como garantia de dívida ou obrigação de outra espécie.

Art. 5º A concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista, pelo prazo legal.

Art. 6º Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade prevista no projeto, ocorrendo cessação das atividades da empresa, ou pelo descumprimento dos prazos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração Municipal, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, podendo este repassá-lo a outra empresa ou dar-lhe outra destinação com a devida manifestação da Câmara Municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da concessionária e esta poderá também contratar seguro contra riscos de qualquer natureza, sob pena de apuração das responsabilidades.

Art. 8º Os custos com as eventuais benfeitorias exigidas para alcançar os objetivos desta concessão, correrão por conta exclusiva da concessionária, vedado a municipalidade arcar com quaisquer ônus a elas relacionadas.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL

Por este instrumento de concessão de direito real de uso, com base no art. 118, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado CONCEDENTE; e de outro a empresa TEMASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.834.152/0001-91, com sede na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, nº 1.418, neste Município de Caçador, neste ato representado pelo Sócio Sr. LEONIR ANTONIO TESSER, residente e domiciliado em Caçador-SC, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, sendo Senhor e legítimo possuidor duas áreas com superfícies 376,80m² (trezentos e setenta e seis metros e oitenta decímetros quadrados) e 444,60m² (quatrocentos e quarenta e quatro metros e sessenta decímetros quadrados) respectivamente, áreas estas localizadas entre os lotes nºs 09 e 10 e lotes nºs 17 e 18 do Loteamento Jung 2, de propriedade do Município de Caçador, cede-as para uso da CONCESSIONÁRIA, que as a construção de um novo depósito com aproximadamente 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), para estocar os produtos prontos para embarque. A concessão será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo a empresa após o período concessivo, adquirir as áreas nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 106, de 22 de junho de 2007. Parágrafo único. Ao término do prazo, não sendo adquirido, o imóvel reverterá ao Município com as benfeitorias, não gerando direito a retenção ou indenização das mesmas.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica expressamente proibida a cessão ou transferência deste instrumento a terceiros, por parte da CONCESSIONÁRIA, sem anuência prévia da CONCEDENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade prevista no projeto, ocorrendo cessação das atividades da empresa, ou pelo descumprimento dos prazos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, podendo este repassá-lo a outra empresa ou dar-lhe outra destinação com a devida manifestação da Câmara Municipal, independentemente de qualquer indenização.

CLÁUSULA QUARTA

A empresa terá o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para iniciar a construção, sob pena de reversão ou retomada imediata da Concessão de Direito Real do Uso das áreas pelo CONCEDENTE, período durante o qual deterá o imóvel a título precário, até o integral cumprimento do encargo principal, que é a construção de um novo depósito com aproximadamente 4.000,00m² (quatro mil metros quadrados), para estocar os produtos prontos para embarque.

CLAUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

LEONIR ANTONIO TESSER,
TEMASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA.

TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____

TESTEMUNHA _____
NOME _____
CPF _____

Lei N° 3.002

L E I N° 3.002, de 19 de junho de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Empreendimentos e Equipamentos Comunitários e Obras do Sistema Viário.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei N° 3.003

L E I N° 3.003, de 19 de junho de 2013.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Caçador para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI: CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as metas, os objetivos, e as prioridades da administração pública municipal para o exercício de 2014, inclusive as orientações para a elaboração, execução e o acompanhamento do Orçamento do Município de Caçador para o exercício de 2014, compreendendo:

I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, de acordo com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a organização e estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município, e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública do Município;

V - as disposições sobre despesas do Município com pessoal e seus encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do municipal;

VII - as disposições gerais e finais.

CAPÍTULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º As metas e prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2014 são aquelas especificadas no Anexo Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programa, desta Lei (Art. 4º, § 1º da LRF), podendo na medida das necessidades, serem incluídos novos programas, desde que previstos no Plano Plurianual.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2014 (LOA) serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas no Anexo desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2014 (LOA) o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento de ensino fundamental e infantil, nos termos do

art. 212 da Constituição Federal, bem como atenderá os dispositivos da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, nos serviços públicos de saúde, com a aplicação de no mínimo 15% das referidas receitas.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º O orçamento fiscal para o exercício financeiro de 2014 abrangerá o Poder Legislativo, o Poder Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura obedecendo-se à classificação por função e subfunção, em conformidade com a Portaria nº 42 do Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, com alterações posteriores, quanto à natureza das despesas.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º A Lei do Orçamento Anual - LOA, evidenciará a Receita por rubrica em cada Unidade Gestora e a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto atividade, na forma dos seguintes Adendos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I, da Lei nº 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II, da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

II - resumo geral natureza da despesa (Anexo II, da Lei nº 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI, da Lei nº 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei nº 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII, da Lei nº 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei nº 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº 08/85);

VIII - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes, conforme disposto no art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

IX - demonstrativo da evolução da despesa realizada por elemento dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes;

X - demonstrativo do orçamento fiscal e da seguridade social;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2014 (Art. 5º, III);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2014 (Art. 4º, § 1º e 9º da LRF).

§ 1º Os Orçamentos dos Fundos, Fundações e Autarquias que acompanham o Orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

§ 2º Os subprojetos e as subatividades poderão ser agrupados em projetos e atividades contendo a descrição sucinta dos respectivos objetivos.

Art. 5º A mensagem que encaminhará ao Poder Legislativo até 31 de outubro de 2013 o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2009, 2010 e 2011 previsão para 2012, 2013, 2014 e 2015 com justificativa da estimativa para 2014, acompanhado de metodologia e memória de cálculo; (Art. 12 da LRF)

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa por categoria econômica, dos exercícios de 2009, 2010 e 2011, fixada para 2012 e 2013 e projetada para 2014 e 2015;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada por contrato, com identificação do credor, saldo em 31/12/2011, programa de desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2014;

V - quadro demonstrativo das receitas corrente líquida de 2014, despesas com pessoal por Poder no mesmo período e percentual de comprometimento;

VI - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a LDO;

VII - demonstrativo das medidas de compensação de renúncia de receita e/ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VIII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 6º O orçamento para o exercício de 2014 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias. (Art. 1º, § 1º e Art. 4º, I, "a" da LRF).

Art. 7º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2014 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita municipal nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante, em conformidade com os critérios estabelecidos no art. 12 da LRF.

Art. 8º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, e forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas: (Art. 9º da LRF)

I - redução de despesas com manutenção e custeio;

II - redução no ritmo dos investimentos programados.

Art. 9º As despesas obrigatórias, de caráter continuado, deverão ter no exercício de 2014 dotações orçamentárias suficientes e suas expansões deverão observar os índices de crescimento da RCL apurada no exercício de 2011. (Art. 4º, § 2º da LRF)

Art. 10. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo desta Lei, Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências. (Art. 4º, § 3º da LRF)

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2013.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 11. O orçamento para o exercício de 2014 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 10% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. (Art. 5º, III, "d" da LRF)
Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas ou orçadas à menor.

Art. 12. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual. (Art. 5º, § 5º da LRF)

Art. 13. O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras. (Art. 8º da LRF)

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando ao desenvolvimento do programa de governo.

Art. 15. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. (Art. 8º, parágrafo único da LRF)

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 16. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2014, são as constantes do Anexo desta Lei, Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita. (Art. 4º, § 2º, V e Art. 14, I da LRF)

Art. 17. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, assistencial de saúde, assistencial recreativo, esportivo e de cooperação técnica. (Art. 4º, I, "f" da LRF)

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas as entidades associativas municipalistas, a que o

Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

§ 3º O Poder Executivo disciplinará a liberação dos recursos financeiros a entidades beneficiadas através de Decreto em até 30 (trinta) dias após a aprovação da lei orçamentária.

§ 4º As entidades interessadas deverão apresentar o plano de trabalho e demais documentos requeridos pelo Decreto citado no § 3º, até o dia 31 de março de 2014.

§ 5º Com base nos requerimentos protocolados na forma do § 4º, o Executivo estabelecerá o cronograma de desembolso dos recursos.

Art. 18. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação, fixado nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito. (Art. 45 da LRF)

Art. 20. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 21. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2014 a preços correntes.

Art. 22. A Lei Orçamentária para 2014 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar, dentro de cada projeto ou atividade, o saldo das dotações dos elementos ou sub elemento de despesa que o compõem por Decreto do Poder Executivo. (Art.167 VI da CF)

Art. 23. As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

§ 1º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2014, autorização para movimentação do excesso de arrecadação através de decreto, desde que comprovada à existência do excesso no período da abertura do crédito.

§ 2º Poderá o Poder Executivo incluir na proposta de Lei Orçamentária para o exercício 2014, autorização para utilização do superávit financeiro do exercício anterior para suplementar dotações orçamentárias através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2014, o Executivo Municipal autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das unidades gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 25. Obedecidos os limites estabelecidos em legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2014, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento ou incluídas por créditos adicionais.

Art. 26. As operações de crédito deverão constar da proposta orçamentária e serão autorizadas por lei específica.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 27. O Executivo Municipal e o Poder Legislativo, mediante lei autorizada, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101 de 2000.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 28. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal. (Art. 22, parágrafo único, V da LRF)

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá aos limites previstos no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal que são de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, calculados sobre a Receita Corrente Líquida.

Parágrafo único. Para assegurar tais limites, o Executivo Municipal, se necessário, adotará medidas pela seguinte ordem:

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

III - eliminação de despesas com ampliação de jornada;

IV - supressão de vantagens concedidas a servidores;

V - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 30. Considerar-se-á despesas de pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, e de membros do poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive, adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º As despesas de pessoal e encargos dos Agentes Políticos, do quadro efetivo e dos contratados em caráter temporário, obedecerão rigorosamente o que estabelece a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal, outras regulamentações vigentes e que entrarem em vigor.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem à substituição de servidores e

empregados públicos constantes do quadro de cargos e salários da administração municipal, serão contabilizados em Outras Despesas de Pessoal e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

Art. 31. Os critérios de fixação dos limites das despesas com pessoal do Poder Executivo e Legislativo serão estabelecidos de conformidade com o art. 18 e seguintes da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 32. A autorização para o Poder Executivo ceder servidores efetivos mediante convênio a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, será concedida através de lei específica para cada convênio no decorrer do exercício de 2014, relevado o imprescindível caráter e interesse público.

Art. 33. A Procuradoria Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda, até 31 de julho do corrente, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais, a serem incluídos na proposta de Lei Orçamentária Anual de 2014, determinados pelo § 1º do art. 100 da Constituição Federal, especificando:

I - número e data do ajuizamento da ação originária;

II - tipo do precatório;

III - tipo da causa julgada;

IV - data da autuação do precatório;

V - nome do beneficiário;

VI - valor do precatório a ser pago;

VII - data do trânsito em julgado.

§ 1º A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2014, para pagamentos de precatórios será realizada de acordo com os seguintes critérios:

I - precatórios alimentícios atualizados monetariamente;

II - precatórios não-alimentícios, de créditos individualizados por ação judicial, cujos valores venham a ser superiores a 20 (vinte) salários mínimos vigentes, equivalentes a R\$ 13.560,00 (treze mil, quinhentos e sessenta reais) ou outro valor que venha a ser definido em lei específica, objetos, ou não, de parcelamento em até 10 (dez) parcelas iguais, anuais e sucessivas.

§ 2º A atualização monetária dos precatórios determinada no § 1º do art. 100 da Constituição Federal e das parcelas resultantes, observará, no exercício de 2013, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo considerá-los nos cálculos da receita e apresentar estudos de impacto orçamentário-financeiro, nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. O Poder Executivo poderá encaminhar ao legislativo, até o dia 30 de novembro de 2013, projeto de lei dispendo sobre mudanças no Código Tributário.

Parágrafo único. Não se inclui no artigo anterior, alterações sobre a Planta de Valores Imobiliários, base do IPTU e ITBI, bem como a fixação do VRM.

Art. 36. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 37. Ocorrendo assistência pela União, prevista no art. 64, da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Município deverá se estruturar para até o exercício de 2013, elaborar o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 38. O Executivo Municipal enviará até o dia 15 de outubro de 2013, a proposta orçamentária a Câmara Municipal, que a apreciará observando o prazo regimental.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas em segunda votação, serão encaminhadas ao Executivo Municipal, para processamento e envio dos respectivos relatórios ao Legislativo, para propiciar a preparação da Redação Final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentário anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2014, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício Anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 39. A receita total do Município, prevista nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - pessoal e encargos sociais e demais custeios administrativo e operacional;

II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;

III - contrapartida das operações de crédito;

IV - garantir o cumprimento dos princípios constitucionais com a saúde e o ensino fundamental, bem como a garantia no que se refere à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Somente após serem atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 40. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 41. Para atendimento ao art. 54 da LRF, deverá o Município ao final de cada quadrimestre emitir relatório de gestão fiscal e submetê-lo à Câmara Municipal.

Art. 42. Para atendimento do § 3º do art. 165 da Constituição Federal, deverá o Chefe do Poder Executivo publicar relatório resumido da execução orçamentária, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

Art. 43. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 44. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 45. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios, contratos, acordos e ajustes com os Governos Federal e Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta e com a iniciativa privada, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 46. Os serviços de consultoria somente serão contratados para execução de atividades que comprovadamente não possam ser desempenhados por servidores ou empregados da administração municipal, publicando-se no Diário Oficial Eletrônico, além do extrato do contrato, a justificativa e a autorização da contratação, na qual constará, necessariamente, quantitativo médio de consultores, custo total dos serviços, especificação dos serviços e prazo de conclusão.

Art. 47. É autorizado ao chefe do Poder Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2014, a incluir novos elementos de despesas e novas fontes de recursos para a execução dos orçamentos.

Art. 48. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais de que trata o art. 4º, § 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101 de 2000 e de Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, da Lei nº 4.320/64.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal.

Lei Nº 3.004

L E I Nº 3.004, de 19 de junho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Secretaria de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 196.400,00 (cento e noventa e seis mil e quatrocentos reais), conforme segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 196.400,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no art. 1º, os recursos advirão do Contrato de Repasse nº 759823/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do

Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento - pavimentação asfáltica em vias urbanas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Lei Nº 3.005

L E I Nº 3.005, de 19 de junho de 2013.

Abre créditos especiais no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos especiais no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 2.224.028,00 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil e vinte e oito reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 2.020.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 204.028,00

Total R\$ 2.224.028,00

Art. 2º Para atender a abertura dos créditos especiais especificados no art. 1º, os recursos advirão do Termo de Compromisso nº 0363513-64/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a execução de Construção da Praça dos Esportes e da Cultura - PEC modelo 3.000m² (três mil metros quadrados), no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais); e do Convênio Siconv nº 748759/2010, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a aquisição de equipamentos e construção da Escola de Artes Circo do Cidadão, para realização de atividades como oficinas da arte circense, iniciação e formação de profissionais à arte circense, entre outras manifestações culturais, no Programa de Trabalho 13.392.1142.4796.0001 - Fomento e Projetos em Arte e Cultura, no valor de R\$ 204.028,00 (duzentos e quatro mil e vinte e oito reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Lei N° 3.006

L E I N° 3.006, de 19 de junho de 2013.

Dá nova redação ao inciso XII, do art. 1º da Lei nº 2.987 de 2013, que autoriza alienar bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º O inciso XII, do art. 1º da Lei nº 2.987, de 18 de abril de 2013, que autoriza alienar bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

XII - uma Moto XTZ125K, marca Yamaha, ano 2004, placas MCG-4093, Renavan nº 827965974, chassi nº 9C6KE038040014154, no estado em que se encontra, avaliada em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais); (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

Decreto N° 5.593

DECRETO nº 5.593, de 17 de junho de 2013.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais SIMONE DALBOSCO, MARIO LUIZ CACHINSKI e MARIA APARECIDA BOSCATTO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de análise e julgamento para Processo Licitatório na modalidade de Concorrência, que objetivará a Contratação de agência de propaganda para a prestação de serviços de publicidade e propaganda, nos termos da Lei 12.232/2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Decreto N° 5.594

DECRETO N° 5.594, de 17 de junho de 2013.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 2.959, de 17/12/2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Fundação Municipal do Meio Ambiente, na importância de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária do Orçamento vigente, no valor de R\$ 6.948,00 (seis mil, novecentos e quarenta e oito reais):

14.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

18.541.0024.2.036 - Manutenção das Atividades e Programas de Preservação

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 6.948,00

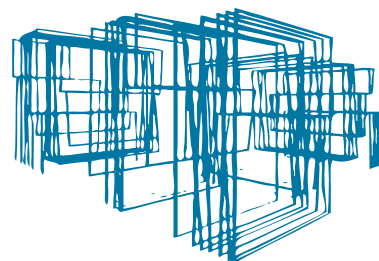
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Lei N° 3003 - Anexos

Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2014

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/7

Data: 19/06/2013

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	122.189.638,89	132.785.180,87	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	119.508.366,19	129.862.293,63	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	15.708.609,29	17.122.384,22	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS	13.435.552,28	14.644.752,06	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	8.007.622,92	8.728.309,05	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00 Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.867.615,06	5.305.700,47	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.823.057,06	1.987.132,20	0,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.469.473,51	1.601.726,13	0,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	353.583,55	385.406,07	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00 ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.316.950,80	1.435.476,38	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00 Impostos sobre a Produção e a Circulação	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.946.798,04	2.122.009,88	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00 Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.312.548,14	1.430.677,49	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00 Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	1.207.544,34	1.316.223,34	0,00
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00 Taxa de Apreensão e Depósito	105.003,80	114.454,15	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	634.249,90	691.332,39	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	634.249,90	691.332,39	0,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00 Taxa de Expediente	511.169,49	557.174,74	0,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00 Taxa de Serviços Urbanos	108.837,97	118.633,39	0,00
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00 Taxa Horas Máquina	10.934,35	11.918,44	0,00
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	3.308,09	3.605,82	0,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	326.258,97	355.622,28	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00 Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	326.258,97	355.622,28	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECO	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00 Contrb. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	556.329,54	606.399,19	0,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	67.489,93	73.564,02	0,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00 ALUGUÉIS	66.416,93	72.394,45	0,00
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00 Outras Receitas Imobiliárias	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	488.839,61	532.835,17	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	488.839,61	532.835,17	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Rec. de Remun. de Dep. Banc.REC. Vinc. - Royalties	211.342,94	230.363,80	0,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00 Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	13.267,14	14.461,18	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	198.075,80	215.902,62	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	277.496,67	302.471,37	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	277.496,67	302.471,37	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	144.016,08	156.977,53	0,00
4.1.4.1.0.00.00.00.00.00 Receita da Produção Vegetal	144.016,08	156.977,53	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	94.462.321,45	102.959.609,43	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	93.795.017,45	102.232.248,07	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	30.352.754,00	33.080.180,92	0,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00 Participação na Receita da União	27.356.362,39	29.818.435,01	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00 Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.071.000,00	29.507.390,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00 Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	135.009,84	147.160,73	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00 Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	150.352,55	163.884,28	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00 Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	211.281,41	230.364,88	0,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00 Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.281,41	12.364,88	0,00
4.1.7.2.1.22.40.00.00.00 Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.597.904,99	2.827.327,35	0,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00 Transferências do Salário-Educação	1.857.485,82	2.024.659,54	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	371.426,33	404.854,70	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00 Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	269.419,17	293.666,89	0,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina

Página: 2/7

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	99.573,67	104.146,22	0,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAC	98.573,67	102.947,22	0,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Programa Brasil Alfabetizado (PEJA)	1.000,00	1.199,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	187.205,21	204.053,68	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	38.567.577,23	42.038.659,17	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	38.328.298,23	41.777.845,06	0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	31.322.987,03	34.142.055,86	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	6.417.778,25	6.995.378,29	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	587.532,95	640.410,91	0,00
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	227.476,00	247.948,84	0,00
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	227.476,00	247.948,84	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	11.803,00	12.865,27	0,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Agricultura	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências Estado - Educação	10.730,00	11.695,70	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	24.874.686,22	27.113.407,98	0,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	24.874.686,22	27.113.407,98	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	667.304,00	727.361,36	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	667.304,00	727.361,36	0,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	444.120,00	484.090,80	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	223.184,00	243.270,56	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.341.857,05	6.642.624,16	0,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.506.322,42	1.641.891,42	0,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	175.285,28	191.060,95	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	27.211,28	29.660,29	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	68.672,00	74.852,48	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	79.402,00	86.548,18	0,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	79.402,00	86.548,18	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	365.337,14	398.217,47	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	239.277,93	260.812,94	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	23.575,95	25.697,78	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	102.483,26	111.706,75	0,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.1.9.53.00.00.00.00	Multas Decorrentes de Serviço de Migração	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.1.9.53.01.00.00.00	Convênio de Trânsito - Civil	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	1.286.755,18	1.402.563,14	0,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.286.755,18	1.402.563,14	0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	843.105,92	918.985,45	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	71.173,23	77.578,82	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	372.476,03	405.998,87	0,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	372.476,03	405.998,87	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	3.538.243,45	3.586.685,36	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.538.243,45	3.586.685,36	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.681.272,70	2.922.887,24	0,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Modern.Adm Públ	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.037.472,70	2.221.145,24	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.037.472,70	2.221.145,24	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.125.422,70	1.226.710,74	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	1.073,00	1.169,57	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.124.349,70	1.225.541,17	0,00



Estado de Santa Catarina

Página: 3/7

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação		Previsão - R\$ 1,00		
		Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	21.460,00	23.391,40	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	1.102.889,70	1.202.149,77	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	912.050,00	994.434,50	0,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	53.650,00	58.478,50	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	858.400,00	935.956,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Outras Transferências Convênio do Estado	858.400,00	935.956,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.627.920,48)	(13.479.036,83)	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.627.920,48)	(13.479.036,83)	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(10.627.920,48)	(13.479.036,83)	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	(10.627.920,48)	(13.479.036,83)	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.700.429,20)	(5.123.467,87)	0,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	(3.662.988,15)	(5.082.657,12)	0,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	(3.662.988,15)	(5.082.657,12)	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	(37.441,05)	(40.810,75)	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(6.927.491,28)	(8.355.568,96)	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	(6.927.491,28)	(8.355.568,96)	0,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	(5.526.429,21)	(6.828.411,34)	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPV/	(1.283.555,66)	(1.399.075,67)	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	(117.506,41)	(128.081,95)	0,00
Total entidade:		111.561.718,41	119.306.144,04	0,00
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	7.717.887,77	8.441.773,27	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	6.877.887,77	7.526.173,27	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.609.017,77	7.233.104,97	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	6.409.017,77	7.015.104,97	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.612.417,77	5.020.310,97	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.612.417,77	5.020.310,97	0,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	3.519.078,20	3.835.795,24	0,00
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	383.339,57	415.820,00	0,00
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	585.000,00	632.445,73	0,00
4.1.7.2.1.33.80.00.00.00	Incentivo Financ. ao Tratamento AIDS	125.000,00	136.250,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Mac. Média e Alta Complexidade	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	65.000,00	70.850,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	65.000,00	70.850,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	65.000,00	70.850,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências Convênio União	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	800.000,00	872.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	800.000,00	872.000,00	0,00



Estado de Santa Catarina

Página: 4/7

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR			
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00 Outras Transferências Convênio União	800.000,00	872.000,00	0,00
Total entidade:	7.717.887,77	8.441.773,27	0,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	20.000,00	21.090,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	20.000,00	21.090,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Rem. de Outros Depósitos Bancários	2.250,00	2.452,50	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00 Rem. de Outros Depósitos Bancários	2.250,00	2.452,50	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.119.000,00	1.248.318,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.119.000,00	1.248.318,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00 Transferências da União	907.000,00	993.258,00	0,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00 Demais Transf. da União	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00 Demais Transf. da União	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.01.00.00 Demais Transf. da União	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	863.000,00	945.298,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00 Programa Assistencia para Idoso - API	60.000,00	65.400,00	0,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00 Programa para Deficiente	21.000,00	22.890,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00 Prigrama PFMC III	160.000,00	174.400,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00 Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	65.000,00	75.478,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00 Programa do FNAS	442.000,00	481.780,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00 IGD Sus	24.000,00	26.160,00	0,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00 Gestão do Programa Bolsa Família - IGD	90.000,00	98.100,00	0,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00 Transferência da União - PROJOVEM	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00 Transferências dos Estados	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00 Transferências de Recursos do Estado - FEAS	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00 Transferências de Recursos do Estado - FEAS	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	87.200,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	80.000,00	87.200,00	0,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00 Outras Receitas	80.000,00	87.200,00	0,00
Total entidade:	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	52.146,00	56.839,14	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	52.146,00	56.839,14	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.146,00	2.339,14	0,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00 Transferências para o Combate à Fome	2.146,00	2.339,14	0,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00 Provenientes de Pessoas Jurídicas	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00 Provenientes de Pessoas Físicas	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00 Outras Receitas	40.000,00	43.600,00	0,00
Total entidade:	52.146,00	56.839,14	0,00



Página: 5/7

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
9 - FAMPEC - CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00 Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00 Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	1.010.000,00	1.100.900,00	0,00
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00 Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	185.000,00	201.650,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00 Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00 Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00 RESTITUIÇÕES	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00 Outras Restituicoes	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	20.000,00	21.800,00	0,00
Total entidade:	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00

10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	4.450.159,38	5.088.198,58	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	4.450.159,38	5.088.198,58	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronal de Servidor Ativo Civil	2.476,49	2.800,09	0,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	2.134.038,09	2.469.427,99	0,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	48.714,32	55.079,85	0,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	13.491,12	15.254,01	0,00
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Cont. Previdenciárias	9.252,53	10.461,56	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Rec. Rem. Depositos Bancários	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. Rem. Depositos Bancários	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. Rem. Depositos Bancários	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	364.839,00	412.512,79	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	364.839,00	412.512,79	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	364.839,00	412.512,79	0,00
Total entidade:		4.450.159,38	5.088.198,58	0,00

11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.10	Outras Receitas	10.000,00	10.900,00	0,00
Total entidade:		20.000,00	21.800,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 6/7

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00 Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00 Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	1.000,00	1.090,00	0,00
Total entidade:	1.000,00	1.090,00	0,00
13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	16.000,00	17.440,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	16.000,00	17.440,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.1.98.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	1.000,00	1.090,00	0,00
Total entidade:	16.000,00	17.440,00	0,00
15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	7.060.000,00	7.456.300,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	7.059.000,00	7.455.210,00	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00 Taxas pela Prestação de Serviços	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00 Taxa de Coleta de Lixo	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.02.03.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.3.2.5.02.04.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS	3.440.000,00	3.643.600,00	0,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00 Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	3.400.000,00	3.600.000,00	0,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00 Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.000,00	4.360,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00 Transf. de Conv.	4.000,00	4.360,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênios da União	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00 Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00 Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.2.04.00.00.00.00 Transf. Conv. do Estado Destin. Prog Meio ambiente	1.000,00	1.090,00	0,00
Total entidade:	7.060.000,00	7.456.300,00	0,00



Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

Página: 7/7

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de receita foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	Previsão - R\$ 1,00		
	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00 Outras Receitas	1.000,00	1.090,00	0,00
Total entidade:	1.000,00	1.090,00	0,00
Total geral:	133.411.161,56	143.179.435,53	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/1
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	140.515.809,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.644.340,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.712.479,29	Transferências a Consórcios Públicos	80.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	5.698.205,33	Aplicacoes Diretas	55.564.340,37
RECEITA PATRIMONIAL	2.580.927,37	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	348.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	144.016,08	Aplicacoes Diretas	348.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.440.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.907.319,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	102.221.485,22	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	6.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.718.696,05	Transferências a Consórcios Públicos	910.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-10.627.920,48	Aplicacoes Diretas	44.297.319,48
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-10.627.920,48		
		Superavit	21.988.229,01
Total	129.887.888,86	Total	129.887.888,86
Superavit do orçamento corrente	21.988.229,01		
RECEITAS DE CAPITAL	3.523.272,70	INVESTIMENTOS	9.907.457,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	643.800,00	Transferências a Consórcios Públicos	11.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.879.472,70	Aplicacoes Diretas	9.896.457,52
		INVERSOES FINANCEIRAS	500.000,00
		Aplicacoes Diretas	500.000,00
		AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.000.000,00
		Aplicacoes Diretas	2.000.000,00
		Superavit	13.104.044,19
Total	25.511.501,71	Total	25.511.501,71

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	129.887.888,86	97,36 %	Aplicações Diretas	107.899.659,85	88,15 %
RECEITAS DE CAPITAL	3.523.272,70	2,64 %	Aplicações Diretas	12.407.457,52	10,14 %
			RESERVA DO RPPS	2.000.000,00	1,63 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00	0,08 %
			Superavit do Orçamento	11.004.044,19	
Total	133.411.161,56	100,00 %	Total	133.411.161,56	100,00 %

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/2
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR			
0 ENCARGOS ESPECIAIS	3.602.800,00	3.927.052,00	0,00
2 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	8.580.957,93	9.318.012,00	0,00
4 SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.186.966,00	3.466.580,00	0,00
11 EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	34.650.358,35	37.579.998,93	0,00
17 INFRA ESTRUTURA URBANA	18.706.394,18	20.090.834,75	0,00
20 MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	1.303.171,70	1.408.000,00	0,00
26 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	2.754.900,00	3.002.841,00	0,00
27 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	1.052.400,00	1.146.054,00	0,00
40 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	100.000,00	109.000,00	0,00
9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	109.000,00	0,00
Total da entidade:	74.037.948,16	80.157.372,68	0,00
2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR			
8 SAÚDE BÁSICA	20.113.984,02	20.033.644,19	0,00
Total da entidade:	20.113.984,02	20.033.644,19	0,00
4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR			
5 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	5.264.000,00	5.747.350,00	0,00
Total da entidade:	5.264.000,00	5.747.350,00	0,00
6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR			
22 HABITAÇÃO POPULAR	500.750,00	545.817,50	0,00
Total da entidade:	500.750,00	545.817,50	0,00
7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR			
5 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	275.000,00	299.750,00	0,00
Total da entidade:	275.000,00	299.750,00	0,00
9 - FAMPEC - CACADOR			
6 ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	1.420.000,00	1.547.800,00	0,00
Total da entidade:	1.420.000,00	1.547.800,00	0,00
10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR			
7 PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS	9.172.835,19	9.998.390,36	0,00
Total da entidade:	9.172.835,19	9.998.390,36	0,00
11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR			
31 DESPORTO AMADOR	2.085.000,00	2.272.650,00	0,00
Total da entidade:	2.085.000,00	2.272.650,00	0,00
12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR			
35 SANEAMENTO BASICO	6.000,00	6.054,00	0,00
Total da entidade:	6.000,00	6.054,00	0,00
13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR			
19 ACERVO CULTURAL	1.171.000,00	1.276.309,00	0,00
Total da entidade:	1.171.000,00	1.276.309,00	0,00
14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR			
1 PROCESSO LEGISLATIVO	5.690.000,00	6.025.390,00	0,00
Total da entidade:	5.690.000,00	6.025.390,00	0,00
15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA			
24 MEIO AMBIENTE	6.840.000,00	7.534.765,00	0,00
36 MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	100.000,00	109.000,00	0,00
37 MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	200.000,00	218.000,00	0,00
38 MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL	20.000,00	21.800,00	0,00
Total da entidade:	7.160.000,00	7.883.565,00	0,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 2/2
Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Anexo 1.4 - Demonstrativo da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

As metas anuais de despesas foram calculadas a partir das seguintes despesas orçamentárias:

Programa	R\$ 1,00		
	2014	2015	2016
16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR			
34 PLANEJAMENTO URBANO	1.200.600,00	1.290.654,00	0,00
Total da entidade:	1.200.600,00	1.290.654,00	0,00
Total geral:	128.097.117,37	137.084.746,73	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/3

Data: 19/06/2013

4.1.1.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	14.615.990,21	----
2012	15.748.409,94	7,75
2013	15.135.788,40	(3,89)
2014	17.712.479,29	17,02
2015	19.324.602,52	9,10
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A arrecadação esperada das Receita Tributárias para o exercício de 2014, foi projetada com base na tendência de evolução da arrecadação observada nos últimos 3 (três) exercícios. Ainda é esperado um crescimento nominal da receita, na ordem de 9%, decorrente da variação da inflação no período, bem como o incremento da arrecadação dessas receitas.

4.1.1.2.0.00.00.00.00.00 - TAXAS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	2.575.598,31	----
2012	2.863.485,87	11,18
2013	2.886.075,49	0,79
2014	3.950.668,04	36,89
2015	4.324.228,18	9,46
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A projeção da arrecadação das Taxas é influenciada pelos fatos específicos da legislação de cada uma. A expectativa de incremento na arrecadação das mesmas decorre principalmente, pela atualização da cobrança de seus valores pela variação anual do INPC.

4.1.1.3.0.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	409.623,90	----
2012	438.379,50	7,02
2013	296.599,06	(32,34)
2014	326.258,97	10,00
2015	355.622,28	9,00
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A projeção de arrecadação se baseia na continuidade da pavimentação das Ruas centrais da cidade, sendo que sua receita variará em função do valor cobrado dos contribuintes, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

4.1.2.0.00.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	1.765.000,00	----
2012	1.888.900,00	7,02
2013	1.980.232,78	4,84
2014	2.295.232,78	15,91
2015	2.374.299,10	3,44
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A arrecadação da COSIP foi estimada na previsão de arrecadação repassada pela CELESC para o exercício de 2014.

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

Página: 2/3

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

4.1.3.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	1.959.803,46	----
2012	2.111.275,09	7,73
2013	2.178.864,65	3,20
2014	2.580.927,37	18,45
2015	2.890.653,98	12,00
2016	0,00	(100,00)

Nota:

As receitas patrimoniais foram projetadas em função dos valores mobiliários do Município, cuja receita dependerá do saldo médio de disponibilidades financeiras estimadas para o exercício de 2013. Foi observada a distinção entre os recursos próprios e vinculados.

4.1.6.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	9.412.400,00	----
2012	10.010.664,22	6,36
2013	3.115.200,00	(68,88)
2014	3.440.000,00	10,43
2015	3.643.600,00	5,92
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A projeção das receitas de serviços depende das atividades prestadas pela administração municipal. Os serviços prestados pelo Município na área de obras, serviços urbanos e agricultura são baseados na média de arrecadação dos últimos três exercícios.

4.1.7.0.0.00.00.00.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	78.645.146,50	----
2012	94.592.333,54	20,28
2013	93.882.628,53	(0,75)
2014	102.221.485,22	8,88
2015	111.474.981,54	9,05
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A evolução das transferências correntes tem apresentado uma performance bastante positiva, se situando sempre acima dos índices de inflação e crescimento da economia. Ela certamente decorre do aperfeiçoamento da máquina arrecadadora da União e do Estado, no combate a sonegação e evasão fiscal. Utilizou-se como base o crescimento dos últimos 3 (três) exercícios.

4.1.9.0.0.00.00.00.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	4.380.680,32	----
2012	3.016.999,78	(31,13)
2013	6.108.296,86	102,46
2014	8.718.696,05	42,74
2015	9.097.116,95	4,34
2016	0,00	(100,00)

Nota:

A projeção da arrecadação das Outras Receitas Correntes é influenciada pelas medidas adotadas para cobrança das mesmas. A expectativa de incremento na arrecadação das mesmas decorre principalmente, pela realização periódica de campanhas para que os contribuintes fiquem em dia com a Fazenda Pública.

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/3
Data: 19/06/2013**4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	12.970.500,00	----
2012	11.767.100,00	(9,28)
2013	2.486.549,79	(78,87)
2014	3.523.272,70	41,69
2015	3.840.667,24	9,01
2016	0,00	(100,00)

Nota:

Previsão de Arrecadação.

9.0.0.0.0.00.00.00.00.00 - DEDUÇÕES DA RECEITA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	(10.205.159,30)	----
2012	(10.921.561,49)	7,02
2013	(11.549.944,82)	5,75
2014	(10.627.920,48)	(7,98)
2015	(13.479.036,83)	26,83
2016	0,00	(100,00)

Nota:

Previsão de Dedução da Receita.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			119.508.366,19
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		15.708.609,29	
4.1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS		13.435.552,28	
4.1.1.1.2.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	8.007.622,92		
4.1.1.1.2.02.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	4.867.615,06		
4.1.1.1.2.04.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.823.057,06		
4.1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1.469.473,51		
4.1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	353.583,55		
4.1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.316.950,80		
4.1.1.1.3.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	5.427.929,36		
4.1.1.1.3.05.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.427.929,36		
4.1.1.1.3.05.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5.427.929,36		
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		1.946.798,04	
4.1.1.2.1.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.312.548,14		
4.1.1.2.1.25.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	1.207.544,34		
4.1.1.2.1.27.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	105.003,80		
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	634.249,90		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	634.249,90		
4.1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa de Expediente	511.169,49		
4.1.1.2.2.99.02.00.00	Taxa de Serviços Urbanos	108.837,97		
4.1.1.2.2.99.04.00.00	Taxa Horas Máquina	10.934,35		
4.1.1.2.2.99.99.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	3.308,09		
4.1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		326.258,97	
4.1.1.3.0.04.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	326.258,97		
4.1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.295.232,78	
4.1.2.2.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		2.295.232,78	
4.1.2.2.0.29.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.295.232,78		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		556.329,54	
4.1.3.1.0.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		67.489,93	
4.1.3.1.1.00.00.00.00	ALUGUÉIS	66.416,93		
4.1.3.1.9.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	1.073,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		488.839,61	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	488.839,61		
4.1.3.2.5.01.00.00.00	Rec. de Remun. de Dep. Banc. Rec. Vinc. - Royalties	211.342,94		
4.1.3.2.5.01.02.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	13.267,14		
4.1.3.2.5.01.99.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	198.075,80		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	277.496,67		
4.1.3.2.5.02.99.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	277.496,67		
4.1.4.0.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA		144.016,08	
4.1.4.1.0.00.00.00.00	Receita da Produção Vegetal		144.016,08	
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		94.462.321,45	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		93.795.017,45	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	30.352.754,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Receita da União	27.356.362,39		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	27.071.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	135.009,84		
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	150.352,55		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	211.281,41		
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.281,41		
4.1.7.2.1.22.40.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	200.000,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.597.904,99		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transferências do Salário-Educação	1.857.485,82		
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	371.426,33		
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	269.419,17		
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	99.573,67		
4.1.7.2.1.35.99.01.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAC	98.573,67		
4.1.7.2.1.35.99.03.00	Programa Brasil Alfabetizado (PEJA)	1.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	187.205,21		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	38.567.577,23		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	38.328.298,23		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	31.322.987,03		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	6.417.778,25		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	587.532,95		
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	227.476,00		
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	227.476,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	11.803,00		
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Agricultura	1.073,00		
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências Estado - Educação	10.730,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	24.874.686,22		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	24.874.686,22		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		667.304,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	667.304,00		
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	444.120,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	223.184,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.341.857,05	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.506.322,42	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	175.285,28		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	27.211,28		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	68.672,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	79.402,00		
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	79.402,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	365.337,14		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	239.277,93		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	23.575,95		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	102.483,26		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	965.700,00		
4.1.9.1.9.53.00.00.00.00	Multas Decorrentes de Serviço de Migração	965.700,00		
4.1.9.1.9.53.01.00.00.00	Convênio de Trânsito - Civil	965.700,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.536,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.536,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.536,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.286.755,18	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributária	1.286.755,18		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	843.105,92		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	71.173,23		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	372.476,03		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	372.476,03		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		3.538.243,45	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	3.538.243,45		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			2.681.272,70
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		643.800,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		643.800,00	
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	643.800,00		
4.2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper. de Créd. Internas p/ Prog. de Modern.Adm Públ	643.800,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.037.472,70	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.037.472,70	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.125.422,70		
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	1.073,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	1.124.349,70		
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	21.460,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	1.102.889,70		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	912.050,00		
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	53.650,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	858.400,00		
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Outras Transferências Convênio do Estado	858.400,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-10.627.920,48
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-10.627.920,48	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências		-10.627.920,48	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.700.429,20		
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.662.988,15		



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-3.662.988,15		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-37.441,05		
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-6.927.491,28		
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-6.927.491,28		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-5.526.429,21		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-1.283.555,66		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI-Exp p/ Formação FUNDEB	-117.506,41		
		Total das receitas:	111.561.718,41	
		Total por entidade:	111.561.718,41	
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			6.877.887,77
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		203.870,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		203.870,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	203.870,00		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	203.870,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.609.017,77	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		6.409.017,77	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.612.417,77		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	4.612.417,77		
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	3.519.078,20		
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	383.339,57		
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	585.000,00		
4.1.7.2.1.33.80.00.00.00	Incentivo Financ. ao Tratamento AIDS	125.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.796.600,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.796.600,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Mac. Média e Alta Complexidade	1.796.600,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		200.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	200.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	200.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		65.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		65.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	65.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			840.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		840.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		840.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	40.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	40.000,00		
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências Convênio União	40.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	800.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	800.000,00		
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências Convênio União	800.000,00		
		Total das receitas:	7.717.887,77	
		Total por entidade:	7.717.887,77	
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.221.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		22.250,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		22.250,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	22.250,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	20.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	20.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Outros Depósitos Bancários	2.250,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Depósitos Bancários	2.250,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.119.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.119.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	907.000,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Demais Transf. da União	44.000,00		



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 4/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	44.000,00		
4.1.7.2.1.09.99.01.00.00	Demais Transf. da União	44.000,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	863.000,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa Assistencia para Idoso - API	60.000,00		
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa para Deficiente	21.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Prigrama PFMC III	160.000,00		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	65.000,00		
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa do FNAS	442.000,00		
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD Sus	24.000,00		
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Gestão do Programa Bolsa Família - IGD	90.000,00		
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transferência da União - PROJOVEM	1.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	212.000,00		
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	212.000,00		
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	212.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		80.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		80.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	80.000,00		
Total das receitas:				1.221.250,00
Total por entidade:				1.221.250,00
Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			52.146,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		10.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		10.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	10.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	10.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.146,00	
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		2.146,00	
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	1.073,00		
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	1.073,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		40.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		40.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	40.000,00		
Total das receitas:				52.146,00
Total por entidade:				52.146,00
Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.310.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		1.195.000,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		1.195.000,00	
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	1.195.000,00		
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	1.010.000,00		
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	185.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		90.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		90.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	90.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	90.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	90.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		25.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	5.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		20.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	20.000,00		
Total das receitas:				1.310.000,00
Total por entidade:				1.310.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 5/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.450.159,38
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.207.972,55	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.207.972,55	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.207.972,55		
4.1.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronal de Servidor Ativo Civil	2.476,49		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	2.134.038,09		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	48.714,32		
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	13.491,12		
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Cont. Previdenciárias	9.252,53		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.877.347,83	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		1.877.347,83	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Rec. Rem. Depósitos Bancários	1.877.347,83		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. Rem. Depósitos Bancários	1.877.347,83		
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. Rem. Depósitos Bancários	1.877.347,83		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		364.839,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		364.839,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	364.839,00		
Total das receitas:				4.450.159,38
Total por entidade:				4.450.159,38
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		10.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	10.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		10.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.10	Outras Receitas	10.000,00		
Total das receitas:				20.000,00
Total por entidade:				20.000,00
Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	1.000,00		
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	1.000,00		
Total das receitas:				1.000,00
Total por entidade:				1.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			16.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		15.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		15.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	15.000,00		
4.1.7.6.1.98.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	10.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
Total das receitas:				16.000,00
Total por entidade:				16.000,00



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 6/6
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Receita por Categoria Econômica (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			7.059.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		1.800.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS		1.800.000,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.800.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.800.000,00		
4.1.1.2.2.99.03.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	1.800.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		25.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.000,00		
4.1.3.2.5.02.03.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00		
4.1.3.2.5.02.04.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		3.440.000,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	3.400.000,00		
4.1.6.0.0.42.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	40.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.		4.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	2.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	2.000,00		
4.1.7.6.2.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	2.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	2.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.790.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.790.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	1.790.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			1.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		1.000,00	
4.2.4.7.2.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	1.000,00		
4.2.4.7.2.04.00.00.00	Transf. Conv. do Estado Dest. Prog Meio ambiente	1.000,00		
Total das receitas:				7.060.000,00
Total por entidade:				7.060.000,00
Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.000,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
Total das receitas:				1.000,00
Total por entidade:				1.000,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das receitas:				133.411.161,56
Total geral:				133.411.161,56

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 1/4
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			65.308.074,64
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.298.044,73		
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	60.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	34.238.044,73		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	348.000,00		
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	348.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.662.029,91		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.470.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	610.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	24.582.029,91		
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			8.629.873,52
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	6.129.873,52		
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	11.000,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	6.118.873,52		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	500.000,00		
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	500.000,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.000.000,00		
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.000.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00		
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	100.000,00		
Total das despesas:				74.037.948,16
Total da entidade:				74.037.948,16
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			19.180.800,02
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.092.460,45		
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	20.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.072.460,45		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.088.339,57		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	600.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	300.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.188.339,57		
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			933.184,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	933.184,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	933.184,00		
Total das despesas:				20.113.984,02
Total da entidade:				20.113.984,02
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			4.825.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.500.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.500.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.325.600,00		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	400.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.925.600,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			438.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	438.400,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	438.400,00		
Total das despesas:				5.264.000,00
Total da entidade:				5.264.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			35.750,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 2/4
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		35.750,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		35.750,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			465.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		465.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		465.000,00	
Total das despesas:				500.750,00
Total da entidade:				500.750,00
Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			235.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		235.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		235.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			40.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		40.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		40.000,00	
Total das despesas:				275.000,00
Total da entidade:				275.000,00
Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.420.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.420.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.420.000,00	
Total das despesas:				1.420.000,00
Total da entidade:				1.420.000,00
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			7.077.835,19
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.887.835,19	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.887.835,19	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		190.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		190.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			95.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		95.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		95.000,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS			2.000.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		2.000.000,00	
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS		2.000.000,00	
Total das despesas:				9.172.835,19
Total da entidade:				9.172.835,19
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			2.055.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		715.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		715.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.340.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		100.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.240.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.000,00	



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 3/4
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		30.000,00	
Total das despesas:				2.085.000,00
Total da entidade:				2.085.000,00
Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			4.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.000,00	
Total das despesas:				6.000,00
Total da entidade:				6.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.040.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		610.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		610.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		430.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		130.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		300.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			131.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		131.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		131.000,00	
Total das despesas:				1.171.000,00
Total da entidade:				1.171.000,00
Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			5.370.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.780.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.500.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		280.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.590.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.590.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			320.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		320.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		320.000,00	
Total das despesas:				5.690.000,00
Total da entidade:				5.690.000,00
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			5.697.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		910.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		910.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.787.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.787.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.463.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.463.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.463.000,00	

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 4/4
Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.463.000,00	
Total das despesas:				7.160.000,00
Total da entidade:				7.160.000,00
Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			1.020.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		630.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		630.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		390.600,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		390.600,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas			180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		180.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		180.000,00	
Total das despesas:				1.200.600,00
Total da entidade:				1.200.600,00
Total geral das transferências:				0,00
Total geral das despesas:				128.097.117,37
Total geral:				128.097.117,37

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADORPágina: 1/1
Data: 19/06/2013**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Funções e Subfunções de Governo (conforme Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
10 Saúde	301 Atenção Básica
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
	367 Educação Especial
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
	662 Produção Industrial
27 Desporto e Lazer	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

Estado de Santa Catarina

Página: 1/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		5.394.057,52	65.191.090,64	3.352.800,00	74.037.948,16
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.394.057,52	64.941.090,64	0,00	70.335.148,16
Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO		0,00	4.049.900,00	0,00	4.049.900,00
04	Administração		3.583.100,00		3.583.100,00
04.122	Administração Geral		3.583.100,00		3.583.100,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.583.100,00		3.583.100,00
04.122.0002.2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.700.000,00		1.700.000,00
04.122.0002.2.003	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA		30.100,00		30.100,00
04.122.0002.2.004	MANUTENÇÃO DO PROCON		570.000,00		570.000,00
04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		803.650,00		803.650,00
04.122.0002.2.013	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS A ENTIDADES.		100.000,00		100.000,00
04.122.0002.2.015	MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO		18.000,00		18.000,00
04.122.0002.2.157	MANUTENÇÃO DA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE		181.350,00		181.350,00
04.122.0002.2.162	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA A CENTROS COMUNITÁRIOS		180.000,00		180.000,00
06	Segurança Pública		366.800,00		366.800,00
06.182	Defesa Civil		366.800,00		366.800,00
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		366.800,00		366.800,00
06.182.0002.2.156	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA DEFESA CIVIL		366.800,00		366.800,00
14	Direitos da Cidadania		100.000,00		100.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		100.000,00		100.000,00
14.422.0040	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		100.000,00		100.000,00
14.422.0040.2.782	COORDENADORIA MUNICIPAL DA MULHER		100.000,00		100.000,00
Unidade: 02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		0,00	3.221.000,00	0,00	3.221.000,00
04	Administração		3.221.000,00		3.221.000,00
04.123	Administração Financeira		3.221.000,00		3.221.000,00
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.221.000,00		3.221.000,00
04.123.0002.2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		3.221.000,00		3.221.000,00
Unidade: 02.03 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		1.115.900,00	17.590.494,18	0,00	18.706.394,18
15	Urbanismo	1.065.900,00	17.590.494,18		18.656.394,18
15.451	Infra-Estrutura Urbana	585.900,00	17.590.494,18		18.176.394,18
15.451.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	585.900,00	17.590.494,18		18.176.394,18
15.451.0017.1.001	DESAPROPRIAÇÃO DAS ÁREAS EM TORNO DO PARQUE	300.000,00			300.000,00
15.451.0017.1.039	ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	100.000,00			100.000,00
15.451.0017.1.040	PARQUE CENTRAL 3. ETAPA	100.000,00			100.000,00
15.451.0017.1.057	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS	85.900,00			85.900,00
15.451.0017.2.071	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA		13.155.245,99		13.155.245,99

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		5.394.057,52	65.191.090,64	3.352.800,00	74.037.948,16
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.394.057,52	64.941.090,64	0,00	70.335.148,16
Unidade: 02.03 SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA		1.115.900,00	17.590.494,18	0,00	18.706.394,18
15	Urbanismo	1.065.900,00	17.590.494,18		18.656.394,18
15.451	Infra-Estrutura Urbana	585.900,00	17.590.494,18		18.176.394,18
15.451.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	585.900,00	17.590.494,18		18.176.394,18
15.451.0017.2.072	MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS		1.410.015,41		1.410.015,41
15.451.0017.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.451.0017.2.077	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.451.0017.2.078	MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL		30.000,00		30.000,00
15.451.0017.2.079	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA.		2.295.232,78		2.295.232,78
15.451.0017.2.108	MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL		500.000,00		500.000,00
15.452	Serviços Urbanos	480.000,00			480.000,00
15.452.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	480.000,00			480.000,00
15.452.0017.1.051	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES, PONTILHÕES E BUEIROS	280.000,00			280.000,00
15.452.0017.1.053	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.000,00			200.000,00
17	Saneamento	50.000,00			50.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	50.000,00			50.000,00
17.512.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	50.000,00			50.000,00
17.512.0017.1.052	CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS	50.000,00			50.000,00
Unidade: 02.04 DIVISÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA		0,00	3.186.966,00	0,00	3.186.966,00
06	Segurança Pública		3.186.966,00		3.186.966,00
06.181	Policimento		3.186.966,00		3.186.966,00
06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		3.186.966,00		3.186.966,00
06.181.0004.2.016	MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA		616.966,00		616.966,00
06.181.0004.2.017	AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOC. DE SERV. SOCIAIS VOL. DE CAÇADOR.		720.000,00		720.000,00
06.181.0004.2.019	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE TRANSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA DE CAÇADOR		1.850.000,00		1.850.000,00
Unidade: 02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		2.452.985,82	32.197.372,53	0,00	34.650.358,35
12	Educação	2.452.985,82	32.197.372,53		34.650.358,35
12.306	Alimentação e Nutrição		1.360.000,00		1.360.000,00
12.306.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.360.000,00		1.360.000,00
12.306.0011.2.064	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR		1.360.000,00		1.360.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.361.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.361.0011.1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	476.000,00			476.000,00
12.361.0011.1.003	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	250.000,00			250.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		5.394.057,52	65.191.090,64	3.352.800,00	74.037.948,16
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.394.057,52	64.941.090,64	0,00	70.335.148,16
Unidade: 02.05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		2.452.985,82	32.197.372,53	0,00	34.650.358,35
12	Educação	2.452.985,82	32.197.372,53		34.650.358,35
12.361	Ensino Fundamental	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.361.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.361.0011.1.030	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE ESCOLAS MUNICIPAIS	902.085,82			902.085,82
12.361.0011.1.031	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE QUADRAS DE ESPORTES	317.000,00			317.000,00
12.361.0011.1.106	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES	155.000,00			155.000,00
12.361.0011.2.045	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		5.405.000,00		5.405.000,00
12.361.0011.2.046	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 60%		10.564.650,86		10.564.650,86
12.361.0011.2.047	APLICAÇÃO RECURSOS DO FUNDEB 40%		5.340.902,50		5.340.902,50
12.361.0011.2.048	APLICAÇÃO DO SALARIO EDUCAÇÃO		1.005.400,00		1.005.400,00
12.361.0011.2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR		1.834.019,17		1.834.019,17
12.364	Ensino Superior		85.000,00		85.000,00
12.364.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		85.000,00		85.000,00
12.364.0011.2.063	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES - BOLSAS DE ESTUDO		85.000,00		85.000,00
12.365	Educação Infantil	352.900,00	5.660.000,00		6.012.900,00
12.365.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	352.900,00	5.660.000,00		6.012.900,00
12.365.0011.1.036	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	352.900,00			352.900,00
12.365.0011.2.055	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL		3.960.000,00		3.960.000,00
12.365.0011.2.056	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM AS ACEIAS		1.700.000,00		1.700.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.000,00		1.000,00
12.366.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.000,00		1.000,00
12.366.0011.2.052	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - EJA		1.000,00		1.000,00
12.367	Educação Especial		941.400,00		941.400,00
12.367.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		941.400,00		941.400,00
12.367.0011.2.068	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA PARA AS ENTIDADES DE APOIO AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA		900.000,00		900.000,00
12.367.0011.2.779	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA - AEE		41.400,00		41.400,00
Unidade: 02.07 SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.		120.000,00	2.634.900,00	0,00	2.754.900,00
20	Agricultura	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606	Extensão Rural	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606.0026.1.077	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM	55.000,00			55.000,00
20.606.0026.1.078	AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL	15.000,00			15.000,00
20.606.0026.1.088	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	40.000,00			40.000,00
20.606.0026.1.180	CONSTRUÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS NA ÁREA RURAL.	10.000,00			10.000,00
20.606.0026.2.051	MANUTENÇÃO DA PISTA DE ARREIMATE E MANGUEIRA		10.000,00		10.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		5.394.057,52	65.191.090,64	3.352.800,00	74.037.948,16
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.394.057,52	64.941.090,64	0,00	70.335.148,16
Unidade: 02.07 SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUARIA E DO ABAST.		120.000,00	2.634.900,00	0,00	2.754.900,00
20	Agricultura	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606	Extensão Rural	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606.0026.2.058	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR AGRÍCOLA		25.900,00		25.900,00
20.606.0026.2.091	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA		1.723.000,00		1.723.000,00
20.606.0026.2.092	ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PRODUTOR RURAL		80.000,00		80.000,00
20.606.0026.2.093	PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS		20.000,00		20.000,00
20.606.0026.2.095	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ANTIGRANIZO		256.000,00		256.000,00
20.606.0026.2.097	PROGRAMA DE SUBSÍDIO DE HORA MÁQUINA AO PRODUTOR RURAL		360.000,00		360.000,00
20.606.0026.2.098	PROGRAMA DE SUBSÍDIO PARA A IMPLANTAÇÃO DE AGRO INDÚSTRIAS		60.000,00		60.000,00
20.606.0026.2.100	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS		100.000,00		100.000,00
Unidade: 02.08 GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	185.900,00	0,00	185.900,00
04	Administração		185.900,00		185.900,00
04.122	Administração Geral		185.900,00		185.900,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		185.900,00		185.900,00
04.122.0002.2.158	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO VICE-PREFEITO		185.900,00		185.900,00
Unidade: 02.09 SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TURISMO		402.000,00	651.400,00	0,00	1.053.400,00
22	Indústria	402.000,00	651.400,00		1.053.400,00
22.661	Promoção Industrial	401.000,00	221.400,00		622.400,00
22.661.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	401.000,00	221.400,00		622.400,00
22.661.0027.1.082	REALIZAÇÃO DE FEIRAS E EVENTOS.	401.000,00			401.000,00
22.661.0027.2.101	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÃO		120.400,00		120.400,00
22.661.0027.2.104	IMPLANTAÇÃO DE INCUBADORA DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA		61.000,00		61.000,00
22.661.0027.2.154	PROGRAMA FORÇA DO EMPREENDEDOR		20.000,00		20.000,00
22.661.0027.2.159	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA CIAMPEC		10.000,00		10.000,00
22.661.0027.2.160	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA INOTEC		10.000,00		10.000,00
22.662	Produção Industrial	1.000,00	430.000,00		431.000,00
22.662.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.000,00			1.000,00
22.662.0002.1.064	CRIAÇÃO DO CENTRO EMPRESARIAL	1.000,00			1.000,00
22.662.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		430.000,00		430.000,00
22.662.0027.2.012	QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.		20.000,00		20.000,00
22.662.0027.2.099	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		410.000,00		410.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 5/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR		5.394.057,52	65.191.090,64	3.352.800,00	74.037.948,16
Órgão: 02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO		5.394.057,52	64.941.090,64	0,00	70.335.148,16
Unidade: 02.11 SECRETARIA DA FAZENDA		0,00	1.223.157,93	0,00	1.223.157,93
04	Administração		1.223.157,93		1.223.157,93
04.123	Administração Financeira		1.223.157,93		1.223.157,93
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.223.157,93		1.223.157,93
04.123.0002.2.778	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA		1.223.157,93		1.223.157,93
Unidade: 02.12 FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO		1.303.171,70	0,00	0,00	1.303.171,70
15	Urbanismo	1.303.171,70			1.303.171,70
15.452	Serviços Urbanos	1.303.171,70			1.303.171,70
15.452.0020	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	1.303.171,70			1.303.171,70
15.452.0020.1.048	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	1.303.171,70			1.303.171,70
Órgão: 03.00 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	250.000,00	3.352.800,00	3.602.800,00
Unidade: 03.01 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	250.000,00	3.352.800,00	3.602.800,00
04	Administração		250.000,00	1.004.800,00	1.254.800,00
04.122	Administração Geral		250.000,00	1.004.800,00	1.254.800,00
04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		250.000,00	1.004.800,00	1.254.800,00
04.122.0000.0.003	PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS			198.200,00	198.200,00
04.122.0000.0.004	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			150.000,00	150.000,00
04.122.0000.0.005	PAGAMENTO AO PASEP			656.600,00	656.600,00
04.122.0000.2.113	CONTRIBUIÇÃO PARA AMARP, FECAM E CNM		250.000,00		250.000,00
28	Encargos Especiais			2.348.000,00	2.348.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			2.348.000,00	2.348.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			2.348.000,00	2.348.000,00
28.843.0000.0.001	PAGAMENTO DE JUROS DA DIVIDA INTERNA			348.000,00	348.000,00
28.843.0000.0.002	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA			2.000.000,00	2.000.000,00
Órgão: 10.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	100.000,00
Unidade: 10.99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	100.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
99.999.9999.9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR		933.184,00	19.180.800,02	0,00	20.113.984,02
Órgão: 08.00 FAMPEC - CAÇADOR		933.184,00	19.180.800,02	0,00	20.113.984,02
Unidade: 08.80 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		933.184,00	19.180.800,02	0,00	20.113.984,02
10	Saúde	933.184,00	19.180.800,02		20.113.984,02
10.301	Atenção Básica	933.184,00	19.180.800,02		20.113.984,02
10.301.0008	SAÚDE BÁSICA	933.184,00	19.180.800,02		20.113.984,02
10.301.0008.1.025	BLOCO DE INVESTIMENTOS	933.184,00			933.184,00
10.301.0008.2.037	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE BLOCO ATENÇÃO BÁSICA		14.742.460,45		14.742.460,45
10.301.0008.2.062	BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		648.339,57		648.339,57
10.301.0008.2.151	BLOCO DE ASSISTÊNCIA FAMACEUTICA		975.000,00		975.000,00
10.301.0008.2.185	BLOCO DE MÉDIA E ALTA COMPLEX. AMB. HOSPITALAR		2.815.000,00		2.815.000,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR		50.000,00	5.214.000,00	0,00	5.264.000,00
Órgão: 05.00 SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		50.000,00	5.214.000,00	0,00	5.264.000,00
Unidade: 05.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		50.000,00	5.214.000,00	0,00	5.264.000,00
08	Assistência Social	50.000,00	5.214.000,00		5.264.000,00
08.244	Assistência Comunitária	50.000,00	5.214.000,00		5.264.000,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	50.000,00	5.214.000,00		5.264.000,00
08.244.0005.1.014	CONSTRUÇÃO DO CRAS	50.000,00			50.000,00
08.244.0005.2.191	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		576.000,00		576.000,00
08.244.0005.2.192	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE		466.000,00		466.000,00
08.244.0005.2.193	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE		600.000,00		600.000,00
08.244.0005.2.194	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		3.572.000,00		3.572.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR		465.000,00	35.750,00	0,00	500.750,00
Órgão: 06.00 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		465.000,00	35.750,00	0,00	500.750,00
Unidade: 06.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		465.000,00	35.750,00	0,00	500.750,00
16	Habitação	465.000,00	35.750,00		500.750,00
16.482	Habitação Urbana	465.000,00	35.750,00		500.750,00
16.482.0022	HABITAÇÃO POPULAR	465.000,00	35.750,00		500.750,00
16.482.0022.1.061	CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	465.000,00			465.000,00
16.482.0022.2.083	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO		35.750,00		35.750,00

Estado de Santa Catarina

Página: 7/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR		0,00	275.000,00	0,00	275.000,00
Órgão: 07.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	275.000,00	0,00	275.000,00
Unidade: 07.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	275.000,00	0,00	275.000,00
08	Assistência Social		275.000,00		275.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		275.000,00		275.000,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		275.000,00		275.000,00
08.243.0005.2.020	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA		250.000,00		250.000,00
08.243.0005.2.164	CAPACITAÇÃO PARA ADOLESCENTES		25.000,00		25.000,00
Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR		0,00	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00
Órgão: 08.00 FAMPEC - CAÇADOR		0,00	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00
Unidade: 08.01 FAMPEC - CAÇADOR		0,00	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00
04	Administração		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122	Administração Geral		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122.0006	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122.0006.2.033	MANUTENÇÃO DO FAMPEC		1.420.000,00		1.420.000,00
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR		0,00	9.172.835,19	0,00	9.172.835,19
Órgão: 09.00 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	9.172.835,19	0,00	9.172.835,19
Unidade: 09.01 IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	9.172.835,19	0,00	9.172.835,19
04	Administração		9.172.835,19		9.172.835,19
04.122	Administração Geral		9.172.835,19		9.172.835,19
04.122.0007	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		9.172.835,19		9.172.835,19
04.122.0007.2.034	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC		705.935,19		705.935,19
04.122.0007.2.035	MANUTENÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL A SEGURADOS		6.466.900,00		6.466.900,00
04.122.0007.2.777	RESERVA LEGAL - RPPS		2.000.000,00		2.000.000,00
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR		0,00	2.085.000,00	0,00	2.085.000,00
Órgão: 12.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	2.085.000,00	0,00	2.085.000,00
Unidade: 12.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	2.085.000,00	0,00	2.085.000,00
27	Desporto e Lazer		2.085.000,00		2.085.000,00
27.812	Desporto Comunitário		2.085.000,00		2.085.000,00
27.812.0031	DESPORTO AMADOR		2.085.000,00		2.085.000,00
27.812.0031.2.109	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		1.645.000,00		1.645.000,00
27.812.0031.2.149	CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ÀS ENTIDADES DESP. ORG. DO MUNICÍPIO.		100.000,00		100.000,00
27.812.0031.2.181	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA ATLETA		340.000,00		340.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 8/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR		0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Órgão: 11.00 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Unidade: 11.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
17	Saneamento		6.000,00		6.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		6.000,00		6.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BASICO		6.000,00		6.000,00
17.512.0035.2.174	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		3.000,00		3.000,00
17.512.0035.2.175	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS		1.000,00		1.000,00
17.512.0035.2.176	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ÁGUA E ESGOTO		2.000,00		2.000,00
Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR		101.000,00	1.070.000,00	0,00	1.171.000,00
Órgão: 13.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		101.000,00	1.070.000,00	0,00	1.171.000,00
Unidade: 13.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		101.000,00	1.070.000,00	0,00	1.171.000,00
13	Cultura	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
13.392	Difusão Cultural	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
13.392.0019	ACERVO CULTURAL	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
13.392.0019.1.032	REFORMA E MANUTENÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	21.000,00			21.000,00
13.392.0019.1.046	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	80.000,00			80.000,00
13.392.0019.2.069	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.		1.070.000,00		1.070.000,00
Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR		550.000,00	5.140.000,00	0,00	5.690.000,00
Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO		550.000,00	5.140.000,00	0,00	5.690.000,00
Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		550.000,00	5.140.000,00	0,00	5.690.000,00
01	Legislativa	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
01.031	Ação Legislativa	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
01.031.0001.1.191	MODERNIZAÇÃO ESTRUTURA PATRIMONIAL	550.000,00			550.000,00
01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS		4.350.000,00		4.350.000,00
01.031.0001.2.161	MANUTENÇÃO DO PROCESSO E ATIVIDADE PARLAMENTAR		470.000,00		470.000,00
01.031.0001.2.163	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO		320.000,00		320.000,00
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Órgão: 14.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Unidade: 14.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		57.000,00	1.805.000,00	0,00	1.862.000,00
15	Urbanismo		200.000,00		200.000,00
15.452	Serviços Urbanos		200.000,00		200.000,00
15.452.0036	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.452.0036.2.076	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 9/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 15 - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Órgão: 14.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Unidade: 14.01 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		57.000,00	1.805.000,00	0,00	1.862.000,00
15	Urbanismo		200.000,00		200.000,00
15.452	Serviços Urbanos		200.000,00		200.000,00
15.452.0037	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.452.0037.2.077	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
18	Gestão Ambiental	57.000,00	1.605.000,00		1.662.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	57.000,00	1.605.000,00		1.662.000,00
18.541.0024	MEIO AMBIENTE	57.000,00	1.605.000,00		1.662.000,00
18.541.0024.1.005	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	16.000,00			16.000,00
18.541.0024.1.007	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	41.000,00			41.000,00
18.541.0024.2.171	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		1.590.000,00		1.590.000,00
18.541.0024.2.172	CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E AGENTES PÚBLICOS		15.000,00		15.000,00
Unidade: 14.02 DIVISÃO DE SERVIÇOS OPERACIONAIS DO HORTO FLORESTA		30.000,00	60.000,00	0,00	90.000,00
18	Gestão Ambiental	30.000,00	60.000,00		90.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	30.000,00	60.000,00		90.000,00
18.541.0024	MEIO AMBIENTE	30.000,00	60.000,00		90.000,00
18.541.0024.1.009	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	30.000,00			30.000,00
18.541.0024.2.021	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HORTO FLORESTAL		30.000,00		30.000,00
18.541.0024.2.032	PRODUÇÃO E AQUISIÇÃO DE MUDAS ORN. FRUT. COM E NATIVAS		30.000,00		30.000,00
Unidade: 14.03 DIVISÃO DE PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO LIC. E EDUC. AMB.		0,00	30.000,00	0,00	30.000,00
18	Gestão Ambiental		30.000,00		30.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		30.000,00		30.000,00
18.541.0024	MEIO AMBIENTE		30.000,00		30.000,00
18.541.0024.2.036	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DE PRESERVAÇÃO		30.000,00		30.000,00
Unidade: 14.04 DIVISÃO DE CONTROLE DE ZONÓSES E DEF. DE ANIMAIS		0,00	20.000,00	0,00	20.000,00
10	Saúde		20.000,00		20.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		20.000,00		20.000,00
10.305.0024	MEIO AMBIENTE		20.000,00		20.000,00
10.305.0024.2.039	VACINAÇÃO E CONTROLE DA POPULAÇÃO ANIMAL		20.000,00		20.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 10/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo (conforme Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Órgão: 14.00 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		2.938.000,00	4.222.000,00	0,00	7.160.000,00
Unidade: 14.05 DIVISÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO		2.851.000,00	2.187.000,00	0,00	5.038.000,00
17	Saneamento	2.851.000,00	2.187.000,00		5.038.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	2.851.000,00	2.187.000,00		5.038.000,00
17.512.0024	MEIO AMBIENTE	2.851.000,00	2.187.000,00		5.038.000,00
17.512.0024.1.018	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS	50.000,00			50.000,00
17.512.0024.1.021	DRAGAGEM E DESASSOREAMENTO DE RIOS	1.000,00			1.000,00
17.512.0024.1.047	SERVIÇO DE COLETA E DISPOSIÇÃO RESÍDUOS SOLIDO	2.800.000,00			2.800.000,00
17.512.0024.2.040	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		900.000,00		900.000,00
17.512.0024.2.041	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA DE ABAST. DE ÁGUA		1.156.000,00		1.156.000,00
17.512.0024.2.042	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS		131.000,00		131.000,00
Unidade: 14.06 DIVISÃO DE LIMPEZA DE PRAÇAS E RUAS		0,00	120.000,00	0,00	120.000,00
15	Urbanismo		120.000,00		120.000,00
15.452	Serviços Urbanos		120.000,00		120.000,00
15.452.0037	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.452.0037.2.780	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.452.0038	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		20.000,00		20.000,00
15.452.0038.2.781	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		20.000,00		20.000,00
Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	1.200.600,00	0,00	1.200.600,00
Órgão: 16.00 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	1.200.600,00	0,00	1.200.600,00
Unidade: 16.01 IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	1.200.600,00	0,00	1.200.600,00
15	Urbanismo		1.200.600,00		1.200.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.200.600,00		1.200.600,00
15.451.0034	PLANEJAMENTO URBANO		1.200.600,00		1.200.600,00
15.451.0034.2.011	MANUTENÇÃO DO PLANO DIRETOR		110.600,00		110.600,00
15.451.0034.2.014	MANUTENÇÃO DO IPPUC		970.000,00		970.000,00
15.451.0034.2.075	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GEOPROCESSAMENTO URBANO.		120.000,00		120.000,00

Total geral: 128.097.117,37

Estado de Santa Catarina

Página: 1/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
01.031	Ação Legislativa	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	550.000,00	5.140.000,00		5.690.000,00
04	Administração		19.055.993,12	1.004.800,00	20.060.793,12
04.122	Administração Geral		14.611.835,19	1.004.800,00	15.616.635,19
04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		250.000,00	1.004.800,00	1.254.800,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.769.000,00		3.769.000,00
04.122.0006	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS		1.420.000,00		1.420.000,00
04.122.0007	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS		9.172.835,19		9.172.835,19
04.123	Administração Financeira		4.444.157,93		4.444.157,93
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.444.157,93		4.444.157,93
06	Segurança Pública		3.553.766,00		3.553.766,00
06.181	Policimento		3.186.966,00		3.186.966,00
06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA		3.186.966,00		3.186.966,00
06.182	Defesa Civil		366.800,00		366.800,00
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		366.800,00		366.800,00
08	Assistência Social	50.000,00	5.489.000,00		5.539.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		275.000,00		275.000,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		275.000,00		275.000,00
08.244	Assistência Comunitária	50.000,00	5.214.000,00		5.264.000,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	50.000,00	5.214.000,00		5.264.000,00
10	Saúde	933.184,00	19.200.800,02		20.133.984,02
10.301	Atenção Básica	933.184,00	19.180.800,02		20.113.984,02
10.301.0008	SAÚDE BÁSICA	933.184,00	19.180.800,02		20.113.984,02
10.305	Vigilância Epidemiológica		20.000,00		20.000,00
10.305.0024	MEIO AMBIENTE		20.000,00		20.000,00
12	Educação	2.452.985,82	32.197.372,53		34.650.358,35
12.306	Alimentação e Nutrição		1.360.000,00		1.360.000,00
12.306.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.360.000,00		1.360.000,00
12.361	Ensino Fundamental	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.361.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	2.100.085,82	24.149.972,53		26.250.058,35
12.364	Ensino Superior		85.000,00		85.000,00
12.364.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		85.000,00		85.000,00
12.365	Educação Infantil	352.900,00	5.660.000,00		6.012.900,00
12.365.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE	352.900,00	5.660.000,00		6.012.900,00

Estado de Santa Catarina

Página: 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	2.452.985,82	32.197.372,53		34.650.358,35
12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.000,00		1.000,00
12.366.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.000,00		1.000,00
12.367	Educação Especial		941.400,00		941.400,00
12.367.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		941.400,00		941.400,00
13	Cultura	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
13.392	Difusão Cultural	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
13.392.0019	ACERVO CULTURAL	101.000,00	1.070.000,00		1.171.000,00
14	Direitos da Cidadania		100.000,00		100.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		100.000,00		100.000,00
14.422.0040	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		100.000,00		100.000,00
15	Urbanismo	2.369.071,70	19.111.094,18		21.480.165,88
15.451	Infra-Estrutura Urbana	585.900,00	18.791.094,18		19.376.994,18
15.451.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	585.900,00	17.590.494,18		18.176.394,18
15.451.0034	PLANEJAMENTO URBANO		1.200.600,00		1.200.600,00
15.452	Serviços Urbanos	1.783.171,70	320.000,00		2.103.171,70
15.452.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	480.000,00			480.000,00
15.452.0020	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS	1.303.171,70			1.303.171,70
15.452.0036	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL		100.000,00		100.000,00
15.452.0037	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL		200.000,00		200.000,00
15.452.0038	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL		20.000,00		20.000,00
16	Habitação	465.000,00	35.750,00		500.750,00
16.482	Habitação Urbana	465.000,00	35.750,00		500.750,00
16.482.0022	HABITAÇÃO POPULAR	465.000,00	35.750,00		500.750,00
17	Saneamento	2.901.000,00	2.193.000,00		5.094.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	2.901.000,00	2.193.000,00		5.094.000,00
17.512.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA	50.000,00			50.000,00
17.512.0024	MEIO AMBIENTE	2.851.000,00	2.187.000,00		5.038.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BASICO		6.000,00		6.000,00
18	Gestão Ambiental	87.000,00	1.695.000,00		1.782.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	87.000,00	1.695.000,00		1.782.000,00
18.541.0024	MEIO AMBIENTE	87.000,00	1.695.000,00		1.782.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (conforme Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606	Extensão Rural	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL	120.000,00	2.634.900,00		2.754.900,00
22	Indústria	402.000,00	651.400,00		1.053.400,00
22.661	Promoção Industrial	401.000,00	221.400,00		622.400,00
22.661.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	401.000,00	221.400,00		622.400,00
22.662	Produção Industrial	1.000,00	430.000,00		431.000,00
22.662.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.000,00			1.000,00
22.662.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		430.000,00		430.000,00
27	Desporto e Lazer		2.085.000,00		2.085.000,00
27.812	Desporto Comunitário		2.085.000,00		2.085.000,00
27.812.0031	DESPORTO AMADOR		2.085.000,00		2.085.000,00
28	Encargos Especiais			2.348.000,00	2.348.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			2.348.000,00	2.348.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS			2.348.000,00	2.348.000,00
99	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999	Reserva de Contingência				100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				100.000,00
Total:		10.431.241,52	114.213.075,85	3.352.800,00	128.097.117,37
Total geral:		10.431.241,52	114.213.075,85	3.352.800,00	128.097.117,37

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/3

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa		5.690.000,00	5.690.000,00
01.031	Ação Legislativa		5.690.000,00	5.690.000,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO		5.690.000,00	5.690.000,00
04	Administração	9.272.835,19	10.787.957,93	20.060.793,12
04.122	Administração Geral	9.272.835,19	6.343.800,00	15.616.635,19
04.122.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		1.254.800,00	1.254.800,00
04.122.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		3.769.000,00	3.769.000,00
04.122.0006	ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS	100.000,00	1.320.000,00	1.420.000,00
04.122.0007	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS			9.172.835,19
04.123	Administração Financeira		4.444.157,93	4.444.157,93
04.123.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		4.444.157,93	4.444.157,93
06	Segurança Pública	183.483,00	3.370.283,00	3.553.766,00
06.181	Policimento	183.483,00	3.003.483,00	3.186.966,00
06.181.0004	SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	183.483,00	3.003.483,00	3.186.966,00
06.182	Defesa Civil		366.800,00	366.800,00
06.182.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		366.800,00	366.800,00
08	Assistência Social	10.000,00	5.529.000,00	5.539.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	10.000,00	265.000,00	275.000,00
08.243.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	10.000,00	265.000,00	275.000,00
08.244	Assistência Comunitária		5.264.000,00	5.264.000,00
08.244.0005	ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL		5.264.000,00	5.264.000,00
10	Saúde	11.843.382,25	8.290.601,77	20.133.984,02
10.301	Atenção Básica	11.823.382,25	8.290.601,77	20.113.984,02
10.301.0008	SAÚDE BÁSICA	11.823.382,25	8.290.601,77	20.113.984,02
10.305	Vigilância Epidemiológica	20.000,00		20.000,00
10.305.0024	MEIO AMBIENTE	20.000,00		20.000,00
12	Educação		34.650.358,35	34.650.358,35
12.306	Alimentação e Nutrição		1.360.000,00	1.360.000,00
12.306.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.360.000,00	1.360.000,00
12.361	Ensino Fundamental		26.250.058,35	26.250.058,35
12.361.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		26.250.058,35	26.250.058,35
12.364	Ensino Superior		85.000,00	85.000,00
12.364.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		85.000,00	85.000,00
12.365	Educação Infantil		6.012.900,00	6.012.900,00
12.365.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		6.012.900,00	6.012.900,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		1.000,00	1.000,00
12.366.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		1.000,00	1.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/3

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação		34.650.358,35	34.650.358,35
12.367	Educação Especial		941.400,00	941.400,00
12.367.0011	EDUCAÇÃO COM QUALIDADE		941.400,00	941.400,00
13	Cultura		1.171.000,00	1.171.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.171.000,00	1.171.000,00
13.392.0019	ACERVO CULTURAL		1.171.000,00	1.171.000,00
14	Direitos da Cidadania		100.000,00	100.000,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		100.000,00	100.000,00
14.422.0040	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		100.000,00	100.000,00
15	Urbanismo	220.000,00	21.260.165,88	21.480.165,88
15.451	Infra-Estrutura Urbana		19.376.994,18	19.376.994,18
15.451.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA		18.176.394,18	18.176.394,18
15.451.0034	PLANEJAMENTO URBANO		1.200.600,00	1.200.600,00
15.452	Serviços Urbanos	220.000,00	1.883.171,70	2.103.171,70
15.452.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA		480.000,00	480.000,00
15.452.0020	MELHORAMENTO DE VIAS URBANAS		1.303.171,70	1.303.171,70
15.452.0036	MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	100.000,00		100.000,00
15.452.0037	MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO MUNICIPAL	100.000,00	100.000,00	200.000,00
15.452.0038	MANUTENÇÃO DO PARQUE CENTRAL	20.000,00		20.000,00
16	Habitação		500.750,00	500.750,00
16.482	Habitação Urbana		500.750,00	500.750,00
16.482.0022	HABITAÇÃO POPULAR		500.750,00	500.750,00
17	Saneamento	4.935.000,00	159.000,00	5.094.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	4.935.000,00	159.000,00	5.094.000,00
17.512.0017	INFRA ESTRUTURA URBANA		50.000,00	50.000,00
17.512.0024	MEIO AMBIENTE	4.935.000,00	103.000,00	5.038.000,00
17.512.0035	SANEAMENTO BASICO		6.000,00	6.000,00
18	Gestão Ambiental	1.780.000,00	2.000,00	1.782.000,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	1.780.000,00	2.000,00	1.782.000,00
18.541.0024	MEIO AMBIENTE	1.780.000,00	2.000,00	1.782.000,00
20	Agricultura		2.754.900,00	2.754.900,00
20.606	Extensão Rural		2.754.900,00	2.754.900,00
20.606.0026	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		2.754.900,00	2.754.900,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (conforme Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/3

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
22	Indústria		1.053.400,00	1.053.400,00
22.661	Promoção Industrial		622.400,00	622.400,00
22.661.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		622.400,00	622.400,00
22.662	Produção Industrial		431.000,00	431.000,00
22.662.0002	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		1.000,00	1.000,00
22.662.0027	INDUSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		430.000,00	430.000,00
27	Desporto e Lazer		2.085.000,00	2.085.000,00
27.812	Desporto Comunitário		2.085.000,00	2.085.000,00
27.812.0031	DESPORTO AMADOR		2.085.000,00	2.085.000,00
28	Encargos Especiais		2.348.000,00	2.348.000,00
28.843	Serviço da Dívida Interna		2.348.000,00	2.348.000,00
28.843.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		2.348.000,00	2.348.000,00
99	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999	Reserva de Contingência			100.000,00
99.999.9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			100.000,00
Total:		28.244.700,44	99.852.416,93	128.097.117,37
Total geral:		28.244.700,44	99.852.416,93	128.097.117,37

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	8.213.157,93	0,00	3.553.766,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	1.254.800,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	9.467.957,93	0,00	3.553.766,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.650.358,35
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.650.358,35

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	100.000,00	19.959.565,88	0,00	50.000,00	0,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	100.000,00	19.959.565,88	0,00	50.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	2.754.900,00	0,00	1.053.400,00	0,00	0,00
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	2.754.900,00	0,00	1.053.400,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.335.148,16
03.00 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	2.348.000,00	0,00	3.602.800,00
10.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	2.348.000,00	100.000,00	74.037.948,16

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	20.113.984,02	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	20.113.984,02	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 9/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 10/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.113.984,02
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.113.984,02

Estado de Santa Catarina

Página: 11/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 12/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	5.264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	5.264.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 13/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 14/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 15/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
05.00 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.264.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.264.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 16/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 17/65

Data: 19/06/2013

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 18/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	500.750,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	500.750,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 19/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 20/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
06.00 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.750,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.750,00

Estado de Santa Catarina

Página: 21/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 22/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	275.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 23/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 24/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 25/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	275.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 26/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	1.420.000,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	1.420.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 27/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
08.00 - FAMPEC - CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 28/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 29/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 30/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
08.00 - FAMPEC - CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.420.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 31/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	9.172.835,19	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	9.172.835,19	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 32/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 33/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 34/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 35/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
09.00 - IPASC - INST. PREV. SOC. SERV. MUN. CAÇADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.172.835,19
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.172.835,19

Estado de Santa Catarina

Página: 36/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 37/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 38/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 39/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 40/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
12.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE		0,00	0,00	2.085.000,00	0,00	0,00	2.085.000,00
	Total:	0,00	0,00	2.085.000,00	0,00	0,00	2.085.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 41/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 42/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 43/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 44/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 45/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
11.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 46/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 47/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 48/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		1.171.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	1.171.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 49/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 50/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
13.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.171.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.171.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 51/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - PODER LEGISLATIVO		5.690.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	5.690.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 52/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 53/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 54/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 55/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - PODER LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.690.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.690.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 56/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 57/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 58/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	320.000,00	0,00	5.038.000,00	1.782.000,00
	Total:	0,00	0,00	320.000,00	0,00	5.038.000,00	1.782.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 59/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 60/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
14.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.160.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.160.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 61/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 62/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 63/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	0,00	1.200.600,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	1.200.600,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 64/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 65/65

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Conforme Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.600,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.600,00
	Total geral:						128.097.117,37

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/3

Data: 19/06/2013

3.1.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2011	12.854,04	----
2012	13.754,71	7,01
2013	16.532,00	20,19
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Estas transferências são repassadas aos Consórcios cujo Município faça adesão, com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, objetivando promover o atendimento das demandas em Consórcio com os Municípios da região.

3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2011	46.110.801,11	----
2012	51.141.034,33	10,91
2013	51.529.768,93	0,76
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

A política de pessoal pode ser considerada uma variável estratégica para o planejamento, pelo peso desta rubrica no orçamento municipal. Para fins de planejamento, as despesas não deverão superar o limite prudencial, nos termos do Art. 22 da LRF, que equivale a 51,30% no Poder Executivo e 5,70% no Poder Legislativo. Para o exercício de 2014, estabeleceu-se que as despesas de pessoal não ultrapassem 50,0% da RCL.

3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2011	4.076.676,16	----
2012	4.408.641,56	8,14
2013	6.362.915,60	44,33
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Despesa com obrigações patronais do pessoal do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a recolher no exercício de 2014.

3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2011	104.500,00	----
2012	111.800,00	6,99
2013	348.000,00	211,27
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

A despesa com Encargos da Dívida decorrem de obrigações contratuais, ou seja de compromissos assumidos nos exercícios passados, em função de prioridades daquele momento, cujas obrigações foram levadas em consideração na fixação da despesa para 2014.

3.3.20.00.00.00.00.00 - Transferencias a Uniao

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Varição %
2011	----	----
2012	----	----
2013	----	----
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Esta despesa esta diretamente vinculada a contribuição ao PASEP.



Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

Página: 2/3

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

3.3.40.00.00.00.00.00 - Transferencias a Municípios

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	----	----
2012	----	----
2013	----	----
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Estas transferências são repassadas com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, aos Municípios autorizados mediante Lei específica, para a realização de atividades essenciais conjuntas.

3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	4.753.996,00	----
2012	6.441.909,39	35,51
2013	5.232.631,00	-18,77
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Estas transferências são repassadas com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, em alguns casos não poderão ser efetivadas, pelos seguintes motivos:

- Necessidade de economia orçamentária para restabelecimento do equilíbrio de caixa decorrente de déficit financeiro;
- Acumulação de recursos para investimentos, como a aquisição de equipamentos rodoviários ou outros investimentos de capital;
- Acumulação de recursos para trabalhar com permanente suficiência de caixa; e
- Produção de resultado primário positivo.

3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	379.177,00	----
2012	405.719,00	7,00
2013	254.355,00	-37,31
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Estas transferências são repassadas aos Consórcios cujo Município faça adesão, com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, objetivando promover o atendimento das demandas em Consórcio com os Municípios da região.

3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	36.976.739,82	----
2012	46.600.240,35	26,03
2013	39.223.198,48	-15,83
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

As despesas correntes serão realizadas com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, em alguns casos não poderão ser efetivadas, pelos seguintes motivos:

- Necessidade de economia orçamentária para restabelecimento do equilíbrio de caixa decorrente de déficit financeiro;
- Acumulação de recursos para investimentos, como a aquisição de equipamentos rodoviários ou outros investimentos de capital;
- Acumulação de recursos para trabalhar com permanente suficiência de caixa; e
- Produção de resultado primário positivo.

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****ANEXO DE METAS FISCAIS****Anexo II.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/3
Data: 19/06/2013**4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	1.124,96	----
2012	1.203,51	6,98
2013	572,00	-52,47
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Estas transferências são repassadas aos Consórcios cujo Município faça adesão, com base no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, objetivando promover o atendimento das demandas em Consórcio com os Municípios da região.

4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	21.653.277,50	----
2012	20.246.978,50	-6,49
2013	11.276.411,15	-44,31
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

A realização de despesas de capital estão baseadas no princípio do equilíbrio orçamentário e financeiro, a meta fiscal de despesa é limitada à meta de receita em cada fonte. A aplicação de recursos próprios decorre da acumulação de recursos para investimentos, gerados pelo superávit financeiro.

4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	312.700,00	----
2012	334.600,00	7,00
2013	1.600.000,00	378,18
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

A despesa com a Amortização da Dívida decorrem de obrigações contratuais, ou seja de compromissos assumidos nos exercícios passados, em função de prioridades daquele momento, cujas obrigações foram levadas em consideração na fixação da despesa para 2014.

9.9.90.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação %
2011	----	----
2012	----	----
2013	----	----
2014	----	----
2015	----	----
2016	----	----

Nota:

Em atendimento ao Artigo 5º da LRF, fica estabelecida a fixação da Reserva de Contingência para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais imprevisto.

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Caçador

Página: 1/1
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	106.553.359,35	122.899.618,94	117.850.073,29	129.887.888,86	139.338.768,29	0,00
Receita Tributária	14.615.990,21	15.748.409,94	15.135.788,40	17.712.479,29	19.324.602,52	0,00
Receita de Contribuição	7.476.392,25	8.052.045,63	8.667.180,79	5.698.205,33	6.229.872,60	0,00
Receita Patrimonial	1.959.803,46	2.111.275,09	2.178.864,65	2.580.927,37	2.890.653,98	0,00
Aplicações Financeiras (II)	1.911.857,66	2.059.963,49	2.115.966,30	2.513.437,44	2.817.089,96	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	47.945,80	51.311,60	62.898,35	67.489,93	73.564,02	0,00
Transferências Correntes	68.439.987,20	83.670.772,05	82.332.683,71	91.593.564,74	97.995.944,71	0,00
Demais Receitas Correntes	14.061.186,23	13.317.116,23	9.535.555,74	12.302.712,13	12.897.694,48	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	104.641.501,69	120.839.655,45	115.734.106,99	127.374.451,42	136.521.678,33	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	13.012.685,42	11.812.660,25	2.535.982,66	3.523.272,70	3.840.667,24	0,00
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	600.000,00	643.800,00	701.742,00	0,00
Amortização de Empréstimo (VI)	42.185,42	45.560,25	49.432,87	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	12.970.500,00	11.767.100,00	1.886.549,79	2.879.472,70	3.138.925,24	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	12.970.500,00	11.767.100,00	1.886.549,79	2.879.472,70	3.138.925,24	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	117.612.001,69	132.606.755,45	117.620.656,78	130.253.924,12	139.660.603,57	0,00
DESPESAS CORRENTES (X)	92.414.744,13	109.123.099,34	122.814.515,95	107.899.659,85	115.159.253,13	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	50.200.331,31	55.563.430,60	0,00	55.644.340,37	61.120.787,43	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	104.500,00	111.800,00	0,00	348.000,00	379.320,00	0,00
Outras Despesas Correntes	42.109.912,82	53.447.868,74	103.307.401,01	51.907.319,48	53.659.145,70	0,00
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	92.310.244,13	109.011.299,34	122.814.515,95	107.551.659,85	114.779.933,13	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	24.325.102,46	22.842.282,01	0,00	12.407.457,52	13.611.103,60	0,00
Investimentos	21.654.402,46	20.248.182,01	0,00	9.907.457,52	10.886.103,60	0,00
Inversões Financeiras	1.120.000,00	1.256.500,00	0,00	500.000,00	545.000,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.550.700,00	1.337.600,00	0,00	2.000.000,00	2.180.000,00	0,00
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	22.774.402,46	21.504.682,01	0,00	10.407.457,52	11.431.103,60	0,00
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	2.726.198,18	2.944.294,00	0,00	2.000.000,00	2.180.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	109.000,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	117.910.844,77	133.560.275,35	122.814.515,95	120.059.117,37	128.500.036,73	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(298.843,08)	(953.519,90)	(5.193.859,17)	10.194.806,75	11.160.566,84	0,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

Página: 1/1

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2011 (b)	2012 (c)	2013 (d)	2014 (e)	2015 (f)	2016 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.440.711,62	5.102.791,13	7.154.659,71	6.107.000,00	5.595.000,00	5.083.000,00
Mobiliária	143.501,38	175.190,56	160.859,71	157.000,00	145.000,00	133.000,00
Contratual	2.255.950,97	955.000,97	643.800,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
Previdenciárias (INSS)	23.755,40	407.591,68	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00
Demais contribuições sociais	5.017.503,87	3.565.007,92	6.000.000,00	5.000.000,00	4.500.000,00	4.000.000,00
DEDUÇÕES (II)	5.713.506,94	7.119.858,23	4.400.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00
Ativo disponível	7.849.126,63	8.643.215,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Haveres financeiros	16.320,09	491.305,73	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
(-) Restos a pagar processados	2.151.939,78	2.014.663,32	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	1.727.204,68	(2.017.067,10)	2.754.659,71	1.707.000,00	1.195.000,00	683.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	1.727.204,68	(2.017.067,10)	2.754.659,71	1.707.000,00	1.195.000,00	683.000,00

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(3.901.096,24)	(3.744.271,78)	4.771.726,81	(1.047.659,71)	(512.000,00)	(512.000,00)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2011 no resultados_nominais_valor de R\$ 5.628.300,92.

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

Página: 1/1

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	7.440.711,62	5.102.791,13	7.154.659,71	6.107.000,00	5.595.000,00	5.083.000,00
Mobiliária	143.501,38	175.190,56	160.859,71	157.000,00	145.000,00	133.000,00
Contratual	2.255.950,97	955.000,97	643.800,00	600.000,00	600.000,00	600.000,00
Previdenciárias (INSS)	23.755,40	407.591,68	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00
Demais contribuições sociais	5.017.503,87	3.565.007,92	6.000.000,00	5.000.000,00	4.500.000,00	4.000.000,00
DEDUÇÕES(II)	5.713.506,94	7.119.858,23	4.400.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00	4.400.000,00
Ativo disponível	7.849.126,63	8.643.215,82	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00
Haveres financeiros	16.320,09	491.305,73	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00
(-) Restos a pagar processados	2.151.939,78	2.014.663,32	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
DCL (III) = (I - II)	1.727.204,68	(2.017.067,10)	2.754.659,71	1.707.000,00	1.195.000,00	683.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

LRF Art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000

Especificação	2014	2015	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	126.201.869,41	137.294.243,11	0,00
Receita Tributária	15.789.398,88	17.210.444,87	0,00
Receita de Contribuição	4.668.353,69	5.334.904,50	0,00
Receita Patrimonial	67.489,93	73.564,02	0,00
Receita Agropecuária	144.016,08	156.977,53	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita Serviços	3.440.000,00	3.643.600,00	0,00
Transferências Correntes	94.349.614,78	102.841.148,24	0,00
Outras Receitas Correntes	7.742.996,05	8.033.603,95	0,00
DEDUÇÕES (II)	15.296.274,17	18.813.941,33	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	10.627.920,48	13.479.036,83	0,00
Contrib de Pensionista Civil	13.491,12	15.254,01	0,00
Contrib de Servidor Ativo Civil	2.134.038,09	2.469.427,99	0,00
Contrib de Servidor Inativo Civil	48.714,32	55.079,85	0,00
Contrib Patronal de Servidor Ativo Civil	2.476,49	2.800,09	0,00
Contrib. Patr. Servi. Ativo Civil-Intra-Orçam.	2.469.633,67	2.792.342,56	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	110.905.595,24	118.480.301,78	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADORPágina: 1/1
Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Portaria 462/09

LRF, art 4º, § 3º

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos Contingentes - Ações judiciais em que o município possa vir a ser condenado - Oitenta por cento da Reserva de Contingência;	80.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.	80.000,00
SUBTOTAL	80.000,00	SUBTOTAL	80.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Intempéries climáticas - Vinte por cento da Reserva de Contingência.	20.000,00	Abertura de Créditos Adicionais com Recursos da Reserva de Contingência.	20.000,00
SUBTOTAL	20.000,00	SUBTOTAL	20.000,00
TOTAL	100.000,00	TOTAL	100.000,00

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/1

Data: 19/06/2013

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	2014			2015			2016		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	133.411.161,56	122.395.561,06	----	143.179.435,53	120.511.266,33	----	0,00	0,00	----
Receitas Primárias (I)	130.253.924,12	119.499.012,95	----	139.660.603,57	117.549.535,87	----	0,00	0,00	----
Despesa Total	128.097.117,37	117.520.291,17	----	137.084.746,73	115.381.488,70	----	0,00	0,00	----
Despesas Primárias (II)	120.059.117,37	110.145.979,24	----	128.500.036,73	108.155.910,05	----	0,00	0,00	----
Resultado Primário III = (I-II)	10.194.806,75	9.353.033,72	----	11.160.566,84	9.393.625,82	----	0,00	0,00	----
Resultado Nominal	(1.047.659,71)	(961.155,70)	----	(512.000,00)	(430.940,16)	----	(512.000,00)	(395.357,64)	----
Dívida Pública Consolidada	6.107.000,00	5.602.752,29	----	5.595.000,00	4.709.199,56	----	5.083.000,00	3.925.005,60	----
Dívida Consolidada Líquida	1.707.000,00	1.566.055,05	----	1.195.000,00	1.005.807,59	----	683.000,00	527.400,91	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2014	2015	2016
Inflação média (% anual)	9,000	9,000	9,000

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/4

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	58.535.331,73	65.308.074,64
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	35.027.392,05	34.298.044,73
3.1.70.00.00.00.00.00	Transferencias a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	26.532,00	60.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	29.540.460,05	34.238.044,73
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	5.440.400,00	0,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	348.000,00	348.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	348.000,00	348.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	23.159.939,68	30.662.029,91
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	4.625.831,00	5.470.000,00
3.3.70.00.00.00.00.00	Transf. a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	0,00	0,00	0,00	320.000,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	4.355,00	610.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	18.209.753,68	24.582.029,91
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	9.283.472,79	8.629.873,52
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	4.548.200,00	6.129.873,52
4.4.70.00.00.00.00.00	Transf a Instituicoes Multigovernment. Nacionais	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	572,00	11.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	4.542.628,00	6.118.873,52
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	505.272,79	500.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	505.272,79	500.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	4.230.000,00	2.000.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.600.000,00	2.000.000,00
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	2.630.000,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	100.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	67.918.804,52	74.037.948,16
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	19.934.983,70	19.180.800,02
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	10.378.844,13	9.092.460,45
3.1.71.00.00.00.00.00	Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	10.000,00	20.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	9.918.844,13	9.072.460,45
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	9.556.139,57	10.088.339,57
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	72.000,00	600.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00	0,00	250.000,00	300.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	9.234.139,57	9.188.339,57
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	3.513.460,00	933.184,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	3.513.460,00	933.184,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	3.513.460,00	933.184,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	23.448.443,70	20.113.984,02

Estado de Santa Catarina

Página: 2/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	4.664.150,00	4.825.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	2.547.000,00	2.500.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	2.400.000,00	2.500.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	147.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	2.117.150,00	2.325.600,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	270.500,00	400.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.846.650,00	1.925.600,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	658.900,00	438.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	658.900,00	438.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	658.900,00	438.400,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	5.323.050,00	5.264.000,00
Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	35.750,00	35.750,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	35.750,00	35.750,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	35.750,00	35.750,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	465.000,00	465.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	465.000,00	465.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	465.000,00	465.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	500.750,00	500.750,00
Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	190.950,00	235.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	190.950,00	235.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	190.950,00	235.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	47.800,00	40.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	47.800,00	40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	47.800,00	40.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	238.750,00	275.000,00
Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	1.080.670,00	1.420.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.080.670,00	1.420.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.080.670,00	1.420.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	1.080.670,00	1.420.000,00
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	4.881.740,58	7.077.835,19
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	4.746.280,35	6.887.835,19
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	4.732.464,75	6.887.835,19
3.1.91.00.00.00.00.00	Transferências Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	13.815,60	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	135.460,23	190.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	135.460,23	190.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	67.393,15	95.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	67.393,15	95.000,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Página: 3/4

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR						
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	67.393,15	95.000,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.194.559,00	2.000.000,00
7.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.194.559,00	2.000.000,00
7.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	3.194.559,00	2.000.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	8.143.692,73	9.172.835,19
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	1.923.000,00	2.055.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	584.000,00	715.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	559.000,00	715.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.339.000,00	1.340.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	214.300,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.124.700,00	1.240.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	51.700,00	30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	51.700,00	30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	51.700,00	30.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	1.974.700,00	2.085.000,00
Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	210.000,00	4.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	130.000,00	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	100.000,00	1.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	80.000,00	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	80.000,00	3.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	12.000,00	2.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	222.000,00	6.000,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	768.800,00	1.040.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	480.000,00	610.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	470.000,00	610.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	288.800,00	430.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	0,00	0,00	0,00	50.000,00	130.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	238.800,00	300.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	94.800,00	131.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	94.800,00	131.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	94.800,00	131.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	863.600,00	1.171.000,00

Estado de Santa Catarina

Página: 4/4

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LDO
		2010	2011	2012	2013	2014
Entidade: 14 - CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	4.140.625,00	5.370.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	2.917.400,00	3.780.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	2.741.000,00	3.500.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	176.400,00	280.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.223.225,00	1.590.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	1.223.225,00	1.590.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	161.500,00	320.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	161.500,00	320.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	161.500,00	320.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	4.302.125,00	5.690.000,00
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA						
3.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	6.143.700,00	5.697.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	685.800,00	910.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	650.000,00	910.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	35.800,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	5.457.900,00	4.787.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	5.457.900,00	4.787.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	1.695.230,00	1.463.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	1.499.930,00	1.463.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	1.499.930,00	1.463.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	195.300,00	0,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	195.300,00	0,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	7.838.930,00	7.160.000,00
Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	817.700,00	1.020.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	452.500,00	630.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	418.000,00	630.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	34.500,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	365.200,00	390.600,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	365.200,00	390.600,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	161.300,00	180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	161.300,00	180.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	0,00	0,00	161.300,00	180.000,00
Total por entidade:		0,00	0,00	0,00	979.000,00	1.200.600,00
Total geral:		0,00	0,00	0,00	122.834.515,95	128.097.117,37

FRANCIELLI ANTUNES DE MACEDO
CRC/SC 028965/O-5GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 1/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	85.317.129,82	98.402.772,61	109.552.946,68	109.208.027,92	122.189.638,89	132.785.180,87	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	83.450.951,53	96.278.396,34	108.447.766,17	108.172.755,13	119.508.366,19	129.862.293,63	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	10.559.837,53	11.784.211,86	12.586.501,56	14.022.344,85	15.708.609,29	17.122.384,22	0,00
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	8.383.098,66	9.502.648,58	10.790.649,11	11.953.113,85	13.435.552,28	14.644.752,06	0,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.777.049,91	5.412.447,00	6.106.884,81	7.018.632,62	8.007.622,92	8.728.309,05	0,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.816.755,46	3.073.212,96	3.147.822,90	4.425.104,62	4.867.615,06	5.305.700,47	0,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imposto s/ Prop. Predial e Territ. Urbana - Ordinária	1.549.214,15	1.748.848,51	1.741.726,01	2.655.062,77	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imposto s/ Prop. Predial e Territ. Urbana - Educação	774.608,60	809.333,80	859.281,41	1.106.276,16	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imposto s/ Prop. Predial e Territ. Urbana - Saúde	492.932,71	515.030,65	546.815,48	663.765,69	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.05.00.00.00	Devolução de IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.217.614,98	1.583.435,24	1.720.687,05	1.699.028,00	1.823.057,06	1.987.132,20	0,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	971.887,50	1.276.326,78	931.150,53	1.369.500,00	1.469.473,51	1.601.726,13	0,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Ordinário	534.540,48	707.491,51	516.403,12	821.700,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Educação	267.267,79	348.037,72	253.456,91	342.375,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho - Saúde	170.079,23	220.797,55	161.290,50	205.425,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	245.727,48	307.108,46	789.536,52	329.528,00	353.583,55	385.406,07	0,00
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Ordinário	135.185,89	176.885,46	440.647,01	197.716,80	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	67.557,19	79.580,73	213.228,19	82.382,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	42.984,40	50.642,27	135.661,32	49.429,20	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	742.679,47	755.798,80	1.238.374,86	894.500,00	1.316.950,80	1.435.476,38	0,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm Bens Imóveis e Dir - Ordinário	408.473,69	448.468,00	701.903,75	536.700,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm Bens Imóveis e Dir - Educação	204.236,80	187.813,26	327.843,40	223.625,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Imposto s/Transm Bens Imóveis e Dir - Saúde	129.968,98	119.517,54	208.627,71	134.175,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.606.048,75	4.090.201,58	4.683.764,30	4.934.481,23	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.606.048,75	4.090.201,58	4.683.764,30	4.934.481,23	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.606.048,75	4.090.201,58	4.683.764,30	4.934.481,23	5.427.929,36	5.916.443,01	0,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Ordinário	2.013.499,50	2.565.297,01	2.703.508,92	2.960.688,74	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Educação	973.224,52	931.886,10	1.210.155,95	1.233.620,31	0,00	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Saúde	619.324,73	593.018,47	770.099,43	740.172,18	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	1.885.328,78	2.130.095,65	1.445.944,07	1.772.631,94	1.946.798,04	2.122.009,88	0,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	661.157,27	697.702,74	945.710,89	1.193.225,58	1.312.548,14	1.430.677,49	0,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	601.084,91	640.644,58	903.355,78	1.097.767,58	1.207.544,34	1.316.223,34	0,00
4.1.1.2.1.27.00.00.00.00	Taxa de Apreensão e Depósito	60.072,36	57.058,16	42.355,11	95.458,00	105.003,80	114.454,15	0,00
4.1.1.2.1.41.00.00.00.00	Devolução de Alvará	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	1.224.171,51	1.432.392,91	500.233,18	579.406,36	634.249,90	691.332,39	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.224.171,51	1.432.392,91	500.233,18	579.406,36	634.249,90	691.332,39	0,00
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Taxa de Expediente	351.063,61	433.084,38	266.946,72	464.699,54	511.169,49	557.174,74	0,00
4.1.1.2.2.99.02.00.00.00	Taxa de Serviços Urbanos	68.578,23	106.734,71	210.100,04	101.433,34	108.837,97	118.633,39	0,00
4.1.1.2.2.99.04.00.00.00	Taxa Horas Máquina	8.944,02	7.983,52	1.306,75	10.190,45	10.934,35	11.918,44	0,00
4.1.1.2.2.99.06.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	789.438,52	860.618,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	6.147,13	23.971,89	21.879,67	3.083,03	3.308,09	3.605,82	0,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	291.410,09	151.467,63	349.908,38	296.599,06	326.258,97	355.622,28	0,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	291.410,09	151.467,63	349.908,38	296.599,06	326.258,97	355.622,28	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.673.830,71	1.679.536,43	1.709.140,58	1.980.232,78	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.673.830,71	1.679.536,43	1.709.140,58	1.980.232,78	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/ Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.673.830,71	1.679.536,43	1.709.140,58	1.980.232,78	2.295.232,78	2.374.299,10	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	174.646,74	333.598,70	1.048.214,98	330.380,47	556.329,54	606.399,19	0,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	59.373,28	53.162,88	48.999,55	62.898,35	67.489,93	73.564,02	0,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	Receitas de Aluguéis	59.373,28	53.162,88	48.999,55	61.898,35	66.416,93	72.394,45	0,00
4.1.3.1.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.073,00	1.169,57	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 2/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	115.273,46	280.435,82	999.215,43	267.482,12	488.839,61	532.835,17	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	115.273,46	280.435,82	999.215,43	267.482,12	488.839,61	532.835,17	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Remun. de Dep. Banc.REC. Vinc. - Royalties	14.449,46	42.674,79	912.576,84	12.364,53	211.342,94	230.363,80	0,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	0,00	8.377,74	0,00	12.364,53	13.267,14	14.461,18	0,00
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 60%	0,00	5.026,65	0,00	8.036,94	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.03.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF - 40%	0,00	3.351,09	0,00	4.327,59	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.04.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.05.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.06.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.07.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.08.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.09.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.10.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.11.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.12.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.13.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.14.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.02.15.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- RECURSO 45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de R. Dep B.R. Vinc - Estado	0,00	0,00	52.013,99	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.12.00.00.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Recuros FUNDEB - 60%	0,00	0,00	67.514,46	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.13.00.00.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Recuros FUNDEB - 40%	0,00	0,00	45.006,57	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.14.00.00.00	Rec. de Rem. Dep. Banc. Recursos - SALÁRIO EDUC.	0,00	0,00	49.350,19	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.15.00.00.00	Rec. de Rem. Desp. Banc. Rec - CONV. UNIÃO	0,00	0,00	697.748,50	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.16.00.00.00	Rec. de Rem. Desp. Banc. Rec - COSIP	0,00	0,00	160,54	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.17.00.00.00	Rec. de Rem. Desp. Banc. Rec - FEP	0,00	0,00	782,59	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	14.449,46	34.297,05	0,00	0,00	198.075,80	215.902,62	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.824,00	237.761,03	86.638,59	255.117,59	277.496,67	302.471,37	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	100.824,00	237.761,03	86.638,59	255.117,59	277.496,67	302.471,37	0,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	3.579,50	1.247,50	2.910,00	10.106,05	144.016,08	156.977,53	0,00
4.1.4.1.0.00.00.00.00.00	Receita da Produção Vegetal	3.579,50	1.247,50	2.910,00	10.106,05	144.016,08	156.977,53	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	67.764.561,84	77.043.465,38	89.045.887,27	86.125.288,96	94.462.321,45	102.959.609,43	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	67.764.561,84	77.043.465,38	88.864.424,77	85.766.788,96	93.795.017,45	102.232.248,07	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	20.092.153,31	23.961.238,33	25.585.138,75	27.421.749,85	30.352.754,00	33.080.180,92	0,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	16.658.131,89	20.267.835,05	22.518.380,66	24.875.948,17	27.356.362,39	29.818.435,01	0,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	16.394.971,44	19.982.770,57	22.278.365,89	24.610.000,00	27.071.000,00	29.507.390,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Ordinário	9.017.234,28	11.375.174,76	12.253.101,25	14.766.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Educação	4.508.617,16	5.260.197,42	6.126.550,60	6.152.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do F.P.M. - Saúde	2.869.120,00	3.347.398,39	3.898.714,04	3.691.500,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	109.032,90	104.606,77	143.251,82	125.824,64	135.009,84	147.160,73	0,00
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Ordinário	59.968,05	62.625,63	78.808,61	75.494,78	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Educação	29.984,08	25.655,16	39.381,97	31.456,16	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do I.T.R. - Saúde	19.080,77	16.325,98	25.061,24	18.873,70	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	154.127,55	180.457,71	96.762,95	140.123,53	150.352,55	163.884,28	0,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	209.653,09	272.432,07	340.518,19	29.942,07	211.281,41	230.364,88	0,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	15.215,48	21.361,97	12.988,86	5.442,07	11.281,41	12.364,88	0,00
4.1.7.2.1.22.40.00.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	194.437,61	251.070,10	327.529,33	24.500,00	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	2.174.866,87	2.476.618,94	2.585.696,29	2.341.390,63	2.597.904,99	2.827.327,35	0,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	1.539.075,37	1.767.850,95	1.903.380,05	1.688.623,47	1.857.485,82	2.024.659,54	0,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	445.740,00	494.952,00	463.044,00	337.660,30	371.426,33	404.854,70	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	120.811,50	192.107,99	88.736,24	244.926,52	269.419,17	293.666,89	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 3/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	69.240,00	21.708,00	130.536,00	70.180,34	99.573,67	104.146,22	0,00
4.1.7.2.1.35.99.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE referentes ao PNAC	69.240,00	21.708,00	130.536,00	69.180,34	98.573,67	102.947,22	0,00
4.1.7.2.1.35.99.03.00.00	Programa Brasil Alfabetizado (PEJA)	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	1.199,00	0,00
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	162.073,32	150.469,42	140.543,61	174.468,98	187.205,21	204.053,68	0,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	89.140,32	82.758,16	77.298,95	95.957,94	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - L.C.Nº 87/96 - Educação	44.570,16	41.379,09	38.649,53	47.978,97	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - L.C.Nº 87/96 - Saúde	28.362,84	26.332,17	24.595,13	30.532,07	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferencias da União	887.428,14	793.882,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	30.897.620,27	33.919.019,50	41.670.378,93	35.731.688,00	38.567.577,23	42.038.659,17	0,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	30.477.557,11	33.306.847,90	35.802.200,40	35.720.688,00	38.328.298,23	41.777.845,06	0,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	25.000.033,21	27.205.939,08	28.925.047,23	29.191.973,00	31.322.987,03	34.142.055,86	0,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinário	13.750.018,20	17.180.264,37	16.302.147,55	14.873.310,24	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	6.875.009,15	6.126.801,25	7.713.994,22	7.438.114,72	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	4.375.005,86	3.898.873,46	4.908.905,46	6.880.548,04	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	4.938.874,68	5.574.233,89	6.359.488,33	5.981.154,00	6.417.778,25	6.995.378,29	0,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	2.716.380,94	3.316.578,25	3.611.512,67	3.588.692,40	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.358.190,60	1.379.678,50	1.679.318,42	1.495.288,50	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	864.303,14	877.977,14	1.068.657,24	897.173,10	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	538.649,22	526.674,93	517.664,84	547.561,00	587.532,95	640.410,91	0,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinário	296.257,04	323.115,98	286.308,93	328.536,60	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	148.128,55	124.397,13	141.384,16	136.890,25	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	94.263,63	79.161,82	89.971,75	82.134,15	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	227.476,00	247.948,84	0,00
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	0,00	0,00	0,00	0,00	227.476,00	247.948,84	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	420.063,16	612.171,60	5.868.178,53	11.000,00	11.803,00	12.865,27	0,00
4.1.7.2.2.99.00.00.99.00	Outras Transferências dos Estados	0,00	102.928,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. do Estado - Agricultura	50.000,00	0,00	1.218,94	1.000,00	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Educação	370.063,16	259.243,00	546.060,00	10.000,00	10.730,00	11.695,70	0,00
4.1.7.2.2.99.03.00.00.00	Outras Transferências do Estado - Pavimentação	0,00	250.000,00	2.068.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.04.00.00.00	Outras Transf. Estado - Ponte Pista Olímpica	0,00	0,00	440.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.05.00.00.00	Outras Transf. Estado - Ponte Mandelli	0,00	0,00	407.757,45	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.06.00.00.00	Outras Transf. Estado - Creche Pró-Infancia	0,00	0,00	1.205.142,14	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.99.07.00.00.00	Outras Transf. Estado - JASC	0,00	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	16.774.788,26	19.163.207,55	21.608.907,09	22.613.351,11	24.874.686,22	27.113.407,98	0,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	16.774.788,26	19.163.207,55	21.608.907,09	22.613.351,11	24.874.686,22	27.113.407,98	0,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	13.419.830,53	15.026.976,38	15.773.340,24	15.829.345,78	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	3.354.957,73	4.136.231,17	5.835.566,85	6.784.005,33	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	181.462,50	358.500,00	667.304,00	727.361,36	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	181.462,50	358.500,00	667.304,00	727.361,36	0,00
4.1.7.6.1.02.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União Destin. Progr. Educação	0,00	0,00	86.400,00	358.500,00	444.120,00	484.090,80	0,00
4.1.7.6.1.07.00.00.00.00	Transferencia Conv. da União - Equip. Agrícolas	0,00	0,00	95.062,50	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	0,00	223.184,00	243.270,56	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.274.495,21	5.436.336,47	4.055.111,78	5.704.402,02	6.341.857,05	6.642.624,16	0,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.208.417,17	2.221.624,76	1.562.921,64	1.403.841,96	1.506.322,42	1.641.891,42	0,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	168.517,23	120.119,42	227.766,70	163.360,00	175.285,28	191.060,95	0,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	21.321,30	21.031,00	23.376,98	25.360,00	27.211,28	29.660,29	0,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinário	11.726,68	12.968,50	13.237,33	15.216,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	5.863,35	4.927,12	6.196,43	6.339,99	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	3.731,27	3.135,38	3.943,22	3.804,01	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	21.637,19	16.821,04	21.954,41	64.000,00	68.672,00	74.852,48	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)**

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 4/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	11.913,77	9.825,79	12.327,14	38.400,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	5.942,09	4.274,83	5.883,28	16.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saúde	3.781,33	2.720,42	3.743,99	9.600,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	125.558,74	82.267,38	182.435,31	74.000,00	79.402,00	86.548,18	0,00
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	125.558,74	82.267,38	182.435,31	74.000,00	79.402,00	86.548,18	0,00
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	354.116,87	414.568,98	366.847,13	340.481,96	365.337,14	398.217,47	0,00
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	217.439,04	213.695,78	213.336,32	222.999,00	239.277,93	260.812,94	0,00
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Ordinári	120.604,52	134.258,51	120.793,78	133.799,40	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Educação	59.176,61	48.545,06	56.553,87	55.749,75	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	37.657,91	30.892,21	35.988,67	33.449,85	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	23.085,35	17.276,77	20.344,08	21.972,00	23.575,95	25.697,78	0,00
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Ordinário	12.745,86	10.535,52	11.683,87	13.183,20	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Educação	6.318,62	4.119,60	5.292,27	5.493,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	4.020,87	2.621,65	3.367,94	3.295,80	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	113.592,48	183.596,43	133.166,73	95.510,96	102.483,26	111.706,75	0,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	685.783,07	1.686.936,36	968.307,81	900.000,00	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	685.783,07	1.686.936,36	968.307,81	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.51.00.00.00.00	Multa por Falta/Atraso na Apres. da Guia de Recolh	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.53.00.00.00.00	Multas Decorrentes de Serviço de Migração	0,00	0,00	0,00	900.000,00	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.1.9.53.01.00.00.00	Convênio de Trânsito Civil	0,00	0,00	0,00	171.000,00	965.700,00	1.052.613,00	0,00
4.1.9.1.9.53.02.00.00.00	Convênio de Trânsito Prefeitura	0,00	0,00	0,00	171.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.1.9.53.03.00.00.00	Convênio Trânsito Militar	0,00	0,00	0,00	558.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	398.938,54	5.088,74	661,35	7.550,00	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	398.938,54	5.088,74	661,35	7.550,00	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	Compensação Financeira entre o Regime Geral e RPPS	396.784,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.154,50	5.088,74	661,35	7.550,00	10.536,00	11.484,24	0,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	946.870,46	1.250.333,31	1.200.392,60	1.190.692,06	1.286.755,18	1.402.563,14	0,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	946.870,46	1.250.333,31	1.200.392,60	1.190.692,06	1.286.755,18	1.402.563,14	0,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	569.236,64	668.531,42	677.102,86	785.746,43	843.105,92	918.985,45	0,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	337.988,46	422.795,86	382.933,34	471.447,86	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	141.318,31	150.171,76	179.770,23	196.436,61	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	89.929,87	95.563,80	114.399,29	117.861,96	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	802,82	3.138,15	4.051,55	66.331,06	71.173,23	77.578,82	0,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	470,43	1.998,84	2.228,90	39.798,64	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	203,10	696,26	1.113,87	16.582,77	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	129,29	443,05	708,78	9.949,65	0,00	0,00	0,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	376.831,00	578.663,74	519.238,19	338.614,57	372.476,03	405.998,87	0,00
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	376.831,00	578.663,74	519.238,19	338.614,57	372.476,03	405.998,87	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	720.269,04	1.959.289,66	1.291.136,19	3.102.318,00	3.538.243,45	3.586.685,36	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	720.269,04	1.959.289,66	1.291.136,19	3.102.318,00	3.538.243,45	3.586.685,36	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	1.866.178,29	2.124.376,27	1.105.180,51	1.035.272,79	2.681.272,70	2.922.887,24	0,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.434.925,89	1.139.658,91	0,00	600.000,00	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.434.925,89	1.139.658,91	0,00	600.000,00	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.4.00.00.00.00.00	Operações de Crédito Internas - Contratuais	1.434.925,89	1.139.658,91	0,00	600.000,00	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.4.05.00.00.00.00	Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Modern.Adm Públ	0,00	0,00	0,00	600.000,00	643.800,00	701.742,00	0,00
4.2.1.1.4.99.01.00.00.00	Oper de Créd. Internas p/ Prog. de Infra Estrutura	1.434.925,89	1.139.658,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	11.870,00	0,00	54.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	419.382,40	984.717,36	1.050.280,51	435.272,79	2.037.472,70	2.221.145,24	0,00
4.2.4.2.2.09.00.00.00.00	Transferências de Convênios do Estado	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	369.382,40	984.717,36	1.050.280,51	435.272,79	2.037.472,70	2.221.145,24	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 5/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR								
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	69.382,40	982.428,96	918.280,51	385.272,79	1.125.422,70	1.226.710,74	0,00
4.2.4.7.1.05.00.00.00.00	Transf. Conv. União Dest.Prog. Infra-Estrut.Transp	0,00	482.350,42	0,00	1.000,00	1.073,00	1.169,57	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	69.382,40	500.078,54	918.280,51	384.272,79	1.124.349,70	1.225.541,17	0,00
4.2.4.7.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	69.382,40	273.256,74	522.777,01	20.000,00	21.460,00	23.391,40	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênio da União	0,00	0,00	395.503,50	364.272,79	1.102.889,70	1.202.149,77	0,00
4.2.4.7.1.99.03.00.00.00	Outras Transferencias de Convênios da União	0,00	226.821,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	300.000,00	2.288,40	132.000,00	50.000,00	912.050,00	994.434,50	0,00
4.2.4.7.2.02.00.00.00.00	Transf. de Convênio Destinado Programa de Educação	0,00	2.288,40	132.000,00	50.000,00	53.650,00	58.478,50	0,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00	858.400,00	935.956,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.02.00.00	Outras Transferências Convênio do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	858.400,00	935.956,00	0,00
4.2.5.9.0.00.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-9.281.703,31	-10.543.780,51	-11.530.103,03	-11.549.944,82	-10.627.920,48	-13.479.036,83	0,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	-9.281.703,31	-10.543.780,51	-11.530.103,03	-11.549.944,82	-10.627.920,48	-13.479.036,83	0,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Devolução de Receita do IPTU - Ordinário	-645,46	-4.087,76	-1.935,38	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Devolução de Receita do IPTU - Educação	-322,70	-2.043,84	-967,71	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Devolução de Receita do IPTU - Saúde	-205,32	-1.300,59	-615,73	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imposto s/Transm. Bens Imóveis e Dir. - Ordinário	-433,89	-1.094,83	-3.062,61	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imposto s/Transm. Bens Imóveis e Dir. - Educação	-216,95	-547,42	-1.531,32	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Dedução da Receita do ITBI - Saúde	-138,05	-348,33	-974,41	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Ordinário	0,00	0,00	-4.274,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Educação	0,00	0,00	-2.137,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Dedução do Imp. s/Serv. de Q. Natureza - Saúde	0,00	0,00	-1.359,84	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.01.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza-Ordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.02.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.02.03.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza-Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	0,00	0,00	-623,04	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Devolução de Contrib/ Pavimentação e Obras Comple.	0,00	0,00	-581,93	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-9.279.740,94	-10.534.357,74	-11.510.750,38	-11.549.944,82	-10.627.920,48	-13.479.036,83	0,00
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-9.279.740,94	-10.534.357,74	-11.510.750,38	-11.549.944,82	-10.627.920,48	-13.479.036,83	0,00
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.193.223,61	-3.883.293,14	-4.323.285,22	-4.405.807,27	-3.700.429,20	-5.123.467,87	0,00
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-3.163.510,19	-3.852.659,06	-4.295.176,55	-4.370.913,47	-3.662.988,15	-5.082.657,12	0,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-3.141.765,01	-3.832.430,40	-4.266.526,30	-4.345.748,54	-3.662.988,15	-5.082.657,12	0,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB- ITR	-21.745,18	-20.228,66	-28.650,25	-25.164,93	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.22.40.00.00.00	Cota-Parte Royalties p/ Excedente Prod. Petróleo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-29.713,42	-30.634,08	-28.108,67	-34.893,80	-37.441,05	-40.810,75	0,00
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-6.086.517,33	-6.651.064,60	-7.187.465,16	-7.144.137,55	-6.927.491,28	-8.355.568,96	0,00
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-6.086.517,33	-6.651.064,60	-7.187.465,16	-7.144.137,55	-6.927.491,28	-8.355.568,96	0,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-4.994.513,71	-5.435.617,77	-5.793.452,67	-5.838.394,74	-5.526.429,21	-6.828.411,34	0,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-986.336,08	-1.125.818,35	-1.267.079,41	-1.196.230,81	-1.283.555,66	-1.399.075,67	0,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-105.667,54	-89.628,48	-126.933,08	-109.512,00	-117.506,41	-128.081,95	0,00
9.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Dedução de Multas por Auto de Infração	0,00	0,00	-777,65	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Dedução da Receita DÍVIDA ATIVA - Ordinário	0,00	0,00	-475,89	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	-36,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		76.035.426,51	87.858.992,10	98.022.843,65	97.658.083,10	111.561.718,41	119.306.144,04	0,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	5.897.006,44	6.773.264,50	7.819.210,54	8.061.416,57	7.717.887,77	8.441.773,27	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.410.913,12	6.227.546,84	6.861.483,25	7.014.139,57	6.877.887,77	7.526.173,27	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	166.867,11	149.501,55	179.804,80	190.000,00	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	166.867,11	149.501,55	179.804,80	190.000,00	203.870,00	222.218,30	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 6/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR								
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	166.867,11	149.501,55	179.804,80	190.000,00	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	166.867,11	149.501,55	179.804,80	190.000,00	203.870,00	222.218,30	0,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	33.276,23	59.820,92	73.385,14	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.103.162,93	5.934.022,71	6.588.138,93	6.773.339,57	6.609.017,77	7.233.104,97	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.103.162,93	5.934.022,71	6.588.138,93	6.578.339,57	6.409.017,77	7.015.104,97	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	2.986.640,61	3.472.630,85	3.785.844,51	4.268.339,57	4.612.417,77	5.020.310,97	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	2.986.640,61	3.472.630,85	3.785.844,51	4.268.339,57	4.612.417,77	5.020.310,97	0,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB FIXO)	1.263.480,00	1.400.078,50	1.602.012,00	3.010.000,00	3.519.078,20	3.835.795,24	0,00
4.1.7.2.1.33.31.00.00.00	Programa de Saúde da Família (PSF)	345.600,00	375.000,00	420.920,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.32.00.00.00	PACS Programa Comunitário de Saúde	628.929,00	840.738,00	934.266,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.33.00.00.00	Vigilância em Saúde - Epidemiologia e Control Doen	175.883,75	187.550,94	163.477,63	405.000,00	383.339,57	415.820,00	0,00
4.1.7.2.1.33.34.00.00.00	Ações Básicas Farmácia Básica	323.641,63	390.728,00	360.672,00	525.000,00	585.000,00	632.445,73	0,00
4.1.7.2.1.33.36.00.00.00	Ações Básicas Vigilância Sanitária	0,00	12.474,60	27.256,16	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.37.00.00.00	Saúde Bucal	56.217,35	82.400,00	78.980,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.39.00.00.00	Transferências Centro de Especialidades Odontológi	72.600,00	95.343,31	117.778,18	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.40.00.00.00	Mac Visa - Média de Alta Complexidade da Vig. Sani	34.323,80	7.834,96	0,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.80.00.00.00	Incentivo Financ. ao Tratamento AIDS	85.965,08	80.482,54	80.482,54	103.339,57	125.000,00	136.250,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	2.116.522,32	2.461.391,86	2.802.294,42	2.310.000,00	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	2.116.522,32	2.461.391,86	2.802.294,42	2.310.000,00	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Farmácia Básica Estado	259.306,63	283.594,96	282.939,96	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Mac Média e Alta Complexidade	975.043,69	1.371.017,42	1.608.799,94	2.310.000,00	1.796.600,00	1.994.794,00	0,00
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Mac Caps	806.243,51	755.170,30	878.244,52	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	CEO - Estado	75.928,49	51.609,18	32.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	195.000,00	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	195.000,00	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	0,00	0,00	0,00	195.000,00	200.000,00	218.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	107.606,85	84.201,66	20.154,38	50.800,00	65.000,00	70.850,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	107.606,85	84.201,66	20.154,38	50.800,00	65.000,00	70.850,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	107.606,85	84.201,66	20.154,38	50.800,00	65.000,00	70.850,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	486.093,32	545.717,66	957.727,29	1.047.277,00	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	486.093,32	545.717,66	957.727,29	1.047.277,00	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	486.093,32	545.717,66	957.727,29	1.047.277,00	840.000,00	915.600,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	15.533,28	337.845,18	434.749,81	247.277,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	15.533,28	337.845,18	434.749,81	247.277,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	15.533,28	337.845,18	434.749,81	247.277,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	470.560,04	207.872,48	522.977,48	800.000,00	800.000,00	872.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	470.560,04	207.872,48	522.977,48	800.000,00	800.000,00	872.000,00	0,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	470.560,04	207.872,48	522.977,48	800.000,00	800.000,00	872.000,00	0,00
9.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Devolução Tx. de Fisc. de Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Dedução Rec. de Rem. Dep. Banc. Vinculados - FS	0,00	-11.896,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Dedução de Outras Transf. de Conv. da União	0,00	-150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		5.897.006,44	6.611.368,42	7.819.210,54	8.061.416,57	7.717.887,77	8.441.773,27	0,00
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	675.097,48	690.222,73	1.006.663,42	1.043.650,00	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	620.961,48	643.054,73	1.006.663,42	1.043.650,00	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.585,16	20.101,55	26.133,56	2.250,00	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	15.585,16	20.101,55	26.133,56	2.250,00	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.585,16	20.101,55	26.133,56	2.250,00	22.250,00	23.542,50	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Remuneração de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc	15.585,16	20.101,55	26.133,56	0,00	20.000,00	21.090,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	15.585,16	20.101,55	26.133,56	0,00	20.000,00	21.090,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 7/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CACADOR								
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Rem. de Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	2.250,00	2.250,00	2.452,50	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	2.250,00	2.250,00	2.452,50	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	588.296,34	584.852,20	968.976,92	967.000,00	1.119.000,00	1.248.318,00	0,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	588.296,34	584.852,20	968.976,92	967.000,00	1.119.000,00	1.248.318,00	0,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	416.099,76	531.527,94	595.879,92	755.000,00	907.000,00	993.258,00	0,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Demais Transf. da União	25.125,00	59.643,49	44.904,75	0,00	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	25.125,00	59.643,49	44.904,75	0,00	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.01.00.00	Demais Transf. da União	0,00	59.643,49	44.904,75	0,00	44.000,00	47.960,00	0,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	390.974,76	471.884,45	550.975,17	755.000,00	863.000,00	945.298,00	0,00
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Programa Assistencia para Idoso - API	35.391,55	58.449,60	180.996,68	40.000,00	60.000,00	65.400,00	0,00
4.1.7.2.1.34.03.00.00.00	Programa para o Deficiente - APAE/APASC	20.463,12	22.168,38	3.410,52	21.000,00	21.000,00	22.890,00	0,00
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Programa Sentinela	70.200,00	100.800,00	37.500,85	160.000,00	160.000,00	174.400,00	0,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	42.017,46	45.500,00	40.205,26	42.000,00	65.000,00	75.478,00	0,00
4.1.7.2.1.34.06.00.00.00	Programa do FNAS - CRAS	198.658,42	216.653,21	198.000,00	442.000,00	442.000,00	481.780,00	0,00
4.1.7.2.1.34.07.00.00.00	IGD Sus	24.244,21	28.313,26	90.861,86	50.000,00	24.000,00	26.160,00	0,00
4.1.7.2.1.34.08.00.00.00	Gestão do Programa Bolsa Família - IGD	0,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	98.100,00	0,00
4.1.7.2.1.34.09.00.00.00	Transferência da União - PROJOVEM	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	172.196,58	53.324,26	373.097,00	212.000,00	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.7.2.2.09.00.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - FEAS	172.196,58	53.324,26	373.097,00	212.000,00	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.7.2.2.09.01.00.00.00	Transferências de Recursos do Estado - CREAS	51.490,96	53.324,26	373.097,00	212.000,00	212.000,00	255.060,00	0,00
4.1.7.2.2.09.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênio do Estado	120.705,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.079,98	38.100,98	11.552,94	74.400,00	80.000,00	87.200,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	17.079,98	38.100,98	11.552,94	74.400,00	80.000,00	87.200,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	17.079,98	38.100,98	11.552,94	74.400,00	80.000,00	87.200,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	4.136,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Outras Transferências de Convênios do Estado	50.000,00	47.168,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	675.097,48	690.222,73	1.006.663,42	1.043.650,00	1.221.250,00	1.359.060,50	0,00
Entidade: 6 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO DE CACADOR								
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	0,00	7,32	0,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	69,50	0,00	0,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.1.99.02.00.00.00	Outras Transferência de Convênio da União	7.424,75	35.306,23	0,00	400.000,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	7.494,25	35.313,55	0,00	404.900,00	0,00	0,00	0,00
Entidade: 7 - FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESC. DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	60.988,84	49.374,96	24.832,03	36.000,00	52.146,00	56.839,14	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	60.988,84	49.374,96	24.832,03	36.000,00	52.146,00	56.839,14	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.886,25	1.420,01	940,11	1.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.886,25	1.420,01	940,11	1.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.886,25	1.420,01	940,11	1.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	5.886,25	1.420,01	940,11	1.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	5.886,25	1.420,01	940,11	1.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	31.000,00	0,00	0,00	2.000,00	2.146,00	2.339,14	0,00
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome	31.000,00	0,00	0,00	2.000,00	2.146,00	2.339,14	0,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	31.000,00	0,00	0,00	1.000,00	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.7.7.3.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.073,00	1.169,57	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.102,59	47.954,95	23.891,92	33.000,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	24.102,59	47.954,95	23.891,92	33.000,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	24.102,59	47.954,95	23.891,92	33.000,00	40.000,00	43.600,00	0,00
	Total por entidade:	60.988,84	49.374,96	24.832,03	36.000,00	52.146,00	56.839,14	0,00

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 8/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 9 - FAMPEC - CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	908.100,69	945.728,32	1.030.934,23	1.080.670,00	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	908.100,69	945.728,32	1.030.934,23	1.080.670,00	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	784.866,67	837.164,15	988.052,25	877.700,00	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	784.866,67	837.164,15	988.052,25	877.700,00	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.49.00.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	784.866,67	837.164,15	988.052,25	877.700,00	1.195.000,00	1.302.550,00	0,00
4.1.2.1.0.49.01.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Ativos	612.942,31	652.725,75	768.702,99	605.100,00	1.010.000,00	1.100.900,00	0,00
4.1.2.1.0.49.02.00.00.00	Contribuição Assist. Médica Servidores Inativos	171.924,36	184.438,40	219.349,26	272.600,00	185.000,00	201.650,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	123.234,02	108.564,17	42.881,98	181.200,00	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	123.234,02	108.564,17	42.881,98	181.200,00	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	123.234,02	108.564,17	42.881,98	181.200,00	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. Rem. de Outros Dep. Bancários	123.234,02	108.564,17	42.881,98	181.200,00	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	123.234,02	108.564,17	42.881,98	181.200,00	90.000,00	99.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	21.770,00	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	2.270,00	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	2.270,00	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	0,00	0,00	0,00	2.270,00	5.000,00	5.450,00	2,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	0,00	19.500,00	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	0,00	0,00	19.500,00	20.000,00	21.800,00	0,00
Total por entidade:		908.100,69	945.728,32	1.030.934,23	1.080.670,00	1.310.000,00	1.429.700,00	0,00
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	9.299.850,07	11.796.452,11	0,00	8.143.692,73	4.450.159,38	5.088.198,58	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	5.414.514,65	6.555.266,28	0,00	3.980.079,40	4.450.159,38	5.088.198,58	0,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.507.677,20	2.725.671,68	0,00	1.997.020,38	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.507.677,20	2.725.671,68	0,00	1.997.020,38	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.507.677,20	2.725.671,68	0,00	1.997.020,38	2.207.972,55	2.553.023,50	0,00
4.1.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	1.194,91	0,00	2.190,28	2.476,49	2.800,09	0,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	2.481.701,92	2.694.744,52	0,00	1.931.630,48	2.134.038,09	2.469.427,99	0,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	25.089,93	27.004,01	0,00	43.084,44	48.714,32	55.079,85	0,00
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contrib de Pensionista Civil	885,35	2.728,24	0,00	11.931,96	13.491,12	15.254,01	0,00
4.1.2.1.0.29.99.00.00.00	Outras Cont. Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	8.183,22	9.252,53	10.461,56	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.848.968,68	3.716.656,79	0,00	1.660.384,18	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.848.968,68	3.716.656,79	0,00	1.660.384,18	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Rec. Rem. Depositos Bancários	0,00	0,00	0,00	1.660.384,18	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rec. Rem. Depositos Bancários	0,00	0,00	0,00	1.660.384,18	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	0,00	0,00	0,00	1.660.384,18	1.877.347,83	2.122.662,29	0,00
4.1.3.2.8.10.00.01.00.00	REM. FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	2.376.311,57	3.364.999,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.10.00.02.00.00	REM. FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA TX.	113.468,34	173.895,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.20.00.01.00.00	REMUN. FUNDO DE AÇÕES	359.188,77	177.761,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.20.00.02.00.00	REMUNERAÇÃO FUNDO DE AÇÕES TX. ADM.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.868,77	112.937,81	0,00	322.674,84	364.839,00	412.512,79	0,00
4.1.9.2.2.10.01.00.00.00	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA ENTRE RGPS E RPPS	46.450,46	3.765,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	11.318,31	109.172,28	0,00	322.674,84	364.839,00	412.512,79	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	11.318,31	109.172,28	0,00	322.674,84	364.839,00	412.512,79	0,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib Patronais - Ativo Civil	1.983.607,56	1.833.613,44	0,00	2.184.220,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	642.102,51	1.539.372,25	0,00	1.573.036,73	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelame	402.941,35	847.033,71	0,00	52.802,53	0,00	0,00	0,00
4.7.2.1.0.29.99.00.00.00	Contrib Patronais - Outras Contribuições Previdenc	0,00	0,00	0,00	2.168,37	0,00	0,00	0,00
4.7.9.1.2.29.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contribuições Patronais	779.991,87	909.741,99	0,00	157.724,34	0,00	0,00	0,00
4.7.9.1.2.29.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contribuições do Servidor	69.601,15	1.078,28	0,00	744,70	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Página: 9/10

Data: 19/06/2013

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 10 - IPASC-INST.PREV.SOC.SERV.MUN.CACADOR								
4.7.9.1.2.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições -	7.090,98	110.346,16	0,00	143.483,79	0,00	0,00	0,00
4.8.3.0.0.99.00.00.00.00	Amort. de Financiamentos Diversos	0,00	0,00	0,00	49.432,87	0,00	0,00	0,00
9.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Dedução Contrib de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.5.01.04.00.00.00	DEVOL. REMUN. DEPOS. BANCARIO	-48.785,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.8.10.00.01.00.00	Devol. Remun. Fundos de Invest. Renda Fixa	-4.066,72	-25.028,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.3.2.8.20.00.01.00.00	DEDUÇÃO REMUNERAÇÃO INVEST. VARIÁVEL	-197.405,43	-62.194,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	9.049.592,16	11.709.229,78	0,00	8.143.692,73	4.450.159,38	5.088.198,58	0,00
Entidade: 11 - FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	3.715,35	5.005,01	0,00	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	3.715,35	5.005,01	0,00	20.000,00	21.800,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	3.715,35	5.005,01	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	3.715,35	5.005,01	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.10	OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	5.005,01	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	3.715,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	0,00	3.715,35	5.005,01	0,00	20.000,00	21.800,00	0,00
Entidade: 12 - FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO AMBIENTAL DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	257.207,76	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	2.622,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	254.585,21	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	254.585,21	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	254.585,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	0,00	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
	Total por entidade:	257.207,76	0,00	0,00	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	709,11	2.053,54	2.331,06	11.000,00	16.000,00	17.440,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	709,11	2.053,54	2.331,06	11.000,00	16.000,00	17.440,00	0,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	0,00	241,00	85,22	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	11.000,00	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	0,00	11.000,00	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	11.000,00	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.7.6.1.98.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.450,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	0,00	0,00	0,00	11.000,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	709,11	1.812,54	2.245,84	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	709,11	1.812,54	2.245,84	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	709,11	1.812,54	2.245,84	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
	Total por entidade:	709,11	2.053,54	2.331,06	11.000,00	16.000,00	17.440,00	0,00
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	1.317.323,87	1.610.462,40	3.496.634,24	4.044.643,55	7.060.000,00	7.456.300,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.317.323,87	1.610.462,40	3.053.306,81	4.042.643,55	7.059.000,00	7.455.210,00	0,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	1.251.170,00	923.443,55	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	0,00	0,00	1.251.170,00	923.443,55	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	1.251.170,00	923.443,55	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	0,00	0,00	1.251.170,00	923.443,55	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

Página: 10/10

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64 e art. 12, da Lei Complementar nº 101/2000)

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LDO	Projeção	
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 15 - FUNDACAO MUN. DO MEIO AMBIENTE DE CACADOR-FUNDEMA								
4.1.1.2.2.99.03.00.00.00	Taxa de Coleta de Lixo	0,00	0,00	1.251.170,00	923.443,55	1.800.000,00	1.980.000,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.889,38	56.165,02	96.910,35	0,00	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.889,38	56.165,02	96.910,35	0,00	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	12.889,38	56.165,02	96.910,35	0,00	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.01.11.00.00.00	Rec de R Dep Banc Rec Vinc - ESTADO	0,00	0,00	90.744,92	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Remun.de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc.	12.889,38	56.165,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	6.165,43	0,00	25.000,00	27.250,00	0,00
4.1.3.2.5.02.03.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	6.165,43	0,00	15.000,00	16.350,00	0,00
4.1.3.2.5.02.04.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - RECURSO 99	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.900,00	0,00
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	3.115.200,00	3.440.000,00	3.643.600,00	0,00
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	0,00	0,00	3.078.900,00	3.400.000,00	3.600.000,00	0,00
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. de Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	0,00	0,00	0,00	36.300,00	40.000,00	43.600,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.303.298,10	1.542.149,63	1.643.425,84	4.000,00	4.000,00	4.360,00	0,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	1.303.298,10	1.542.149,63	1.643.425,84	4.000,00	4.000,00	4.360,00	0,00
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	82.054,98	2.000,00	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. da União	0,00	0,00	82.054,98	2.000,00	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	1.303.298,10	1.542.149,63	1.561.370,86	2.000,00	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	1.303.298,10	1.542.149,63	1.561.370,86	2.000,00	2.000,00	2.180,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.136,39	12.147,75	61.800,62	0,00	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.136,39	12.147,75	61.800,62	0,00	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.136,39	12.147,75	61.800,62	0,00	1.790.000,00	1.800.000,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	443.327,43	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	443.327,43	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	443.327,43	2.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.1.04.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Prog. Meio Ambi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	0,00	0,00	443.327,43	1.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.2.4.7.2.04.00.00.00.00	Transf. Conv. do Estado Dest. Prog Meio ambiente	0,00	0,00	443.327,43	1.000,00	1.000,00	1.090,00	0,00
Total por entidade:		1.317.323,87	1.610.462,40	3.496.634,24	4.044.643,55	7.060.000,00	7.456.300,00	0,00
Entidade: 16 - IPPUC - INST. PESQUISA E PLANEJ. URBANO DE CACADOR								
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
4.1.9.0.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
Total por entidade:		0,00	921,23	512,40	0,00	1.000,00	1.090,00	0,00
Total geral:		94.208.947,11	109.517.382,38	111.408.966,58	120.486.055,95	133.411.161,56	143.179.435,53	0,00

Estado de Santa Catarina

Página: 1/1

MUNICÍPIO DE Caçador

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R\$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2012 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2012 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	134.712.279,19	----	111.490.956,85	----	(23.221.322,34)	(17,238)
Receitas Primárias (I)	132.606.755,45	----	110.114.514,79	----	(22.492.240,66)	(16,962)
Despesa Total	135.009.675,35	----	0,00	----	(135.009.675,35)	(100,000)
Despesas Primárias (II)	133.560.275,35	----	0,00	----	(133.560.275,35)	(100,000)
Resultado Primário (III) = (I-II)	(953.519,90)	----	110.114.514,79	----	111.068.034,69	(11.648,214)
Resultado Nominal	(3.744.271,78)	----	0,00	0,000	3.744.271,78	(100,000)
Dívida Pública Consolidada	5.102.791,13	----	0,00	0,000	(5.102.791,13)	(100,000)
Dívida Consolidada Líquida	(2.017.067,10)	----	0,00	0,000	2.017.067,10	(100,000)

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE Caçador

 Página: 1/1
 Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 01/01/2014 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R\$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	119.566.044,77	134.712.279,19	12,670	120.386.055,95	(10,630)	133.411.161,56	10,820	143.179.435,53	7,320	0,00	(100,000)
Receitas Primárias (I)	117.612.001,69	132.606.755,45	12,750	117.620.656,78	(11,300)	130.253.924,12	10,740	139.660.603,57	7,220	0,00	(100,000)
Despesa Total	119.566.044,77	135.009.675,35	12,920	122.814.515,95	(9,030)	128.097.117,37	4,300	137.084.746,73	7,020	0,00	(100,000)
Despesas Primárias (II)	117.910.844,77	133.560.275,35	13,270	122.814.515,95	(8,050)	120.059.117,37	(2,240)	128.500.036,73	7,030	0,00	(100,000)
Resultado Primário III = (I-II)	(298.843,08)	(953.519,90)	219,070	(5.193.859,17)	444,700	10.194.806,75	(296,290)	11.160.566,84	9,470	0,00	(100,000)
Resultado Nominal	(3.901.096,24)	(3.744.271,78)	(4,020)	4.771.726,81	(227,440)	(1.047.659,71)	(121,960)	(512.000,00)	(51,130)	(512.000,00)	0,000
Dívida Pública Consolidada	7.440.711,62	5.102.791,13	(31,420)	7.154.659,71	40,210	6.107.000,00	(14,640)	5.595.000,00	(8,380)	5.083.000,00	(9,150)
Dívida Consolidada Líquida	1.727.204,68	(2.017.067,10)	(216,780)	2.754.659,71	(236,570)	1.707.000,00	(38,030)	1.195.000,00	(29,990)	683.000,00	(42,850)

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2011	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%	2016	%
Receita Total	142.056.417,79	146.836.384,32	3,360	120.386.055,95	(18,010)	122.395.561,06	1,670	120.511.266,33	(1,540)	0,00	(100,000)
Receitas Primárias (I)	139.734.819,21	144.541.363,44	3,440	117.620.656,78	(18,620)	119.499.012,95	1,600	117.549.535,87	(1,630)	0,00	(100,000)
Despesa Total	142.056.417,79	147.160.546,13	3,590	122.814.515,95	(16,540)	117.520.291,17	(4,310)	115.381.488,70	(1,820)	0,00	(100,000)
Despesas Primárias (II)	140.089.874,67	145.580.700,13	2,480	122.814.515,95	(15,640)	110.145.979,24	(10,320)	108.155.910,05	(1,810)	0,00	(100,000)
Resultado Primário III = (I-II)	(355.055,46)	(1.039.336,69)	192,730	(5.193.859,17)	399,730	9.353.033,72	(280,080)	9.393.625,82	0,430	0,00	(100,000)
Resultado Nominal	(4.634.892,44)	(4.061.256,24)	(11,940)	4.771.726,81	(216,920)	(961.155,70)	(120,140)	(430.940,16)	(55,160)	(395.357,84)	(8,250)
Dívida Pública Consolidada	8.840.309,48	5.602.042,33	(37,080)	7.154.659,71	28,630	5.802.752,29	(21,690)	4.709.199,56	(15,950)	3.925.005,60	(16,650)
Dívida Consolidada Líquida	2.052.091,88	(2.198.603,14)	(207,140)	2.754.659,71	(225,290)	1.566.055,05	(43,150)	1.005.807,59	(35,770)	527.400,91	(47,560)

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2011	2012	2013	2014	2015	2016
9,000	9,000	9,000	9,000	9,000	9,000

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/1

Data: 19/06/2013

RECEITAS REALIZADAS	2012 (a)	2011 (d)	2010
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EMPENHADAS	2012 (b)	2011 (e)	2010
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00
	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/2

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Data: 19/06/2013

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**ANEXO DE METAS FISCAIS****RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2014

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS	2010	2011	2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.164.256,74	6.468.043,95	0,00
RECEITAS CORRENTES	5.414.514,65	6.555.266,28	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	2.507.677,20	2.725.671,68	0,00
Pessoal Civil	2.507.677,20	2.725.671,68	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.848.968,68	3.716.656,79	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	57.868,77	112.937,81	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	46.450,46	3.765,53	0,00
Demais Receitas Correntes	11.418,31	109.172,28	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-250.257,91	-87.222,33	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	3.885.335,42	5.535.609,96	0,00
RECEITAS CORRENTES	3.885.335,42	5.535.609,96	0,00
Receita de Contribuições Patronais	1.983.607,56	1.833.613,44	0,00
Pessoal Civil	1.983.607,56	1.833.613,44	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	642.102,51	1.833.796,38	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	402.941,35	847.033,71	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	856.684,00	1.021.166,43	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	856.684,00	1.021.166,43	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	9.049.592,16	12.003.653,91	0,00
DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR****LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS****ANEXO DE METAS FISCAIS****RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

2014

Página: 2/2

Data: 19/06/2013

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS	2010	2011	2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	9.049.592,16	12.003.653,91	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2010	2011	2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	3.758.413,04	2.726.198,18	2.944.294,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - Portaria 575/07

Página: 1/1
Data: 19/06/2013

R\$ 1,00

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

Tributo	Modalidade	Setores/ Programas/ Beneficiário	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2014	2015	2016	
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Anistia de Juros de Multas	300.000,00	327.000,00	356.430,00	Concessão de anistia e/ou remissão sobre a regularização de créditos tributários e não tributários do Município de Caçador, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas e físicas.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	30.000,00	32.700,00	35.643,00	Isenção a proprietários de um único imóvel, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos, conforme Art. 18, Inciso VI do Código Tributário Municipal.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Remissão	Anistia de Juros de Multas	30.000,00	32.700,00	35.643,00	Isenção a proprietários de um único imóvel, cuja renda familiar mensal não ultrapasse a 2 (dois) salários mínimos, conforme Art. 18, Inciso VI do Código Tributário Municipal.
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	750.000,00	817.500,00	891.075,00	Lei Complementar nº 044/2010. "Que dá nova redação ao §1º do art. 17, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR". §1º O Pagamento do imposto integral em cota única, até a data do vencimento da primeira parcela assegurará ao contribuinte o direito de um desconto de 20% (vinte por cento).
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	Subsídio	Município	30.000,00	32.700,00	35.643,00	Lei 11.977/2009 - Minha Casa Minha Vida Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	Outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado	Município	30.000,00	32.700,00	35.643,00	Lei Complementar- Fica isento do pagamento contribuição de melhoria, o contribuinte proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de um único bem imóvel e que tenha renda inferior a 2(dois) salários mínimos.
Total			1.170.000,00	1.275.300,00	1.390.077,00	

Estado de Santa Catarina**MUNICÍPIO DE Caçador**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2014

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Página: 1/1

Data: 19/06/2013

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2014
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	----
(-) Transferências ao FUNDEB	----
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	----
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	----
Novas DOCC	----
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	0,00

Decreto N° 5.596

DECRETO N° 5.596, de 19 de junho de 2013.

Estabelece normas gerais para atualização cadastral denominada Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais ativos e seus dependentes, vinculados ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

Considerando a necessidade de atualizar os dados cadastrais dos Servidores Públicos Municipais ativos e seus dependentes, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social, bem como das demais informações importantes da administração Pública;

Considerando que o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, autarquia municipal detentora de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, é a unidade gestora responsável pela administração, gerenciamento e operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social, na forma da Lei Complementar Municipal nº 93, de 29 de dezembro de 2006 e o disposto na Portaria nº 402, de 10 de dezembro de 2008, do Ministério da Previdência Social;

Considerando a necessidade de garantir o equilíbrio financeiro e atuarial e que as informações dos segurados formam a base cadastral para a realização das reavaliações atuariais anuais, para concessão dos benefícios previdenciários e para a preparação dos requerimentos de compensação previdenciária;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas, nos termos deste Decreto, as normas gerais para a realização do Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais ativos detentores de cargo de provimento efetivo e seus dependentes da Administração Pública direta, autárquica e fundacional, vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 2º Fica delegada competência ao Diretor Presidente para estabelecer, mediante portaria, normas especiais e procedimentos operacionais necessários à efetivação do Censo Previdenciário de que trata o art. 1º deste Decreto, respeitadas as normas legais em vigor.

Parágrafo único. São consideradas normas especiais e procedimentos operacionais necessários à efetivação do Censo Previdenciário, a fixação de períodos, dias, horários e locais para o comparecimento dos recadastrados, definição dos documentos obrigatórios e a sua respectiva forma de apresentação e outros atos indispensáveis à plena execução do recadastramento e de suas finalidades.

Art. 3º No período estabelecido para o Censo Previdenciário dos Servidores Públicos Municipais ativos e seus dependentes, elencados no art. 1º deste Decreto, deverão comparecer no local designado, munidos da documentação requerida.

Art. 4º Os órgãos da Administração Pública integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo, deverão participar, no âmbito de suas respectivas competências, da execução do Censo Previdenciário, disponibilizando, por intermédio dos respectivos setores de recursos humanos, toda a informação e acesso as fichas funcionais dos servidores, sempre que solicitados pela equipe do recadastramento, bem como colaborando na orientação aos servidores dos seus órgãos, atendendo, no que lhes couber, ao disposto neste Decreto.

Art. 5º O Censo Previdenciário é obrigatório para todos os Servidores Públicos Municipais ativos, detentores de cargo de provimento

efetivo, da Administração Direta, autárquica e fundacional, segurados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Parágrafo único. Serão resguardados os dados concernentes à vida privada e à intimidade dos servidores públicos municipais ativos e de seus dependentes.

Art. 6º Os Servidores Públicos Municipais ativos que não fizerem a atualização cadastral, respeitado o devido processo legal e as garantias da ampla defesa e do contraditório, poderão sofrer as sanções previstas em lei específica.

Art. 7º O servidor que omitir ou prestar informações incorretas, para efeito deste Decreto, fica sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa.

Art. 8º É dever permanente dos Servidores Públicos Municipais ativos e seus dependentes vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social manterem seus dados atualizados, devendo efetuar comunicação com a maior brevidade possível sempre que os dados forem alterados, mesmo após o encerramento do Censo Previdenciário, especialmente no que se refere às informações necessárias à administração do RPPS, bem como prestação das informações necessárias à Administração Pública para subsidiar a implementação e execução da política municipal de gestão de pessoas, além de embasarem a atualização dos dados cadastrais dos servidores públicos municipais efetivos.

Art. 9º A gestão do processo de Censo Previdenciário caberá ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Decreto N° 5.597

DECRETO N° 5.597, de 19 de junho de 2013.

Convoca a Conferência Municipal de Cultura de Caçador, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e com fundamento nos artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988 e no disposto no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional da Cultura, aprovado pela Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério de Estado da Cultura.

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura, etapa integrante da 3ª Conferência Nacional de Cultura, a realizar-se no dia 10 de julho de 2013, na Câmara Municipal de Caçador, sob a coordenação da Fundação Municipal de Cultura de Caçador - FMC.

Art. 2º São objetivos da Conferência Municipal de Cultura:

I - Propor estratégias de articulação e cooperação institucional com demais entes públicos municipais e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação do Sistema Municipal de Cultura envolvendo os respectivos componentes;

II - Debater experiências de elaboração e implementação de Planos Municipais de Cultura ao socializar metodologias e conhecimentos;

III - Discutir a cultura local nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

IV - Propor estratégias para reconhecimento e fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

V - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VI - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura locais o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes locais em prol da Cultura;

VIII - Contribuir para a integração das políticas públicas locais que apresentam interface com a cultura; e

IX - Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de Cultura anteriores.

Art. 3º O tema geral da Conferência Municipal de Cultura será "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional, conforme definido no Artigo 2º do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 4º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Municipal, composta por no mínimo cinco e no máximo dez integrantes entre representantes do executivo e legislativo municipal e da sociedade civil local, que terão as seguintes atribuições, conforme art. 24 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura:

I - definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II - definir data, local, pauta e programação da Conferência;

III - organizar a Conferência Municipal de Cultura;

IV - assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da 3ª Conferência Municipal de Cultura;

V - acompanhar o processo de sistematização das propostas da 3ª Conferência Municipal de Cultura; e

VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

§1º Fica a Presidente da Fundação Municipal de Cultura responsável pela coordenação da Comissão Organizadora Municipal.

§2º A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, para

o e-mail conferencianacional@cultura.gov.br.

Art. 5º Cabe a Conferência Municipal de Cultura eleger os delegados municipais para a Conferência Estadual de Cultura do Estado.

Parágrafo único. A eleição dos delegados aludidos no presente artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no Anexo III da Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura.

Art. 6º A Conferência Municipal de Cultura de Caçador será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pela Presidente da Fundação Municipal da Cultura.

Art. 7º As despesas relacionadas à realização da Conferência Municipal de Cultura, bem como o deslocamento e a hospedagem dos delegados eleitos para a etapa estadual são de responsabilidade do município, conforme artigo 25 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 19 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Edital de Convocação N° 039

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 039, de 17 de junho de 2013.

Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e os arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

A cidadã, a seguir relacionada, classificada em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.318, de 09 de agosto de 2012, conforme sequência de classificação:

PSICOLOGO

Edilaine Casaletti

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

Portaria N° 22.726

PORTARIA N° 22.726, de 13 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

R E S O L V E:

PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria Municipal de Educação a seguir relacionados, especificando: código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	CH	Ref.	Local de Atuação	Período
12680-Raquel Aparecida Padilha	Profª de 1º ao 5º	20h/a	1.3/A	EMEB Alto Bonito, VV Juliana Padilha Mazzotti, Lic Trat. Saúde	10/06/2013 a 24/06/2013
12684-Leila Lucimar Gonçalves	Profª de 1º ao 5º	20h/a	1.3/A	EMEB Alto Bonito, VV Juliana Padilha Mazzotti, Lic Trat. Saúde	10/06/2013 a 24/06/2013
Margarete Oneda	Profª de Ciências	15h/a	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	04/06/2013 a 17/06/2013
Katlin Aparecida Hartmann	Profª de Ciências	24h/a	1.3/A	EMEB Henrique J Berger, VV Raquel Morona, Lic Trat. Saúde	04/06/2013 a 17/06/2013
12677-Maria Bernadete Polawski	Servente da Educação	44h	1.5/A	EMEB Castelhana, VV Natalia Mussak, Lic Trat. Saúde	23/06/2013 a 27/07/2013
12656- Mariana Ribeiro da Cruz Branco	Profª Ed. Infantil	40h	1.3/A	CMEI Pierina Adami, VV Sidnéia Dominiak, Lic Prêmio	02/06/2013 a 01/09/2013
12404- Cristina Fátima de Almeida	Servente da Educação	44h	1.5/A	EMEB Henrique Julio Berger, V. Excedente	01/07/2013 a 20/12/2013.
12655- Francine de Matias	Secretária Escolar	40h	3.4/A	EMEB Alto Bonito, VV Eliane Bortolini, Licença Prêmio	01/07/2013 a 31/08/2013
12246- Kariane Danily de Oliveira	Profª de Matemática	18h	1.3/A	14h-EMEB Morada do Sol, VV Marcele Guzela, Lic. Sem vencimentos	01/07/2013 a 20/12/2013
12670-Daiane dos Santos	Profª Ed. Infantil	20	1.3/A	EMEB Nossa Sra da Salete, VV Vera Lucia de Moura, Lic Trat. Saúde	23/05 a 20/06/2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação

Portaria N° 22.727

PORTARIA N° 22.727, de 13 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, licença para tratamento de saúde, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Atuação	Total de Dias	A contar de:
424-Raquel Terezinha Morona	Profª de Ciências	EMEB Henrique J Berger	15 dias	04/06/2013
707-Lucia Speggorin	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Morada do Sol	15 dias	10/06/2013
2359- Juliana Mazzotti	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Alto Bonito	15 dias	10/06/2013
12365- Juliana Mazzotti	Profª de 1º ao 5º ano	EMEB Alto Bonito	15 dias	10/06/2013
8660-Ecleides de Fátima Bleichuvel Cruz	Profª de História	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barboza	63 dias	11/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ALDONIR ANCIUTI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.

Portaria N° 22.728

PORTARIA N° 22.728, de 13 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar nº 056/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER retorno da Licença Sem Vencimentos à Servidora Pública Municipal ROSANE FONSECA, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na EMEB Morada do Sol, a partir de 01 de julho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI

Secretário de Educação.

Portaria N° 22.729

PORTARIA N° 22.729, de 14 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Caçador, para atuar na Escola de Educação Básica Graciosa Copetti Pereira, a Servidora Pública Municipal ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, ocupante do cargo de Supervisora Escolar, lotada na EMEB Hilda Granemann de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme convênio 001/2013, com efeitos a contar de 17 de junho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 14 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

ALDONIR ANCIUTI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Portaria N° 22.731

PORTARIA N° 22.731, de 17 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

R E S O L V E:

PRORROGAR OS CONTRATOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Saúde, a seguir relacionados, até realização de Processo Seletivo, especificando: nome, cargo e data fim da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Prorrogação até
Cibele Úrio Klaumann	Fisioterapeuta	31/12/2013
Cícero Pereira	Médico	30/09/2013
Flávio Scalcon	Médico	30/09/2013
Jairo Biramar de Oliveira	Médico	30/09/2013
Northon André Felipe Knoublach	Médico	30/09/2013
Oscar Puim Manrique	Médico	30/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.732

PORTARIA N° 22.732, de 17 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

R E S O L V E:

PRORROGAR OS CONTRATOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Saúde, a seguir relacionados, até realização de Concurso/Processo Seletivo, especificando: nome, cargo, referência, carga horária e data fim da prorrogação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Prorrogação até
João Maria Guaripuna Filho	Agente Combate à Endemias	11	40	30/06/2014
Loriana Lopes	Agente Combate à Endemias	11	40	30/06/2014
Maria Elena de Oliveira Eger	Agente Combate à Endemias	11	40	30/06/2014
Monalisa Ribeiro Camargo	Assistente Administrativo	14	35	30/06/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

LUZIA MICHELINA DOS SANTOS
SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria N° 22.735

PORTARIA N° 22.735, de 17 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52 da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinado com as Emendas Constitucionais nºs 41 e 47,

R E S O L V E:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, pagamento do abono de permanência, especificando código, nome, cargo, secretaria de lotação e data do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	A contar de:
660	Marly Pohlen Zanin	Assistente Administrativo	001	01/06/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Portaria N° 22.736

PORTARIA N° 22.736, de 17 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 124, da Lei Complementar n° 056/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

R E S O L V E:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, a seguir relacionados, licença prêmio, a que fazem jus, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Período Aquisição	Período Gozo
7984	Ezequiel Marcio Colaço	Agente de Segurança e Trânsito	14/01/2008 a 14/01/2013 – 1 mês	17/06/2013 a 16/07/2013
3949	Luiz Carlos Ribeiro	Mecânico Chapeador	02/06/2003 a 03/06/2008 – 1 mês 02/06/2008 a 02/06/2013 – 1 mês	01/07/2013 a 01/09/2013
3557	Sidnéia Dominiak	Professora	03/02/2008 a 03/02/2013 – 3 meses	03/06/2013 a 03/09/2013

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ASSIS PEREIRA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Aviso de Licitação - PR 14 - 2013 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO DE FONTE (TIPO CAXAMBU) E PARA CONFECÇÃO DE FOSAS SÉPTICAS E ENCANAMENTOS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL. PROJETO: "RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E ÁREAS QUE MARGEIAM O MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - CONVÊNIO:AC FSA CAIXA 0066.058/2012
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 11/07/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 11/07/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de Junho de 2013.
LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação - PR 15 - 2013 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2013
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL/PROJETO: "RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E ÁREAS QUE MARGEIAM O MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - CONVÊNIO:AC FSA CAIXA 0066.058/2012
ENTREGA DOS ENVELOPES: 16h00min do dia 11/07/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 16h10min do dia 11/07/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de Junho de 2013.
LUIZ GUSTAVO PAVELSKI
Presidente da FUNDEMA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 46-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC
Secretaria de Administração e Fazenda
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 46/2013
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES ADMISSORAIS DE RETORNO AO TRABALHO, PERÍCIA MÉDICA E AUDIOMETRIA.
ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 15/07/2013.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 15/07/2013.
Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacoes@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo N° 04/2013 - Fmec

Contrato Administrativo n° 04/2013 - FMEC, Objeto - Locação de dependências, para treinamento de atletas e realização de competições nas modalidades de: Futebol de Salão, Handebol e Voleibol, salas para treinamento e competições das modalidades de Judô, Xadrez, Tênis de Mesa e dependências para competições e treinamento das canchas de Bochas, Bolão 16 e 23, referente ao Processo Licitatório n° 03/2013 Dispensa n° 01/2013, CONTRATADA: SOCIEDADE CAÇADORENSE DE BOCHAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 83.059.808/0001-71, situada na Rua São Francisco de Assis, n° 45 centro nesta cidade de Caçador/SC. Pelo período de 12(doze) meses, a contar de 19 de junho de 2013

Contrato Administrativo N° 09/2013 - FMAS

Contrato Administrativo nº 09/2013 - FMAS , Objeto - CONTRATAÇÃO DE CURSO DE APLICADOR DE REVESTIMENTO EM SUPERFÍCIES - CUSTOMIZADO, PARA 25 PARTICIPANTES DO CRAS/MARTELLO Referente ao processo licitatório nº 09/2013 Dispensa Nº 01/2013, Contratada: SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.774.688/0006-60, com sede, nesta cidade de Caçador/SC, com prazo até 31.12.2013.

Edital de Convocação N° 40

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040, de 19 de junho de 2013.
Convoca aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e os arts. 37 e 41, da Constituição Federal, combinado com o art. 17, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o estabelecido no art. 15, inciso I e art. 16, inciso VIII, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004-Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Caçador,

C O N V O C A:

A cidadã, a seguir relacionada, classificada em Concurso Público, conforme Edital nº 01, de 31/05/2010, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO, de acordo com o Decreto nº 4.624, de 24/09/2010, que homologou o resultado final do Concurso, prorrogado pelo Decreto nº 5.318, de 09 de agosto de 2012, conforme sequência de classificação:

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
Ana Paula de Lima

a) A cidadã deverá se apresentar junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Caçador, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito ao Concurso de Ingresso.

b) A posse, o exercício e o estágio probatório, dar-se-ão nas condições da legislação e regulamentos específicos.

c) Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

Edital de Convocação Para Fórum Eletivo Conselho Municipal do Idoso

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O FÓRUM DA SOCIEDADE CIVIL DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO
Biênio 2013/ 2015

O Prefeito Municipal de Caçador, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, Lei Municipal nº 1.953, de 14 de agosto de 2003, CONVOCA as entidades e organizações não governamentais da sociedade civil, com sede neste município, para o Fórum de Eleição das Entidades Não Governamentais para compor o CMI - Biênio 2013/2015 que será realizado no dia 19 de julho de 2013.

Art. 1º - As entidades e organizações não governamentais que integrarão o Conselho Municipal do Idoso de Caçador, biênio

2013/2015, conforme previsto no art. 5º caput, da Lei 1.953, se dará através de Fórum próprio, que será realizado no dia, 19 de julho de 2013, das 13h30min às 17h30min, na Câmara Municipal de Caçador, no Plenário Osvaldo Jose Gomez, localizado na Rua Fernando Machado, Caçador/SC,

§ 1º - A publicação do presente edital será feita no Diário Oficial de Caçador e na Imprensa Falada e Escrita.

§ 2º - As entidades e organizações não governamentais, eleitas exercerão mandato de 02 (dois) anos no Conselho Municipal do Idoso de Caçador, admitindo-se apenas uma recondução.

Dos Eleitores

Art. 2º - São eleitores aptos a participar do Fórum de Eleição, todos os participantes inscritos no credenciamento, munidos de documentos. Tendo a entidade ou organização direito a 02 (dois) votos por categoria.

Das Vagas

Art. 3º - Poderão concorrer à eleição para compor o Conselho Municipal do Idoso - CMI, para o biênio 2013/2015, entidades e organizações não governamentais, distribuídos na seguinte classificação:

- a) Um idoso indicado por entidades do meio rural;
- b) Um idoso indicado dentre as entidades ou grupos de idosos;
- c) um representante das entidades prestadoras de serviços.
- d) um representante dos trabalhadores na área do idoso;
- e) um representante de serviços e organizações de Assistência Social;

Dos documentos para inscrição de entidades e organizações candidatas:

Art.4º - As entidades e organizações não governamentais, deverão se inscrever para participar do Fórum, cuja Ficha de Inscrição a ser preenchida segue em anexo ao Ofício encaminhado às Entidades e Organizações. Juntamente com essa Ficha de Inscrição, a Entidade ou Organização deverá apresentar um Ofício de preferência em papel timbrado da respectiva entidade ou organização, devidamente assinado por seu Presidente ou Diretor, contendo o nome de 02 (dois) representantes que participarão da assembléia de eleição no dia do Fórum, com o nº do RG e CPF dos mesmos; também deverá conter o nome de um Titular e um Suplente, caso a entidade ou organização seja eleita. Além dos documentos que comprovem a existência da Entidade ou Organização, tais como: Ata de eleição dos membros, ata de posse ou Estatuto (ou outros documentos)

Art. 5º - Os documentos solicitados no Art.4º deste Edital deverão ser protocolados do dia 01 de Julho até o dia 12 de Julho de 2013 na Secretaria Executiva do CMI, sito à Rua Victor Batista Adami, 275- Centro - Caçador/SC, anexo ao CREAS, no período vespertino das 13h às 17h30.

Art. 6º - A publicação do presente edital estará disponível no endereço: www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Da Análise das Entidades/Organizações Candidatas e Dos Recursos

Art. 7º - Recebidas as Fichas de Inscrição das Entidades e Organizações, a Comissão Eleitoral realizará a análise para deferimento ou indeferimento das inscrições para concorrer no presente Fórum de Eleição, bem como a classificação destas conforme estabelecido nos artigos 3º e 4º deste edital.

Art. 8º - A relação das inscrições deferidas e indeferidas, conforme classificação será publicada no dia 15 de Julho de 2013 no site da Prefeitura Municipal de Caçador endereço: www.cacador.sc.gov.br

cabendo recurso ao Conselho Municipal do Idoso até o dia 16 de Julho de 2013 no período vespertino das 13h às 17h30.

Art.9º - No caso do não preenchimento das vagas para as representações, a vaga subsequente será a segunda mais votada das demais categorias.

Da realização do Fórum de Eleição

Art.10º - O Fórum de Eleição das Entidades e Organizações não Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso será coordenado pela Comissão Eleitoral, composta por 06 (seis) membros designados em reunião deste Conselho, conforme Ata nº 48/2013 e nomeados pelo Prefeito Municipal, tendo como Secretária Executiva Cristiani Baldicera Granenann.

Parágrafo Único - Cabe à Comissão Eleitoral e a Secretaria Executiva do CMI, dar ciência dos termos deste Edital de Convocação do Fórum de Eleição ao Ministério Público e às Entidades e Organizações não Governamentais habilitadas a participarem do presente pleito.

Art. 11º - A Comissão Eleitoral responsabilizar-se-á por:

- a) Registrar a Ata da abertura ao término do Fórum de Eleição, contendo local, data, horário, bem como eventuais ocorrências;
- b) Colher as assinaturas dos participantes.

Art. 12º - Cabe ao presidente da Comissão eleitoral coordenar os trabalhos de realização do Fórum e da referida eleição.

Art. 13º - O Fórum de Eleição terá início com a apresentação pela Comissão Eleitoral do procedimento de escolha das Entidades e Organizações não Governamentais que comporão o CMI para o biênio 2013/2015.

Art.14º - As representações concorrentes serão apresentadas aos participantes do Fórum, que após farão o processo de escolha das 05 (cinco) Entidades e Organizações não Governamentais para comporem o CMI no biênio 2013/2015.

Da Proclamação dos Eleitos

Art.15º - Após a apuração dos votos, o presidente da comissão eleitoral apresentará aos presentes o nome das entidades e organizações que irão compor o CMI no biênio 2013/2015 eleitas pelo Fórum, sendo o resultado registrado em ata.

Das Disposições Finais

Art.16º - A função de membro de Conselho é considerada de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 17º - Os conselheiros que representam as entidades e organizações escolhidas pelo do CMI terão as seguintes responsabilidades:

- I. Participar de reuniões ordinárias mensalmente, segundo o cronograma fixado pela plenária no início de cada exercício;
- II. Conhecer e cumprir o regimento interno e demais legislações em vigor.

Art.18º - Em caso de omissão deste Edital, as questões serão resolvidas pela Comissão Eleitoral, assim como, pelos participantes votantes do Fórum de Eleição,

Caçador, 19 de julho de 2013.

LUIZ RONALDO TORTATO

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.658/2013

DECRETO N.º 1.658/2013

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Trânsito de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que o artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.413/2001, alterada pela Lei Municipal n.º 2.034/2009, estabelece que os representantes do Conselho Municipal de Trânsito serão nomeados por meio de decreto;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Trânsito de Camboriú, conforme dispõe o artigo 3º da Lei Municipal n.º 1.413/2001, alterada pela Municipal n.º 2.034/2009, estando assim constituído:

I - Matias Fidelis Angeli - representante do Poder Executivo;

II - Rodrigo Meirinho Morimoto - representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

III - Jair Grings - representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

IV - Rodrigo Coronha - representante da Polícia Civil do Município;

V - Comandante Pablo Neri Pereira - representante do Destacamento da Polícia Militar do Município;

VI - Nelson Pereira - representante do Clube de Diretores Lojistas - CDL;

VII - Assis Westsal - representante das associações de moradores;

VIII - Marco Aurélio Rocha da Silva Torina - representante dos CONSEGs legalmente constituído do Município;

IX - Evandro Souza - representante de empresa de ônibus que trafega no Município;

X - Aldo Sartori - representante do Sindicato dos Taxistas do Município.

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Trânsito exercerão suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela atual legislação municipal, atendendo o que estabelece a legislação federal e as recomendações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

Art. 3º O Conselho Municipal de Trânsito será presidido pelo representante do Poder Executivo e secretariado por um outro representante eleito por seus pares.

Art. 4º Os membros do Conselho Municipal de Trânsito serão eleitos para exercer o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um período.

Art. 5º O Conselho Municipal de Trânsito reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que houver necessidade, em reunião convocada pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As convocações de reuniões serão feitas com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

§ 2º O membro do Conselho Municipal de Trânsito que não comparecer a três reuniões ordinárias e ou extraordinárias seguidas ou cinco alternadas, no período de um ano e sem justificativa, será desligado do conselho após 48 (quarenta e oito) horas, sendo

empossado o respectivo suplente, devendo ser indicado novo membro para compor o conselho.

Art. 6º Os membros do Conselho Municipal de Trânsito não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de relevância social.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 10 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.660/2013

DECRETO N.º 1.660/2013

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizada pelo artigo 17 da Lei n.º 2.495 de 17/12/2012-LOA e artigo 30 da Lei n.º 2.477 de 29/10/2012-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Órgão: 10 - Fundo Municipal de Saneamento Básico
Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Saneamento Básico
Função: 17 - Saneamento
Sub-função: 512 - Saneamento Básico Urbano
Programa: 0017 - Gestão da Política de Água e Saneamento Básico
Atividade: 2.065 - Manutenção Técnica do Fundo Mun.de Saneamento Básico
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários
Código Reduzido: 15
VALOR: R\$ 300.000,00

Art. 2º Para fazer face a suplementação mencionada no artigo 1º deste Decreto, utiliza-se provável excesso de arrecadação do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a ser apurado no exercício corrente, na mesma importância.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 12 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

PPA - Plano Plurianual- 2014 a 2017

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2013

LOA - Lei Orçamentária Anual - 2013

A Prefeita Municipal de Camboriú, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 1992/2009, e de conformidade com o Parágrafo Único, Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101/2000 torna de conhecimento público, que o Município de Camboriú realizará Audiência Pública para apresentação e discussão do Plano Plurianual - PPA - 2014 a 2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA do exercício de 2013, no seguinte local, data e horário:

Local: Auditório Municipal Ulysses Guimarães, anexo ao Prédio da Prefeitura Municipal de Camboriú, Rua Getúlio Vargas, nº. 77, Centro.

Data: 26 de junho de 2013

Horário: 10:00 horas

Assim, todos ficam devidamente convidados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Camboriú, 18 de junho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Ata do Registro de Preços do PR 26/13 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 026/2013 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 009/2013 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RACHÃO PARA O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 18/06/2014

1ª Publicação.

Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br

Editais de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 661, 666, 668, 670, 672, 674/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 661/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKH8182	55370136C	7030/2	04/01/2010	R\$ 191,53	244 * I
AKT6053	55369882C	6548/2	19/04/2010	R\$ 85,12	229
AON1259	55373435C	5738/0	07/07/2010	R\$ 191,53	186 * II
CEB2686	55371811C	5169/1	15/05/2010	R\$ 957,69	165
CMJ0714	55372868C	5185/1	05/06/2010	R\$ 127,69	167
IFY2822	55373405C	6920/0	23/06/2010	R\$ 127,69	233
KJY4773	55371290C	6599/2	19/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
LXE8600	55370578C	5835/0	01/04/2010	R\$ 127,69	195
LXE8600	55370579C	6076/0	01/04/2010	R\$ 191,53	210
LXH6113	55373002C	5185/1	21/06/2010	R\$ 127,69	167
LYK9132	55372629C	6599/2	06/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
LYN6862	55370833C	7234/0	05/02/2010	R\$ 85,12	250 * I * a
LZN3239	55370592C	6556/1	29/04/2010	R\$ 191,53	230 * I
MAR1039	55372576C	5185/1	31/05/2010	R\$ 127,69	167
MAU2703	55372639C	6548/2	08/07/2010	R\$ 85,12	229
MBU4225	55373023C	5134/1	13/07/2010	R\$ 574,61	164 c/c 162 * III
MBX8181	55373262C	6556/4	12/07/2010	R\$ 191,53	230 * I
MBX8181	55373263C	5835/0	12/07/2010	R\$ 127,69	195
MBX8181	55373264C	7374/0	12/07/2010	R\$ 191,53	253
MCA4453	55371818C	5819/2	27/07/2010	R\$ 574,61	193
MCQ7698	55372492C	5380/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * I
MCR9713	55370742C	7072/2	07/02/2010	R\$ 191,53	244 * V
MDI1716	55370143C	6637/1	31/01/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MDY3717	55373456C	5274/2	18/06/2010	R\$ 191,53	175
MGS5556	55372613C	5550/0	28/04/2010	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE9566	55371916C	5010/0	23/06/2010	R\$ 574,61	162 * I

MHG8839	55372240C	5525/0	25/05/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MHL9992	55372898C	5185/1	10/06/2010	R\$ 127,69	167
MIF6045	55373083C	6556/1	30/06/2010	R\$ 191,53	230 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 666/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADV9500	55371444C	6599/2	23/07/2010	R\$ 191,53	230 * V
DAM1708	55373758C	5045/0	30/07/2010	R\$ 191,53	162 * V
LYK9132	55373649C	6920/0	26/07/2010	R\$ 127,69	233
LZI2959	55371606C	6599/2	03/02/2010	R\$ 191,53	230 * V
MHH1995	55373177C	7048/1	29/07/2010	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 668/2010

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AQW0333	55373870C	5738/0	11/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
CAW3093	55373010C	5185/1	12/07/2010	R\$ 127,69	167
CEU9029	55372641C	6912/0	11/07/2010	R\$ 53,20	232
LCV8024	55374254C	5185/1	14/08/2010	R\$ 127,69	167
LXK8962	55959787B	6726/1	20/08/2010	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXL0666	55372600C	5185/1	05/06/2010	R\$ 127,69	167
LZQ3157	55372347C	6920/0	26/05/2010	R\$ 127,69	233
MBG9818	55372826C	6920/0	24/08/2010	R\$ 127,69	233
MCH3183	55372094C	6920/0	10/08/2010	R\$ 127,69	233
MDF9264	55374009C	6599/2	05/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MDU7599	55371525C	6050/1	08/08/2010	R\$ 191,53	208
MEV8472	55374033C	6599/2	25/08/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEV8472	55374034C	5720/0	25/08/2010	R\$ 127,69	186 * I
MFA0784	55370915C	6912/0	19/02/2010	R\$ 53,20	232
MFA9281	55373685C	5541/1	09/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK3516	55372100C	5738/0	11/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
MFM0844	55374036C	5738/0	25/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
MGR4412	55371291C	6599/2	23/06/2010	R\$ 191,53	230 * V
MGT8486	55371119C	6912/0	18/01/2010	R\$ 53,20	232
MGT8486	55371120C	5045/0	18/01/2010	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 670/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKY7007	55373448C	6920/0	08/07/2010	R\$ 127,69	233
BBB4678	55373213C	5169/1	10/09/2010	R\$ 957,69	165
CVL4323	55373294C	6912/0	26/09/2010	R\$ 53,20	232
CVL4323	55373295C	5045/0	26/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
GPV1518	55372837C	6920/0	28/08/2010	R\$ 127,69	233
MAI5952	55374027C	6610/2	24/08/2010	R\$ 127,69	230 * VII
MBC7732	55374258C	6548/2	15/08/2010	R\$ 85,12	229
MCF1412	55372588C	6548/2	03/06/2010	R\$ 85,12	229
MDY0799	55959843B	6548/2	18/09/2010	R\$ 85,12	229
MEB4270	55372544C	5045/0	20/09/2010	R\$ 191,53	162 * V
MEB4270	55372545C	6041/2	20/09/2010	R\$ 127,69	207
MEB4270	55372546C	6912/0	20/09/2010	R\$ 53,20	232
MED4863	55373827C	5738/0	21/08/2010	R\$ 191,53	186 * II
MEQ6073	55948351C	7366/2	30/08/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MFL2941	55374353C	5878/0	23/08/2010	R\$ 85,12	199
MHH4116	55372657C	5525/0	02/06/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MHU5506	55372534C	6050/1	19/09/2010	R\$ 191,53	208
MPU0254	55369750C	7366/2	23/08/2010	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 672/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AMF1219	55374151C	5045/0	25/08/2010	R\$ 191,53	162 * V
BUN0680	55372287C	6637/1	30/08/2010	R\$ 127,69	230 * IX
HOS5114	55373889C	5185/1	08/09/2010	R\$ 127,69	167
LXL6612	55373686C	5541/1	12/08/2010	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO3654	55948946C	5525/0	21/09/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MAF5757	55372697C	6637/1	27/06/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MBK9489	55374046C	5185/1	28/08/2010	R\$ 127,69	167
MCP6911	55374301C	7366/2	26/08/2010	R\$ 85,12	252 * VI
MCR4466	55537737B	6645/0	22/01/2008	R\$ 127,69	230 * X
MCS7704	55373313C	5010/0	26/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MCS7704	55373314C	5061/0	26/06/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MCS7704	55373566C	5010/0	30/06/2010	R\$ 574,61	162 * I
MGU5125	55374358C	5525/0	27/08/2010	R\$ 85,12	181 * XV
MGZ9944	55373199C	6122/0	09/08/2010	R\$ 191,53	214 * I
MHP2707	55948920C	5010/0	04/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MHP2707	55948921C	5061/0	04/09/2010	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHP2707	55948922C	7048/1	04/09/2010	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 674/2010**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ASK1572	55948427C	6920/0	29/09/2010	R\$ 127,69	233
DAR9544	55374078C	5185/1	16/09/2010	R\$ 127,69	167
DCH9883	55371931C	6599/2	27/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
GLR2988	55372751C	5479/0	25/04/2010	R\$ 85,12	181 * X
KKT1324	55948421C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233
KLH8218	55959847B	6130/0	22/09/2010	R\$ 191,53	214 * II
KLH8218	55959848B	7358/0	22/09/2010	R\$ 85,12	252 * V
LNR6734	55948414C	6920/0	10/09/2010	R\$ 127,69	233
LXZ2026	55374155C	6653/2	29/08/2010	R\$ 127,69	230 * XI
LYO8780	55371244C	6920/0	24/02/2010	R\$ 127,69	233
MBO6241	55372527C	5010/0	17/09/2010	R\$ 574,61	162 * I
MBW0542	55959883B	5010/0	20/02/2010	R\$ 574,61	162 * I
MDU1318	55373518C	7056/1	03/10/2010	R\$ 191,53	244 * III
MEE4194	55959527B	6599/2	23/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MEQ3462	55374099C	6599/2	18/09/2010	R\$ 191,53	230 * V
MFE8881	55369774C	5045/0	09/02/2010	R\$ 191,53	162 * V
MFE8881	55369775C	6912/0	09/02/2010	R\$ 53,20	232
MGA8109	55372430C	6637/2	17/04/2010	R\$ 127,69	230 * IX
MGN2137	55374374C	5835/0	08/10/2010	R\$ 127,69	195
MGN2137	55374375C	5207/0	08/10/2010	R\$ 53,20	169
MHU1915	55373519C	6653/1	03/10/2010	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 18 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto Nº 7.822 de 20 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 7.822 DE 20 DE JUNHO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300 e Inciso VII; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar a Srª. MARILENE AZPARECIDA BINNER, para exercer o cargo de Agente Operacional I, Registro no Sistema sob o nº 955263, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 670,66 (seiscentos e setenta reais, sessenta e seis centavos) mensais, pelo período de 20 de junho de 2013 a 20 de dezembro de 2013.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 013/2012, em 2º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto Nº 7.823 de 20 de Junho de 2013

DECRETO Nº 7.823 DE 20 DE JUNHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.910 de 17 de dezembro de 2012; Decreta:

Art.1º) Abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito
02.01 -	Chefia de Gabinete
04.122.0107.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania
300000.00.136 -	Despesas Correntes

330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias Civil	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0109.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias Civil	R\$ 1.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.122.0109.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339014.00.136 -	Diárias Civil	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 3.000,00

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

02.00 -	Gabinete do Prefeito	
02.01 -	Chefia de Gabinete	
04.122.0107.2.101 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00
03.00 -	Secretaria Municipal de Administração	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0109.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria da Administração	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339091.00.136 -	Sentenças Judiciais	R\$ 1.000,00
04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças	
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário	
04.122.0109.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00
	Total	R\$ 3.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de maio de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração



Registrado e publicado na forma da Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.824 de 20 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.824 DE 20 DE JUNHO DE 2013

DELEGA A ASSINATURA DE EDITAIS, CONTRATOS E DISPÕE SOBRE A ANÁLISE E APROVAÇÃO JURÍDICA DE MINUTAS CONTRATUAIS.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e conforme o §1º do art. 91 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º. Delegar ao Secretário Municipal de Administração:

I - a autorização de abertura de procedimentos licitatórios, assinatura de editais de licitação, ratificação de justificativa de contratação por inexigibilidade ou dispensa de licitação e decisão de recursos administrativos previstos no art. 109 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

II - a assinatura de contratos da Administração Municipal, bem como de seus termos aditivos;

III - a revogação e anulação de licitações e dos respectivos contratos nelas originados.

Art.2º. O Secretário Municipal de Administração despachará semanalmente com o Chefe do Poder Executivo, prestando contas da delegação prevista no Artigo anterior deste Decreto.

Art.3º. As minutas de contratos, acordos, convênios, ajustes e congêneres deverão ser enviadas para o Assessor Jurídico para fins de análise e aprovação, consoante o parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.688 de 22 de março de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
20 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 20/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.033 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.033 DE 18 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, passando a ocupar o Cargo Público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SANDRA APARECIDA ANDRADE DE LIMA, Matrícula Funcional nº 277, Registro no Sistema sob nº 315690, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Nível 1 Referência H para o Código de Vencimento P1, Nível 1, Referência A, com vencimento no valor de R\$ 1.880,49 (um mil, oitocentos e oitenta reais, quarenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provimto Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de março de 2013.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2013, será pago o valor de R\$ 378,23 (trezentos e setenta e oito reais, vinte e três centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de março de 2013, já descontado o valor de R\$ 46,75 (quarenta e seis reais, setenta e cinco centavos), referente à contribuição da servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 93,50 (noventa e três reais, cinquenta centavos) refere-se ao IPRECAL Patronal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.034 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA N° 10.034 DE 18 DE JUNHO DE 2013

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, ocupante do Cargo Público de Professor I, na função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, SIMONE IRENE FICKNER WALTSMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimento no valor de R\$ 2.256,59 (dois mil, duzentos e cinquenta e seis reais, cinquenta e nove centavos) mensais, do Anexo V - Tabela de Vencimento de Provimto Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de junho de 2013.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.035 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.035 DE 18 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL ADQUIRIDA NO CARGO ATUAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 341, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal - ocupante do cargo e função pública de Fisioterapeuta, DANIELA CARLA BRESOLA, matrícula funcional nº 000411, registro no sistema sob o nº 954262, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual, passando do Nível 6 Sub-Nível 62, Referência A para o Nível 6 Sub-Nível 63 Referência A no valor de R\$ 3.945,66 (três mil, novecentos e quarenta e cinco reais, sessenta e seis centavos) mensais, do Anexo V - Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de maio de 2013.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2013, será pago o valor de R\$ 570,70 (quinhentos e setenta reais, setenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2013, já descontado o valor de R\$ 70,54 (setenta reais, cinquenta e quatro centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 141,07 (cento e quarenta e um reais, sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de maio de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.036 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.036 DE 18 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11 de abril de 2013.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, no valor de R\$ 2.324,28 (dois mil, trezentos e vinte e quatro reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 11 de abril de 2013.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2013, será pago o valor de R\$ 120,49 (cento e vinte reais, quarenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2013, já descontado o valor de R\$ 14,89 (quatorze reais, oitenta e nove centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 29,78 (vinte e nove reais, setenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria N° 10.037 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA N° 10.037 DE 18 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - ANA MARIA KOBUS

AUGUSTIN, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 000526, Registro no Sistema sob nº 954626, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2013.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência A, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, no valor de R\$ 2.324,28 (dois mil, trezentos e vinte e quatro reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 01 de abril de 2013.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2013, será pago o valor de R\$ 120,49 (cento e vinte reais, quarenta e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2013, já descontado o valor de R\$ 14,89 (quatorze reais, oitenta e nove centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 29,78 (vinte e nove reais, setenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.038 de 18 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.038 DE 18 DE JUNHO DE 2013
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal - CIRILA TELMA DRANKA, ocupante do Cargo Público de Professor I, no desempenho da função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Ensino Fundamental), Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19 de abril de 2013.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência B, para o Código P2, Nível de Vencimento 2, Referência C, no valor de R\$ 1.197,01

(um mil, cento e noventa e sete reais, um centavo) mensais, do Anexo II - Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, a partir de 19 de abril de 2013.

Parágrafo único: Na folha de pagamento do mês de junho de 2013, será pago o valor de R\$ 62,07 (sessenta e dois reais, sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2013, já descontado o valor de R\$ 7,67 (sete reais e sessenta e sete centavos), referente a contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 15,34 (quinze reais, trinta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de abril de 2013.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
18 de junho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 18/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Extrato de Contrato de Prestação de Serviços Nº 55/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 55/2013

Objeto: disponibilização do sistema FLY TRANSPARÊNCIA, na modalidade Software como Serviço, por meio de conexão via internet, a seguir denominado simplesmente de APLICATIVO, de propriedade da CONTRATADA, descritos nos itens enumerados na Cláusula Quinta, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação nº 65/2013.

Dotação Orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 02.00 - Gabinete do Prefeito; Unidade: 02.01 - Chefia de Gabinete; Função: 4 - Administração; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa - 0003 - Manutenção do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania; Projeto: 2.101 - Manutenção e Coordenação das Atividades do Gabinete do Prefeito e Casa da Cidadania; Elemento de Despesa: 3.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (código reduzido 13).

Vigência: 24/05/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 2.459,40 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos).

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Processo de Inexigibilidade de licitação nº 65/2013- Base Legal: Lei nº 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH
Secretária Municipal de Administração Interina

Extrato de Contrato N° 57/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 57/2013

Objeto: a contratação de profissional para a prestação de serviços de assessoria técnica ao Sistema de Abastecimento de Água - SAA e ao Sistema de Esgotamento Sanitário - SES, deste Município, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação n° 66/2013. Dotação Orçamentária: 13.01.3.3.90.36.00.00.00.0766 (296) - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental - Serviço de Saneamento Ambiental - Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

Vigência: 03/06/2013 a 05/09/2013.

Do valor total: R\$ 7.899,90 (sete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Contratado: Abel Moro

Processo de Inexigibilidade de licitação n° 66/2013- Base Legal: Lei n° 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Extrato de Contrato N° 58/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO N° 58/2013

Objeto: prestar á CONTRATANTE, assessoria técnica para orientação na elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos órgãos governamentais federais, organismos internacionais e embaixadas, descritos nos itens enumerados na Cláusula Segunda, todos de acordo com o processo de Inexigibilidade de licitação n° 68/2013.

Dotação Orçamentária: - 03.01.2.102.3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica, Secretaria Municipal de Administração, Serviço de Administração, Secretaria Municipal de Administração.

Vigência: 03/06/2013 a 31/12/2013.

Do valor total: R\$ 7.990,00 (Sete mil novecentos e noventa reais).

Contratado: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA
Processo de Inexigibilidade de licitação n° 68/2013- Base Legal: Lei n° 11.947/2009 e alterações.

MARIA ELIANE FRIEDRICH

Secretária Municipal de Administração Interina

Campos Novos**PREFEITURA****Portaria N° 041/13 de 10/01/2013**

PORTARIA N° 041/13 DE 10/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSSEMARA PINTO

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Mariza das Graças Lopes encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOSSEMARA PINTO, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos

previstos no Anexo VI da Lei n° 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 10 de Janeiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 045/13 de 22/01/2013

PORTARIA N° 045/13 DE 22/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FRANCIELE MARA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Sandra Maria Valente Lima encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FRANCIELE MARA CAVICHON CASSIANO DE ALMEIDA, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei n° 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Janeiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 046/13 de 22/01/2013

PORTARIA N° 046/13 DE 22/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANE LARA CAVICHON

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Naudie Fatima da Silva encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JULIANE LARA CAVICHON, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei n° 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 09 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de Janeiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 058 de 25/01/2013

PORTARIA N° 058 DE 25/01/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE BORTOLI

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Marliese da Cass Mecabô encontra-se em cargo comissionado,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JAQUELINE BORTOLI, para exercer a função de ENFERMEIRA com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Janeiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 059/13 de 25/01/13

PORTARIA N° 059/13 DE 25/01/13

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A ESELINA TE-REZINHA ANTUNES

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora ESELINA TE-REZINHA ANTUNES, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Janeiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de Janeiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 073/2013 de 07/02/2013

PORTARIA N° 073/2013 DE 07/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSIANI ZAGO CASTEGNARO RIBEIRO

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário JOSIANI ZAGO CASTEGNARO RIBEIRO, para exercer a função de AUXILIAR DE FARMÁCIA com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 07 de fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 074/2013 de 13/02/2013

PORTARIA N° 074/2013 DE 13/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANE MARIANE VANELLI

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SILVANE MARIANE VANELLI, para exercer a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 13 de fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 076/13 de 18/02/2013

PORTARIA N° 076/13 DE 18/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DAIANE BASTOS IACOS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Valéria Luiza Grassmann encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DAIANE BASTOS IACOS, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 08 de Fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 079/2013 de 19/02/2013

PORTARIA N° 079/2013 DE 19/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA THIBES

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DANIELA THIBES, para exercer a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 080/13 de 19/02/2013

PORTARIA N° 080/13 DE 19/02/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA DAIANE DE LIMA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CAMILA DAIANE DE LIMA, para exercer a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 19 de Fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 081/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 081/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) LORENI T. T. STUMPF

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) LORENI T.T. STUMPF referente ao período aquisitivo de 01/07/12 a 31/12/12, a serem gozadas no período de 01/03/2012 a 20/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 082/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 082/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) TILES MENEGUEL

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) TILES MENEGUEL referente ao período aquisitivo de 06/07/10 a 05/07/11 a serem gozadas no período de 15/02/2013 a 16/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 083/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 083/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) TAISE RIBEIRO DA SILVA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) TAISE RIBEIRO DA SILVA referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/11, a serem gozadas no período de 01/03/2013 a 30/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 26 de Fevereiro de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 084/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 084/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) JOSÉ ANTONIO UNCISK

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) JOSÉ ANTONIO UNCISK referente ao período aquisitivo de 02/02/11 a 01/02/12, a serem gozadas no período de 01/02/2013 a 02/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente

Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 085/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 085/13 DE 26/02/13
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) GESILIANE TEREZINHA DE CASTRO

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) GESILIANE TEREZINHA DE CASTRO referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/11, a serem gozadas no período de 08/02/2013 a 09/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 086/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 086/13 DE 26/02/13
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IVANETE DE FATIMA ALMEIDA BRESOLA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IVANETE DE FATIMA ALMEIDA BRESOLA referente ao período aquisitivo de 03/05/11 a 02/05/12, a serem gozadas no período de 01/03/2013 a 30/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 087/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 087/13 DE 26/02/13
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) CLAUDIA RIBEIRO DE DEUS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) CLAUDIA RIBEIRO DE DEUS referente ao período aquisitivo de 02/07/11 a 01/07/12, a serem gozadas no período de 07/01/2013 a 05/02/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 088/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 088/13 DE 26/02/13
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) CILENE TEIXEIRA DA CRUZ

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) CILENE TEIXEIRA DA CRUZ referente ao período aquisitivo de 21/06/11 a 20/06/12, a serem gozadas no período de 01/02/2013 a 02/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 089/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 089/13 DE 26/02/13
CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ADEMIR PADILHA DOS SANTOS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ADEMIR PADILHA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 17/07/11 a 16/07/12, a serem gozadas no período de 07/01/2013 a 06/02/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 090/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 090/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) REGINA CARUS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) REGINA CARUS referente ao período aquisitivo de 25/02/11 a 24/02/12, a serem gozadas no período de 10/03/2013 a 10/04/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 091/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 091/13 DE 26/02/13

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A JOSÉ ROBERTO CATÃO MIRANDA

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença ao servidor JOSÉ ROBERTO CATÃO MIRANDA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 093/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 093/13 DE 26/02/13

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A ROZENIR A. TROMBETA CHAPPUIS

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença a servidora ROZENIR A. TROMBETA CHAPPUIS, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Fevereiro de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 094/13 de 26/02/13

PORTARIA N° 094/13 DE 26/02/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) VITÓRIA DE FATIMA SANTOS CORREA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) VITÓRIA DE FATIMA SANTOS CORREA referente ao período aquisitivo de 01/01/12 a 31/12/12, a serem gozadas no período de 01/03/2013 a 20/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
26 de Fevereiro de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 100/13 de 04/03/213

PORTARIA N° 100/13 DE 04/03/213

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ À MARLETE ALMEIDA ANTUNES

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 5494446570 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez à servidora MARLETE ALMEIDA ANTUNES, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 01 de Março de 20013.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
04 de Março de 2013.
MARLIESE DA CASS MECABÔ
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 101/13 de 08/03/2013

PORTARIA N° 101/13 DE 08/03/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CÁTIA DE SOUZA

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação

Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora CÁTIA DE SOUZA, do cargo de Auxiliar de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, 08 de Março de 2012.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 102/13 de 11/03/2013

PORTARIA N° 102/13 DE 11/03/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS, do cargo de Auxiliar de Serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Março de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, 11 de Março de 2012.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 103/13 de 11/03/2013

PORTARIA N° 103/13 DE 11/03/2013

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA SANDRA IZABEL DIAS

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora SANDRA IZABEL DIAS, do cargo de Auxiliar de Serviços gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 10 de Março de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, 11 de Março de 2012.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 104/13 de 12/03/2013

PORTARIA N° 104/13 DE 12/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SANDRA IZABEL DIAS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação

Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Eselina Terezinha Antunes encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SANDRA IZABEL DIAS, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos a 11 de Março de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 105/13 de 12/03/2013

PORTARIA N° 105/13 DE 12/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CÁTIA DE SOUZA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CÁTIA DE SOUZA, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Março de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 106/13 de 12/03/2013

PORTARIA N° 106/13 DE 12/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Sonira becker encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELIZANGELA CRISTINA DOS SANTOS, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de Março de 2013.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 107/13 de 12/03/2013

PORTARIA N° 107/13 DE 12/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DORACY SOBRINHO

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Irene Ribeiro dos Santos encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário DORACY SOBRINHO, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 108/13 de 12/03/2013

PORTARIA N° 108/13 DE 12/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLAVIA CRISTIANE FRANÇA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Luciane Ap. da Silva encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FLAVIA CRISTIANE FRANÇA, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 12 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 109/13 de 18/03/2013

PORTARIA N° 109/13 DE 18/03/2013

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FÁBIO JUNIOR TITON

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, considerando que a funcionária efetiva Janete Padilha dos Santos encontra-se em tratamento de saúde,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário FÁBIO JUNIOR TITON, para exercer a função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM com os vencimentos

previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 110/13 de 28/03/13

PORTARIA N° 110/13 DE 28/03/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) VERA MARCIA MENEGAZZO

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) VERA MARCIA MENEGAZZO referente ao período aquisitivo de 01/01/12 a 31/12/12, a serem gozadas no período de 01/03/2013 a 30/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 111/13 de 28/03/13

PORTARIA N° 111/13 DE 28/03/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) FERNANDA BARBOSA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) FERNANDA BARBOSA referente ao período aquisitivo de 30/06/11 a 29/06/12, a serem gozadas no período de 01/03/2013 a 30/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

28 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 112/13 de 28/03/13

PORTARIA N° 112/13 DE 28/03/13

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) SANDRA COSTA

Marliese Da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) SANDRA COSTA referente ao período aquisitivo de 02/02/12 a 01/02/13, a serem gozadas no período de 15/02/2013 a 01/03/2013.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
28 de Março de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

Portaria N° 113/13 de 18/04/2013

PORTARIA N° 113/13 de 18/04/2013

EXONERA A SERVIDORA IRACEMA TRUCOLO WILPERT DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA FINANCEIRA DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANÁZIO,

Marliese da Cass Mecabô, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a servidora IRACEMA TRUCOLO WILPERT, do cargo de Diretora Financeira. Retroagindo seus efeitos a 17 de Abril de 2013, Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, 18 de Abril de 2013.

MARLIESE DA CASS MECABÔ

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 115/13 de 18/04/2013

PORTARIA N° 115/13 de 18/04/2013

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA TEREZINHA APARECIDA M. DA SILVA DOS SANTOS

Iracema Truculo Wilpert, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de Assuntos Particulares a servidora TEREZINHA APARECIDA M. DA SILVA DOS SANTOS de Auxiliar de Enfermagem, no período de 15/04/13 a 16/04/15.

COMUNIQUE-SE.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,
18 de Abril de 2013.

IRACEMA TRUCULO WILPERT

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

Portaria N° 117/13 de 19/04/2013

PORTARIA N° 117/13 de 19/04/2013

NOMEIA MARLIESE DA CASS MECABO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA FINANCEIRA,

IRACEMA TRUCULO WILPERT, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Nomear MARLIESE DA CASS MACABO, para o cargo em comissão de Diretora Financeira, junto a Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Abril de 2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, C O M U N I Q U E - S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

19 de Abril de 2013.

IRACEMA TRUCOLO WILPERT

Administradora Geral

Portaria N° 122/13 de 30/04/13

PORTARIA N° 122/13 DE 30/04/13

CONCEDE AGREGAÇÃO DE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MARLIESE DA CASS MECABO

Iracema Truculo Wilpert, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Agregação de Função Gratificada a servidora MARLIESE DA CASS MECABO, referente a Chefia Geral de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Abril de 2013.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

30 de Abril de 2013.

IRACEMA TRUCULO WILPERT

Administradora Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanasio

Aviso de Licitação - TP 12/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 12/2013

O Município de Campos Novos SC, através do Prefeito Municipal Nelson Cruz, torna público que fará realizar no dia 10 de junho de 2013 às 15h00min, na Sala de Licitações da Prefeitura, Tomada de Preços do Tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS NA AVENIDA SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA E TRECHO DA RUA CORONEL FARRAPO, CONFORME PROJETO BÁSICO. O Edital está amparado na Lei de Licitações nº 8666/93 e suas alterações posteriores e encontra-se a disposição no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura localizada na Rua Expedicionário 323, Centro, Campos Novos SC - Setor de Compras.

Campos Novos, 21 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal.

Aviso de Licitação 37/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 37/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 03 de julho de 2013 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por lote, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, com fornecimento de equipamentos, suprimentos, software de gerenciamento de impressões, assistência técnica e software de controle e gerenciamento de documentos, para prefeitura, autarquias, fundos e fundações do município de Campos Novos, conforme serviços e equipamentos descritos em anexo. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 14 de junho de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso Pregão Presencial N° 22/2013 Saude

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 09/07/2013 às 09:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto MEDICAMENTOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA FARMACIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS NOVOS-SC. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 21 de Junho de 2013.
NELSON LUIZ DE PAULA
Secretario Municipal de Saúde

Canoinhas

PREFEITURA

Resolução N° 14/CMAS/2013

RESOLUÇÃO N° 14/2013

Dispõe sobre as inscrições das Entidades no Conselho Municipal da Assistência Social de Canoinhas.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições e:

Considerando a Lei nº 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
Considerando a Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei nº 2789/1996, revogada pela Lei nº 3300/2001, revogada pela Lei nº 4852/2011, que dispõe sobre a reestruturação do CMAS e dá outras providências;
Considerando o Decreto nº 241/2012, Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 2º parágrafos;
Considerando a Resolução CNAS nº 10 de 14/04/2011, estabelecendo o prazo de até 30 de abril, para as demais entidades interessadas procederem a sua inscrição perante o CMAS;
Considerando a Resolução CNAS 16/2010 e do CMAS 10/2011 que dispõe sobre o processo de inscrição das entidades;
Considerando a apreciação dos documentos das entidades pelo CMAS na reunião extraordinária realizada em 13 de junho de 2013;

Resolve:

Artigo 1º. Homologar as inscrições das seguintes entidades de Assistência Social, uma vez que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social estão em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Número de inscrição no CMAS	Entidades
002	Associação Canoinhense dos Deficientes
005	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
007	Associação de Recuperação e Prevenção do Alcoolismo e Outras Drogas
012	Associação da Terceira Idade de Canoinhas

Artigo 2º. Cancelar as inscrições das seguintes entidades de Assistência Social, por não cumprir com as determinações da Resolução CMAS 10/2011.

Número de inscrição no CMAS	Entidades
009	Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas
015	Hospital Santa Cruz de Canoinhas
013	Conselho Comunitário de Segurança do Distrito Campo D'Água Verde

Artigo 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 14 de junho de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Resolução N° 15/CMAS/2013

RESOLUÇÃO N° 15 /2013

Aprova a composição da Comissão Especial Organizadora da VII Conferência Municipal da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Canoinhas (SC), no uso de suas atribuições e:

Considerando a Lei n.º 8.742/93, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Considerando o Decreto nº 241/2012 - Regimento Interno do CMAS o qual em seu artigo 26, 27 e 28 dispõem sobre a Composição das Comissões.

Considerando o Decreto nº 241/2012 - Regimento Interno do

CMAS o qual em seu artigo 30, 31, 32 e 33 parágrafos e incisos dispõem sobre a organização e funcionamento das comissões. Considerando a reunião extraordinária do CMAS realizada em 17 de maio de 2013.

RESOLVE:

Artigo 1º. Composição da Comissão Especial do CMAS, conforme quadro a seguir:

Comissão Especial Organizadora da VII Conferência Municipal da Assistência Social

Governamental Não Governamental

Juceres Wiese Roeder Mozara Carvalho Schadeck

Luciane Aparecida Darmorus Zucco Prescila Fredrich. de Almeida

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 14 de junho de 2013.

KARINA VIEIRA CARVALHO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: EUGENIO STEIDEL, CNPJ: 83.193.433/0001-38. Valor: R\$ 17.771,63.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA, CNPJ: 02.672.502/0001-94. Valor: R\$ 19.745,84.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna

pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: CEREALISTA TORRE ALTA LTDA, CNPJ: 04.538.615/0001-27. Valor: R\$ 80.456,13.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME, CNPJ: 07.634.816/0001-16. Valor: R\$ 36.032,52.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA, CNPJ: 09.276.894/0001-11. Valor: R\$ 2.704,33.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013

CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: LUIZ MINIOLI NETTO - EPP, CNPJ: 14.221.429/0001-13. Valor: R\$ 35.838,49.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Concorrência Pública N.º PMC 06/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 57/2013
CONCORRÊNCIA N.º PMC06/2013**

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 57/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE DIVERSOS MATERIAIS DE LIMPEZA. Empresa vencedora: M. MOBILE EIRELI, CNPJ: 15.764.033/0001-85. Valor: R\$ 41.669,22.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º Fmc 01/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMC 03/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMC 01/2013

A Fundação Cultural de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 02.216.925/0001-08, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMC 03/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA A BAND MUSICAL NOVOS TALENTOS. Empresa vencedora: DALGALLO MUSIC CENTER LTDA, CNPJ: 12.940.258/0010-57. Valor: R\$ 7.078,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º FMS 09/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 16/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 09/2013

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMS 16/2013 e, adjudica seu objeto: FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA DE VEÍCULO. Empresa vencedora: CODIPAVE AUTO MECÂNICA E PEÇAS LTDA EPP, CNPJ: 72.135.908/0001-13. Valor: R\$ 5.200,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 37/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 62/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 37/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 62/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. Empresa vencedora: FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS, CNPJ: 04.584.756/0001-86. Valor: R\$ 5.430,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 37/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 62/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 37/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 62/2013 e, adjudica seu objeto: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. Empresa vencedora: ADELVO BASQUERA EPP, CNPJ: 76.554.179/0001-90. Valor: R\$ 3.550,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 40/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 67/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 40/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 67/2013 e, adjudica seu objeto: REGISTRO DE PREÇO DE QUILOMETROS RODADOS DE ÔNIBUS. Empresa vencedora: CANOINHAS TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ: 10.758.237/0001-90. Valor: R\$ 43.200,00.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º FMAS 02/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 04/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMAS 02/2013

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº FMAS 04/2013 e, adjudica seu objeto: DESENVOLVIMENTO DE ENCONTROS PARA CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO. Empresa vencedora: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA, CNPJ: 03.788.508/0001-94. Valor: R\$ 159.160,50.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Homologação de Edital de Tomada de Preço N.º PMC 10/2013

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 58/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 10/2013

A Prefeitura do Município de Canoinhas/SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna pública a homologação da Licitação nº PMC 58/2013 e, adjudica seu objeto: REFORMA DA ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Empresa vencedora: SICOL INSTALADORA ELETRICA LTDA EPP,

CNPJ: 83.189.084/0001-80. Valor: R\$ 76.962,89.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação de Termo de Contrato N.º FMAS 06/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 06/2013
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 04/2013
TOMADA DE PREÇO N.º FMAS 02/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o contrato n.º FMAS 06/2013. Data de assinatura: 06/06/2013. Objeto: DESENVOLVIMENTO DE ENCONTROS PARA CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO. Valor: \$ 159.160,50 (cento e cinquenta e nove mil, cento e sessenta reais e cinquenta centavos). Contratada: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA, CNPJ: 03.788.508/0001-94. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Prazo de vigência: 06/06/2013 à 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMAS 3-06/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMAS 3-06/2012
ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 05/2012
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 04/2012
O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMAS 3-06/2012 referente ao contrato n.º FMAS 06/2012. Data do Aditivo: 11/06/2013. Objeto Contratado: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAL LASER. Contratada: STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, CNPJ: 01.854.994/0001-76. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS, CNPJ: 11.455.005/0001-25. Fica acrescido ao contrato o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMS 3-05/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 3-05/2012
ALTERAÇÃO DE PRAZO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 50/2011
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º FMS 05/2011
O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 3-05/2012 referente ao contrato n.º FMS 05/2012. Data do Aditivo: 03/06/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS (UPA). Contratada: NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.330.927/0001-51. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. A vigência do presente Contrato que era até 03/06/2013, passará a ser até

02/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º FMS 6-11/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 6-11/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 22/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 11/2011
O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º FMS 6-11/2011 referente ao contrato n.º FMS 11/2011. Data do Aditivo: 12/06/2013. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COM O FORNECIMENTO DE MÉDICOS PLANTONISTAS. Contratada: MED KOS SUL SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, CNPJ: 13.553.112/0001-11. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, CNPJ: 11.206.680/0001-10. Fica acrescido ao contrato, o valor de R\$ 883.000,00 (oitocentos e oitenta e três mil reais) e a vigência do presente Contrato que era até 15/06/2013, passará a ser até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC -08/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-08/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR E ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 135/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-08/2013 referente ao contrato n.º PMC 08/2013. Data do Aditivo: 10/06/2013. Objeto Contratado: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTOS E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL DO PROGRAMA PROJÓVEM TRABALHADOR. Contratada: COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS EM SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE SANTA CATARINA, CNPJ: 07.164.702/0001-50. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 518.033,62 (quinhentos e dezoito mil, trinta e três reais e sessenta e dois centavos), e o prazo máximo para execução dos serviços, que era até 31/12/2013, passará a ser 28/01/2014.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-07/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-07/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 143/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 37/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito

à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-07/2013 referente ao contrato n.º PMC 07/2013. Data do Aditivo: 12/06/2013. Objeto Contratado: COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM URBANA DAS RUAS HENRIQUE ZUGMANN E FREDERICO KOHLER. Contratada: JP COMERCIO E SERVIÇO DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ: 15.143.172/0001-91. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução dos serviços previstos no contrato que era até 13/06/2013, passará a ser até 13/09/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-31/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-31/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 98/2010
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 08/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-31/2013 referente ao contrato n.º PMC 31/2013. Data do Aditivo: 27/05/2013. Objeto Contratado: COMPLEMENTAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DOS TRECHOS 01 E 02 DA RUA EMÍLIO SCHOLTZ E AGENOR FÁBIO GOMES. Contratada: SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 76.555.762/0001-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução dos serviços no trecho 01 e 02 da rua Rua Emílio Scholtz, que era até 27/05/2013, passará a ser até 27/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 1-44/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-44/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 33/2013
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 03/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 1-44/2013 referente ao contrato n.º PMC 44/2013. Data do Aditivo: 17/06/2013. Objeto Contratado: ADEQUAÇÃO DA ENTRADA DE SERVIÇO DE TRANSFORMAÇÃO DE 112,5KVA - 15 KV - E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS INTERNAS DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Contratada: QUANTUM ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ: 82.094.640/0001-72. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 17/06/2013, passará a ser até 17/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-37/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-37/2013
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 123/2012
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 33/2012

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-37/2013 referente ao contrato n.º PMC 37/2013. Data do Aditivo: 24/05/2013. Objeto Contratado: REFORMA DA ARQUIBANCADA DO ESTÁDIO MUNICIPAL BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO. Contratada: PISOSSUL CONSTRUÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA, CNPJ: 01.474.155/000122. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 24/05/2013, passará a ser até 24/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 2-46/2013

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 2-46/2013
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 41/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 26/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 2-46/2013 referente ao contrato n.º PMC 46/2013. Data do Aditivo: 14/06/2013. Objeto Contratado: REVISÃO GERAL DO BRITADOR. Contratada: BRISFALTO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, CNPJ: 01.845.183/0001-09. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 49.662,20 (quarenta e nove mil, seiscentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 3-159/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-159/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRESCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 199/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 51/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 3-159/2011 referente ao contrato n.º PMC 159/2011. Data do Aditivo: 01/05/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO DE ESPAÇO EM CM2, DESTINADOS AS PUBLICAÇÕES DESTA PREFEITURA. Contratada: ANGELO MARCELO SCHULKA ME, CNPJ: 03.219.641/0001-20. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato, o valor de R\$ 22.490,00 (vinte e dois mil, quatrocentos e noventa reais) e a vigência do contrato, que era até 30/04/2013, passará a ser até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 4-78/2010

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 4-78/2010
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 140/2010
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 30/2010

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 4-78/2010 referente ao contrato n.º PMC 78/2010. Data do Aditivo: 13/06/2013. Objeto Contratado: SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM COBERTURA DE SINAL NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Contratada: 14 BRASIL TELECOM CELULAR S.A., CNPJ: 05.423.963/0001-11. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. A vigência do presente Contrato que era até 15/06/2013, passará a ser até 30/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-108/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-108/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO E ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 135/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 38/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-108/2011 referente ao contrato n.º PMC 108/2011. Data do Aditivo: 28/05/2013. Objeto Contratado: IMPLANTAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA DISPOR ÀS ESCOLAS RURAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO OS SERVIÇOS DE TELEFONIA E INTERNET BANDA LARGA. Contratada: DJ SERVICOS EM TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ: 11.754.438/0001-81. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 17.683,40 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e três reais e quarenta centavos), e o prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 01/06/2013, passará a ser até 31/12/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 5-14/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 5-14/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 11/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 07/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 5-14/2011 referente ao contrato n.º PMC 14/2011. Data do Aditivo: 10/06/2013. Objeto Contratado: FORNECIMENTO

(LOCAÇÃO) DE SOFTWARE. Contratada: CONTROLLER TECNOLOGIA SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 04.072.953/0001-16. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao contrato, o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 7-07/2012

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-07/2012
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 124/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 35/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-07/2012 referente ao contrato n.º PMC 07/2012. Data do Aditivo: 10/05/2013. Objeto Contratado: CONSTRUÇÃO DA QUADRA COBERTA, DESTINADA A ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARIA ISABEL DE LIMA CUBAS. Contratada: AWS - PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ: 07.793.317/0001-71. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 39.986,53 (trinta e nove mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 7-72/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 7-72/2011
ACRÉSCIMO DE VALOR
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 69/2011
PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 32/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-72/2011 referente ao contrato n.º PMC 72/2011. Data do Aditivo: 11/06/2013. Objeto Contratado: SERVIÇOS DE RASTREAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS TERRESTRES, EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS, ACOPLADOS E REBOCÁVEIS, EM USO PELO GOVERNO MUNICIPAL. Contratada: VIGILLARE SISTEMAS DE MONITORAMENTO LTDA, CNPJ: 02.883.607/0001-92. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Fica acrescido ao presente contrato, o valor de R\$ 1.717,59 (mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 8-19/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 8-19/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 12/2011

TOMADA DE PREÇO N.º PMC 02/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 8-19/2011 referente ao contrato n.º PMC 19/2011. Data do Aditivo: 28/05/2013. Objeto Contratado: ESTUDO DE CONCEPÇÃO E PROJETO BÁSICO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DOS ESGOTOS SANITÁRIOS. Contratada: HABITARK ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 05.269.823/0001-30. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para execução dos serviços, que era até 30/05/2013, passará a ser até 30/07/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Publicação do Termo Aditivo do Contrato N.º PMC 9-20/2011

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 9-20/2011
ALTERAÇÃO DE PRAZO
MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 06/2011
TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 9-20/2011 referente ao contrato n.º PMC 20/2011. Data do Aditivo: 28/05/2013. Objeto Contratado: REURBANIZAÇÃO DA RUA GUILHERME PRUST. Contratada: ENGPV PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 10.300.875/0001-62. Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. O prazo máximo para a execução dos serviços, que era até 28/05/2013, passará a ser até 28/06/2013.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Capinzal**PREFEITURA****Portarias**

PORTARIA Nº. 664, DE 18 DE JUNHO DE 2013
CONTRATA servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratada pelo período de 18 de junho a 30 de novembro de 2013, Fabiana Salete Marques, para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº. 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, no Centro Municipal de Educação infantil Crescendo Juntos, em substituição à servidora Cristiane dos Anjos que se encontra em licença maternidade.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 18 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças
PORTARIA Nº. 667, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 18 da Lei Complementar nº. 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1.º Fica alterada a carga horária em caráter temporário, pelo período de 18 de junho a 12 de dezembro de 2013, em vinte (20) horas semanais, da servidora Márcia Maria Benetti Marques, contratada para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência F, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Crescendo Juntos, para atuar como professora volante.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 18 de junho de 2013.
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN
Secretário da Administração e Finanças

FMS Contratos

PUBLICAÇÃO CONTRATOS FUNDO MUNC.DE SAUDE CAPINZAL
EM 21/06/2013

SIMAE**Retificação de Edital - Pregão Presencial Nº: Cao/18/2013.**

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO Nº: CAO/0221/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/18/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS PARA PINTURA.

1. - FICAM RETIFICADAS AS ESPECIFICAÇÕES (DESCRIÇÕES) DOS ITENS 01, 02, 03 E 04 DO OBJETO, CONFORME SEGUE:

ITEM	DESCRIÇÃO ANTERIOR	DESCRIÇÃO RETIFICADA
01	LATA DE TINTA ACRÍLICA PISO 18L (PREMIUM)	LATA DE TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO PISO CINZA CHUMBO 18L (PREMIUM)
02	LATA DE TINTA ACRÍLICA BRANCA 18L (PREMIUM)	LATA DE TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO BRANCA 18L (PREMIUM)
03	LATA DE TINTA ACRÍLICA AZUL 18L (PREMIUM)	LATA DE TINTA ACRÍLICA SEMI-BRILHO AZUL MAR 18L (PREMIUM)

04	LATA DE TINTA ESMALTE PRETO 3,6L (PREMIUM)	LATA DE TINTA ESMALTE INDUSTRIAL SECAGEM RÁPIDA PRETO 3,6L (PREMIUM)
----	--	--

AS ESPECIFICAÇÕES (DESCRIÇÕES) DOS DEMAIS ITENS DO EDITAL, NÃO RELACIONADOS ACIMA, PERMANECEM INALTERADAS, MANTIDAS CONFORME PUBLICADO NO EDITAL DE ABERTURA DO CERTAME.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, N° 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 08:00 ÀS 12:00 E DAS 13:30 ÀS 17:30 HORAS.

CAPINZAL/SC, 20 DE JUNHO DE 2013.
EDILSON DOS SANTOS VILARINO
PREGOEIRO

Catanduvás

PREFEITURA

Adendo ao Edital: Processo Licitatório N° 0051/2013 - Tomada de Preço N° 0007/2013

ADENDO AO EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0051/2013
TOMADA DE PREÇO N° 0007/2013

A Prefeita do Município de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, Gisa Aparecida Giacomini, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEIe

CONSIDERANDO a necessidade de exigir dos proponentes novo documento relativo à qualificação técnica;

CONSIDERANDO a necessidade de impedir o funcionamento e a movimentação de pedreiras clandestinas;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar concorrência desleal entre as empresas;

CONSIDERANDO o dever de promoção da sustentabilidade e defesa do meio ambiente;

TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados, a retificação das disposições que constam do Edital de Processo Licitatório n° 0051/2013, Tomada de Preço n.º 0007/2013, conforme segue:

a) Fica acrescido ao item 6.3.4 do Edital a alínea "g", com a seguinte redação:

g) O proponente interessado no fornecimento dos produtos de origem mineral (paralelepípedos, pó de pedra, pedrisco e pedra britada) deverão apresentar autorização para sua exploração, emitida pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvás - SC, 19 de junho de 2013.
GISA APARECIDA GIACOMINI
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 30 de 23 de Maio de 2013

DECRETO LEGISLATIVO N° 030/2013 DE 23 DE MAIO DE 2013.
APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC), RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2011.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara de Vereadores:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam APROVADAS as Contas do Município de Catanduvás (SC), relativas ao exercício financeiro de 2011, nos termos das votações ocorridas em 06 de maio de 2013 e 13 de maio de 2013.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Catanduvás, 23 de maio de 2013.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

Publicado em Secretaria em 23 de maio de 2013.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente da Câmara

Portaria N° 43 de 17 de Junho de 2013

PORTARIA N° PL/043/2013 de 17 de junho de 2013.

Concede folga à Servidora Neusa Regina Chinato no período que especifica.

ODAIR JOSE GABRIELLI, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa, RESOLVE:

Art. 1º Conceder à Neusa Regina Chinato, ocupante do Cargo de Secretária, sem prejuízo de seus vencimentos, folga no dia 14 de junho de 2013.

Art. 2º A folga é concedida no regime de compensação estabelecido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, cujo dia será compensado, em igual número, com aqueles derivados das convocações registrada na Portaria PL/040/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ODAIR JOSE GABRIELLI
Presidente

Registra-se e Publica-se em 17 de junho de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI
Presidente

SALETE RIBEIRO CHIARELLO
1ª Secretária

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Errata da Portaria 213/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
ERRATA

Na Edição nº 1257 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 11.06.2013, p.201, Portaria nº. 213/2013,

Onde se lê:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o Oficial de Nivel Médio MAICON RODRIGO PAUL, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 15 de junho de 2013, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2011/2012, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Leia-se:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o Oficial de Nivel Médio MAICON RODRIGO PAUL, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 12 de junho de 2013, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2011/2012, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Em decorrência do exposto republica-se o texto integral da referida Portaria.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO,
20 DE JUNHO DE 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria N° 213/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA N° 213/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o Oficial de Nivel Médio MAICON RODRIGO PAUL, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 12 de junho de 2013, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2011/2012, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
11 de junho de 2013.
JOSE BRAULIO INACIO
Prefeito Municipal

Portaria N° 218/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA N° 218/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 286 de 02.07.2009, que concede insalubridade ao servidor ADELICIO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40h, a partir da edição da Portaria nº 101/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado,
20 de junho de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Portaria N° 219/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
PORTARIA N° 219/2013

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com o Art.47, § 4º da Lei Complementar nº 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Fazer cessar os efeitos da Portaria nº 44 de 03.02.2010, que concede insalubridade ao servidor ALCIDES KLETTENBERG, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos 40h, a partir da edição da Portaria nº 045/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Municipio de Chapadao do Lageado,
20 de junho de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

Decreto N° 594/2013

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
DECRETO N° 594/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre o cancelamento do Concurso Público, objeto do Edital nº 1/2013, de 22 de março de 2013, destinado ao preenchimento de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando:

- o constante atraso na entrega dos documentos e informações; o não repasse de recursos relativos às inscrições, recolhidos em agência bancária não indicada pelo Município e a inconsistência das informações apresentadas pela empresa Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes Ltda. (Noroeste Concursos),

executora do Concurso Público - Contrato nº 102/2013, de 12 de março de 2013;
- o Parecer nº 0555/2013, da Assessoria Jurídica da Municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica cancelado o Concurso Público, objeto do Edital nº 1/2013, de 22 de março de 2013, destinado ao preenchimento de vagas de categorias funcionais constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal de Concórdia.

Art. 2º Os candidatos inscritos no Concurso Público de que trata o art. 1º deste Decreto, serão ressarcidos com o valor pago pela inscrição, mediante requerimento protocolizado no Setor de Protocolo Geral, localizado no terceiro piso do Centro Administrativo Municipal, situado na Rua Leonel Mosele, 62, Concórdia, SC, CEP 89700-000, no período de 20 de junho a 19 de julho de 2013, devidamente acompanhado de cópia do comprovante de pagamento e número da Agência e Conta Bancária, para depósito.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 18 de junho de 2013.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 8/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2013- PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviço comum em obra, em regime de empreita por preço unitário (Material, mão de obra) para colocação de calhas do sistema de coleta de água pluvial na edificação que abriga o CEBES Frei Samuel Both, no loteamento Frei Lency, neste município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 04/07/2013.
Abertura: dia 05/07/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 20 de junho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação Nº 1/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2013

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato da Senhora Marlô Cristina Ribeiro, Diretora Administrativa do Fundo Municipal de Saúde, que dispensou a licitação, nos termos do Inciso II do Artigo 24, da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19 de junho de 2013 para o fornecimento de Pastas com alça para os Agentes Comunitários de Saúde desenvolverem suas atividades, a favor da empresa TL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, no valor total de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais).

Concórdia, SC, 19 de Junho de 2013.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Edital de Notificação - Convênio - Peti 5ª Parcela

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente Convênio - FMASPVMC, no valor de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Concórdia SC, 19 de junho de 2013.

CRISTIANE FERNANDA WERLANG

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Edital de Notificação - Salário Educação

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 205.353,91 (duzentos e cinco mil trezentos e cinquenta e três reais e noventa e um centavos).

Concórdia SC, 20 de junho de 2013.

JOAQUIM PEDRO DE B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 454/2013

DECRETO Nº454/2013, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. ITAMAR ZAMIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 455/2013

DECRETO Nº455/2013, DE 17 DE JUNHO DE 2013
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor Municipal, Sr. LEANDRO TREVIZAN, ocupante do cargo de Médico Pediatra, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 04/03/2011 à 03/03/2012, que serão gozadas no período de 15/07/2013 à 29/07/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEANDRO TREVIZAN Ciente em: _____/_____/2013

Decreto N. 456/2013

DECRETO Nº456/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013
"REVOGA 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado, de ofício, o 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº02/2013.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 441/2013.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 457/2013

DECRETO Nº457/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder , pelo período matutino, licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 458/2013

DECRETO Nº458/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013
"NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado a partir desta data o Sr. AFRANIO ELSON CAMPAGNOLLO , para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 156/2013.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 459/2013

DECRETO Nº 459/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013
"NOMEIA ASSISTENTE TÉCNICO DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o

inciso II do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a partir desta data a Sra. JANETE PAGLIOCHI BERGAMIM para exercer o cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º A Servidora nomeada pelo presente, sujeitar-se-á ao disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal - LC nº 18/2001, ao Plano de Cargos e Salários - LC nº 93/2013.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamentos Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N° 333/2013.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 460/2013

DECRETO N° 460/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar N° 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 18 de junho de 2013, a servidora Municipal Sra. ANE CRISTINA BRIANCINI, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 20 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 461/2013

DECRETO N° 461/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013

"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar N°. 93/2013.

DECRETA

Art. 1º Atribui Função de confiança, na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. HELVICO

JOSE SABBÍ ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pela coordenação no plantão do Sistema de abastecimento de água do município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 462/2013

DECRETO N° 462/2013, DE 18 DE JUNHO DE 2013

"ATRIBUI FUNÇÃO DE CONFIANÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal e Art. 22º da Lei Complementar N°. 93/2013.

DECRETA

Art. 1º Atribui Função de confiança, na ordem de 30 % sobre o vencimento do cargo ocupado, ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, para responder cumulativamente com suas funções, pela coordenação do serviço de organização da equipe na limpeza das vias públicas do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 18 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 463/2013

DECRETO N°463/2013, DE 19 DE JUNHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora Municipal, Sra. EDILEIA VILANI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias, relativos ao período aquisitivo de 16/08/2011 à 15/08/2012, que serão gozadas no período de 01/07/2013 à 30/07/2013.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de junho do corrente ano.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDILEIA VILANI Ciente em: _____/_____/2013

Decreto N. 464/2013

DECRETO Nº 464/2013, DE 19 DE JUNHO DE 2013.

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município e o Decreto Nº 067/2010, DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. OLIVIO BATISTA DE MATTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Corupá

PREFEITURA

Lei Nº 2107/13

LEI Nº 2107/13

ALTERA PARCIALMENTE A LEI Nº 1620, DE 18 DE OUTUBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “CONSELHO DA CIDADE” DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º - A Lei nº 1.620, de 18 de outubro de 2005, passa a vigorar com nova redação aos incisos I e II do artigo 3º:

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:

- Secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer, que será o Presidente do Conselho e seu respectivo suplente;
- um representante da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e seu respectivo suplente;
- um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente e seu respectivo suplente;
- um representante da Câmara de Vereadores e seu respectivo suplente;
- um representante da Defesa Civil de Corupá e seu respectivo suplente;

II-REPRESENTANTES DA SOCIEDADE

- um representante da Associação Comercial, Industrial e

- Agropecuária de Corupá(ACIAC) e seu respectivo suplente;
- um representante da Associação de Bananicultores de Corupá(ASBANCO) e seu respectivo suplente;
- um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corupá e seu respectivo suplente;
- um Representante de Associação de Moradores e seu respectivo suplente;
- Um Representante do Seminário Sagrado Coração de Jesus.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de Junho de 2012.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Lei Nº 2108/13

LEI Nº 2108/13

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS PELA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º.

Art. 2º - Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§ 1º - O benefício eventual deve integrar à rede de serviços sócio assistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

§ 2º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 3º - É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

Art. 3º - O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

Art. 4º - O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/4 (um quarto) salário mínimo, e será concedido mediante estudo sócio econômico realizado por profissional devidamente habilitado e qualificado que atuam nos serviço sócio assistenciais do Município.

§ 1º - Nos casos em que as famílias não se enquadrarem nos critérios do Art. 4º o técnico responsável pelo atendimento poderá fornecer o benefício mediante justificativa.

§ 2º - Os benefícios de transferência de renda não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

Art. 5º - São formas de benefícios eventuais:

I - auxílio natalidade;

II - auxílio funeral;

III - auxílio em razão situação de vulnerabilidade temporária;

IV - auxílio em razão situação de emergência ou calamidade pública;

V - outros auxílios eventuais instituídos pelo Conselho Municipal

de Assistência Social, os quais deverão estar de acordo com o art. 8º da presente LEI.

Art. 6º - O auxílio natalidade atenderá, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do recém nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido e será através do auxílio funeral, conforme art. 7º;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º - São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I - Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II - Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III - Comprovante de residência;

IV - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

V - Documentos pessoais.

§ 2º - O benefício pode ser solicitado pela gestante a partir do 7º mês de gestação e pela mãe até o 30º dia após o nascimento.

§ 3º - O valor conferido ao auxílio natalidade será de um salário mínimo e se dará em pecúnia, pagos a solicitante.

Art. 7º - O auxílio funeral atenderá despesas de urna funerária, velório e sepultamento e será pago diretamente a empresa que prestou os serviços funerários.

§ 1º - São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I - Certidão de óbito;

II - Comprovante de residência;

III - Comprovante de renda de todos os membros familiares;

IV - Documentos pessoais.

§ 2º - O auxílio funeral será concedido em até 30 dias após o óbito.

§ 3º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de Alta Complexidade o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 4º - Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação será responsável pela concessão do benefício uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

§ 5º - O valor conferido ao auxílio funeral será de no máximo um salário mínimo, e deverá ser pago em pecúnia.

Art. 8º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material; e

III - danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) auxílio de transporte através da concessão de passes e/ou passagens municipais e intermunicipais para inclusão no mercado de trabalho, retorno a cidade de origem e atendimento nos programas de proteção social especial de média e alta complexidade; e

d) domicílio;

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública e emergência; e

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§2º - Deverão apresentar documentos originais com cópia de todos os membros que compõe o grupo familiar para concessão de benefícios eventuais:

I - Documentos pessoais (certidão de nascimento e/ou casamento; CPF e RG; carteira de trabalho, folha de pagamento atualizada, declaração escrita de renda quando se tratar de trabalho informal);

II - Comprovante de residência (talão de água, luz ou telefone);

III - Comprovante de pagamento de aluguel (contrato de aluguel no nome do beneficiário).

Art. 9º - Para concessão do auxílio moradia, será obedecido o que estabelece a Lei municipal nº 2042/11, de 04 de Novembro de 2011.

Art. 10 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II - a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais; e

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

§1º - Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante avaliação sócio-econômica familiar pela equipe técnica do órgão gestor.

§2º Quando houver a necessidade de concessão de benefícios eventuais que não tenham condições de passar por análise e aprovação da equipe técnica do órgão gestor, o benefício pleiteado poderá ser concedido mediante preenchimento de requisitos estabelecidos previamente pela referida equipe técnica.

§3º As famílias em acompanhamento serão identificadas pelas equipes técnicas da proteção social básica e especial e encaminhadas ao órgão gestor.

Art. 11 - A atualização do cadastro deverá ocorrer anualmente, ou a qualquer tempo, a pedido da profissional de serviço social que atende o sujeito e/ou grupo familiar.

Art. 12 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social estabelecer critérios e prazos para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social.

Art. 13 - Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 14 - As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 19 de Junho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Lei N.º 2109/13

LEI N.º 2109/13

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Corupá-SC, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço das seguinte dotação orçamentária:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria de Administração	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2.004		Manut. Ativ. Div. Tesouraria, Contab. e Tributação	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.00	Transferências a Instituição Privadas sem Fins	20.000,00
TOTAL			20.000,00

Art. 2º - Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária consignada no Orçamento do Legislativo a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
01.000		Câmara dos Vereadores	
01.001		Câmara dos Vereadores	
01.031.1001.2001		Manutenção da Câmara dos Vereadores	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL			20.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros Suplementado no Artigo 1º, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para o CLUBE DE TRILHEIROS BANANALAMA.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para fomento do evento "10º ENCONTRO DE TRILHEIROS BANANALAMA".

§ 2º - O Beneficiário tem o prazo de 30 dias após a realização do evento identificado § 1º para prestar contas dos gastos efetuados.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de Junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N.º 604/13

DECRETO N.º 604/13

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº2.103/13, DE 27 DE MAIO DE 2013, QUE RESTRINGE A COMERCIALIZAÇÃO E O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 8º da Lei 2.103/13.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica proibida a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas de qualquer graduação em logradouros públicos do Município de Corupá - SC.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são considerados logradouros públicos:

I - as avenidas;

II - as rodovias;

III - as ruas;

IV - as alamedas, servidões, caminhos e passagens;

V - as calçadas;

VI - as praças;

VII - as ciclovias;

VIII - a via férrea;

IX - as pontes e viadutos;

X - o hall de entrada dos edifícios e estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XI - os pátios e estacionamentos dos estabelecimentos comerciais que sejam conexos à via pública e que não sejam cercados;

XII - a área externa dos campos de futebol, ginásios de esportes e quadras esportivas públicas;

XIII - as repartições públicas e adjacências.

§ 1º - Quando houver evento realizado pelo Poder Público ou devidamente autorizado por ele poderá haver a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos logradouros identificados no presente artigo.

§ 2º - O Poder Público delimitará a área onde estará autorizada a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos termos do parágrafo anterior.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal firmará Convênio com a Polícia Militar, instituição responsável pela preservação da ordem pública, conforme artigo 144, § 5º, da Constituição Federal, para a fiscalização do cumprimento do presente Decreto.

Parágrafo Único - A autoridade policial que flagrar o descumprimento do presente Decreto determinará ao infrator que cesse a conduta, lavrando o respectivo Termo, tomando as medidas cabíveis.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 19 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Decreto N.º 605/13

DECRETO N.º 605/13

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DO DECRETO 093/09 REJUS-TANDO O VALOR DO M² DE PAVIMENTAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA, E DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, estado de

Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o Art. 8º da Lei Complementar 07/09.

DECRETA:

Art. 1º - Altera a redação do Artigo 2º do Decreto 093/13 quer passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A parceria constante no art. 1º refere-se à divisão dos custos da obra, da seguinte maneira:

I - Ficará a cargo dos lindeiros que aderirem ao programa o pagamento da área equivalente à testada do imóvel, multiplicada por 50% da área carroçável da via, multiplicado pelo valor de R\$ 32,00/m² (trinta e dois reais por metro quadrado) de asfalto;

II - Ficará a cargo dos lindeiros que não aderirem ao programa o pagamento da área equivalente à testada do imóvel, multiplicada por 50% da área carroçável da via, multiplicado pelo valor de R\$ 48,00/m² (quarenta e oito reais por metro quadrado) de asfalto;

III - Os valores restantes decorrentes do custo da obra ficara sob responsabilidade do Município, podendo ainda ser custeado através de recursos oriundos da União e do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Altera a redação do Artigo 5º do Decreto 093/13 quer passará a ter a seguinte redação:

Art. 5º - Faculta aos proprietários de imóveis urbanos de utilização predominantemente rural encaminhar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, requerimento de pagamento de 25% do valor previsto no Programa de Pavimentação Comunitária.

Parágrafo único - O requerimento de que trata este artigo será submetido a "Comissão de Avaliação de Imóveis para efeito de Programa de Pavimentação", incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 3º - Altera a redação do Artigo 6º do Decreto 093/13 quer passará a ter a seguinte redação:

Art. 6º - Faculta aos proprietários de imóveis que não podem ser explorados economicamente, por se localizarem em Área de Preservação Permanente (APP) ou em Área de Proteção Ambiental (APA), nos termos da legislação ambiental, encaminhar a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, requerimento de isenção dos valores previstos para pavimentação.

Parágrafo único - O requerimento de que trata este artigo será submetido a "Comissão de Avaliação de Imóveis para efeito de Programa de Pavimentação", incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 4º - Altera a redação do Artigo 7º do Decreto 093/13 quer passará a ter a seguinte redação:

Art. 7º - Faculta aos proprietários lindeiros que possuem um único imóvel e o utilize para sua moradia, e cuja renda familiar seja igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos mensais encaminhar a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, requerimento de isenção dos valores previstos para pavimentação.

Parágrafo único - O requerimento de que trata este artigo será submetido a "Comissão de Avaliação Sócio-econômica", incumbida da análise das características do imóvel e sua utilização, a qual proferirá decisão em relação ao pedido.

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 19 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Decreto N° 606/13

DECRETO N° 606/13

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66,

DECRETA:

Art.1º - Ante as alterações ocorridas relativo aos membros da Secretaria de Administração e Fazenda e da Secretaria de Educação, fica nomeado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, o qual passará a compor-se dos seguintes membros:

I - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) NILTON RICHTER, Secretário de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, e JEAN MARCEL BERTOLDI DIEL, como suplente;

b) HELOÍSA CRISTINA VANIN, membro da Secretaria de Administração e Fazenda, e PETTER ALEXANDER KINTZEL, como suplente;

c) JONEY CÍCERO MOROZINI, como Secretário da Educação, e SIRLENE MARIA MORAES, como suplente;

d) EVELIA AHTLENE SELL, como representante da Secretaria de Saúde, e DANIELI HANNEMANN BERNER, como suplente.

II - REPRESENTANTES DAS SOCIEDADES CIVIS ORGANIZADAS:

a) ERIVALD GANSKE, como representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Corupá - C.M.D.R., e INGOBERT HORVATH, como suplente;

b) RENE AFONSO MAHNKE, como representante da Associação Empresarial de Corupá - ACIAC, e ANÉSIO MEES, como suplente;

c) MARCOS MARTINI, como representante da Associação dos Bananicultores de Corupá - ASBANCO, e WALDEMIR LANGE, como suplente;

d) RICHARD WERNER LISCHKA, como representante da Associação dos Produtores de Plantas Ornamentais de Corupá - PRO-PLANT, e EDERSON BASAGNI, como suplente.

Art.2º. Mantém-se os demais termos regulamentados no Decreto n. 519/2012.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

19 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Portaria N° 2605/2013

PORTARIA N° 2605/2013

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e combinando com o artigo 6º da Lei Municipal n° 1968 de 05 de abril de 2010 e Decreto n° 219/10 de 30 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC:

I - Jony Tribes - Representante da Águas de Corupá;

II - Antônio Vicente Tureck - Representante da Secretaria Municipal de Infra Estrutura;

III - Nilton Richter - Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

IV - Régis A. Ferreira - Representante do Rotary Clube;

V - Fernando Gean Lunelli - Representante da Assessoria Jurídica;
VI - Joney Cicero Morozini - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
VII - Lairton Müller - Representante da Escola de Educação Básica São José;
VIII - Bernadete C. Hillbrecht - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
IX - Ernesto Felipe Blunk - Diretor da Defesa Civil;
X - Alisson Siqueira - Representante do Clube Bananalama;
XI - Elvis Bonatti - Representante do Jeep Clube;
XII - Pedro Freiburger - Representante da Comunidade Católica;
XIII - Conrado Millnitz - Representante da Comunidade Evangélica Lutheran;
XIV - Clóbio Maurício Francisco - Representante da Polícia Civil;
XV - Marcio Pauli - Representante da Polícia Militar;
XVI - Claudio Siqueira - Representante da Associação Bombeiros Voluntários;
XVII - Paulo Quadros - Representante da CELESC.
XVIII - Felipe Rodrigues - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação;
XIX - Wilson Jean Gessner - Representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer.
XX - Sônia Hillbrecht - Representante Lions Club;
XXI - Peter A. Kintzel - Representante do Setor de Planejamento;
XXII - Renato Lira - Engenheiro;
XXIII - Marcos de Jesus Godoy - Representante dos Apicultores - Voluntário;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 947/2010 de 29 de Julho de 2010.

Corupá, 17 de Junho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 2606/13

PORTARIA Nº 2606/13
NOMEIA A SERVIDORA EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET PARA RESPONDER PELA PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado como responsável pelo registro e publicação dos atos oficiais do Município a servidora EMANUELLE FRANÇOISE BLUNK SCHIOCHET.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2577/13, de 05 de junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de junho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2607/13

PORTARIA Nº 2607/13
VINCULA BENS MÓVEIS A SECRETARIA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 1º - Ficam vinculados a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda os veículos abaixo descritos:

TIPO/MODELO	PLACA	ANO	RENAVAM
AUTO GM/CELTA 2P SPIRIT	MDN-1426	2005/2006	866782931
RENAULT/SANDE-RO EXP 16	MKJ- 0273	2012/2012	469490055
GM / CORSA CLASSIC	DIS - 9838	2004/2004	823909301

Art. 2º - As despesas decorrentes da utilização, guarda e preservação do bem mencionado no artigo anterior, correrá a conta de dotação própria do orçamento vigente da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2019/12, de 12 de julho de 2012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 18 de junho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial Nº 132/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de peças para o conserto de um veículo; caminhão e máquinas a seguir descritos: veículo F-4000, Placas MCS 6577; Caminhão MB 2013, Placas MDU 2090; Retroescavadeira 580H; Motoniveladora 120 B3 e 120 B4; Fiat Strada, Placas MDG 5346; Motoniveladora GD 555/1, todos da Secretaria de Transporte e Obras; Trator Valmet 68, da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, conforme Anexo I deste Edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 08:30 horas do dia 04/07/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 09:00 horas do dia 04/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Republicação Edital de Pregão Presencial N° 120/2013.

REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 120/2013.

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para Aquisição de troféus e medalhas para premiação nos Campeonatos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, para o ano de 2013, conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 03/07/2013, no protocolo central na Rua: Cel Vidal Ramos, 860.

A partir das 18:00 horas do dia 03/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 19 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Leilão N° 152/2013

EDITAL DE LEILÃO N° 152/2013

O MUNICÍPIO DE Curitiba, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 96/2013, tornam público que a partir das 09:00 horas do dia 08.07.2013, no Auditório do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital:

1: A área de terras, situada nesta cidade, a rua Leoberto Leal, com a área superficial de 5.000,00 m² dentro das seguintes confrontações: ao norte, com a rua General Elydio Rômulo Colônia, 66,00 metros; ao leste com a rua Leoberto Leal, 75,76 metros; e ao oeste, (fundos) com terras do Patrimônio Municipal, 75,76 metros. Matrícula n. 3.280

LANCE INICIAL: R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais)

2: Lote de terras designado pelo nº 187 da quarta 18 do loteamento Jardim Social, localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, sito ao lado sul da rua Petronilho de Almeida, distando 30 metros ao lado oeste da rua Carlos Beetz, com área superficial de 408,00 m², que se encontra dentro das seguintes medidas e confrontações: ao norte, 13,60 metros com a rua Petronilho de Almeida; ao sul, 13,60 metros com Patrimônio Municipal; ao leste 30 metros com Patrimônio Municipal e ao oeste, 30 metros com Patrimônio Municipal. Matrícula n. 21.106

LANCE INICIAL: R\$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais)

3: Lote de terras nº 08- A -Quadra L, sito no lado par da Avenida Rotary, no loteamento Ypê, distando 15 metros da esquina

nordeste com a Avenida Lions, com a área superficial de 450 m², medindo e confrontando: ao norte 16,05 metros com o lote 6 da quadra L de Marisa Drissen Signorelli; ao sul, 16,05 metros com as Avenida Rotary; ao leste, 28,05 metros com o lote 9 da quadra L de Marisa Drissen Signorelli, e ao oeste, 28,05 metros com o lote nº 8 da quadra L, com Marisa Drissen Signorelli. Matrícula n. 8.275.

LANCE INICIAL: R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais)

4: Lote de terras designado pelo nº 193 da quadra 18 do Loteamento Jardim Social, localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, sito ao lado sul da Rua Theodoro Agostini, distando 30 metros ao lado leste da rua Carlos Calomeno, com área superficial de 450,00 m², que se encontra dentro das seguintes medidas e confrontações: ao norte, 15 metros com o Patrimônio Municipal; ao sul, 15 metro com a rua Theodoro Agostini; ao leste, 30 metros com Patrimônio Municipal e ao oeste, 30 metros com Patrimônio Municipal. Matrícula n. 21.107.

LANCE INICIAL: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

5: Lote de terras designado pelo nº 194 da quadra 18 do loteamento Jardim Social, localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, sito ao lado norte da rua Theodoro Agostini, distando 45 metros ao lado leste da rua Carlos Calomeno, com a área superficial de 450 m², que se encontra dentro das seguintes medidas e confrontações: ao norte, 15 metros com o Patrimônio Municipal; ao sul, 15 metros com a rua Theodoro Agostini; ao leste, 30 metros com Patrimônio Municipal e ao oeste, 30 metros com Patrimônio Municipal. Matrícula n. 21.108

LANCE INICIAL: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Correrão por conta do arrematante a regularização dos documentos junto ao Departamento de Trânsito respectivo, ficando isento o município de qualquer destas despesas;

Os bens serão vendidos na forma em que se encontram, não podendo o arrematante alegar desistência por qualquer motivo após a assinatura da ata e encerramento do lance respectivo ao item alienado;

Curitiba, 19 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI DIEGO SEBEM WORDELL
Prefeito Municipal Pregoeiro



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PROCESSO 130/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS**

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 130/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014**

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO 16MX14M, PISO COM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL 25,00MM, ALTURA MÍNIMA DE 1,50M, COM ESCADA DE ACESSO, HOUSE MIX PARA OPERAÇÃO DE MONITOR E HOUSE MIX PARA OPERAÇÃO DE P.A., 01 TESTEIRA MEDINDO 13,60X2,60 M. MONTADO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TIPO P-30 COM DUAS TRAVES LATERAIS MEDINDO 7,00 X 2,00 DESTINADOS À FIXAÇÃO DE BANNERS ALUSIVOS À FESTA OU DIVULGAÇÃO DE PATROCINADORES, 02 ESTRUTURAS LATERAIS PARA FIXAÇÃO DE TELÕES DE PROJEÇÃO, E 02 MOLDURAS EM TRELIÇAS DE ALUMÍNIO PARA CONTOURNO DAS TORRES DE PA, PARA FIXAÇÃO DE BANNERS, CONTENDO O SEGUINTE MATERIAL: - 180 M. TRELIÇAS; - 028 CORNER BLOCK; - 08 SAPATAS; - 01 CÍRCULO DE Q-30, COM 3 M DE DIÂMETRO. (02-19-3882)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	ALUTENT	0	9.900,0000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	9.900,0000	2
2	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO 12MX8M, PISO COM CHAPAS DE COMPENSADO NAVAL DE 25,00 MM, ALTURA MÍNIMA DE 1,00M, COM ESCADA DE ACESSO, HOUSE MIX PARA OPERAÇÃO DE MONITOR E HOUSE MIX COM COBERTURA PARA OPERAÇÃO DE P.A. (02-19-3883)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	3.900,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	ALUTENT	0	4.000,0000	2
3	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 03 CAMARINS COBERTOS, TAMANHO 04X04M CADA, COM DIVISÓRIAS EM TS, COM PORTAS DE ACESSO COM CHAVES, COM PISO EM MADEIRA E COM REVESTIMENTO DE CARPET, PARA O PALCO PRINCIPAL. (02-19-3884)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	1.490,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	ALUTENT	0	1.500,0000	2
4	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE 01 CAMARIM COBERTO, TAMANHO 04X04M, DIVISÓRIA EM TS, COM PORTAS DE ACESSO COM CHAVES PARA O PALCO ALTERNATIVO. (02-19-3885)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	1.490,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TC6	0	1.500,0000	2
5	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE GRADES DE PROTEÇÃO, MÓDULO DE 3M. (02-19-3886)	MT	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	11,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013**Número do Registro de Preços: 130/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	RUDNICK	0	12.0000	2
6	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE GRANDE PORTE, QUE ATENDE TODOS OS RIDERS DOS ARTISTAS CONTRATADOS, CONFORME DESCRITIVO: SONORIZAÇÃO: - P.A. (01 CONSOLE DIGITAL COM 56 CANAIS DE ENTRADA, 24 AUXILIARES, 20 SUB-GRUPOS, 16 DCA'S, 8 MATRIX, CONTROLE DE MASTER E LCR - COM SISTEMA DE AUTOMAÇÃO - EQUALIZADOR PARAMÉTRICO COM AJUSTE DE "Q" COM ATENUAÇÃO E REFORÇO, COM 01 EQUALIZADOR + 01 COMPRESSOR + 01 GATE + 05 MULTI-EFEITOS; 01 PROCESSADOR DIGITAL - MÍNIMO 4 ENTRADAS E 12 SAÍDAS; 24 CAIXAS DE SOM TIPO LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 02 ALTO FALANTES DE 12 POLEGADAS E 02 DRIVES; 24 CAIXAS DE SOM SUBGRAVE - COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS; 16 CANAIS DE AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA DRIVES; 16 CANAIS DE AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA ALTO FALANTES; 08 AMPLIFICADORES PARA SUBGRAVE; 01 APARELHO DE CD PLAYER; 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO F.O.H/MONITOR; DEMAIS CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA); MONITOR (01 CONSOLE DIGITAL COM 56 CANAIS DE ENTRADA, 24 AUXILIARES, 08 DCA'S, 08 MATRIX, CONTROLE DE MASTER 5.1 - COM SISTEMA DE AUTOMAÇÃO - EQUALIZADOR PARAMÉTRICO COM AJUSTE DE "Q" COM ATENUAÇÃO E REFORÇO, COM 01 EQUALIZADOR + 01 COMPRESSOR E + 01 GATE + 08 MULTI-EFEITOS; 01 GERADOR DE SISTEMAS 4 VIAS STEREO; 30 MICROFONES COM FIO, PARA VOZ E INSTRUMENTOS; 04 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ; 02 SIDE FILL, CONTENDO 04 CAIXAS DE SOM 03 VIAS E 04 CAIXAS DE SOM SUB-GRAVE; 04 AMPLIFICADORES (SIDE); 12 MONITORES 2X 12 E DRIVER; 08 AMPLIFICADORES; 01 BATERIA COMPLETA; 01 CAIXA PARA SUBGRAVE DE BATERIA; 30 PEDESTAIS PARA MICROFONE; 08 CLAMP PARA MICROFONES; 02 DIRECT BOX ATIVOS; 16 DIRECT BOX PASSIVOS; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO; 01 CAIXA PARA CONTRA BAIXO, COM 4 FALANTES DE 10; 01 CAIXA PARA CONTRA BAIXO, COM 01 FALANTE DE 15; 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 01 CAIXA PARA GUITARRA; 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 01 MULTI-CABO 56 VIAS; CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA); ILUMINAÇÃO: REFLETORES (02 MESAS DE ILUMINAÇÃO DMX, COM 2024 CANAIS CADA; 48 CANAIS DIGITAIS DE DIMMER; 78 REFLETORES PAR64, FOCOS 1,2 E 5; 12 REFLETORES MINI BRUTT DE 4 LÂMPADAS DWE; 16 REFLETORES ELIPSIOIDAL; 24 REFLETORES ACL); EFEITOS (24 MOVING HEAD SPOT; 16 MOVING HEAD WASH; CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA). (02-19-3887)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	24.900,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	YAMAHA	0	25.000,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 130/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO DE MÉDIO PORTE, QUE ATENDA TODOS OS RIDERS DOS ARTISTAS CONTRATADOS, CONFORME DESCRITIVO: SONORIZAÇÃO: P.A. = 01 CONSOLE DIGITAL COM 32 CANAIS DE ENTRADA, 12 AUXILIARES, 08 SUB-GRUPOS, COM 01 EQUALIZADOR + 01 COMPRESSOR + 01 GATE + 05 MULTI-EFEITOS; 01 PROCESSADOR DIGITAL - MÍNIMO 2 ENTRADAS E 08 SAÍDAS; 12 CAIXAS DE SOM TIPO LINE ARRAY CONTENDO NO MÍNIMO 02 ALTO FALANTES DE 08 POLEGADAS E 01 DRIVE; 12 CAIXAS DE SOM SUBGRAVE - COM 02 ALTO FALANTES DE 18 POLEGADAS; 04 CANAIS DE AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA DRIVES; 12 CANAIS DE AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA ALTO FALANTES; 04 AMPLIFICADORES PARA SUBGRAVE; 01 APARELHO DE CD PLAYER; 01 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO F.O.H/MONITOR; DEMAIS CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA); MONITOR: (01 CONSOLE DIGITAL COM 32 CANAIS DE ENTRADA, 16 AUXILIARES, EQUALIZADOR PARAMÉTRICO COM AJUSTE DE "Q" COM ATENUAÇÃO E REFORÇO, COM 01 EQUALIZADOR + 01 COMPRESSOR + 01 GATE + 04 MULTI-EFEITOS; 01 GERENCIADOR DE SISTEMAS 3 VIAS STÉREO; 20 MICROFONES COM FIO, PARA VOZ E INSTRUMENTOS; 02 MICROFONES SEM FIO PARA VOZ; 02 SIDE FILL, CONTENDO 02 CAIXAS DE SOM 3 VIAS E 02 CAIXAS DE SOM SUB-GRAVE; 03 AMPLIFICADORES (SIDE); 08 MONITORES 2 X12 E DRIVER; 04 AMPLIFICADORES; 01 BATERIA COMPLETA; 01 CAIXA PARA SUBGRAVE DE BATERIA; 20 PEDESTAIS PARA MICROFONES; 04 CLAMP PARA MICROFONES; 12 DIRECT BOX PASSIVOS; 01 AMPLIFICADOR PARA CONTRA BAIXO; 01 CAIXA PARA CONTRA BAIXO, COM 4 FALANTES DE 10; 01 CAIXA PARA CONTRA BAIXO, COM 01 FALANTE DE 15; 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 01 CAIXA PARA GUITARRA; 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 01 MULTI-CABO 32 VIAS; CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA); ILUMINAÇÃO: REFLETORES (01 MESA DE ILUMINAÇÃO DMX 512, COM 1012 CANAIS; 12 CANAIS DIGITAIS DE DIMMER; 12 REFLETORES PAR64, FOCOS 1, 2 E 5; 02 REFLETORES MINI BRUTT DE 4 LÂMPADAS DW; 02 REFLETORES ELIPSIOIDAL; 08 REFLETORES ACL); EFEITOS (08 MOVING HEAD SPOT; CABOS E ACESSÓRIOS PARA LIGAÇÃO DO SISTEMA). (02-19-3889)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	BEHRINGER	0	9.000,0000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	9.900,0000	2
8	LOCAÇÃO DE 01 GRUPO GERADOR DE ENERGIA DE NO MÍNIMO 180KVA PARA SISTEMA DE SONORIZAÇÃO, MONTADO EM CONTAINER, SUPER SILENCIADOS E ESTABILIZADOS E COM CAIXAS DE PASSAGENS E CHAVE REVERSORA. (02-19-3890)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	STEMAC	0	3.800,0000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	3.900,0000	2
9	LOCAÇÃO DE 01 GRUPO GERADOR DE ENERGIA DE NO MÍNIMO 260KVA PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO, MONTADO EM CONTAINER, SUPER SILENCIADOS E ESTABILIZADOS E COM CAIXAS DE PASSAGENS E CHAVE REVERSORA. (02-19-3891)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	STEMAC	0	4.800,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 130/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	4.900,0000	2
10	PAVILHÃO DE 32,00 X 80,00M. 01 (UMA) ESTRUTURA METÁLICA TIPO PAVILHÃO, MONTADO COM TRELIÇAS DE ALUMÍNIO, TIPO P-30, COM TESOURAS, COM MEDIDAS TOTAIS DE 32,00 X 80,00 M, MONTADA DA SEGUINTE FORMA: - 01 (UMA) COBERTURA MONTADA EM FORMATO DUAS ÁGUAS SIMÉTRICAS MEDINDO 20,00 X 80,00 M. NO VÃO CENTRAL, COM PÉ-DIREITO DE 7,00 M. E MEDINDO NO ÁPICE DA CUMEIEIRA 9,80 M.; - 01 (UM) APÊNDICE LATERAL MONTADO NO FORMATO 1/2 ÁGUA, FIXADO NA LATERAL DA ESTRUTURA PRINCIPAL (ACIMA) MEDINDO 12,00 X 80,00 M E COM PÉ DIREITO DE 5,00 M. ESTRUTURA TOTALMENTE MONTADA EM TRELIÇAS E CONEXÕESMDE ALUMÍNIO TIPO P-30 EM MÓDULOS DE 5,00 M. NO SENTIDO LONGITUDINAL, COM COBERTURA E FECHAMENTO NA LATERAL DO APÊNDICE PARA ACOMODAR OS CAMAROTES, BARES DO CAMAROTE E BWC DOS CAMAROTES, EM LONA DE PVC ANTI-CHAMAS, DEVIDAMENTE TENSIONADAS COM TRILHOS AJUSTÁVEIS, CINTAS DE CATRAÇAS, FIXADAS AO SOLO COM PINOS TIPO PONTAS DE EIXO, SENDO AS CINTAS APLICADAS A CADA 5,00 M, EM TODOS OS PONTOS ONDE TEM OS PÉS. (02-19-3905)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	59.000,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TRUST	0	59.951,0000	2
11	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE CAMAROTE, MONTADO NO APÊNDICE LATERAL DO PAVILHÃO, COM PISO EM 3 NÍVEIS DE TABLADOS, COM ÁREA TOTAL DE 360,00 M², COM GUARDA CORPO EM TODO O CONTO RNO E 02 ESCADAS DE ACESSO. (02-19-3893)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	19.700,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TRUST	0	19.800,0000	2
12	FECHAMENTO METÁLICO, COMPOSTO POR CHAPAS DE 2,20 M X 2,20M. (02-19-3894)	MT	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	MELFER	0	14,5000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	14,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 130/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	PORTAL DE ENTRADA DO EVENTO E TÚNEIS DE ACESSO: (- 01 PORTAL DE ENTRADA MEDINDO 15,30 X 5,80M., MONTADO EM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO TIPO P-30 COM DOIS VÃOS LIVRES PARA ENTRADA E ACESSO ÀS BILHETERIAS, DOIS AVANÇOS FRONTAIS E TRASEIROS PARA SUSTENTAÇÃO DA ESTRUTURA, STAYADO COM CABOS DE AÇO E PINOS TIPO PONTE-DE-EIXO FIXADOS AO SOLO, ESPAÇOS DESTINADOS À FIXAÇÃO DE BANNERS ALUSIVOS À FESTA E/OU DIVULGAÇÃO DE PATROCINADORES, CONTENDO O SEGUINTE MATERIAL: 180M. DE TRELIÇAS DE ALUMÍNIO; 30 CORNER BLOCK; 16 SAPATAS; 01 CÍRCULO DE FACE ÚNICA OI=3,00M), TÚNEIS: MONTAGEM DE 02 TÚNEIS MEDINDO 3,00 X 3,00 X 12,00 M. PARA ENTRADA DE ESTUDANTES; 10 ARCOS DE TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 2" COM OI=3,00M.; 80 TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 2" MEDINDO 3,00 M.; 02 LONAS CRISTAL MEDINDO 12,00 X 6,50 M. - PARA COBERTURA DOS TÚNEIS. (02-19-3895)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	FEELING	0	945,5000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	999,0000	2
14	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE TENDAS 10 X 10M: CONSTITUIDAS EM PERFIS DE AÇO NA COR PRATA PÉS DE 2,60 DE ALTURA, COM LONA DUPLA FACE NA COR BRANCA. (02-19-3896)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TRÓPICO	0	750,0000	1
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	799,0000	2
15	LOCAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E MANUTENÇÃO DE TENDAS 05 X 05M: CONSTITUIDAS EM PERFIS DE AÇO NA COR PRATA PÉS DE 2,20 DE ALTURA, COM LONA DUPLA FACE NA COR BRANCA. (02-19-3897)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	268,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TRÓPICO	0	270,0000	2
16	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ESTANDES, TAMANHO 03X03M., DIVISÓRIAS EM TS, COM PERFIS EM ALUMÍNIO. (02-19-3898)	MT	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	35,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	EUCATEX	0	35,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2013

Número do Registro de Preços: 130/2013

Data do Registro: 18/06/2013

Válido até: 18/06/2014

Objeto da Compra: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PARA RÁDIO FEIRA, CONTENDO OS SEGUINTE EQUIPAMENTOS: - 01 MESA DE SOM, DIGITAL, COM NO MÍNIMO, 12 CANAIS DE ENTRADA, 04 AUXILIARES E 02 MULTI-EFEITOS; - 08 AMPLIFICADORES; - 16 CAIXAS DE SOM, TIPO POSTE, DISTRIBUÍDAS PELO AMBIENTE DO PARQUE; - 08 CAIXAS DE SOM, TIPO FRONTAL, FULL, CONTENDO 02 FALANTES DE 15 POLEGADAS DE DRIVER DE 2 POLEGADAS; 04 SUPORTES, TIPO ANDAIMES PARA AS CAIXAS FRONTAIS, QUE SERÃO MONTADAS 02 CAIXAS P/ PONTO; - 02 MICROFONES SEM FIO; - 02 MICROFONES COM FIO; - 04 PEDESTAIS DE MICROFONES; - 02 CD'S PLAYER; - 01 MD REC/PLAYER; - 02 CDJ COM LEITURA DE MP3; - 1000 METROS DE CABOS DE SINAL; - 1000 METROS DE CABOS DE CAIXA; - 400 METROS DE CABOS DE AC; - 01 MAN POWER, PARA DISTRIBUIÇÃO 220 V E 110V, CONTENDO 3 FASES + NEUTRO + ATERRAMENTO, DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES. (02-19-3899)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	999,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	BEHRINGER	0	1.000,0000	2
18	PALCO CULTURAL, ESTRUTURA DE PISO DE PALCO MEDINDO 07 X 05M., ALTURA DE 1,00M., COM SITEMA DE SOM, CONTENDO 01 MESA DIGITAL DE 16 CANAIS, 04 CAIXAS DE SOM 3 VIAS E 04 CAIXAS DE SOM SUB GRAVE, COM AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO. (02-19-3900)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	499,0000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	EAW	0	500,0000	2
19	BARRICADAS, EM ALUMÍNIO, MEDINDO 1,10 X 1,00M. (02-19-3901)	UN	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	9,9000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	FEELING	0	10,0000	2
20	LOCAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE SALAS, TAMANHO 3 X 3, DIVISÓRIAS EM TS, COM PERFIS DE ALUMÍNIO. (02-19-3904)	MT	MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	5,1000	1
			LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	TC6	0	5,1000	2
21	LOCAÇÃO DE RAMPA REVESTIDA EM CARPE, MEDINDO 5 X 2 METROS (02-19-3906)	UN	LGP- PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA (336179)	LGP	0	90,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**Número do Registro de Preços: 130/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA (337112)	MISERVI	0	99,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 8/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 1/2013**Número do Registro de Preços: 130/2013****Data do Registro: 18/06/2013****Válido até: 18/06/2014****Objeto da Compra:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA DE PALCO, CAMARIM, GRADE DE PROTEÇÃO, PAVILHÃO, CAMAROTE, ESTANDES, BARRICADAS E TENDAS, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2013, QUE SE REALIZARÁ DIAS 11 A 14 DE JULHO DE 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 130/2013****PROCESSO N° 130/2013**

(336179) - LGP- PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA

(337112) - MISERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

Curitibanos, 18 de Junho de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Balancete de Verificação - Maio/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 1/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.745.964,49D	660.604,03	445.616,16	4.960.952,36D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1		DISPONIVEL	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1.2.99.02		BANCO DO BRASIL	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1.2.99.02.01		BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (24632)	F	BANCO DO BRASIL S.A - MOVIMENTO 27.800-9	237.996,22D	175.680,28	154.812,69	258.863,81D
1.2		ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.2.2		CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.2.2.4		CREDITOS A RECEBER	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.2.2.4.2		ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.2.2.4.2.00.00.03		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.03.99.0012 (89207)	F	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.2.2.4.2.00.00.04		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.2.2.4.2.00.00.04.99		VALDECI GARCIA	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0001 (89208)	F	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0002 (89209)	F	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0003 (89210)	F	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0004 (89211)	F	LUIZ A T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0006 (89213)	F	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0007 (89214)	F	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0008 (89215)	F	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0010 (89217)	F	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.2.2.4.2.00.00.04.99.0011 (89218)	F	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D
1.4		ATIVO PERMANENTE	596.746,03D	18.440,00	0,00	615.186,03D
1.4.2		IMOBILIZADO	596.746,03D	18.440,00	0,00	615.186,03D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	596.746,03D	18.440,00	0,00	615.186,03D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	447.319,55D	0,00	0,00	447.319,55D
1.4.2.1.1.91 (8534)	P	OBRAS EM ANDAMENTO	435.679,55D	0,00	0,00	435.679,55D
1.4.2.1.1.92 (8535)	P	INSTALAÇÕES	11.640,00D	0,00	0,00	11.640,00D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	149.426,48D	18.440,00	0,00	167.866,48D
1.4.2.1.2.06 (8545)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	0,00	4.800,00	0,00	4.800,00D
1.4.2.1.2.12 (8548)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	369,00D	0,00	0,00	369,00D
1.4.2.1.2.18 (8552)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	2.198,00D	60,00	0,00	2.258,00D
1.4.2.1.2.30 (8559)	P	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	113,00D	0,00	0,00	113,00D
1.4.2.1.2.33 (8561)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	2.829,00D	0,00	0,00	2.829,00D
1.4.2.1.2.34 (8562)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	60.205,23D	13.580,00	0,00	73.785,23D
1.4.2.1.2.35 (8563)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	44.911,85D	0,00	0,00	44.911,85D
1.4.2.1.2.39 (8566)	P	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	634,50D	0,00	0,00	634,50D
1.4.2.1.2.42 (8568)	P	MOBILIARIO EM GERAL	35.227,90D	0,00	0,00	35.227,90D
1.4.2.1.2.51 (8573)	P	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	667,00D	0,00	0,00	667,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 2/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.4.2.1.2.99 (8597)	P	OUTROS BENS MOVEIS	2.271,00D	0,00	0,00	2.271,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.562.811,59D	466.483,75	290.803,47	3.738.491,87D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.132.107,00D	0,00	0,00	2.132.107,00D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.132.107,00D	0,00	0,00	2.132.107,00D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.132.107,00D	0,00	0,00	2.132.107,00D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.132.107,00D	0,00	0,00	2.132.107,00D
1.9.2.1.1.01.01 (8932)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.132.107,00D	0,00	0,00	2.132.107,00D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.082.293,94D	466.483,75	290.803,47	1.257.974,22D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.082.293,94D	466.483,75	290.803,47	1.257.974,22D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.082.293,94D	466.483,75	290.803,47	1.257.974,22D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.082.293,94D	466.483,75	290.803,47	1.257.974,22D
1.9.3.2.9.02.01 (89170)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	489.124,77D	175.680,28	135.990,78	528.814,27D
1.9.3.2.9.02.02 (89171)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	97.282,10D	135.990,78	154.812,69	78.460,19D
1.9.3.2.9.02.03 (89172)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	495.887,07D	154.812,69	0,00	650.699,76D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	348.410,65D	0,00	0,00	348.410,65D
1.9.9.1.1.99.00.10		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2010	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99		ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.10.99.0012 (89247)	C	ANGELO SCOLARO	112.083,30D	0,00	0,00	112.083,30D
1.9.9.1.1.99.00.11		RESPONSABILIDADES EXERCICIO DE 2011	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99		VARDECI GARCIA	236.327,35D	0,00	0,00	236.327,35D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0001 (89250)	C	ANA MARIA CORREA CARVALHO	157.373,92D	0,00	0,00	157.373,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0002 (89251)	C	ROQUE STANGUERLIN	4.187,12D	0,00	0,00	4.187,12D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0003 (89252)	C	PAULO ROBERTO HALLA	4.037,71D	0,00	0,00	4.037,71D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0004 (89253)	C	LUIZ A T CEOLLA	1.248,92D	0,00	0,00	1.248,92D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0006 (89255)	C	IZABEL PADILHA	576,80D	0,00	0,00	576,80D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0007 (89256)	C	JOSETE IVANA ALMEIDA CLOSS	1.954,73D	0,00	0,00	1.954,73D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0008 (89257)	C	VALDECI GARCIA	65.512,79D	0,00	0,00	65.512,79D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0010 (89259)	C	ROGERIO MACHADO	663,29D	0,00	0,00	663,29D
1.9.9.1.1.99.00.11.99.0011 (89260)	C	JANIA FERNANDES DE OLIVEIRA	772,07D	0,00	0,00	772,07D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 3/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.543.911,69C	640.484,69	811.961,55	4.715.388,55C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	35.943,42C	189.412,21	185.208,79	31.740,00C
2.1.1		DEPOSITOS	14.095,99C	28.907,22	29.951,80	15.140,57C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	13.428,17C	28.239,40	29.271,52	14.460,29C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	7.039,62C	7.039,62	7.039,62	7.039,62C
2.1.1.1.1.02		INSS	7.039,62C	7.039,62	7.039,62	7.039,62C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0002 (24637)	F	I.N.S.S. FOLHA	7.039,62C	7.039,62	7.039,62	7.039,62C
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	0,00	6.759,54	6.759,54	0,00
2.1.1.1.4.02		ISS	0,00	11,03	11,03	0,00
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (27388)	F	ISS RETIDO	0,00	11,03	11,03	0,00
2.1.1.1.4.04		IRRF/GDF	0,00	6.748,51	6.748,51	0,00
2.1.1.1.4.04.00.00.00.0002 (24640)	F	I.R.R.F. FOLHA	0,00	6.748,51	6.748,51	0,00
2.1.1.1.5		PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	0,00	2.801,23	2.801,23	0,00
2.1.1.1.5.00.00.00.00.0002 (9440)	F	IPESMUC	0,00	2.801,23	2.801,23	0,00
2.1.1.1.8		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	5.600,22C	9.923,80	9.923,80	5.600,22C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0001 (24635)	F	CONSIGNAÇÕES CAIXA ECON. FEDERAL	5.600,22C	5.600,22	5.600,22	5.600,22C
2.1.1.1.8.00.00.00.00.0002 (32655)	F	CONSIGNAÇÕES BANCO SICOOB	0,00	4.323,58	4.323,58	0,00
2.1.1.1.9		DIVERSOS CONSIGNATARIOS	788,33C	1.715,21	2.747,33	1.820,45C
2.1.1.1.9.04		SINDICATOS	0,00	897,71	897,71	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0003 (24642)	F	MENSALIDADE SINDICAL	0,00	199,41	199,41	0,00
2.1.1.1.9.04.00.00.00.0004 (24643)	F	UNIMED - SINDICATO	0,00	698,30	698,30	0,00
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	788,33C	817,50	1.849,62	1.820,45C
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0005 (24633)	F	PENSÃO ALIMENTÍCIA	0,00	817,50	817,50	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (27412)	F	RESTITUIÇÃO DE VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE	788,33C	0,00	1.032,12	1.820,45C
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	667,82C	667,82	680,28	680,28C
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	667,82C	667,82	680,28	680,28C
2.1.1.4.9.99		OUTROS DEPOSITOS	667,82C	667,82	680,28	680,28C
2.1.1.4.9.99.00.00.00.0002 (27414)	F	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	667,82C	667,82	680,28	680,28C
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	21.847,43C	160.504,99	155.256,99	16.599,43C
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	21.847,43C	160.504,99	155.256,99	16.599,43C
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	5.994,00C	37.378,06	32.130,06	746,00C
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	5.994,00C	37.378,06	32.130,06	746,00C
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	5.994,00C	37.378,06	32.130,06	746,00C
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	101.671,05	101.671,05	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	101.671,05	101.671,05	0,00
2.1.2.1.3		ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	15.853,43C	21.455,88	21.455,88	15.853,43C
2.1.2.1.3.01		INSS	15.853,43C	15.853,43	15.853,43	15.853,43C
2.1.2.1.3.01.00.01		INSS DO EXERCICIO	15.853,43C	15.853,43	15.853,43	15.853,43C
2.1.2.1.3.08		CONTRIBUICAO A REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	0,00	5.602,45	5.602,45	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01		CONTRIBUIÇÃO AO RPPS DO EXERCICIO	0,00	5.602,45	5.602,45	0,00
2.1.2.1.3.08.00.01.00.0001 (12516)	F	I.P.E.S.M.U.C	0,00	5.602,45	5.602,45	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
2.4.1.1 (8136)	P	PATRIMONIO	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 4/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.562.811,59C	451.072,48	626.752,76	3.738.491,87C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.132.107,00C	451.072,48	451.072,48	2.132.107,00C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.623.900,23C	451.072,48	295.895,49	1.468.723,24C
2.9.2.1.1 (8360)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.521.984,12C	135.310,50	0,00	1.386.673,62C
2.9.2.1.2		CREDITO INDISPONIVEL	18.730,00C	0,00	0,00	18.730,00C
2.9.2.1.2.05 (8764)	O	CREDITO PRE-EMPENHADO LIQUIDO	18.730,00C	0,00	0,00	18.730,00C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	83.186,11C	315.761,98	295.895,49	63.319,62C
2.9.2.1.3.01 (8766)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	61.338,68C	155.256,99	140.638,50	46.720,19C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	21.847,43C	160.504,99	155.256,99	16.599,43C
2.9.2.1.3.02.01 (9084)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	21.847,43C	160.504,99	155.256,99	16.599,43C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	508.206,77C	0,00	155.176,99	663.383,76C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	508.206,77C	0,00	155.176,99	663.383,76C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	508.206,77C	0,00	155.176,99	663.383,76C
2.9.2.4.1.04.03 (9111)	O	VALORES PAGOS	508.206,77C	0,00	155.176,99	663.383,76C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.082.293,94C	0,00	175.680,28	1.257.974,22C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.082.293,94C	0,00	175.680,28	1.257.974,22C
2.9.3.2.9 (89174)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.082.293,94C	0,00	175.680,28	1.257.974,22C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C
2.9.9.1 (8155)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 5/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	530.054,20D	155.256,99	5.328,00	679.983,19D
3.3		DESPESAS CORRENTES	530.054,20D	136.816,99	5.328,00	661.543,19D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	488.121,20D	123.126,93	0,00	611.248,13D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	488.121,20D	123.126,93	0,00	611.248,13D
3.3.1.9.0.04		Contratacao por Tempo Determinado	47.375,47D	14.292,59	0,00	61.668,06D
3.3.1.9.0.04.99 (29441)	F	Outros Serviços Temporários	47.375,47D	14.292,59	0,00	61.668,06D
3.3.1.9.0.11 (33)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	347.010,19D	87.378,46	0,00	434.388,65D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	61.356,79D	15.853,43	0,00	77.210,22D
3.3.1.9.0.13.02 (29460)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	61.356,79D	15.853,43	0,00	77.210,22D
3.3.1.9.0.94		Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	10.573,65D	0,00	0,00	10.573,65D
3.3.1.9.0.94.01 (29585)	F	Indenizacoes Restit Trabalhistas - Ativo Civil	10.573,65D	0,00	0,00	10.573,65D
3.3.1.9.1		Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	21.805,10D	5.602,45	0,00	27.407,55D
3.3.1.9.1.13		Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	21.805,10D	5.602,45	0,00	27.407,55D
3.3.1.9.1.13.03 (29596)	F	Contribuição Patronal Para o Regime Próprio	21.805,10D	5.602,45	0,00	27.407,55D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	41.933,00D	13.690,06	5.328,00	50.295,06D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	41.933,00D	13.690,06	5.328,00	50.295,06D
3.3.3.9.0.14		Diárias - Civil	8.040,00D	500,00	0,00	8.540,00D
3.3.3.9.0.14.14 (30669)	F	Diárias no País - Civil	8.040,00D	500,00	0,00	8.540,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	2.873,48D	5.110,57	0,00	7.984,05D
3.3.3.9.0.30.04 (30690)	F	Gás Engarrafado	74,00D	0,00	0,00	74,00D
3.3.3.9.0.30.07 (30694)	F	Gêneros de Alimentação	1.831,22D	0,00	0,00	1.831,22D
3.3.3.9.0.30.15 (30702)	F	Material para Festividades e Homenagens	230,00D	0,00	0,00	230,00D
3.3.3.9.0.30.16 (30703)	F	Material de Expediente	0,00	2.245,80	0,00	2.245,80D
3.3.3.9.0.30.17 (30704)	F	Material de Processamento de Dados	91,00D	2.099,88	0,00	2.190,88D
3.3.3.9.0.30.21 (30708)	F	Material de Copa e Cozinha	17,20D	73,90	0,00	91,10D
3.3.3.9.0.30.22 (30709)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	439,56D	0,00	0,00	439,56D
3.3.3.9.0.30.26 (30714)	F	Material Elétrico e Eletrônico	177,00D	690,99	0,00	867,99D
3.3.3.9.0.30.99 (30742)	F	Outros Materiais de Consumo	13,50D	0,00	0,00	13,50D
3.3.3.9.0.33		Passagens e Despesas com Locomocao	2.033,47D	503,55	0,00	2.537,02D
3.3.3.9.0.33.99 (30761)	F	Outras Despesas com Locomoção	2.033,47D	503,55	0,00	2.537,02D
3.3.3.9.0.39		Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	28.986,05D	7.575,94	5.328,00	31.233,99D
3.3.3.9.0.39.01 (30827)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	4.165,00D	0,00	0,00	4.165,00D
3.3.3.9.0.39.11 (30838)	F	Locação de Softwares	10.501,09D	666,00	5.328,00	5.839,09D
3.3.3.9.0.39.17 (30843)	F	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	120,00D	0,00	0,00	120,00D
3.3.3.9.0.39.43 (30863)	F	Serviços de Energia Elétrica	1.044,95D	253,51	0,00	1.298,46D
3.3.3.9.0.39.47 (30867)	F	Serviços de Comunicação em Geral	206,34D	162,35	0,00	368,69D
3.3.3.9.0.39.48 (30868)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	0,00	3.420,00	0,00	3.420,00D
3.3.3.9.0.39.58 (30878)	F	Serviços de Telecomunicações	4.051,61D	1.057,73	0,00	5.109,34D
3.3.3.9.0.39.59 (30879)	F	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	1.950,00D	650,00	0,00	2.600,00D
3.3.3.9.0.39.63 (30883)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	2.145,00D	0,00	0,00	2.145,00D
3.3.3.9.0.39.77 (30898)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.064,65D	367,63	0,00	1.432,28D
3.3.3.9.0.39.81 (30902)	F	Serviços Bancários	0,00	6,16	0,00	6,16D
3.3.3.9.0.39.83 (30903)	F	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	736,16D	362,56	0,00	1.098,72D
3.3.3.9.0.39.90 (30908)	F	Serviços de Publicidade Legal	461,25D	50,00	0,00	511,25D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 6/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.3.9.0.39.95 (30912)	F	Manutenção e Conservação de Equip de Proc de Dados	270,00D	0,00	0,00	270,00D
3.3.3.9.0.39.99 (30916)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.270,00D	580,00	0,00	2.850,00D
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	18.440,00	0,00	18.440,00D
3.4.4		INVESTIMENTOS	0,00	18.440,00	0,00	18.440,00D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	0,00	18.440,00	0,00	18.440,00D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	0,00	18.440,00	0,00	18.440,00D
3.4.4.9.0.52.06 (31884)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	0,00	4.800,00	0,00	4.800,00D
3.4.4.9.0.52.18 (31889)	F	Coleções e Materiais Bibliográficos	0,00	60,00	0,00	60,00D
3.4.4.9.0.52.34 (31900)	F	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	13.580,00	0,00	13.580,00D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 7/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 8/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D
5.2.2.3.3.07.03 (9172)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	945.156,68D	0,00	0,00	945.156,68D

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 9/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.677.263,68C	0,00	193.440,00	1.870.703,68C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	732.107,00C	0,00	193.440,00	925.547,00C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	732.107,00C	0,00	175.000,00	907.107,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	732.107,00C	0,00	175.000,00	907.107,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	732.107,00C	0,00	175.000,00	907.107,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	732.107,00C	0,00	175.000,00	907.107,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.02 (24636)	F	Transferência Financeira Recebida do Município	732.107,00C	0,00	175.000,00	907.107,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	0,00	0,00	18.440,00	18.440,00C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	18.440,00	18.440,00C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	0,00	0,00	18.440,00	18.440,00C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	0,00	0,00	18.440,00	18.440,00C
6.1.3.1.1.02.01 (9212)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	0,00	0,00	18.440,00	18.440,00C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	945.156,68C	0,00	0,00	945.156,68C
6.2.2.3.3.07.03 (9214)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	596.746,03C	0,00	0,00	596.746,03C
6.2.2.3.3.07.04 (9215)	F	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - FINANCEIROS	348.410,65C	0,00	0,00	348.410,65C

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 10/10

Máscara	Sist. Cont.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.456.345,71	1.456.345,71	

CURITIBANOS, 19/06/2013

VILMA NATALINA FONTANA MACIEL
PRESIDENTA_____
EDENILSON RIBEIRO GOMES
Contador CRC SC 30.943/O-5

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 0019/2013. Processo Licitatório N°: 0056/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Aviso De Licitação. Modalidade: Pregão Presencial nº 0019/2013. Processo licitatório nº: 0056/2013. Objeto: Aquisição de uma Pá Carregadeira nova. Data do recebimento: 02/07/2013 as 09h00min. Data da Abertura: 02/07/2013 as 09h15min. Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a sexta feira em horário comercial do depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 50 - Centro - fone (49) 3436 - 4300. Amparo legal: Leis 8.666/93 e suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato. Contrato N° 0102/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato. Contrato nº. 0102/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Mecânica Meca Diesel Ltda - ME. Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação parcial de máquinas da secretaria de infraestrutura do município de Faxinal dos Guedes, incluindo peças e mão de obra. Valor: R\$ 65.850,00 (sessenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0051/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato. Contrato N° 0103/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato. Contrato nº. 0103/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Pavimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação parcial de máquinas da secretaria de infraestrutura do município de Faxinal dos Guedes, incluindo peças e mão de obra. Valor: R\$ 105.730,22 (cento e cinco mil setecentos e trinta reais e vinte e dois centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0051/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato. Contrato N° 0104/2013.

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato. Contrato nº. 0104/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Reforma de Máquinas Agrícolas Gasparetto Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação parcial de máquinas da secretaria de infraestrutura do município de Faxinal dos Guedes, incluindo peças e mão de obra. Valor: R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº

0051/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Extrato de Contrato. Contrato N° 0105/2013. C

Estado De Santa Catarina. Município De Faxinal Dos Guedes. Extrato De Contrato. Contrato nº. 0105/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Zanatta & Cia Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada para recuperação parcial de máquinas da secretaria de infraestrutura do município de Faxinal dos Guedes, incluindo peças e mão de obra. Valor: R\$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0051/2013, na Modalidade Tomada de Preços nº 0005/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 13 de junho de 2013.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal.

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 21/FMS/2013.
OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços médicos (clínico geral) para atendimento as Unidades de Saúde de Forquilha/SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde.
DATA DE ABERTURA: Dia 03 de julho de 2013 às 10:00 horas.
EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou por e-mail: licitações@forquilha.sc.gov.br e processos@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 20 de junho de 2013.
VALDECIR TISCOSKI
Pregoeiro

Aviso de Errata

AVISO DE ERRATA
NOTA DE REVOGAÇÃO N°. 08/PMF/2013

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar a Nota de Revogação N°. 08/PMF/2013 publicado em 18 de junho de 2013 neste veículo de comunicação. Segue retificação:
Onde se lê: Pregão Presencial nº. 90/PMF/2013;
Leia-se: Carta Convite nº. 90/PMF/2013;
Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 20 de junho de 2013.
KEND BERNARDO TROMBIM RAMPINELLI
Presidente da Comissão de Licitação

Nota de Revogação de Processo de Compra N°. 08/PMF/2013

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA N°. 08/PMF/2013
PREGÃO PRESENCIAL N°. 88/PMF/2013

OBJETO: Aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados (ar condicionados) para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso n°. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Abertos os trabalhos pelo Pregoeiro Sr. Valdecir Tiscoski, no dia dezoito do mês de junho de dois mil e doze, às quinze horas, a mesma certificou-se de que nenhuma empresa apresentou envelopes para participar do processo licitatório. Desta forma, a comissão decide por revogar o Pregão Presencial n°. 88/2013 em função da participação deserta.

Forquilha/SC, 20 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0209/2013

DECRETO N° 0209, DE 19 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2176 de 28 de Fevereiro de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.029 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (259)

R\$ 10.000,00

Total R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2012, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE n°. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0210/2013

DECRETO N° 0210, de 20 DE JUNHO DE 2013.

ALTERA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, IVO BIAZZOLO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei n.º 1524, de 30 de agosto de 2000, alterada e consolidada pela Lei n.º 2053, de 30 de março de 2010;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Fraiburgo, de que trata o Art. 10 da Lei Complementar n°. 002/93, alterada pela Lei Complementar N°. 061/2005, os seguintes representantes de órgãos e entidades:

I - Poder Executivo

Ivo Biazolo - Titular

Juliano Cesar da Costa - Suplente

II - Poder Legislativo

Josiel da Silva - Titular

Oracir Ferreira de Deus - Suplente

III - Sindicato dos Produtores Rurais de Fraiburgo

Ângelo Benincá - Titular

Fiorindo Segundo Conte - Suplente

IV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Fraiburgo:

Osenir Ribeiro - Titular

José Guilherme Kraemer - Suplente

V - Representantes dos Profissionais de Agronomia:

Sighard Egon Seidel - Titular

Marcos Westphal Gonçalves - Suplente

VI - Representantes dos Profissionais de Veterinária:

Janaina Eliziane Tomaio - Titular

Patrícia Coldebella - Suplente

VII - Representantes dos Profissionais Técnicos em Agricultura:

Antonio Marcos Goeten - Titular

Marcos Munaro - Suplente

VIII - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina - EPAGRI:

Titular: Thaís Ribeiro Heiden

Suplente: Marcos Henrique Pritsch

IX - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

Titular: Roberta Duarte Avila Vieira

Suplente: Rose Bianchi

X - Associação de Fruticultores de Fraiburgo:

Titular: Albino Bongioiolo Neto

Suplente: Luiz Fernando Boing

XI - Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha Brasília e Papuã:

Titular: Valdecir Zonta

Suplente: Dirceu Machado

XII - Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Butiá Verde:

Titular: Benjamin Gustman Neto

Suplente: Raul Rodrigues

XIII - Associação Contestado dos Pequenos Produtores Rurais de

Taquaruçu:
Titular: Ernesto Bogo
Suplente: Mateus Bogo Neto

XIV - Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Vitória da Conquista:
Titular: Aldemir Nunes Pires
Suplente: Mário Feltrin

XV - Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de União da Vitória
Titular: Vanderlei Becchi Pinto
Suplente: Daniel Silva

XVI - Associação dos Agricultores da Microbacia Arroio da Porteira:
Titular: José Aldair Maciel Ribeiro
Suplente: Nelço Ribeiro

Art. 2º. Fica nomeado como Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, de que trata o art. 11 § 5º da Lei Complementar nº. 02/93, alterada pela Lei Complementar Nº. 061/2005, o senhor Prefeito Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
FRAIBURGO, SC, 20 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 0211/2013

DECRETO Nº 0211, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Fundação Municipal de Esportes e Lazer FME para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) nas seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal De Esportes - FME
13.01 - Fundação Municipal De Esportes - FME
27.812.0029.2.064 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (02)
R\$ 25.000,00
Total R\$ 25.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

13.00 - Fundação Municipal De Esportes - FME
13.01 - Fundação Municipal De Esportes - FME
27.812.0029.2.064 - Programa de Desenvolvimento do Desporto Amador
3.1.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0800 (01)
R\$ 25.000,00
Total R\$ 25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 20 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1636/2013

PORTARIA Nº 1.636, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora ELUSA APARECIDA DE LIZ OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 657.153.909-82, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 horas semanais, em 18 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1637/2013

PORTARIA Nº 1.637, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a servidora PATRÍCIA JACOSKI GASPARI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 060.747.719-95, nomeada no cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, em 19 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de junho de 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Aviso do Pregão Presencial Nº 0014/2013-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0014/2013 - FMS
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação das pessoas que freqüentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 10:30

horas do dia 04.07.2013. Abertura: às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 19 de junho de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal de Saúde/Gestora do FMS

Aviso do Pregão Presencial N° 0092/2013-PMF Rp 0055

Aviso do Pregão Presencial nº 0092/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0055/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha e outros materiais para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: julho a novembro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 09:15 horas do dia 09/07/2013. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 20 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Decreto N.º 077/2013

DECRETO N.º 077, DE 19 DE JUNHO DE 2013.

ANULA SALDOS DE EMPENHO, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei nº 1.670 de 03/12/2012 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos de empenho a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

Nº EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
0007/12	EMBRATEL-EMP. BRAS. DE TELECOMUNICAÇÕES	4,74
0417/12	MELO & SILVA IND. E COM. DE CONFECÇÕES LTDA	203,11
0717/12	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA	24,31
0718/12	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA	80,00
0982/12	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA	118,39
1063/12	A.G. KIENEM E CIA LTDA	30,84
1104/12	DIMACI/MG MATERIAL CIRURGICO LTDA	16,00
1186/12	MARIANA NASCIMENTO DE SOUZA - ME	210,00

1403/12	ASTEROIDE PEREIRA - ME	99,00
1404/12	ASTEROIDE PEREIRA - ME	99,00
1405/12	ASTEROIDE PEREIRA - ME	50,60
1408/12	ASTEROIDE PEREIRA - ME	53,90
1433/12	NUNESFARMA DISTRIB. PRODUTOS FARMACEUTICOS	8,10
1450/12	COMERCIAL CASCAES LTDA	165,26
1451/12	COMERCIAL CASCAES LTDA	368,21
1452/12	COMERCIAL CASCAES LTDA	417,00
1453/12	COMERCIAL CASCAES LTDA	231,34
1454/12	COMERCIAL CASCAES LTDA	66,18
1609/12	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	98,42
1611/12	MARCOFARMA DIST. PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA	169,00
1638/12	POSTO PETROPABA LTDA	70,46
1639/12	POSTO PETROPABA LTDA	254,74
1640/12	POSTO PETROPABA LTDA	180,45
1641/12	POSTO PETROPABA LTDA	378,18
1642/12	POSTO PETROPABA LTDA	254,72
1643/12	POSTO PETROPABA LTDA	71,48
1644/12	POSTO PETROPABA LTDA	122,13
1645/12	POSTO PETROPABA LTDA	207,95
1646/12	POSTO PETROPABA LTDA	140,19
1786/12	E-PRINTER SERVIÇOS E EQUIP. DE INFORMÁTICA LTDA	125,70
1849/12	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	190,65
1927/12	ANDREIA DA SILVA - ME (ANDREIA AVIAMENTOS)	9,00
TOTAL		4.519,05

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de junho de 2013.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

MICHELINE ARANHA DE ARAÚJO LUIZ

Secretária de Administração

Aviso de Licitação Pe053/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a aquisição de instrumentos de enfermagem para uso nas Unidades Básicas de Saúde do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 03/07/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 03/07/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de junho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em exercício

Errata ERRATA

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto Municipal Decreto n.º 076/2013, publicado no DOM/SC em 20/06/2013: " No texto do Decreto n.º 076, de 18 de junho de 2013, onde se lê "R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), leia-se R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N° 11/2013

RESOLUÇÃO N° 11/2013

"Prorroga prazo constante da Resolução N° 005/2013, que cria Comissão Especial".

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo para a Comissão Especial criada pela Resolução N° 005 de 15 de fevereiro de 2013, a qual tem por objetivo, tratar de assuntos relevantes a defesa e proteção civil do município de Garopaba, bem como estudar políticas e planos preventivos já desenvolvidos pelo estado, autarquias locais como Corpo de Bombeiros, entidades públicas ou privadas, com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave, amenizar seus efeitos e proteger as pessoas e bens em perigo quando tais situações ocorram, com finalidade de apresentar parecer conclusivo de seus trabalhos ao Plenário.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 19 de junho de 2013.

ROGÉRIO LINHARES
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezenove dias do mês de junho de 2013.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 21/06/2013, de acordo com a Lei Municipal n°. 1.326 de 10/08/2009.

GIOVANA DA SILVA DEFREYN
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Gaspar

PREFEITURA

Lei Complementar N° 52, de 17 de Junho de 2013.

LEI COMPLEMENTAR N° 52, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO ARTIGO 147 DA LEI N°. 1.154, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1988, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam incluídos os § 1º, § 2º e § 3º ao artigo 147 da Lei n°. 1.154, de 10 de novembro de 1988, que institui o Código de Posturas do Município de Gaspar, com a seguinte redação:

"§ 1º A distância mínima para o plantio de árvores exóticas e outras árvores de grande porte junto à rede de distribuição de energia elétrica é de vinte metros em relação ao eixo da rede de distribuição.

§ 2º Consideram-se árvores exóticas, para os efeitos do §1º deste artigo, especialmente, eucalipto (*Eucalyptus spp*) e pinho (*Pinus spp*).

§ 3º Na área de recuo estabelecida no §1º deste artigo, o proprietário poderá plantar:

I - vegetação rasteira

II - árvores frutíferas;

III - outras culturas com até três metros de altura; ou

IV - pastagens."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto N° 5.513, de 17 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.513, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA CECILIA HERCILIA MACHADO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 30 de junho de 2013, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora CECILIA HERCILIA MACHADO, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.514, de 17 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.514, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

EXONERA, A PEDIDO, DO CARGO DE MONITOR DE ÁREA AZUL, O SERVIDOR ANTONIO LUIZ DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 17 de junho de 2013, o servidor ANTONIO LUIZ DA SILVA, CPF nº 692.829.869-34, do cargo de Monitor de Área Azul, o qual foi nomeado pelo Decreto nº 5.333/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.515, de 19 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.515, DE 19 DE JUNHO DE 2013.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei nº 3.514, de 11 de junho de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00243.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200196 Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Dotação: 57 3.3.3.5.0 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 259.680,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social

Funcional Programática: 00008.00243.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social

Atividade: 2.200196 Proteção Social Especial - Alta Complexidade

Dotação: 113 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas R\$ 259.680,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto N° 5.517, de 19 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.517, DE 19 DE JUNHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei

Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, as seguintes áreas de terras matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis de Gaspar:

I - Área de terras matriculada sob o nº 563, de propriedade de Cleto Hilário Sansão, CPF nº 309.236.209-82, Raul João Sansão, Zilma Mônica S. Benevenuti e Celina Adelaide Sansão Spengler, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: Área Desapropriada para Rua Itália: 4.155,43 m²: Inicia-se a descrição; deste perímetro no vértice ponto PA2; deste, segue, confrontando com Rua Itáli. com o azimute de 90°23'17" e a distância de 13,65 m até o vértice ponto RU1; deste, segue, confrontando com Rua Antônio Seraphin Marquetti com o azimute de 208°50'22" e a distância de 11,94 m até o vértice ponto PB19; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 208°50'22" e a distância de: 46,23 m até o vértice ponto PB18; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 213°54'56" e a distância de 109,75 m até o vértice ponto PB17; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 211°51'48" e a distância de 50,89 m até o vértice ponto PB16; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 218°55'42" e a distância de 50,95 m até o vértice ponto PB15; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 221°47'17" e a distância de 37,42 m até o vértice ponto PB14; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 222°50'56" e a distância de 38,33 m até o vértice ponto PB13; deste, segue, confrontando com Rua Itália com o azimute de 270°23'17" e a distância de 16,27 m até o vértice ponto PA8; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 42°50'56" e a distância de 49,20 m até o vértice ponto PA7; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 41°47'17" e a distância de 37,01 m até o vértice ponto PA6; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 38°55'42" e a distância de 49,91 m até o vértice ponto PA5; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 31°51'48" e a distância de 50,35 m até o vértice ponto PA4; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 33°54'55" e a distância de 109,45 m até o vértice ponto PA3; deste, segue, confrontando com Área A com o azimute de 28°50'22" e a distância de 51,14 m até o vértice ponto PA2; vértice inicial da descrição deste perímetro. Área Desapropriada para Rua Antônio S. Marquetti: 3.578,34 m²: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto RU1; deste, segue, confrontando com Rua Antônio Seraphin Marquetti com o azimute de 90°23'17" e a distância de 38,69 m até o vértice ponto PC1; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 113°21'26" e a distância de 14,76 m até o vértice ponto PC12; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 119°56'03" e a distância de 21,19 m até o vértice ponto PC11; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 137°59'11" e a distância de 43,60 m até o vértice ponto PC10; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 150°32'03" e a distância de 25,14 m até o vértice ponto PC9; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 137°06'11" e a distância de 26,63 m até o vértice ponto PC8; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 135°55'57" e a distância de 69,80 m até o vértice ponto PC7; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 142°23'35" e a distância de 48,39 m até o vértice ponto PC6; deste, segue, confrontando com Área C com o azimute de 126°53'58" e a distância de 18,59 m até o vértice ponto PC5; deste, segue, confrontando com Rua Antônio Seraphin Marquetti com o azimute de 179°24'17" e a distância de 15,12 m até o vértice ponto PB10; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 306°53'58" e a distância de 29,43 m até o vértice ponto PB9; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 322°23'35" e a distância de 49,35 m até o vértice ponto PB8; deste, segue,

confrontando com Área B com o azimute de 315°55'57" e a distância de 69,25 m até o vértice ponto PB7; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 317°06'11" e a distância de 28,17 m até o vértice ponto PB6; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 330°32'03" e a distância de 25,24 m até o vértice ponto PB5; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 317°59'11" e a distância de 40,37 m até o vértice ponto PB4; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 299°56'03" e a distância de 18,59 m até o vértice ponto PB3; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 293°21'26" e a distância de 12,72 m até o vértice ponto PB2; deste, segue, confrontando com Área B com o azimute de 280°34'00" e a distância de 31,93 m até o vértice ponto PB1; deste, segue, confrontando com Área B com distância curvilínea de 11,27 m até o vértice ponto PB19; deste, segue, confrontando com Rua Itália com o azimute de 28°50'22" e a distância de 11,94 m até o vértice ponto RU1; vértice inicial da descrição deste perímetro.

II - Área de terras matriculada sob o nº 14.223, de propriedade de Egon José Schramm, CPF nº 146.627.879-04, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: Descrição da área da Rua Carlos Roberto Schramm: Um terreno com área de 1.501,08 cuja descrição tem início no vértice I. Deste segue em curva com raio de 9,00m e com corda de 10,97m com azimute de 191°50'29" confrontando em 11,80 m com a área 2 até chegar ao vértice 2; deste segue com azimute 154°16'38" confrontando em I 17,64m com a área 2 até chegar ao vértice 3; deste segue com azimute 229°51 '39" confrontando em 12,39m com a Rua Carlos Roberto Schramm até chegar ao vértice 4; deste segue com azimute 334°16'38" confrontando em 124,46m com a área 3 até chegar ao vértice 5; deste segue com azimute 49°24'21" confrontando em 19,34m com a Rua Carlos Roberto Schramm até chegar ao vértice 1, onde teve início esta descrição.

III - Área de terras matriculada sob o nº 1.718, de propriedade de João Luiz de Souza e Silva, CPF nº 290.898.599-34, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: Área Desapropriada para Rua Leonardo Pedro Schmitt: 4.977,67 m²: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice ponto PA19; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 125°56'55" e a distância de 28,05 m até o vértice ponto PA18; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 128°03'59" e a distância de 21,48 m até o vértice ponto PA17; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 128°56'13" e a distância de 15,95 m até o vértice ponto PA16; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 133°25'41" e a distância de 13,18 m até o vértice ponto PA15; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 130°07'25" e a distância de 14,66 m até o vértice ponto PA14; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 122°52'05" e a distância de 23,40 m até o vértice ponto PA13; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 111°50'43" e a distância de 9,04 m até o vértice ponto PA12; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 102°27'08" e a distância de 12,84 m até o vértice ponto PA11; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 93°40'30" e a distância de 10,35 m até o vértice ponto PA10; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 86°43'49" e a distância de 20,89 m até o vértice ponto PA9; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 81°36'28" e a distância de 17,50 m até o vértice ponto PA8; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 75°42'50" e a distância de 11,01 m até o vértice ponto PA7; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 66°08'08" e a distância de 9,76 m até o vértice ponto PA6; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 55°57'58" e a distância de 10,38 m até o vértice ponto PA5; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 47°13'57" e a distância de 11,11 m até o vértice ponto PA4; deste, segue, confrontando com ÁREA A com o azimute de 45°38'38" e a distância de 38,56 m até o vértice ponto PA3; deste, segue, confrontando

com Josemar de Souza com o azimute de 46°52'08" e a distância de 28,57 m até o vértice ponto R1; deste, segue, confrontando com Josemar de Souza com o azimute de 54°49'45" e a distância de 14,87 m até o vértice ponto R2; deste, segue, confrontando com Josemar de Souza com o azimute de 64°13'05" e a distância de 8,83 m até o vértice ponto R3; deste, segue, confrontando com Josemar de Souza com o azimute de 71°38'53" e a distância de 18,08 m até o vértice ponto R4; deste, segue, confrontando com Josemar de Souza com o azimute de 77°14'13" e a distância de 9,18 m até o vértice ponto PB8; deste, segue, confrontando com ÁREA B com o azimute de 84°58'57" e a distância de 8,45 m até o vértice ponto PB7; deste, segue, confrontando com ÁREA B com o azimute de 91°39'54" e a distância de 9,18 m até o vértice ponto PB6; deste, segue, confrontando com ÁREA B com o azimute de 98°23'48" e a distância de 10,40 m até o vértice ponto PB5; deste, segue, confrontando com ÁREA B com o azimute de 109°14'20" e a distância de 21,88 m até o vértice ponto PB4; deste, segue, confrontando com ÁREA B com o azimute de 114°07'46" e a distância de 17,61 m até o vértice ponto PB3; deste, segue, confrontando com Rua Leonardo Pedro Schmitt com o azimute de 181°30'02" e a distância de 13,00 m até o vértice ponto PC27; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 294°07'46" e a distância de 22,10 m até o vértice ponto PC26; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 289°14'20" e a distância de 20,23 m até o vértice ponto PC25; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 278°23'48" e a distância de 8,56 m até o vértice ponto PC24; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 271°39'54" e a distância de 7,78 m até o vértice ponto PC23; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 264°58'57" e a distância de 6,94 m até o vértice ponto PC22; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 257°14'13" e a distância de 7,78 m até o vértice ponto PC21; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 251°38'53" e a distância de 16,71 m até o vértice ponto PC20; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 244°13'05" e a distância de 7,06 m até o vértice ponto PC19; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 234°49'45" e a distância de 13,05 m até o vértice ponto PC18; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 226°52'08" e a distância de 27,60 m até o vértice ponto PC17; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 225°38'38" e a distância de 38,59 m até o vértice ponto PC16; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 227°13'57" e a distância de 12,19 m até o vértice ponto PC15; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 235°57'58" e a distância de 12,37 m até o vértice ponto PC14; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 246°08'08" e a distância de 11,83 m até o vértice ponto PC13; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 255°42'50" e a distância de 12,64 m até o vértice ponto PC12; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 261°36'28" e a distância de 18,65 m até o vértice ponto PC11; este, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 266°43'49" e a distância de 22,15 m até o vértice ponto PC10; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 273°40'30" e a distância de 12,00 m até o vértice ponto PC9; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 282°27'08" e a distância de 14,74 m até o vértice ponto PC8; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 291°50'43" e a distância de 11,18 m até o vértice ponto PC7; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 302°52'05" e a distância de 25,32 m até o vértice ponto PC6; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 310°07'25" e a distância de 15,77 m até o vértice ponto PC5; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 313°25'41" e a distância de 13,06 m até o vértice ponto PC4; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 308°56'13" e a distância de 15,39 m até o vértice ponto PC3; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de 308°03'59" e a distância de 21,16 m até o vértice ponto PC2; deste, segue, confrontando com ÁREA C com o azimute de

305°56'55" e a distância de 19,59 m até o vértice ponto PC1; des-
te, segue, confrontando com Rua Leonardo Pedro Schmitt com o
azimute de 1°30'02" e a distância de 14,55 m até o vértice ponto
PA19; vértice inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único: As áreas descritas neste artigo são destinadas à
formalização de ruas integrantes do Sistema Viário Municipal, já
instituídas e nominadas pelas respectivas leis.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima
descrito correrão por conta da Secretaria de Planejamento e De-
senvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto N° 5.518, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.518, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
FIXA O VALOR DA TARIFA PARA O TRANSPORTE COLETIVO NO
MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os arti-
gos 11, inciso III, 72, incisos IV e XX da Lei Orgânica do Município
e o art. 30, inciso V, da Constituição Federal e com fundamento
na Lei Complementar nº 4, de 25 de fevereiro de 2002 e na Lei nº
2.205, de 24 de abril de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixada a tarifa para o transporte coletivo no Município
de Gaspar, no valor de R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos), a
partir da 00:00 hora do dia 24 de junho de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.521, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.521, DE 20 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA PARA O CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR - GESTÃO
2013-2015, A SERVIDORA ELAINE CRISTINA DA SILVA GUIMA-
RÃES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.
72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o cargo titular de Conselheira Tutelar,
para compor a gestão 2013-2015, a suplente ELAINE CRISTINA
DA SILVA GUIMARÃES, em substituição à conselheira Maria Eso-
nita Schmitt.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR -
CMAS

RESOLUÇÃO N° 17, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Aprova o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortaleci-
mento de Vínculo, no âmbito do Sistema Único de Assistência So-
cial - SUAS, cofinanciado pelo Ministério de Desenvolvimento So-
cial, por meio do Piso Básico Variável no município de Gaspar/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no
uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezem-
bro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97 e em reu-
nião extraordinária realizada no dia 14 de junho de 2013 e,

CONSIDERANDO a Resolução da Comissão Intergestora Triparti-
te - CIT nº 01, de 07 de fevereiro de 2013, que Dispõe sobre
o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
Vínculos - SSFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência So-
cial - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento
federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras
providências;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Assistên-
cia Social nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 que Dispõe sobre
o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
Vínculos - SSFV, no âmbito do Sistema Único da Assistência So-
cial - SUAS, pactua os critérios de partilha do cofinanciamento
federal, metas de atendimento do público prioritário e, dá outras
providências;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o reordenamento do Serviço de Convivência e For-
talecimento de Vínculos cofinanciado pelo Ministério de Desenvol-
vimento Social por meio do Piso Básico Variável.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de junho de 2013.
JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS
Presidente do Conselho

Avenida das Comunidades nº. 133, Centro - Gaspar - SC - CEP
89110-000 - Fone/Fax (0**47)3397-0068
www.gaspar.sc.gov.br e-mail: assessoriaconselhos@gaspar.sc.gov.
br

Portaria N° 3.120, de 19 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.120, DE 19 DE JUNHO DE 2013.
DESIGNA A SERVIDORA CAMILA SIMONE AGAPITO PARA EFETU-
AR ATUALIZAÇÃO DE CÁLCULO REFERENTE A VALORES APURA-
DOS NA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL N° 01/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são con-
feridas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de atualização dos valores na Toma-
da de Contas Especial nº 01/2013, instaurada com o objetivo de
apurar os valores exatos do prejuízo resultante de procedimento
irregular na contratação de serviços de telefonia móvel;

Considerando que os membros que constituem a Comissão de To-
mada de Contas Especial não possuem habilitação técnica neces-
sária para efetuar a atualização de cálculos, conforme preconiza o
art. 12, V, "d" da Instrução normativa nº TC-13/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a servidora Camila Simone Agapito, titular do cargo efetivo de Contadora, para efetuar a atualização dos valores apurados na Tomada de Contas Especial nº 01/2013.

Parágrafo único. O valor atualizado deverá acompanhar memória de cálculo, indicando o fator de atualização e sua base legal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.122, de 20 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.122, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 05/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE TEREZINHA DE FÁTIMA ALVES DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de Terezinha de Fátima Alves de Oliveira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.119, de 18 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.119, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA DENUSA LOSEY SABEL GARCIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DENUSA LOSEY SABEL GARCIA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora Doc. III - 4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 10/06/2013 a 07/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/06/2013.

Gaspar, 18 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**Homologação e Adjudicação**

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

LICITAÇÃO N° 004/2013

CONVITE N° 004/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Vistos, etc.

Registre-se que a Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, é uma repetição da Licitação nº 002/2013, Convite nº 002/2013, haja vista que esta última restou fracassada pela ausência do número legal mínimo de participantes habilitados (fls. 03-06, 141-142, e 169-170) dos autos da Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013).

Nesta Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, apenas três licitantes participaram do certame (fls. 262 e seguintes), embora quatorze empresas tivessem sido convidadas conforme consta dos documentos acostados aos autos (fls. 233 a 247). Das empresas convidadas, quatro confirmaram que participariam da licitação (fls. 255, 257, 259 e 261).

Além disso, houve divulgação do edital pelo Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (fls. 230), bem como pelo Mural deste Poder (fls. 229) e pelo site da Câmara Municipal de Gaspar (fls. 231 e 232).

Em que pese os esforços da Câmara Municipal de Gaspar em obter três propostas válidas para cada item licitado, verificou-se a total impossibilidade em face do desinteresse das empresas convidadas.

Pelo exposto, havendo evidente impossibilidade de se reunirem três propostas válidas para um mesmo item licitado em face do desinteresse das empresas convidadas, afigurando-me que a Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, encontra-se regularmente desenvolvida e, restando ainda o interesse na contratação que deu ensejo à instauração do processo, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal 8.666/1993, HOMOLOGO o procedimento de que se cogita e em consequência ADJUDICO em favor das vencedoras da presente licitação os objetos licitados conforme segue, observando cada item a numeração constante do Projeto Básico (Anexo I) e Modelo Proposta de Preços (Anexo IX) do Edital de Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013:

a) ITEM 1 - MICROCOMPUTADOR 3.3GHZ à empresa Duraline Tecnologia Ltda EPP, CNPJ nº 05.690.638/0001-15, pelo valor unitário de R\$ 1.915,00 (um mil, novecentos e quinze reais);

b) ITEM 2 - MONITOR DE LED LCD 18,5" à empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, pelo valor unitário de R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais);

c) ITEM 3 - NO-BREAK 700VA à empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, pelo valor unitário de R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais);

d) ITEM 4 - ESTABILIZADOR 430VA à empresa Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66, pelo valor unitário de R\$ 109,00 (cento e nove reais); e

e) ITEM 5 - SWITCH 24 PORTAS 10/100/1000MBPS à empresa Safesystem Informática S/A, CNPJ nº 84.817.733/0001-03, pelo valor unitário de R\$ 729,00 (setecentos e vinte e nove reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Câmara Municipal de Gaspar, em 21 de junho de 2013.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Termo de Resilição de Contrato

TERMO DE RESILIÇÃO DE CONTRATO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
REFERENTE AO CONTRATO nº 094/2012

OBJETO: O presente termo tem por objeto a Resilição do Contrato nº 094/2012, cujo objeto é a aquisição de combustíveis e afins para abastecimento dos veículos da Secretaria Municipal de Saúde da prefeitura de Governador Celso Ramos, iniciado em 29 de agosto de 2012, com prazo de vigência até 28/08/2013.

Por força da presente resilição, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, encerrando o vínculo, nada mais tendo a reclamar um do outro, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste rescindido.

Governador Celso Ramos, 28 de maio de 2013.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Convocação Ana Paula de Lima CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar, a Senhora ANA PAULA DE LIMA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 051.254.389-52, aprovada em (69º) Sexagésimo Nono Lugar no Processo Seletivo nº 001/2011/SMECE/SMAS, homologado pelo Decreto Municipal 3.006/2012, para o Cargo de MONITOR SOCIAL, (40) quarenta horas semanais.

Art 2º O convocado terá até a data de (20) vinte de junho de 2013, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste, a fim de tratar da documentação necessária para a contratação. Se o mesmo não se apresentar até a data acima citada, passará a vaga para outro automaticamente, ficando no final da sua classificação.

Art. 3º A contratação do aprovado, ora convocado, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 19 de junho de 2013

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° CM 054/2013

DECRETO LEGISLATIVO N° CM 054/2013
"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DA REALIZAÇÃO DE SESSÃO DE TRIBUNAL DE JURI DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COMARCA DE HERVAL D'OESTE"

GILMAR JOSÉ DRI, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:
DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), o dia 18 (Dezoito) de junho de 2013, Terça-feira no período integral, por ocasião da realização de sessão de Tribunal de Juri do Tribunal de Justiça, Comarca de Herval d'Oeste, ao qual utilizará as instalações físicas da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste (SC).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 17 de junho de 2013.
GILMAR JOSÉ DRI
Presidente

Ibiam

PREFEITURA

Aviso de SRP

MUNICIPIO DE IBIAM
Estado de Santa Catarina
PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2013
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2013
SRP: 014/2013

O MUNICIPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para registrar preços visando futuras possíveis aquisições parceladas de Kits para alunos contendo peças de vestuário padronizado(uniforme), para serem fornecidas pelo período de doze meses, conforme necessidade da Secretaria de Educação da Prefeitura de Ibiam.
Entrega dos envelopes: 04/07/2013 até às 08:00 horas
Abertura dos envelopes: 04/07/2013 às 08:15 horas
Tipo de Avaliação: Menor preço Unitário
Base legal: lei 10.520, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06.
O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 20 de Junho de 2013.
CLOVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

Lei Nº 4.216.2013

Lei nº 4.216, de 13 de junho de 2013

Dispõe sobre a Política Municipal do Idoso, cria o Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Capítulo I

DA FINALIDADE

Art. 1º A Política Municipal do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia e participação efetiva na sociedade.

Art. 2º Considera-se idoso, para os efeitos desta Lei, a pessoa maior de 60 (sessenta) anos de idade.

Art. 3º Ao Município de Imbituba, através de seus Órgãos e Entidades, compete:

- I - coordenar as ações relativas à Política Municipal do Idoso;
- II - participar na formulação, no acompanhamento e na avaliação da Política Municipal do idoso;
- III - promover as articulações intra-setoriais e intersetoriais necessárias à implementação da Política Municipal do Idoso.

Art. 4º Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência ou desrespeito ao idoso.

Capítulo II

DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Seção I

Dos Princípios

Art. 5º A Política Municipal do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

- I - a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta Política;
- V - as diferenças econômicas, sociais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Município de Imbituba, deverão ser observadas pelo Poder Público Municipal e pela sociedade em geral, na aplicação desta LEI.

Seção II

Das Diretrizes

Art. 6º Constituem diretrizes da Política Municipal do Idoso:

- I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;
- II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implantação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;
- III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção

dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da Política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos por cada órgão municipal responsável;

V - estabelecimento de mecanismos de divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VI - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;

VII - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Art. 7º Compete à Secretaria de Assistência Social e Habitação ou órgão equivalente na estrutura administrativa municipal, a formulação, proteção, promoção social e coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do Conselho Municipal do idoso.

Art. 8º O Conselho Municipal do Idoso é órgão consultivo, de caráter permanente e de composição paritária entre Governo e Sociedade Civil.

Art. 9º Compete, ao Conselho Municipal do Idoso:

- I - a formulação, fiscalização, controle e avaliação da Política Municipal do Idoso no Município de Imbituba.
- II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à execução da política social do idoso;
- III - oportunizar processos de conscientização da sociedade em geral, com vistas à valorização do idoso.

Capítulo IV

DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Art. 10. Na implementação da Política Municipal do Idoso, são prioridades, entre outras:

I - Secretaria de Assistência Social e Habitação - SEASH:

- a) prestar serviços e desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas do idoso, mediante a participação das famílias, da sociedade e de entidades governamentais e não-governamentais;
- b) estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares, albergues e outros;
- c) promover simpósios, seminários e encontros específicos;
- d) planejar, coordenar, supervisionar e financiar estudos, levantamentos, pesquisas e publicações sobre a situação social do idoso no Município;
- e) promover a capacitação de recursos humanos para atendimento ao idoso;
- f) proporcionar condições, para reintegrar o idoso no mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria da renda salarial.

II - Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA:

- a) garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;
- b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante programas e medidas profiláticas;
- c) proporcionar atendimento geriátrico e gerontológico em, pelo menos, um ambulatório da rede municipal de saúde;
- d) desenvolver formas de cooperação entre as demais Secretarias para treinamento de equipes interprofissionais;
- e) fiscalizar, através do competente órgão municipal de vigilância sanitária, as condições necessárias para o funcionamento de entidades destinadas ao atendimento do idoso;

f) proporcionar assistência à saúde, tais como, atendimento médico, ambulatorial e fornecimento de medicamentos, nas casas lares, casas de repouso e asilos, que sejam filantrópicos, sem fins lucrativos e de utilidade pública, localizados no município.

III - Secretaria Municipal de Educação - SEDUC:

- a) adequar currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais destinados ao idoso;
- b) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento;
- c) proporcionar atendimento pedagógico e de recreação nas casas lares, casa de repouso e asilos, que sejam filantrópicos, sem fins lucrativos e de utilidade pública, localizados no município.

IV - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Sustentável - SEDES:

- a) incentivar a participação do idoso quanto a sua reintegração no mercado de trabalho, no setor público e privado.

V - Secretaria Municipal de Cultural - SECULT:

- a) incentivar os movimentos de idosos a desenvolver atividades culturais;
- b) valorizar o registro da memória e a transmissão de informações e habilidades do idoso aos mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural.

VI - Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SESPORT:

- a) incentivar e criar programas de lazer, esporte e atividades físicas que proporcionem a melhoria de vida do idoso e estimulem sua participação na comunidade.

Parágrafo único. Para realizar as ações acima indicadas, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades sociais para atendimento de idosos.

VII - Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável - SEDURB:

- a) desenvolver e incentivar projetos arquitetônicos, principalmente em prédios públicos, condizentes as necessidades físicas dos idosos, permitindo assim a melhor acessibilidade dos mesmos.

Capítulo V

DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

Composição, Mandato e Estrutura

Seção I

Da Composição

Art. 11. O Conselho Municipal do Idoso será composto de 12 (doze) membros, sendo:

I - 6 (seis) Conselheiros titulares com os respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo dentre servidores municipais e representando os seguintes órgãos e Entidades Governamentais do Município:

- a) Secretaria Municipal de Saúde;
- b) Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano Sustentável;
- c) Secretaria Municipal de Educação;
- d) Secretaria de Assistência Social e Habitação;
- e) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- f) Secretaria Municipal de Cultura.

II - 6 (seis) Conselheiros titulares e respectivos suplentes de Organizações Não Governamentais, que serão eleitos em fórum próprio a ser organizado através do órgão responsável pela Assistência Social, devendo contemplar as diversas expressões do movimento organizado, como associações, fóruns, sindicatos e outros.

§ 1º A função de Conselheiro não será remunerada, tem caráter relevante e seu exercício é considerado prioritário.

§ 2º A primeira reunião do Conselho Municipal do Idoso se dará na segunda quinzena do mês em que forem nomeados os Conselheiros.

§ 3º O Conselho Municipal do Idoso se reunirá, de forma ordinária, sempre que algum fato relevante assim o exigir, ou a qualquer tempo, extraordinariamente, por convocação de 25% (vinte e

cinco por cento) de seus membros titulares.

Seção II

Do Mandato

Art. 12. O mandato de Conselheiro será de dois anos, permitidos a recondução.

§ 1º Nas ausências ou impedimentos dos Conselheiros titulares, deverão assumir seus respectivos suplentes. E cabe ao titular, justificar-se.

§ 2º Perderá, automaticamente, o mandato o Conselheiro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas.

§ 3º Se o Conselheiro faltoso for daqueles indicados pelo Poder Executivo, deverá sofrer advertência por escrito a ser anotada em sua ficha funcional.

Parágrafo único. Na perda do mandato a entidade governamental e não-governamental deve indicar novo representante acompanhado de seu suplente.

Seção III

Da Estrutura

Art. 13. O Conselho Municipal do Idoso terá a seguinte estrutura:

I - Assembléia Geral;

II - Diretoria Executiva.

Art. 14. A Assembléia Geral é órgão soberano do Conselho Municipal do Idoso e a ela compete exercer o controle da Política Municipal do Idoso, na forma da legislação vigente.

Art. 15. O Conselho Municipal do Idoso será dirigido por uma Diretoria composta de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo para um mandato de 2 (dois) anos.

§ 1º O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho serão eleitos na primeira sessão ordinária de cada biênio, em quorum mínimo de 2/3 (dois terços), eleitos pela Assembléia Geral, na primeira reunião, que será presidida pelo Conselheiro mais idoso.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente serão escolhidos dentre os membros titulares das entidades não-governamentais.

§ 3º O Secretário Executivo será escolhido pelo Presidente do Conselho, dentre servidores de carreira do Município.

§ 4º O Secretário Executivo poderá ser substituído por deliberação dos membros do Conselho.

§ 5º Os mandatos do Presidente, do Vice-Presidente e do Secretário Executivo serão coincidentes.

§ 6º As competências e atribuições dos membros da Diretoria serão definidas no Regimento Interno.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Cabe à Secretaria de Assistência Social e Habitação, elaborar o diagnóstico e o Plano Integrado Municipal do Idoso em parceria com o Conselho Municipal do Idoso, além de oferecer infraestrutura necessária para a instalação, manutenção e funcionamento do referido Conselho.

Art. 17. Os recursos financeiros necessários à implantação das ações, decorrentes desta Lei, serão consignados nos respectivos orçamentos dos órgãos de Administração Direta e Indireta do Município, bem como nos Fundos Municipais afetos à Política Municipal do Idoso.

Art. 18. Fica criada a Semana Município do Idoso, a ser comemorada, anualmente, na última semana de setembro, oportunidade em que o Poder Executivo desenvolverá campanhas institucionais na área de lazer, saúde e convivência social.

Art. 19. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regulamentar

a presente no que couber.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 2.812, de 11 de janeiro de 2006.

Imbituba, 13 de junho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 371/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 371, de 19 de junho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Assistente Administrativa, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Assistente Administrativa, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Michele Dias Anastácio	094.664.779-86	09/01/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, em substituição da servidora Zuleide Raquel Pamato de Brum Rocha, Assistente Administrativa, matrícula nº 590, inscrita no CPF sob o nº 741.381.119-72, que encontra-se afastada de sua função de origem em decorrência de nomeação em cargo em comissão, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de janeiro de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de junho de 2013.
MARIA MARTINS DOS PASSOS SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Inexigibilidade N° 01/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 66/2013
INEXIGIBILIDADE N° 01/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO DE NÍVEL NACIONAL DENOMINADO NENHUM DE NÓS PARA APRESENTAÇÃO NO 14º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO
Empresa: NDN Empreendimentos Artísticos Ltda Me.
Valor Total: R\$ 32.500,00
Fundamento: Artigo 25, III da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de junho de 2012.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Inexigibilidade N° 02/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 67/2013
INEXIGIBILIDADE N° 02/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO DE NÍVEL NACIONAL DENOMINADO INIMIGOS DA HP PARA APRESENTAÇÃO NO 14º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO
Empresa: Inimigos Promoções E Eventos Ltda Epp.
Valor Total: R\$ 73.500,00
Fundamento: Artigo 25, III da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de junho de 2012.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Inexigibilidade N° 03/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 68/2013
INEXIGIBILIDADE N° 03/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 01 (UM) SHOW ARTÍSTICO DE NÍVEL NACIONAL DENOMINADO THE BEATLES ABBEY ROAD PARA APRESENTAÇÃO NO 14º FESTIVAL NACIONAL DO CAMARÃO
Empresa: Abbey Road Produções Musicais Ltda.
Valor Total: R\$ 14.340,00
Fundamento: Artigo 25, III da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 21 de junho de 2012.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 51/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 71/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 03 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de moveis e equipamentos de escritório para o uso das Secretarias da Prefeitura Municipal de Imbituba. A íntegra do Edital poderá ser

retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 21 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Publicação de Extrato de Pregão Presencial N° 52/2013 (PMI)
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO N° 72/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 52/2013

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 03 de julho de 2013, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei n° 10.520/2002, pela Lei complementar n° 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei n° 8.666/93 e suas alterações, para aquisição de pneus automotivos novos, visando atender às necessidades das Secretarias, SEINFRA, SEASH, SEAGP, SEAP, SETUR, SDR/Norte, SEMUSA e Gabinete Prefeito. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 21 de junho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Iomerê

PREFEITURA

Decreto 1426/2013

DECRETO N°. 1426 DE 19 DE JUNHO DE 2013
Homologa resultado do Processo Seletivo Edital n° 0004/2013 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado referente edital de processo seletivo n° 0004/2013, conforme abaixo especificados:

CARGO: NUTRICIONISTA

Nome	Acertos	Nota	Títulos	Soma	Classif.
ROSEANE LEANDRA DA ROSA	20	6,0	0,20	6,2	1º
GIANA PAULA MORESCO	19	5,7	-	5,70	2º
DAMIANE BRESCIANI RINALDI	18	5,4	0,20	5,60	3º
FERNANDA TOMASI BITTEN-COURT	17	5,1	0,10	5,20	4º
HELOISA RIBOLI	17	5,1	-	5,10	5º
SARAJANE HELENA PAZIN	17	5,1	-	5,10	5º
EMANUELE BATTISTI	16	4,8	0,10	4,90	6º
TAÍSA SCOPEL	16	4,8	0,10	4,90	6º

JÉSSICA GABRIELLI DA SILVEIRA	16	4,8	-	4,80	9º
ADRIANA MARIA ROMANO	14	4,2	-	4,20	10º
GREICE MORESCO	14	4,2	-	4,20	10º
RAQUEL APARECIDA CAREGNATO	14	4,2	-	4,20	10º
TATIANE FLORES	14	4,2	-	4,20	10º
KÁSSIA WICKERT DE MATTOS	13	3,9	0,30	4,20	10º
RAFAELA SCHINDLER	13	3,9	0,20	4,10	15º
VANESSA BARBIERI	13	3,9	0,10	4,00	16º
ANGÉLICA CRISTINA TRAMONTIN	13	3,9	0,05	3,95	17º
TUANE CRISTINE SAVIAN	13	3,9	-	3,90	18º
VALÉRIA AGUIAR DE MORAES	13	3,9	-	3,90	18º
THAÍS MARIANI BEE	12	3,6	0,05	3,65	20º
DEIZE MADALENA MUNARO	11	3,3	-	3,30	21º
JANE TAIMARA MARCHETTI	11	3,3	-	3,30	21º
LETÍCIA RAQUEL BOM	10	3,0	-	3,00	23º

Art 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iomerê, 19 de junho de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças em 19 de junho de 2013.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

Extrato da Ata de Reg. de Preços do PL 33, PP 15-Brita

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO 33/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 15/2013, do PROCESSO N° 33/2013, homologado aos 19 de junho de 2013, cujo objeto é o registro de preço de pedra britada n° 02 para utilização na manutenção da malha viária Municipal e manutenção das vias urbanas, conforme características e quantidades anexadas ao Edital, para o exercício do ano de 2013/2014, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 2013.33.7021 de 20 de junho de 2013

FORNECEDOR: KERBER MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., situada na ROD. SC 283 KM 07 VILA FRAG. CX. P.232, município de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ sob n. 79.280.459/0001-46 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 251.717.372, representado pela Senhora REGINA KERBER PORTES CADORE FURLANETTO, CPF: 503.699.039-00.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	BRITA Nº 2	Mt ³	5.000,00	KERBER	33,00	165.000,00
Valor Total Registrado 165.000,00						

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

Irineópolis

PREFEITURA

Resolução N° 004/2013

RESOLUÇÃO N° 004/2013.

"ESTABELECE A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GISELI KEMPINSKI, Secretária Municipal de Saúde de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela inciso VII, do artigo 105 da Lei Complementar nº 07/2001 de 15/10/2001 e,

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Saúde de Irineópolis nº 003/2013, homologada pelo Prefeito Municipal de Irineópolis;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer como medicamentos para atendimento das linhas de cuidados do componente especializado da Assistência Farmacêutica, atendidos os critérios estabelecidos nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, a lista de medicamentos anexo a esta Resolução com o Título de Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) integrantes da Assistência Básica à Saúde.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 10 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde.

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS (REMUME)		
Seq	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO
01	Aciclovir	comprimido 200mg
02	Acido acetilsalicílico	comprimido 500 mg
03	Acido acetilsalicílico	comprimido 100 mg
04	Ácido fólico	comprimido 5 mg
05	Albendazol	comprimido mastigável 400 mg
06	Albendazol	suspensão oral 40 mg/mL
07	Alendronato de sódio	comprimido 70 mg
08	Alopurinol	comprimido 100 mg
09	Amiodarona, cloridrato de	comprimido 200 mg
10	Anlodipino, besilato de	comprimido 10 mg
11	Atenolol	comprimido 50 mg
12	Atropina, sulfato	0,25mg/ml inj.
13	Beclometasona	capsula/inalante 200mcg
14	Beclometasona	pó inalante 200mcg
15	Beclometasona	spray 250mcg
16	Beclometasona	capsula/inalante 400mcg
17	Beclometasona	pó inalante 400mcg
18	Brometo N-butilesco-polamina	solução injetável
19	Captopril	comprimido 25 mg

20	Carbonato de cálcio	comprimido 1259 mg (equivalente 500 mg Ca)
21	Carbonato de cálcio colecalciferol	comprimido 500 mg CaCO ₃ 400 UI
22	Carvedilol	comprimido 25 mg
23	Carvedilol	comprimido 6,25 mg
24	Celestone soluspan	solução injetável 3 mg / 3 mg
25	Cetoprofeno	solução injetável 100 mg
26	Cloreto de sódio	solução nasal 0,9%
27	Dexametasona	elixir 0,1mg/mL
28	Dexametasona	creme 0,1%
29	Dexametasona	colírio 0,1%
30	Dexametasona	injetável 4mg/ml
31	Dexclorfeniramina, maleato de	comprimido 2 mg
32	Dexclorfeniramina, maleato de	xarope 0,4 mg/mL
33	Digoxina	comprimido 0,25 mg
34	Dipirona sódica	solução oral 500 mg/mL
35	Dipirona sódica	comprimido 500mg
36	Dipirona	solução injetável
37	Dipirona sódica Brometo de N-butilesco-polamina	solução injetável
37	Enalapril, maleato de	comprimido 10 mg
39	Espironolactona	comprimido 25 mg
40	Estrogênios conjugados	comprimidos 0,3 mg
41	Estrogênios conjugados	creme vaginal 0,625 mg/mL
42	Ethinilestradiol levonorgestrel	comprimido 0,03 mg 0,15 mg
43	Fluconazol	cápsula 150 mg
44	Furosemida	comprimido 40 mg
45	Furosemida	solução injetável
46	Glibenclamida	comprimido 5 mg
47	Glicerol	supositório 72 mg
48	Hidroclorotiazida	comprimido 25 mg
49	Hidrocortisone, succinato de	frasco com 500 mg injetável
50	Hidróxido de magnésio hidróxido de alumínio	suspensão oral 35,6 mg 37 mg/ mL
51	Ibuprofeno	suspensão oral 20 mg/mL
52	Ibuprofeno	comprimido 600 mg
53	Ipratrópio, brometo de	solução inalante 0,25 mg / mL
54	Ivermectina	comprimido 6 mg
55	Isossorbida	comprimido 5mg
56	Levonorgestrel	comprimido 1,5 mg
57	Levetiracetam sódica	comprimido 25 ug
58	Levetiracetam sódica	comprimido 50 ug
59	Lidocaína, cloridrato de	gel 2 %
60	Loperamida	comprimido 2 mg
61	Losartana potássica	comprimido 50 mg
62	Mebendazol	suspensão oral 20 mg/mL
63	Medroxiprogesterona, acetato de	solução injetável 150 mg/mL
64	Metformina, cloridrato de	comprimido 500 mg
65	Metformina, cloridrato de	comprimido 850 mg
66	Metildopa	comprimido 250 mg
67	Metoclopramida, cloridrato de	comprimido 10 mg
68	Metoclopramida, cloridrato de	solução injetável 5 mg/mL
69	Metoclopramida, cloridrato de	solução oral 4mg/mL
70	Miconazol, nitrato de	creme 2%
71	Miconazol, nitrato de	creme vaginal 2%

72	Nalidixico, ácido	comprimido 500 mg
73	Nimesulida	solução 50 mg/ml
74	Nimesulida	comprimido 100 mg
75	Noretisterona	comprimido 0,35 mg
76	Noretisterona, enantato de estradiol, valerato de	solução injetável 50 mg 5 mg
77	Óleo mineral	frasco 100 mg
78	Omeprazol	cápsula 20 mg
79	Paracetamol	comprimido 500 mg
80	Paracetamol	solução oral 200 mg/mL
81	Pasta d'água	pasta (F.N.)
82	Permanganato de potássio	pó ou comprimido 100 mg
83	Permetrina	loção 5%
84	Prednisolona, fosfato sódico de	solução oral 1,34 mg/mL (equivalente a 1 mg de prednisolona base)
85	Prednisona	comprimido 5 mg
86	Prednisona	comprimido 20 mg
87	Prometasina, cloridrato de	solução injetável 25 mg/mL
88	Propranolol, cloridrato de	comprimido 40 mg
89	Ranitidina, cloridrato de	comprimido 150 mg
90	Sais para reidratação oral	pó para solução oral
91	Salbutamol, sulfato de	solução inalante 5 mg/mL
92	Secnidazol	comprimido 1000 mg
93	Sinvastatina	comprimido 20 mg
94	Sulfadiazina de prata	pasta 1%
95	Sulfato ferroso	comprimido 40 mg Fe
96	Timolol, maleato de	colírio 0,25%
97	Varfarina sódica	comprimido 5 mg
98	Verapamil, cloridrato de	comprimido 80 mg

MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL

01	Amitriptilina, cloridrato de	comprimido 25 mg
02	Biperideno, cloridrato de	comprimido 2 mg
03	Carbamazepina	comprimido 200 mg
04	Carbamazepina	xarope 20 mg/mL
05	Carbonato de lítio	comprimido 300 mg
06	Citalopram	comprimido 20 mg x
07	Codeína	comprimido 30 mg x
08	Clomipramina, cloridrato de	comprimido 25 mg
09	Clonazepan	solução oral 2,5 mg/mL
10	Clorpromazina, cloridrato de	comprimido 100 mg
11	Diazepam	comprimido 5 mg
12	Escitalopram, oxalato de	comprimido 10 mg x
13	Fenitoína sódica	comprimido 100 mg
14	Fenobarbital	comprimido 100 mg
15	Fenobarbital	solução oral 40 mg/mL
16	Fluoxetina, cloridrato de	cápsula ou comprimido 20 mg
17	Haloperidol	comprimido 5 mg
18	Haloperidol, decanoato de	solução injetável 50 mg/ mL
19	Levodopa benzerazida	comprimido 100 mg 25 mg
20	Levodopa carbidopa	comprimido 250 mg 25 mg
21	Levomepromazina, maleato de	solução oral 40 mg/ml (4%) x
22	Nortriptilina, cloridrato de	cápsula 50mg
23	Oxcarbazepina	comprimido 600 mg x
24	Paroxetina, cloridrato de	comprimido 20 mg x
25	Sertralina, cloridrato de	comprimido 50 mg x
26	Tramadol, cloridrato de	comprimido 50 mg x
27	Valproato de sódio ou ácido valpróico	solução oral ou xarope 57,624 mg/mL (equivalente a 50 mg ácido valpróico/mL)
28	Valproato de sódio ou ácido valpróico	comprimido 576 mg (equivalente a 500 mg ácido valpróico)

MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS		
01	Ampicilina	cápsula 500 mg
02	Amoxicilina	cápsula ou comprimido 500 mg
03	Amoxicilina	pó para suspensão oral 50 mg/mL
04	Amoxicilina clavulanato de potássio	suspensão oral 50 mg 12,5 mg/mL
05	Azitromicina	pó para suspensão oral 40 mg/mL
06	Azitromicina	comprimido 500 mg
07	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 600.000 UI
08	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 1.200.000 UI
09	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	cápsula 500 mg
10	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	suspensão oral 50 mg/mL
11	Ciprofloxacino, cloridrato de	comprimido 500 mg
12	Eritromicina, estearato de	suspensão oral 50 mg/mL
13	Gentamicina, sulfato de	colírio 5 mg/ mL
14	Metronidazol	comprimido 250 mg
15	Metronidazol	comprimido 400 mg
16	Metronidazol	gel vaginal 10 %
17	Nitrofurantoina	cápsula 100 mg
18	Sulfametoxazol trimetoprima	comprimido 400 mg 80 mg
19	Sulfametoxazol trimetoprima	suspensão oral 40 mg 8 mg/mL

Resolução N° 005/2013

RESOLUÇÃO N° 005/2013.

"RATIFICA A RESPONSABILIDADE DA ASSINTENCIA FARMACÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GISELI KEMPINSKI, Secretária Municipal de Saúde de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela inciso VII, do artigo 105 da Lei Complementar nº 07/2001 de 15/10/2001 e,

Considerando o disposto na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, especialmente em seu art. 6º, inciso I, alínea "d"; e,

Considerando as normas subjetivas decorrentes de pactuações entre os gestores na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) definindo as responsabilidades da Assistência Farmacêutica,

RESOLVE:

Art. 1º Ratificar a responsabilidade da Assistência Farmacêutica Básica através da Relação Municipal de Medicamentos (REMUME) em anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 10 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde.

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS (REMUME)		
Seq	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO
01	Aciclovir	comprimido 200mg
02	Acido acetilsalicílico	comprimido 500 mg
03	Acido acetilsalicílico	comprimido 100 mg

04	Ácido fólico	comprimido 5 mg
05	Albendazol	comprimido mastigável 400 mg
06	Albendazol	suspensão oral 40 mg/mL
07	Alendronato de sódio	comprimido 70 mg
08	Alopurinol	comprimido 100 mg
09	Amiodarona, cloridrato de	comprimido 200 mg
10	Anlodipino, besilato de	comprimido 10 mg
11	Atenolol	comprimido 50 mg
12	Atropina, sulfato	0,25mg/ml inj.
13	Beclometasona	capsula/inalante 200mcg
14	Beclometasona	pó inalante 200mcg
15	Beclometasona	spray 250mcg
16	Beclometasona	capsula/inalante 400mcg
17	Beclometasona	pó inalante 400mcg
18	Brometo N-butilescolamina	solução injetável
19	Captopril	comprimido 25 mg
20	Carbonato de cálcio	comprimido 1259 mg (equivalente 500 mg Ca)
21	Carbonato de cálcio colecalciferol	comprimido 500 mg CaCO3 400 UI
22	Carvedilol	comprimido 25 mg
23	Carvedilol	comprimido 6,25 mg
24	Celestone soluspan	solução injetável 3 mg / 3 mg
25	Cetoprofeno	solução injetável 100 mg
26	Cloreto de sódio	solução nasal 0,9%
27	Dexametasona	elixir 0,1mg/mL
28	Dexametasona	creme 0,1%
29	Dexametasona	colírio 0,1%
30	Dexametasona	injetável 4mg/ml
31	Dexclorfeniramina, maleato de	comprimido 2 mg
32	Dexclorfeniramina, maleato de	xarope 0,4 mg/mL
33	Digoxina	comprimido 0,25 mg
34	Dipirona sódica	solução oral 500 mg/mL
35	Dipirona sódica	comprimido 500mg
36	Dipirona	solução injetável
37	Dipirona sódica Brometo de N-butilescolamina	solução injetável
37	Enalapril, maleato de	comprimido 10 mg
39	Espironolactona	comprimido 25 mg
40	Estrogênios conjugados	comprimidos 0,3 mg
41	Estrogênios conjugados	creme vaginal 0,625 mg/mL
42	Etinilestradiol levonorgestrel	comprimido 0,03 mg 0,15 mg
43	Fluconazol	cápsula 150 mg
44	Furosemida	comprimido 40 mg
45	Furosemida	solução injetável
46	Glibenclamida	comprimido 5 mg
47	Glicerol	supositório 72 mg
48	Hidroclorotiazida	comprimido 25 mg
49	Hidrocortisone, succinato de	frasco com 500 mg injetável
50	Hidróxido de magnésio hidróxido de alumínio	suspensão oral 35,6 mg 37 mg/ mL
51	Ibuprofeno	suspensão oral 20 mg/mL
52	Ibuprofeno	comprimido 600 mg
53	Ipratrópio, brometo de	solução inalante 0,25 mg / mL
54	Ivermectina	comprimido 6 mg
55	Isossorbida	comprimido 5mg
56	Levonorgestrel	comprimido 1,5 mg
57	Levotiraxina sódica	comprimido 25 ug
58	Levotiraxina sódica	comprimido 50 ug
59	Lidocaína, cloridrato de	gel 2 %
60	Loperamida	comprimido 2 mg
61	Losartana potássica	comprimido 50 mg
62	Mebendazol	suspensão oral 20 mg/mL

63	Medroxiprogesterona, acetato de	solução injetável 150 mg/mL
64	Metformina, cloridrato de	comprimido 500 mg
65	Metformina, cloridrato de	comprimido 850 mg
66	Metildopa	comprimido 250 mg
67	Metoclopramida, cloridrato de	comprimido 10 mg
68	Metoclopramida, cloridrato de	solução injetável 5 mg/mL
69	Metoclopramida, cloridrato de	solução oral 4mg/mL
70	Miconazol, nitrato de	creme 2%
71	Miconazol, nitrato de	creme vaginal 2%
72	Nalidixico, ácido	comprimido 500 mg
73	Nimesulida	solução 50 mg/ml
74	Nimesulida	comprimido 100 mg
75	Noretisterona	comprimido 0,35 mg
76	Noretisterona, enantato de estradiol, valerato de	solução injetável 50 mg 5 mg
77	Óleo mineral	frasco 100 mg
78	Omeprazol	cápsula 20 mg
79	Paracetamol	comprimido 500 mg
80	Paracetamol	solução oral 200 mg/mL
81	Pasta d'água	pasta (F.N.)
82	Permanganato de potássio	pó ou comprimido 100 mg
83	Permetrina	loção 5%
84	Prednisolona, fosfato sódico de	solução oral 1,34 mg/mL (equivalente a 1 mg de prednisolona base)
85	Prednisona	comprimido 5 mg
86	Prednisona	comprimido 20 mg
87	Prometasina, cloridrato de	solução injetável 25 mg/mL
88	Propranolol, cloridrato de	comprimido 40 mg
89	Ranitidina, cloridrato de	comprimido 150 mg
90	Sais para reidratação oral	pó para solução oral
91	Salbutamol, sulfato de	solução inalante 5 mg/mL
92	Secnidazol	comprimido 1000 mg
93	Sinvastatina	comprimido 20 mg
94	Sulfadiazina de prata	pasta 1%
95	Sulfato ferroso	comprimido 40 mg Fe
96	Timolol, maleato de	colírio 0,25%
97	Varfarina sódica	comprimido 5 mg
98	Verapamil, cloridrato de	comprimido 80 mg

MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL

01	Amitriptilina, cloridrato de	comprimido 25 mg
02	Biperideno, cloridrato de	comprimido 2 mg
03	Carbamazepina	comprimido 200 mg
04	Carbamazepina	xarope 20 mg/mL
05	Carbonato de lítio	comprimido 300 mg
06	Citalopram	comprimido 20 mg x
07	Codeína	comprimido 30 mg x
08	Clomipramina, cloridrato de	comprimido 25 mg
09	Clonazepam	solução oral 2,5 mg/mL
10	Clorpromazina, cloridrato de	comprimido 100 mg
11	Diazepam	comprimido 5 mg
12	Escitalopram, oxalato de	comprimido 10 mg x
13	Fenitoína sódica	comprimido 100 mg
14	Fenobarbital	comprimido 100 mg
15	Fenobarbital	solução oral 40 mg/mL
16	Fluoxetina, cloridrato de	cápsula ou comprimido 20 mg
17	Haloperidol	comprimido 5 mg
18	Haloperidol, decanoato de	solução injetável 50 mg/ mL
19	Levodopa benzerazida	comprimido 100 mg 25 mg
20	Levodopa carbidopa	comprimido 250 mg 25 mg
21	Levomepromazina, maleato de	solução oral 40 mg/ml (4%) x
22	Nortriptilina, cloridrato de	cápsula 50mg
23	Oxcarbazepina	comprimido 600 mg x

24	Paroxetina, cloridrato de	comprimido 20 mg x
25	Sertralina, cloridrato de	comprimido 50 mg x
26	Tramadol, cloridrato de	comprimido 50 mg x
27	Valproato de sódio ou ácido valproico	solução oral ou xarope 57,624 mg/mL (equivalente a 50 mg ácido valproico/mL)
28	Valproato de sódio ou ácido valproico	comprimido 576 mg (equivalente a 500 mg ácido valproico)
MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS		
01	Ampicilina	cápsula 500 mg
02	Amoxicilina	cápsula ou comprimido 500 mg
03	Amoxicilina	pó para suspensão oral 50 mg/mL
04	Amoxicilina clavulanato de potássio	suspensão oral 50 mg 12,5 mg/mL
05	Azitromicina	pó para suspensão oral 40 mg/mL
06	Azitromicina	comprimido 500 mg
07	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 600.000 UI
08	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 1.200.000 UI
09	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	cápsula 500 mg
10	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	suspensão oral 50 mg/mL
11	Ciprofloxacino, cloridrato de	comprimido 500 mg
12	Eritromicina, estearato de	suspensão oral 50 mg/mL
13	Gentamicina, sulfato de	colírio 5 mg/ mL
14	Metronidazol	comprimido 250 mg
15	Metronidazol	comprimido 400 mg
16	Metronidazol	gel vaginal 10 %
17	Nitrofurantoína	cápsula 100 mg
18	Sulfametoxazol trimetoprima	comprimido 400 mg 80 mg
19	Sulfametoxazol trimetoprima	suspensão oral 40 mg 8 mg/mL

Resolução N° 006/2013

RESOLUÇÃO N° 006/2013.

"ESTABELECE A CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

GISELI KEMPINSKI, Secretária Municipal de Saúde de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela inciso VII, do artigo 105 da Lei Complementar n° 07/2001 de 15/10/2001 e,

Considerando o disposto na Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, especialmente em seu art. 6°, inciso I, alínea "d" ; e,

Considerando as normas subjetivas decorrentes de pactuações entre os gestores na Comissão Intergestora Tripartite (CIT) e na Comissão Intergestora Bipartite (CIB) definindo as responsabilidades da Assistência Farmacêutica,

RESOLVE:

Art. 1° A Assistência Farmacêutica Básica será concedida conforme lista contida nas Resoluções n°s. 004/2013 e 005/2013 a todo o usuário do Sistema Único de Saúde de Irineópolis.

Art. 2° A prescrição médica para a concessão dos medicamentos deverá estar obrigatoriamente com o nome da substância ativa em receituário público conforme a legislação em vigor.

Art. 3° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 10 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde.

Portaria N.º. 215/201

PORTARIA N.º. 215/2013.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, , no período de 13/06/2013 à 19/07/2013, à servidora efetiva CACILDA KONOPKA RANDIG, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/06//2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 19 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato Processo Licitatorio 39/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 39/2013

CONVITE N.º 01/2013

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 01 de julho de 2013, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Convite para Compras e Serviços, com critério de adjudicação Menor Preço global de acordo com a Lei n.º 9.666/93, visando a Contratação de empresa especializada em eventos, para a realização da Primeira Festa do Trator, festividade alusiva aos 51 (Cinquenta e um) anos de Emancipação Político Administrativa do Município de Irineópolis. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 20 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal



Itapiranga

PREFEITURA

Contratos - Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2013

PARTES: Município de Itapiranga e Auto Mecânica Junior Ltda ME.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 20/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra e fornecimento de peças para conserto do veículo Ducato, placas MUG 9017, a disposição do Fundo Munic. Saúde.

VIGÊNCIA: 12 e junho de 2014.

Itapiranga - SC., 12 de junho de 2013.

LUIS CARLOS STEFFENON

Administrador do FMS



Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL
13ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA DE FRONTEIRA
DELEGACIA DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE ITAPIRANGA

Ofício nº 216/2013

Itapiranga/SC, 07 de junho de 2013.


Excelentíssimo Senhor:

Em vista do Convênio nº 2.389/2005-2, firmado entre o Município de Itapiranga, o DETRAN-SC e a Polícia Militar de Santa Catarina, e diante das competências atribuídas ao município, encaminho a Vossa Excelência os **Editais de Notificação de Trânsito** de números **522/2013** a **537/2013**, para que sejam publicados no Jornal Expressão, responsável pelas publicações legais do Município.

Informe-se que a publicação dos Editais não precisa ocorrer em oportunidade única, porém deverá ser observada a sequencia de numeração para a publicação.

Qualquer informação complementar poderá ser obtida junto ao Agente de Polícia Civil ROGÉRIO CÉZAR SOEHN, responsável pelo controle dos Editais no DETRANNET.

Respeitosamente,


WESLEY ALMEIDA ANDRADE
Delegado de Polícia Civil

Exmo. Sr.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal
Praça das Bandeiras, 200
Itapiranga/SC

RCS

Rua Jorge Lacerda, nº 12 - Itapiranga/SC – CEP 89896-000 – Fone/Fax (49)3677-0490 / 3677-0903
E-mail: dpitapiranga@pc.sc.gov.br

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 522/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFC2243	55602625C	5169/1	10/02/2013	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

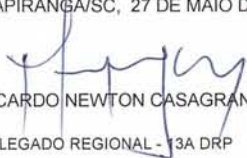
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 523/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADM1393	55831168D	6920/0	14/12/2012	R\$ 127,69	233
ANX4639	55831108D	5010/0	30/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
BGX3818	55831109D	6599/2	02/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
BMV3748	55602633C	6920/0	13/08/2012	R\$ 127,69	233
CMQ0064	55602534C	6920/0	21/12/2012	R\$ 127,69	233
IEL2894	55602294C	6920/0	05/09/2012	R\$ 127,69	233
IJV7684	55602609C	6920/0	17/08/2012	R\$ 127,69	233
ILK2719	55602637C	6920/0	22/08/2012	R\$ 127,69	233
IMV7292	55602639C	6599/2	23/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
IOP5120	55602531C	6920/0	20/12/2012	R\$ 127,69	233
IOP5120	55602593C	6556/5	10/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAN3166	55602607C	6599/2	17/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHV0700	55602610C	6920/0	17/08/2012	R\$ 127,69	233
MPM0683	55602560C	6920/0	30/08/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 524/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LBV2810	55831130D	5010/0	01/02/2013	162 * I
LBV2810	55831131D	5061/0	01/02/2013	163 c/c 162 * I
MII0919	55602621C	5347/0	25/01/2013	178

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 298 525/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXP6038	55602623C	6920/0	28/01/2013	233
MFF3777	55602617C	6920/0	21/01/2013	233
MHS2086	55602564C	6920/0	29/01/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

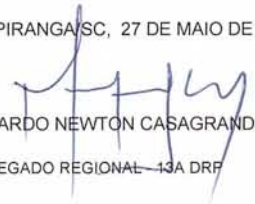
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 526/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYR2009	55831165D	6920/0	07/12/2012	R\$ 127,69	233
LZT2444	55602532C	6920/0	20/12/2012	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 527/2013**

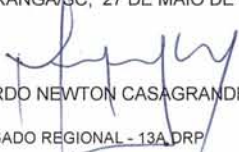
FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA4015	55831182D	6920/0	13/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 528/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AIN2319	55602298C	5487/0	01/01/2013	R\$ 127,69	181 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 529/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CSY0338	55831284D	6920/0	15/02/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 530/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGX9117	55831286D	5169/1	02/03/2013	165
HNU7729	55831185D	6920/0	20/03/2013	233
MFE7683	55602150C	6912/0	22/03/2013	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 531/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZB8230	55602594C	5010/0	21/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZB8230	55602595C	6599/2	21/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZB8230	55602596C	5118/0	21/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página: 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 532/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DIH9790	55831328D	6920/0	11/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A.DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 533/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGO8244	55602575C	6920/0	10/04/2013	233
MBP9192	55831327D	6920/0	06/03/2013	233
MEJ3440	55602572C	6920/0	10/04/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 534/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DVV1200	55831228D	6920/0	11/04/2013	233
IFH8753	55602568C	6920/0	15/03/2013	233
LYQ2272	55831331D	5525/0	29/03/2013	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE

DELEGADO REGIONAL - 13A-DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 535/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCF3004	55602561C	6920/0	25/09/2012	R\$ 127,69	233
MGF4897	55831310D	6599/2	13/11/2012	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 536/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUK2644	55602573C	6920/0	10/04/2013	233
DEL8797	55831207D	5410/0	06/04/2013	181 * IV
INQ9946	55831376D	5207/0	03/05/2013	169
MBT8597	55591570C	5410/0	05/04/2013	181 * IV
MJI1698	55602570C	6920/0	04/04/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 298 536/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BUK2644	55602573C	6920/0	10/04/2013	233
DEL8797	55831207D	5410/0	06/04/2013	181 * IV
INQ9946	55831376D	5207/0	03/05/2013	169
MBT8597	55591570C	5410/0	05/04/2013	181 * IV
MJI1698	55602570C	6920/0	04/04/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Notificações de Transito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

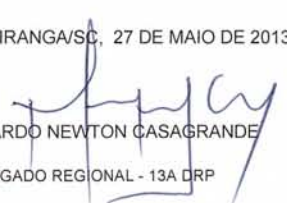
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 298 537/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKX6409	55831315D	6920/0	03/12/2012	R\$ 127,69	233
JHL6047	55602641C	6920/0	12/09/2012	R\$ 127,69	233
LBV2810	55602616C	6920/0	22/01/2013	R\$ 127,69	233
MDY9413	55831280D	5010/0	16/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDY9413	55831281D	5118/0	16/02/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDY9413	55831282D	6912/0	16/02/2013	R\$ 53,20	232
MEI6618	55591887C	5207/0	21/10/2012	R\$ 53,20	169
MHH1688	55831183D	5568/0	13/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 27 DE MAIO DE 2013


RICARDO NEWTON CASAGRANDE
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial N° 024/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2013, PROCESSO LICITATÓRIO N° 054/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 19/06/2013, a partir das 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros VALERIO PACHECO, ISABELA RAICK DUTRA POHL, nomeados pelo DECRETO N° 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial n° 024/2013, que tem como objeto a Aquisição de peças originais de 1° linha para uso na manutenção dos veículos leves, utilitários, e pesados da frota municipal, conforme especificações do Anexo V do edital. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
ELISEU TELES DA SILVA ME

Representantes (Credenciados)
ADRIANA DA SILVA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	ELISEU TELES DA SILVA ME	22.997,1900	20.000,0000
2	ELISEU TELES DA SILVA ME	327.528,1700	248.000,0000
3	ELISEU TELES DA SILVA ME	145.592,8300	143.000,0000
4	ELISEU TELES DA SILVA ME	20.482,5800	19.000,0000
5	ELISEU TELES DA SILVA ME	24.999,4800	22.000,0000
6	ELISEU TELES DA SILVA ME	49.641,6800	47.000,0000
7	ELISEU TELES DA SILVA ME	50.332,5600	40.000,0000

Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
ELISEU TELES DA SILVA ME	539.000,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 19/06/2013.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
VALERIO PACHECO
ISABELA RAICK DUTRA POHL

Representantes
Assinatura
ELISEU TELES DA SILVA ME



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Joaçaba**PREFEITURA****Extrato Licitação Deserta****ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**CNPJ: 10.594.533/0001-00
AV. XV DE NOVENBRO, 223
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 21/2013 - PR**Processo Administrativo: 25/2013
Processo de Licitação: 24/2013
Data do Processo: 22/05/2013

Objeto: Contratação de empresa para serviços de transporte e distribuição de malotes, por meio de veículo tipo motocicleta, para proceder à entrega de exames e materiais nas Unidades de Saúde (ESF's) do Município de Joaçaba.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2013

Motivo: Considerando o teor da ata 24/2013, emitida pelo Pregoeiro e equipe de apoio aos dezessete dias do mês de junho de 2013, às 14h00min, que constatou não acudiram interessados em participar da licitação, o processo, o Poder Público Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação pertinente, atendendo aos pressupostos da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve declarar:

1.DESERTO o presente processo licitatório 24/2013/FMS - PP 21/2013/FMS, bem como determinar a extinção do mesmo.

Joaçaba, 17 de Junho de 2013

RAFAEL LASKE - PREFEITO MUNICIPAL

Extrato PL 61/2013/PMJ - PP 35/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 61/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2013/PMJ

Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de produtos de higiene pessoal, bem como de produtos e materiais destinados à limpeza e conservação dos prédios públicos municipais durante o exercício financeiro de 2013. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 09/07/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 09/07/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 62/2013/PMJ - PP 38/2013/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2013/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2013/PMJ

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de combustível (óleo diesel comum), destinado à realização dos serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 10/07/2013. Processamento do Pregão: às 14h do dia 10/07/2013, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato PL 9/2013/FMAS - PP 7/2013/FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2013/FMAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2013/FMAS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução de impressos gráficos destinados aos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Joaçaba. Data da abertura: Dia 08/07/2013, a partir das 14h, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Forma de

Julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 08/07/2013, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br

Joaçaba, 19 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Gestor do FMAS

Ordem de Serviço 192/2013 PMJ

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 192/2013

Autorizo por meio desta, a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF nº 07.178.641/0001-80 a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário para a reposição de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de paralelepípedos, em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, Santa Catarina de acordo com o Processo de Licitação nº 35/2013/PMJ - Edital TP nº 6/2013/PMJ, homologado no dia 03/05/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 64/2013/PMJ, de 03 de maio de 2013. O prazo para vigência dos serviços é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 03 de maio de 2013

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

Contratada: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA

Representante: VILSON DA ROSA

Assinatura e carimbo

CPF: 539.442.409-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 192/2013

Autorizo por meio desta, a empresa EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA, CNPJ/MF nº 07.178.641/0001-80 a execução dos serviços e o fornecimento do material necessário para a reposição de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de paralelepípedos, em diversas ruas do perímetro urbano do Município de Joaçaba, Santa Catarina de acordo com o Processo de Licitação nº 35/2013/PMJ - Edital TP nº 6/2013/PMJ, homologado no dia 03/05/2013. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 35.250,00 (trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta

do Contrato nº 64/2013/PMJ, de 03 de maio de 2013. O prazo para vigência dos serviços é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 03 de maio de 2013

Contratante : PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo:

MARCOS WEISS

Prefeito em Exercício

Contratada: EMPREITEIRA DE CONSTRUÇÃO CIVIL OLIVEIRA LTDA

Representante: VILSON DA ROSA

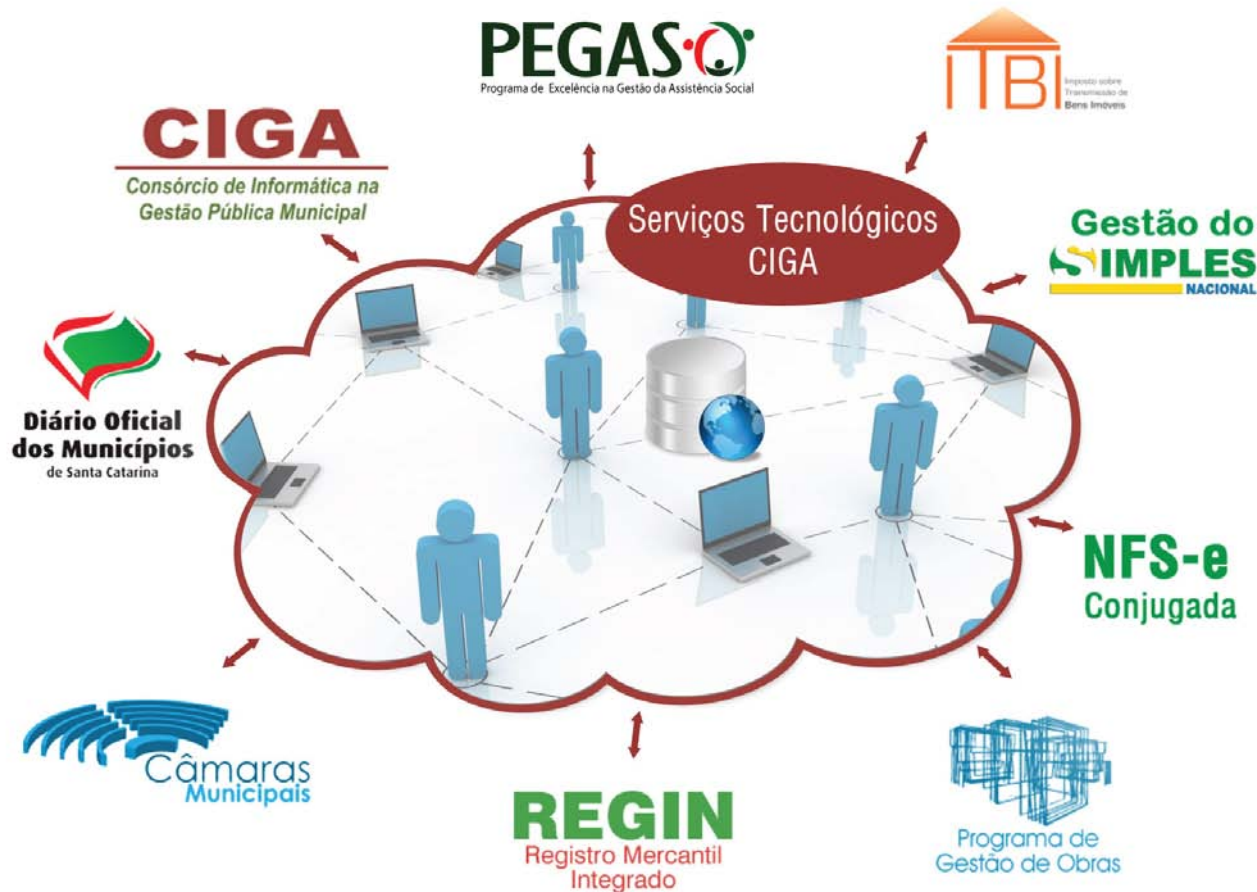
Assinatura e carimbo

CPF: 539.442.409-87

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Lages

PREFEITURA

Extrato de Contrato 105/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 105/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMACI MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 12.927.876./0001-67, com sede à Estrada Pedro Rosa das Silva, Residencial Park - Extrema - MG - cep: 37.640-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 115/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 90.443,50 (noventa mil e quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Dispensa D Elicitação 62/2013 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 62/2013
PARA COMPRA EMERGENCIAL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 62/2013, em conformidade com a legislação vigente, para compra emergencial de Materiais de Higiene e Limpeza para da Empresa DOMINGOS SOARES NETO - ME, CNPJ n.º 08.811.393/0001-25, estabelecida à Rua Gustavo Lebon Regis n.º 260, em Lages/SC – cep: 88.504-225, para consumo nas Unidades Escolares da Rede Municipal, pelo período máximo de noventa dias, dos itens abaixo relacionados:

Item	quant	Valor	Total
Papel higiênico branco rolo c/60 mts	400	22,20	8.880,00
Água sanitária 01 lts	1.000	1,55	1.550,00
Sabão em pedra – pcte 5 unid. C; 200gr cada	335	4,95	1.658,25
Fralda descartavel tm GG c/50 unid	50	37,50	1.875,00
Fralda descartavel tm G c/50 unid	50	37,50	1.875,00
Sabão em pó 01 kg	500	4,05	2.025,00
Total			17.863,25

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de abril de 2013.

MARIMILIA CASA COSTA COELHO

Secretário Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 09 de abril de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 61/2013 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 61/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a Adriana Nunes Zanella Mendes, inscrito no CRECI sob n.º 10.570, com sede à Rua Frei Rogério, 225 - centro, Lages, SC, para aluguel de um imóvel sito a Rua Felipe Schimdt, 80, centro, onde será instalada a Central de Atendimentos da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, pelo período de 01 de maio de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de será de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais) mensais.

Lages, 04 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 04 de abril de 2013.

ELIZEU MATTOS

Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 64/2013 - PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 07/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de contrato de locação com a MITRA DIOCESANA DE LAGES inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0045-71, com sede à Rua Correia Pinto, 247 - Lages - SC, 88502-900, de um imóvel, sito à Praça João Ribeiro, centro, nesta cidade de Lages,SC, onde está instalada a Secretaria de Segurança das Pessoas e Patrimônio, no período de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2013, pelo valor de R\$1.672,13 (mil e seiscentos e setenta e dois reais e treze centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 66/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 66/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 66/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de contrato de locação com a CONTRATADA: CONSTRUTORA E INCORPORADORA WALMA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.404.969/0001-30, com sede nesta cidade de Lages, SC, para aluguel de um barracão, sito à Av. Belizário Ramos, lado ímpar e Rua Alagoas e Rua Sergipe - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o setor de veículos da PML, pelo período doze meses a contar de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 3.175,18 (três mil e cento e setenta e cinco reais e dezoito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 67/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 67/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação como a MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC, para aluguel de um imóvel sito a Rua Walter Dachs, 69, centro, onde será instalada o Setor de Vigilância Sanitária de Lages, pelo período de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.571,28 (dois mil, quinhentos e setenta e um reais e vinte e oito centavos) por mês.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à

autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 68/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 68/2013 MODALIDADE INEXIGIBILIDADE ATO DE DECLARAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação sob n.º 68/2013, na modalidade inexigibilidade, em conformidade com o Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para a contratação da empresa NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 38.877.148/0001-81, para locação e suporte de software destinado ao acesso via internet à rede AFTN (Rede Fica de Telecomunicações Aeronáuticas) instalado no Aeroporto Federal de Lages, pelo valor de R\$ 1.080,95 (hum mil e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 24 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

NIBBLE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob n.º 38.877.148/0001-81, para locação e suporte de software destinado ao acesso via internet à rede AFTN (Rede Fica de Telecomunicações Aeronáuticas) instalado no Aeroporto Federal de Lages, pelo valor de R\$ 1.080,95 (hum mil e oitenta reais e noventa e cinco centavos) mensais.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 24 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 72/2103 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 72/2013 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 72/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de gêneros alimentícios para o consumo das unidades escolares municipais com o fornecedor Julio Cesar Rodrigues Delfes EPP, no valor de R\$ 43.850,60 (quarenta e três mil,oitocentos e cinquenta reais e sessenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 26 de Abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretaria Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 26 de Abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 73/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 73/2013 PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 73/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de campanhas publicitárias de cunho informativo, institucional e promocional de ações do governo, no valor de R\$ 537.882,61 (quinhentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e sessenta e um centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17de Abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretaria Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 17 de Abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 74/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 74/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com o Sr. IVONE FURTADO, inscrito no CPF sob n.º 065.308.779-91, C.I. n.º 111.433, residente e domiciliado nesta cidade de Lages, SC, para aluguel um imóvel sito à Rua

Humberto de Campos quadra 88, lote 009, com área de 576,00 m², que será usado como depósito e reciclagem do Programa de Reaproveitamento e destinação final de lixo formado por equipamentos de informática, eletrônicos, eletro eletrônicos e outros produtos, pelo prazo de 02 de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.832,77 (Um mil e oitocentos e trinta e dois reais e setenta e sete centavo) por mês.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 75/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 75/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato como a LAGB ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 02.678.428/0001-13, com sede à Av. General Osório n.º 1087 - D - Chapecó/SC - cep: 89.802-212, para fornecimento de pneus para uso da Frota do Município, em caráter emergencial , no valor R\$ 5.364,00 (cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretaria Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 76/2013 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 76/2013 PARA COMPRA EMERGENCIAL ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 76/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Medicamentos para Farmácia Básica Municipal, pelo período de 06/05/2013 à 31/07/2013, das empresas:
a) COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - valor R\$ 69.835,23;
b) DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA

- valor R\$ 33.334,15;
c) GENESIO A. MENDES & CIA LTDA - valor de R\$ 123.637,36;
d) CRISTÁLIA PROD. QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA - valor de R\$ 27.402,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de maio de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 06 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 77/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 77/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato como a SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680, para fornecimento de gêneros alimentícios em caráter emergencial para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, até a conclusão do processo Licitatório em tramite, no valor de R\$ 68.689,10 (sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e dez centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 78/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 78/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato como a GIZELE REGINA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.839.796/0001-12, estabelecida à Rua Pedro Neri Schwindenn n.º 487 - Santo Amaro da Imperatriz/SC - cep: 88.140-000,

para fornecimento de gêneros alimentícios em caráter emergencial para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, até a conclusão do processo Licitatório em tramite, no valor de R\$ 118.439,60 (cento e dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e sessenta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 09 de maio de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 09 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 79/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 79/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação como a SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA, com sede à Rua Monte Castelo n.º 209 - cep: 88.501.060 - fone: 3222.3959, inscrita no CNPJ sob n.º 78.490.653/0001-93, nesta cidade de Lages,SC, para aluguel do imóvel sito à Rua Luiz Floriano Junior sem número - nesta cidade de Lages, SC, onde está instalado o CRAS 5 de Lages, pelo período de 01 de abril de 2013 até a data de 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por mês.

Lages, 01 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 01 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 80/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 80/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato como a INTELLIBR SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.982.125/0001-76, estabelecida à Rua Jerônimo Coelho n.º 170 - Florianópolis/SC - cep: 88.010-030 - fone: 48-32067280 para Locação e Manutenção de Software de Gestão Educacional para uso na Secretaria de Educação de Lages, SC, compreendendo adesão,

implantação, conversão da base de dados, suporte, treinamento e manutenção mensal, pelo prazo de duração do contrato será de cento e oitenta dias, ou até a conclusão do processo licitatório em transito, no valor de R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil reais) pagos durante o período de vigência deste termo.

Lages, 16 de maio de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 16 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 81/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 81/2013 PARA COMPRA EMERGENCIAL ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 81/2013, em conformidade com a legislação vigente, para fornecimento emergencial de Leites Especiais para atendimento de ordens judiciais, pelo período de 20/05/2013 à 31/07/2013, das empresas:

- a) MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - valor R\$ 20.649,60;
- b) FARMACIA SÃO VICENTE - valor R\$ 14.223,00;
- c) FARMACIA DAYANE LTDA - valor de R\$ 25.323,70.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 20 de maio de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 20 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 82/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 82/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a MENFIS IMOBILIÁRIA ADMINISTRADORA DE IMOVEIS, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.162.057/0001-14, com sede à Rua Presidente Nereu Ramos n.º 84 - centro, Lages, SC, Rua Humberto de Campos, 272 - Bairro Coral, nesta cidade de Lages, SC, onde será instalado o Centro de Atendimento Psicossocial

Adulto - CAPS AD, pelo período de 03 de junho de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2014, no valor de será de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) mensais.

Lages, 29 de maio de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 29 de maio de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 83/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 83/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a ALICE HELENA GOMES SUSIN, inscrita no CPF/MF sob n.º 604.419.929-00, residente e domiciliada em Lages, SC para aluguel de um imóvel sito a Rua Frei Gabriel, 187, centro, medindo 276m², onde está instalado o Centro de Referência o Trabalhador de Lages, pelo prazo de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 2.144,22 (dois mil e cento e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos) por mês.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 84/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 84/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRA EMERGENCIAL

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 84/2013, em conformidade com a legislação vigente, para aquisição de produtos para cumprimentos de Ordens Judiciais e Leites Especiais:

- a) FARMACIA NS DOS CAMPOS LTDA - valor R\$ 3.308,87;
- b) COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - valor R\$ 1.501,20;
- c) GENESIO A. MENDES & CIA LTDA - valor de R\$ 2.140,52;
- d) PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - valor de R\$ 190,45;
- e) MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - valor

R\$ 470,76;
f) FRAMACIA SÃO VICENTE LTDA - ME - valor R\$ 2.559,22;

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de JUNHO de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 03 de JUNHO de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 85/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 85/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato como a SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.197.277/0001-83, com sede à Rua Aracy Paim, n.º 19 - Lages/SC - cep: 88.512-680, para fornecimento de gêneros alimentícios em caráter emergencial para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, até a conclusão do processo Licitatório em tramite, no valor de R\$ 21.723,00 (vinte e um mil e setecentos e vinte e três reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 04 de junho de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 04 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 86/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 86/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação como o DEPARTAMENTO REGIONAL DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI - Departamento Regional de Santa Catarina, com sede na Rod. Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis-SC, para aluguel de um terreno urbano, com benfeitorias para fins educacionais, por parte do LOCADOR ao LOCATÁRIO do imóvel

de propriedade deste, localizado à Rua Independência, bairro Getal, no município de Lages/SC, com as seguintes características: um terreno com área total 8.360,75m², sendo 825,69m² de área construída, cujas medidas e confrontações encontram-se descritas na matrícula nº 13.902, do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Lages/SC, pelo período de 02/01/2013 à 31/12/2013, no valor de R\$ 3.859,22 (três mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 87/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 87/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato com o fornecedor DOMINGOS SOARES NETO, para fornecimento de materiais de higiene e limpeza em caráter emergencial para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, até a conclusão do processo Licitatório em tramite, no valor de R\$ 46.173,00 (quarenta e seis mil e cento e setenta e três reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de junho de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 06 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 88/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 88/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato com o fornecedor BUSSOLOTO & CIA LTDA, para fornecimento de alimentos (batata branca) em caráter emergencial

para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, até a conclusão do processo Licitatório em tramite, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 07 de junho de 2013.
MARIMILIA CASA COSTA COELHO
Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 07 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 89/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 89/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 89/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de um Contrato de locação com a Sra. LUCILA BORGES PAGANI, inventariante em tramitação sob n.º 063.11.001939-6 da 1ª Vara Cível da Comarca de São Joaquim, SC inscrita no CPF sob n.º 030.436.919-54, do Espólio de Licínio Antonio Araujo Borges, CPF n.º 105.988.399-00, para aluguel de um imóvel sito à Rua Frei Justino nº 23 - centro, Lages, SC, inscrito sob n.º 43.207, I 163/164 do livro 3P.II no Cartório do primeiro Ofício em Lages, SC, para uso do etor de Segurança e Medicina do Trabalho da PML, no valor de R\$ 2.910,87 (dois mil e novecentos e dez reais) por mês, pelo período de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para 31 de dezembro de 2013.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 90/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 90/2013 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 90/2013, em conformidade com a Legislação Vigente, para celebração de um Contrato de locação Dispensa de Licitação para a locação de um imóvel de propriedade da PARÓQUIA NOSSA

SENHORA DO ROSÁRIO, inscrita no CNPJ n.º 84.950.633/0024-47, com sede nesta cidade de Lages/SC, para aluguel de uma sala na Paróquia Nossa Senhora do Rosário, sito à Rua Evilásio Ribeiro Koeche, bairro da Penha, onde funciona o Anexo da Creche Bem te Vi, pelo período de 02 de janeiro de 2013 e término previsto para 31 dezembro de 2013, no valor de R\$ 1.368,49 (Mil e oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 91/2013 - PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 91/2013 PARA COMPRA EMERGENCIAL ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 91/2013, em conformidade com a legislação vigente, para compra emergencial de vigas e pranchas de eucalipto, não tratadas, para uso na recuperação da Ponte do Passo dos Fernandes, divisa de Lages com São Jose do Cerrito.

Item	Quant	Produto	Fornecedor	Unit	Total
01	400	Prancha de Madeira 3x12x4,20 – Eucalipto – não tratada	MADEI-REIRA EVALDINO PEREIRA DE FREITAS, O TEIXEIRA.	43,80	17.520,00
02	40	Viga de Madeira 30x40x10 mts – eucalipto – não tratada	MADEIREIRA FONTANA LTDA	520,00	20.800,00

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 18 de junho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretaria Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 18 de junho de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Dispensa de Licitação 92/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 92/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato de locação com a LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ n.º 07.604/681/0001-46, com sede à Av. Presidente Kennedy, nº 3013 - sala 207 - Curitiba/PR, para a locação de um Barracão, sito à Rua Cruz e Souza, 368, nesta cidade de Lages, SC, para instalação do Almoxarifado Central da Farmácia e o depósito da Secretaria Municipal da Saúde, pelo prazo de 02 de janeiro de 2013 e seu término previsto para a data 31 de dezembro de 2013, no valor de R\$ 3.153,27 (três mil e cento e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos) por mês.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
MARIA CRISTINA MAZETTI SUBTIL
Secretária Municipal de Saúde

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Maria Cristina Mazetti Subtil, Secretária Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.
Publique-se.

Lages, 02 de janeiro de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Rerratificação Nº 02 Pe 13-2013 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2013 - SMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDORES PARA SETOR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório as seguintes alterações no descritivo do Item (servidor) do referido edital:

- 3.4 Leia-se 06 (seis) portas USB, sendo no mínimo 2 (duas) frontais;
 - 4.1.4 e 7.2.4 Leia-se 10/100/1000 Mbps;
 - 6.8 Leia-se botão de Acionamento/Desligamento.
- As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de junho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Rerratificação Nº 02 PP 44-2013 PML
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO Nº 02

ASSUNTO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2013 - PML.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SERVIDORES PARA SETOR TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que algumas modificações que se fizeram necessárias no edital em comento. As alterações encontram-se disponibilizadas juntamente com o novo edital, no site da prefeitura: www.lages.sc.gov.br
Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para o dia 19/06/2013 às 09:00 horas, para o dia 03/07/2013 às 09:00 horas.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de junho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Rerratificação PP 31-2013 SMS
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2013 - SMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA O CONTROLE E AÇÕES CONTRA A DENGUE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos de esclarecimentos, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:
No Item 01, leia-se: Partida a Pedal; Sistema de freios Dianteiros e traseiros Tambor; Bateria Mínima 04 Ah e 12 v;
No Item 02, Partida pedal.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de junho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação 65/2013 - PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 65/2013
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

A Secretaria Municipal de Administração autoriza a abertura de Processo de Dispensa de Licitação para a Celebração de um Contrato Emergencial de Fornecimento de Materiais com a RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005, pelo período de cento e oitenta dias, no valor de R\$ 79.617,58 (setenta e nove mil e seiscentos e dezessete reais e cinquenta e oito centavos) para Manutenção e Conservação da Iluminação Pública do Município

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 16 de abril de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 16 de abril de 2013.
ELIZEU MATTOS
Prefeito do Município de Lages

Extrato de Contrato 118/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 118/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: OTICA GKG LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 17.000.653/0001-73, estabelecido à Praça Nippon, 40/46 - São Paulo/SP - cep: 02.124-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Óculos de Grau, incluindo armação e lentes, para atender aos Programas Sociais da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 38.800,00 (trinta e oito mil e oitocentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de C Ontrato 100/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 100/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.652.030/0001-70, com sede à Rod. BR 480, n.º 795 - Barão de Cotegipe/RS -cep: 99.740-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento nº 120/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 33.624,00 (trinta e três mil e seiscentos e vinte e quatro reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contato Saude 148/2013

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 148/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de forros e divisórias para uso nas Unidades da Secretaria de Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 174/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 10/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 29.307,00 (vinte e nove mil e trezentos e sete reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrat0 141/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 141/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: NUTRIFAR NUTRIÇÃO E FARMACEUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.755.580/0001-39, com sede à Rua Frei Gaspar da Madre de Deus, 830 - Curitiba/PR - cep: 81.050-590.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº159/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 324,28 (trezentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 101/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 101/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 94.516.671/0001-53, com sede à Rua Cel. Oscar Rafael Jost n.º 1955 - Santa Cruz do Sul/RS - cep:96.815-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento nº 119/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 6.380,00 (seis mil e trezentos e oitenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 101/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 94.516.671/0001-53, com sede à Rua Cel. Oscar Rafael Jost n.º 1955 - Santa Cruz do Sul/RS - cep:96.815-010.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 119/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 6.380,00 (seis mil e trezentos e oitenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 102/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 102/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.782.733/0001-49, com sede à Rua Guerino Lucca, 315 - Encantado/RS - cep:95.960-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 118/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.474,00 (dois mil e quatrocentos e setenta e quatro reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 103/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 103/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.127.473/0001-90, com sede à Rua Catharina Dall'agnol n.º 425 - Entre Rios do Sul/RS - cep: 99.645-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 117/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)
R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 104/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 104/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.944.371/0001-04, com sede à Rua Almirante Jaceguay n.º 178 - sala A - Joinville/SC - cep: 89.218-065.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 116/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 17.380,00 (dezessete mil e trezentos e oitenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 106/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 106/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 13.568.558/0001-10, com sede à Rua Curitiba, 255 - D - centro em Chapecó/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 114/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

\$ 55.934,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos e trinta e quatro reais).

Lages, 12 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 107/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
CONTRATO 107/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 105/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 111.650,00 (cento e onze mil e seiscentos e cinquenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 108/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 108/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 10.515.077/0001-58, com sede à Rua Nilo Peçanha n.º 49 - Lages/SC - cep: 88.508-500.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 105/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 111.650,00 (cento e onze mil e seiscentos e cinquenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 109/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 109/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: RAMALUZ LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 08.962.222/0001-05, com sede à Av. Santa Catarina, 285 - Lages/SC - cep: 88.512-005.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 106/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 110/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 110/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 08.208.387/0001-88, com sede à Praça Vidal Ramos Sênior n.º 86 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 107/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 120.079,99 (cento e vinte mil e setenta e nove reais e noventa e nove centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 111/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 111/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LUZES COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.131.729/0001-58, estabelecida à Av. Presidente Vargas nº 999 - em Lages/SC - CEP: 88.509-500 - fone: 3221.2500.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Equipamentos e Materiais para a Realização de Manutenção em todas as Unidades da Saúde, Pronto Atendimento, Policlínica e Setores da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº 107/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 112/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 112/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede à Rua Sebastião Furtado n.º 101 - Lages/SC - cep: 88.501-140 - fone: 32232066.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Manutenção de Equipamentos médicos hospitalares e odontológicos nos setores das Unidades da Secretaria Municipal da Saúde em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência,

parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 4.320,00 (quatro mil e trezentos e vinte reais) por mês.

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 113/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 113/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 67.729.178/0001-49, com sede à Av. 62 A, n.º 419 - Rio Claro/SP -cep: 13.506-056.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição emergencial de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com autorização de fornecimento n.º 141/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 14/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 71.233,63 (setenta e um mil e duzentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 114/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 114/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 74.127.473/0001-90, com sede à Rua Catharina Dall'agnol n.º 425 - Entre Rios do Sul/RS - cep: 99.645-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição emergencial de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com autorização de fornecimento n.º 143/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 14/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 36.164,15 (trinta e três mil, cento e sessenta e quatro reais e quinze centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 115/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 115/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.873.068/0001-40, com sede à Rua São Luiz n.º 127

- Galpão K - Tubarão/SC - cep:88.705-190.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição emergencial de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages em conformidade com autorização de fornecimento n.º 136/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 14/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 123.637,36 (cento e vinte e três mil e seiscentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 116/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 116/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 44.734.671/0001-51, com sede à Av. Paoletti n.º 363 - Caixa Postal 124 - Itapira/SP - cep: 13.974-070.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição emergencial de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages em conformidade com autorização de fornecimento n.º 142/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 14/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 28.002,00 (vinte e oito mil e dois reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 117/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 117/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALIANNA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.966.656/0001-28, estabelecido à Rod SC 404, Admar Gonzaga n.º 3465 - Florianópolis/SC - cep: 88.034-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Óculos de Grau, incluindo armação e lentes, para atender aos Programas Sociais da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 103.300,00 (cento e três mil e trezentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 119/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 119/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: RESTAURANTE E PASTELARIA MULTISABORES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 08.781.421/0001-09, com sede à Av. Luiz de Camões n.º 116 - Lages/SC - cep:88.523-230 - fone: 32260369.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Alimentos para CAPS I, CAPS II, CAPS AD e CASM, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 185.248,80 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 120/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 120/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: COMERCIAL E SUPRIMENTOS RIBEIRO LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 03.638.381/0001-27, estabelecido à Av. Petrolina, 1002 - Belo Horizonte/MG - cep: 31.030-370.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência e autorização de fornecimento nº139/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 27.867,78 (vinte e sete mil, oitocentos e sessenta e sete reais e setenta e oito centavos)

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 121/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 121/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: JR EHLKE & CIA LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.730.076/0001-34, estabelecido à Av. João Gilberto, 1661 - Curitiba/PR - cep: 80.030-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de materiais para laboratório para o ano de 2013, para Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com o Anexo I - Termo de Referência e autorização de fornecimento nº140/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.020,00 (hum mil e vinte reais)

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 122/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 122/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: REUNIDAS TURISMO S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.176.082/0001-80, com sede à Rua Dr. Herculano de Souza n.º 555 - Caçador/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para transportar pacientes do SUS até a cidade de Santa Amaro da Imperatriz, para consultas e cirurgias de cataratas, com enfermeiros e/ou acompanhantes, local do embarque em frente a Secretaria da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 16/05/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de:

Viagens com micro ônibus com 28 lugares, em conformidade com a necessidade previamente solicitada, R\$ 1.026,00;

Viagens com ônibus com 42 lugares, em conformidade com a necessidade previamente solicitada, R\$ 2.216,00.

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 123/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 123/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FARMACIA SÃO VICENTE, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.163.416/0001-70, com sede à Rui Barbosa s/n.º, Lages, SC - cep:88.501-170.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais para atendimento de Processos de Ordem Judiciais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 20/05/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$14.223,00 (quatorze mil, duzentos e vinte e três reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 124/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 124/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.877/0001-05, estabelecida à Rua Sergipe, nº 23 - Sala 01 - Pato Branco/PR - CEP: 85.505-250 - fone (46) 3225-1002.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais para atendimento de Processos de Ordem Judiciais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 20/05/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 20.649,60 (vinte mil e seiscentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 125/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 125/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FARMACIA DAYANE LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 82.873.993/0001-70, estabelecida à Rua Lauro Muller, 26 - sala 01 - centro - Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Leites Especiais para atendimento de Processos de Ordem Judiciais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 20/05/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 25.323,70 (vinte e cinco mil e trezentos e vinte e três reais e setenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 126/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 126/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LAFISA INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ n.º 07.604/681/0001-46, com sede à Av. Presidente Kennedy, n° 3013 - sala 207 - Curitiba/PR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento, a locação de um Baracão, sito à Rua Cruz e Souza, 368, nesta cidade de Lages, SC, para instalação do Almoarifado Central da Farmácia e o depósito da Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.153,27 (três mil e cento e cinquenta e três reais e vinte e sete centavos) por mês.

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 127/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 127/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALICE HELENA GOMES SUSIN, inscrita no CPF/MF sob n.º 604.419.929-00, residente e domiciliada em Lages, SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui o objeto do presente instrumento a locação de um imóvel sito a Rua Frei Gabriel, 187, centro, medindo 276m², onde está instalado o Centro de Referência o Trabalhador de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 02/01/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.144,22 (dois mil e cento e quarenta e quatro reais e vinte e dois centavos) por mês.

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 128/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 128/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.802.002/0001-02, com sede à Estrada Boa Esperança n.º 2320 - Rio do Sul/SC - cep:89.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n°157/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 5.698,37 (cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais e trinta e sete centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 129/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 129/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n° 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.033.589/0001-12, com sede à Rua Fernando de Souza e Silva n.º 1199 - Blumenau/SC - cep:89.052-470 - fone:47/33232480.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n°154/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 133.988,15 (cento e trinta e três mil e novecentos e oitenta e oito reais e quinze e centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 130/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 130/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 83.157.032/0001-22, com sede à Av. Barão do Rio Branco n.º 220 - Rio do Sul/SC - cep: 89.160-000 - fone: 47/35319800.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º154/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 2.588,20 (dois mil, quinhentos e oitenta e oito reais e vinte centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 131/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 131/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 03.505.263/0001-40, com sede à Rua Gustavo Salinger n.º 702 - loja 05 - Blumenau/SC - cep: 89.030-310.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º152/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 404.785,00 (quatrocentos e quatro mil e setecentos e oitenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 132/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 132/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMACI S/C MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.531.725/0001-20, com sede à Rua Santa Te-reza n.º 333 - Florianópolis/SC - cep: 88.075-330

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no

Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º149/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 62.444,40 (sessenta e dois mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 133/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 133/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.021.932/0001-34, com sede à Rua Sebastião Furtado n.º 101 - Lages/SC - cep: 88.501-140 - fone: 32232066.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º150/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.740,00 (hum mil e setecentos e quarenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 134/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 134/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.164.711/0001-40, estabelecida à Rua Joaquim Nabuco n.º 1.595 - Florianópolis/SC - cep: 88.090-060 - fone: 48-33482626.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º148/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 107.949,60 (cento e sete mil, novecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 135/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 135/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.501.603/0001-65, com sede à Av. Oscar Barcelos n.º 205 - sala 02 - Rio do Sul/SC - cep:89.160-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º151/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 24.401,61 (vinte e quatro mil e quatrocentos e um reais e sessenta e um centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 136/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 136/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.223.342/0001-04, com sede à Rua Alcino Guanabara, 37 - Curitiba/PR - cep: 81.610-110.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º155/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 386.002,36 (trezentos e oitenta e seis mil e dois reais e trinta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 137/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 137/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAL P/USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.200.303/0001-22, com sede à Av. Mauricio Cardoso, 706 - Erechim/RS - cep: 99.700-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e

autorização de fornecimento n.º147/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 80.560,00 (oitenta mil e quinhentos e sessenta reais). reais e trinta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 138/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 137/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PLASMEDIC COMERCIO DE MATERIAL P/USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.200.303/0001-22, com sede à Av. Mauricio Cardoso, 706 - Erechim/RS - cep: 99.700-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º147/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 80.560,00 (oitenta mil e quinhentos e sessenta reais). reais e trinta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 139/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 139/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CREMER S/A, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.641.325/0001-18, com sede à Rua Iguaçu, 191/363 - Blumenau/SC - cep: 89.030-030.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º153/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 140/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 140/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.101.480/0001-01, com sede à Rua das Carmelitas, 634 - Curitiba/PR - cep: 81.610-070.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais de Enfermagem para uso nas Unidades de Saúde e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato e autorização de fornecimento nº146/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/13/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 18.179,20 (dezoito mil e cento e setenta e nove reais e vinte centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 142/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 142/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FARMACIA SÃO VICENTE - LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.163.416/0001-70, com sede à Rui Barbosa s/n.º, Lages,SC - cep:88.501-170.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº160/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.559,22 (dois mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 143/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 143/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.877/0001-05, estabelecida à Rua Sergipe, nº 23 - Sala 01 - Pato Branco/PR - CEP: 85.505-250 - fone (46) 3225-1002.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº161/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 470,76 (quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 144/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 143/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.470.877/0001-05, estabelecida à Rua Sergipe, nº 23 - Sala 01 - Pato Branco/PR - CEP: 85.505-250 - fone (46) 3225-1002.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº161/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 470,76 (quatrocentos e setenta reais e setenta e seis centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 145/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 145/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 67.729.178/0001-49, com sede à Av. 62 A, nº 419 - Rio Claro/SP -cep: 13.506-056.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº163/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 1.501,20 (hum mil e quinhentos e um reais e vinte centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 146/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 146/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.873.068/0001-40, com sede à Rua São Luiz n.º 127 - Galpão K - Tubarão/SC - cep:88.705-190.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento nº164/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 2.140,52 (dois mil e cento e quarenta reais e cinquenta e dois centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 147/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 147/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: FARMACIA NOSSA SENHORA DOS CAMPOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.874.380/0001-95, com sede à Rua São Joaquim n.º 820 - sala 02 - Lages/SC - cep: 88.504-011 - fone: 32224907.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para cumprimentos de ordens judiciais e Leites Especiais, em conformidade com as especificações da autorização de fornecimento n.º 165/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 03/06/2013 à 31/07/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 3.308,87 (três mil e trezentos e oito reais e oitenta e sete centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 149/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 149/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: ALIANNA COMERCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.966.656/0001-28, estabelecido à Rod SC 404, Admar Gonzaga n.º 3465 - Florianópolis/SC - cep: 88.034-001.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Óculos de Grau, incluindo armação e lentes, para dar atendimento aos Programas Sociais da Secretaria Municipal da Saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante deste Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 07/06/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 142.300,00 (cento e quarenta e dois mil e trezentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 91/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 91/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: EXTERMITEC LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 04.985.951/0001-18, com sede à Rua Dom Joaquim do Arco Verde, 471 - Lages/SC - cep: 88.512-051.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Realização dos Serviços de Desinsetização, desratização e Limpeza de Águas das Unidades de Saúde e outros setores da SMS Lages no Ano de 2013, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 112/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 11.396,94 (onze mil trezentos e noventa e seis reais e noventa e quatro centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 92/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 92/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: OAL SERRALHERIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.009.090/0001-32, com sede à em - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Realização dos Serviços de Desinsetização, desratização e Limpeza de Águas das Unidades de Saúde e outros setores da SMS Lages no Ano de 2013, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 113/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 13.917,10 (treze mil novecentos e dezessete reais e dez centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 93/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 93/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: SANDRA PEREIRA PIRAMIDE - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 01.494.267/0001-45, com sede à Av. Santa Catarina, 825 em - Lages/SC - cep: 88.512-005.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Realização dos Serviços de Desinsetização, desratização e Limpeza de Águas das Unidades de Saúde e outros setores da SMS Lages no Ano de 2013, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte do Edital Correlato e autorização de fornecimento n.º 111/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 26/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 76.288,42 (setenta e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 94/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 94/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 44.734.671/0001-51, com sede à Av. Paoletti n.º 363 - Caixa Postal 124 - Itapira/SP - cep: 13.974-070.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 126/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 71.435,28 (setenta e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e oito centavos).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 95/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 95/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: PRATI DONADUZZI & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 73.856.593/0001-66, com sede à Rua Mitsugoro n.º 145 - Toledo/PR - cep:85.910-100.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 125/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 34.665,00 (trinta e quatro mil e seiscentos e sessenta e cinco reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 96/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 96/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITA-LARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 02.520.829/0001-40, com sede à Rua Vasco da Gamam 33 - Barão de Cotegipe/RS - cep: 99.740-000 - fone: 54/35232600.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 124/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 22.380,00 (vinte e dois mil e trezentos e oitenta reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 97/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 97/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: GENESIO A. MENDES & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.873.068/0001-40, com sede à Rua São Luiz n.º 127 - Galpão K - Tubarão/SC - cep:88.705-190.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 123/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 80.700,00 (oitenta mil e setecentos reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 98/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 98/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: LICIMED DISTRIBUIDORA MEDICAMENTOS COR-RELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSP. LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.071.245/0001-60, com sede à Rua São Paulo n.º 881 - Porto Alegre/RS - cep:90.230-161.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento n.º 122/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 623,00 (seiscentos e vinte e três reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Extrato de Contrato 99/2013 - Saude

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 99/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.505-900.

CONTRATADA: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 67.729.178/0001-49, com sede à Av. 62 A, n.º 419 - Rio Claro/SP -cep: 13.506-056.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica da Secretaria

Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital e autorização de fornecimento nº 121/2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

De 30/04/2013 à 31/12/2013

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

R\$ 89.622,00 (oitenta e nove mil e seiscentos e vinte e dois reais).

Lages, 12 de junho de 2013

ELIZEU MATTOS

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto N° 041/2013

DECRETO N° 041/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação o imóvel, matrícula nº 2.302, localizado na Rod. SC 390 no Bairro Arizona, município de Lauro Müller, de propriedade da ENGEPA - Engenharia de Pavimentação S/A, conforme abaixo descrito:

Uma área de terras urbanas com área de 29.393,00 mts2 (vinte e nove mil e trezentos e noventa e três metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

NORTE: Linha reta medindo 80,00m (oitenta metros), confrontando com a Rod. SC 390.

SUL: Linha reta medindo 98,00 m (noventa e oito metros), confrontando com as terras do Senhor Edson Tezza da Silva e a Terras da Madeireira Lauro Müller LTDA.

LESTE: Linha reta medindo 306m (trezentos e seis metros), confrontando com terras da Madeireira Lauro Müller LTDA.

OESTE: Linha sinuosa medindo 333m (trezentos e trinta e três metros), confrontando com vários lotes.

Art. 2º - A declaração de utilidade a que se refere este Decreto, tem amparo, fins e objetivos constantes nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 e artigos 9º e 63 incisos XXI e V da Lei Orgânica Municipal e destina - se a futuras edificações e/ou obras municipais que visam atender as necessidades de todas os municípios.

Art. 3º - O pagamento do imóvel expropriado será efetuado através de composição amigável, determinação judicial ou por doação do proprietário ao Município.

Art. 4º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, composta pelos senhores: Gustavo Camacho, Sheila Araujo Vieira e Eduardo Gonzaga Bett, para procederem a avaliação do imóvel expropriado, que utilizarão de critérios que julgarem necessários, inclusive consultar o mercado imobiliário.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 11 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Decreto N° 042/2013

DECRETO N° 042/2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941, combinado com os artigos 9º e 63, incisos XXI e V, respectivamente da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, para efeito de desapropriação o imóvel, matrícula nº 2.546, localizado no Bairro Sumaré, município de Lauro Müller, de propriedade da ENGEPA - Engenharia de Pavimentação S/A, conforme abaixo descrito:

Uma área de terras urbanas com área de 5.394,00 mts2 (cinco mil e trezentos e noventa e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações e medidas:

NORTE: Linha reta medindo 58,00m (cinquenta e oito metros), confrontando com a Rua Prefeito Flávio Righetto.

SUL: Linha reta medindo 58,00 m (cinquenta e oito metros), confrontando com a Rua Henrique Lage.

LESTE: Linha reta medindo 93m (noventa e três metros), confrontando com a Rua Iva Fortunato.

OESTE: Linha sinuosa medindo 93m (noventa e três metros), confrontando com a Rua Vilmar Fernandes Madeira.

Art. 2º - A declaração de utilidade a que se refere este Decreto, tem amparo, fins e objetivos constantes nos artigos 5º letra "i" e 6º do Decreto Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941 e artigos 9º e 63 incisos XXI e V da Lei Orgânica Municipal e destina - se a futuras edificações e/ou obras municipais que visam atender as necessidades de todas os municípios.

Art. 3º - O pagamento do imóvel expropriado será efetuado através de composição amigável, determinação judicial ou por doação do proprietário ao Município.

Art. 4º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, composta pelos senhores: Gustavo Camacho, Sheila Araujo Vieira e Eduardo Gonzaga Bett, para procederem a avaliação do imóvel expropriado, que utilizarão de critérios que julgarem necessários, inclusive consultar o mercado imobiliário.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO MÜLLER, 17 DE JUNHO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SEC. ADMINISTRAÇÃO, FIN. PLANEJ.

Portaria N° 261/2013
P O R T A R I A N° 261/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e combinado com o artigo 3º da Lei Municipal nº 1.349/2005,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ROSIMERE CANDIDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 262/2013
PORTARIA N° 262/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SAMARA MADEIRA TAVARES, para a função de Professora I, referência - MAG ST 1A, em caráter temporário, pelo período de 02 de abril de 2013 a 20 de dezembro de 2013, com carga horária de 10 (dez) horas semanais na Escola Municipal KM 1.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor, a partir do dia 02 de Abril de 2013.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 263/2013
P O R T A R I A N° 263/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89 inciso II letras "a" e "b" da Lei Orgânica Municipal, combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR A PEDIDO, a professora SILVÂNIA APARECIDA TASCA BETT, Professora II referência MAG LP E4 da Escola Municipal Emilia Mamede Soares, lotada com 20 (vinte) horas semanais e lotá-la na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, ficando assim com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 264/2013
P O R T A R I A N° 264/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 89 inciso II letras "a" e "b" da Lei Orgânica Municipal, combinado com os dispositivos legais da Lei Municipal nº 1.300/2004, de 30/06/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR A PEDIDO, a professora ARISTELA DE OLIVEIRA VIEIRA, Professora II referência MAG LP D4 da Escola Municipal Emilia Mamede Soares, lotada com 20 (vinte) horas semanais e lotá-la na Escola Municipal Hilário Pescador, ficando assim com carga horária total de 40 (quarenta) horas semanais na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 265/2013
P O R T A R I A N° 265/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, MARGARET MAURICIO BITTENCOURT, do Cargo de Provimento de Comissão de Coordenadora de Setor junto

a Secretaria de Administração e Planejamento Código/Nível A2.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 05 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 266/2013

P O R T A R I A N° 266/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais n° 1.145/2001, n° 1.349/2005, n° 1.598/2009, n° 1.628/2010 e n° 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONTRATAR, ITAMAR RAMOS, aprovado no Concurso Público 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 05 de Abril de 2013

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

T E R M O D E P O S S E

No dia 05 do mês de Abril do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhor ITAMAR RAMOS, aprovado no Concurso Público n° 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria n° 266/2013. Na oportunidade o mesmo foi empossado pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 05 de Abril de 2013.

ITAMAR RAMOS

Servidor

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 267/2013

P O R T A R I A N° 267/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal n° 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, NIVALDA FONTANELLA SILVESTRE, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenadora de Departamento, junto a Secretaria de Urbanismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível A3, fazendo cessar os efeitos da Portaria n° 242/2013, que concedeu o provimento em comissão de Coordenadora de Setor.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 268/2013

P O R T A R I A N° 268/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal n° 1.553/2009, de 02/02/2009,

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, ALEXANDRE RIGUETTO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Departamento, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, Código/Nível A3, fazendo cessar os efeitos da Portaria n° 050/2013, que concedeu o provimento em comissão de Coordenador de Setor.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 269/2013

P O R T A R I A N° 269/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, MARIA ELOIZA VICENTE, ocupante

do cargo de Professora ACT, contrato por prazo determinado, do Quadro Funcional junto a Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 03 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria N° 270/2013

P O R T A R I A N° 270/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, R E S O L V E:

Art. 1º - DIMITIR A PEDIDO, FABIANA DA SILVA, ocupante do cargo de Professora ACT, contrato por prazo determinado, do Quadro Funcional junto a Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 03 de Abril de 2013.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

LAURO MÜLLER, 01 DE ABRIL DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Lebon Régis

PREFEITURA

Decreto N° 049/2013

DECRETO N°. 049/2013, de 18 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso II do art. 10, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Pro-gram	Proj/Atividade	Ele-men-to	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	50	04	122	0002	2010	3390	00.01.0000	40.000,00
02	65	27	812	0008	2013	3390	00.01.0000	30.000,00
02	20	04	122	0002	2002	3390	00.01.0000	10.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Pro-gram	Proj/Atividade	Ele-men-to	Fonte Re-curso	Valor R\$.
02	65	27	812	0008	2013	3190	00.01.0000	30.000,00
02	50	04	122	0002	2010	3190	00.01.0000	40.000,00
02	20	04	122	0002	2002	3190	00.01.0000	10.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de Junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Decreto N° 050/2013

DECRETO N° 050/2013, de 18 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO APURADO ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2012, NO ORÇAMENTO VINGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso III do art. 11, da Lei Municipal nº 1411/2012 de 17 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Pro-gram	Proj/Atividade	Ele-men-to	Fonte Re-curso	Valor R\$.
91	10	10	301	0028	2042	4490	00.03.0064	50.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor recursos do superávit financeiro do exercício de 2012 conforme iduso e fonte recurso conforme tabela abaixo.

Iduso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
00	01	0064	50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de junho de 2013.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Ata de Registro de Preços N° 03/2013

Ata de Registro de Preços N°03/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: BORILLI PNEUS LTDA

Valor máximo: 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta reais)

Vigência: Início: 18/06/2013 Término: 18/06/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para possível contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Ata de Registro de Preços N°03/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: GRANDO PNEUS LTDA

Valor máximo: 15.490,00 (quinze mil quatrocentos e noventa reais)

Vigência: Início: 18/06/2013 Término: 18/06/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para possível contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Ata de Registro de Preços N°03/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP

Valor máximo: 14.617,00 (quatorze mil seiscentos e dezessete reais)

Vigência: Início: 18/06/2013 Término: 18/06/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para possível contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Ata de Registro de Preços N°03/2013

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS

Contratado: F. VACHILESKI & CIA LTDA

Valor máximo: 13.775,00 (treze mil setecentos e setenta e cinco reais)

Vigência: Início: 18/06/2013 Término: 18/06/2014

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2013

OBJETO: Ata de Registro de Preços para possível contratação de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde.

Extrato Pregão Presencial N° 20/2013 - Processo Licitatório N° 36/2013

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

Pregão Presencial n° 20/2013 - Processo Licitatório n° 36/2013

O Município de Lebon Régis, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Lote. Objeto: contratação de empresa para Prestação de Serviços de Transporte Escolar, conforme linha descrita no objeto (Linha11), destinado a discentes da rede Municipal e Estadual de Ensino do Município de Lebon Régis. Recebimento da documentação e das propostas até as 09h do dia 03/07/2013. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 9h10min do mesmo dia. Obtenção do edital: lebonregis.sc.gov.br ou pelo fone/fax: (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 20 de Junho de 2013.

THACYANA CANALLE

Pregoeira

Extrato Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 72/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA SA

Valor : 23.725,00 (vinte e três mil setecentos e vinte e cinco reais)

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.016.4.4.90.00.00.00.00 (221)

Objeto : REFERENTE EMPENHAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA INTERATIVA DE COMPUTADOR E PROJEÇÃO, DENOMINADA COMPUTADOR INTERATIVO E SOLUÇÃO

DE LOUSA DIGITAL, PARA ATENDER AO PROGRAMA PROINFO DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO, REFERENTE ITEM 01 - COMPUTADOR

INTERATIVO, DO PREGÃO ELETRONICO N° 72/2011B.

Contratada : DARUMA TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA SA

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.016.4.4.90.00.00.00.00 (221)

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Contrato N°.: 73/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 15/2013

Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Contrato N°.: 74/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS

LTDA M

Valor : 22.635,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e cinco reais)
Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 15/2013
Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Contrato N°. 75/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
Contratada : MANJATO TRATORES LTDA

Valor : 20.175,00 (vinte mil cento e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 15/2013
Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Contrato N°. 76/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
Contratada : COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA

Valor : 42.450,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2013
Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MDA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 77/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
Contratada : DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 76.550,00 (setenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2013
Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MDA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Contrato N°. 78/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

Contratada : RICARDO M. EBERT ME

Valor : 14.640,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2013
Recursos : Dotação: 2.037.4.4.90.00.00.00.00.00 (212)

Objeto : O presente contrato visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MDA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Lebon Régis, 19 de Junho de 2013

Homologação Processo Licitatório N° 30/2013

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/13

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/13

HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13

CONTRATADO: DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 63.800,00 (sessenta e três mil e oitocentos reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/13
PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: FORMAGINI MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA M
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 22.635,00 (vinte e dois mil seiscentos e trinta e cinco reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL N° 15/13
PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: MANJATO TRATORES LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1003387-85/2012/MDA/CAIXA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. VALOR DA DESPESA: R\$ 20.175,00 (vinte mil cento e setenta e cinco reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MAPA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 76.550,00 (setenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MAPA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.450,00 (quarenta e dois mil quatrocentos e cinquenta reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 31/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: RICARDO M. EBERT ME
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à aquisição de implementos agrícolas com recursos financeiros oriundos do Contrato de Repasse nº1001997-02/2012/MAPA/CAIXA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.640,00 (quatorze mil seiscentos e quarenta reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e

Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações técnica contidas no Anexo I deste edital, com validade de 1 (um) ano.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.616,00 (quatorze mil seiscentos e dezesseis reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: F. VACHILESKI & CIA LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações técnica contidas no Anexo I deste edital, com validade de 1 (um) ano.
VALOR DA DESPESA: R\$ 13.775,00 (treze mil setecentos e setenta e cinco reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: BORILLI PNEUS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações técnica contidas no Anexo I deste edital, com validade de 1 (um) ano.
VALOR DA DESPESA: R\$ 14.440,00 (quatorze mil quatrocentos e quarenta reais)

DATA: 19/06/13 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/13
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/13
HOMOLOGAÇÃO: 18/06/13
CONTRATADO: GRANDO PNEUS LTDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Elaboração de Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, objetivando o atendimento da frota de veículos e máquinas pertencentes às Secretarias Municipais de Educação e Obras e Serviços Urbanos e ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações técnica contidas no Anexo I deste edital, com validade de 1 (um) ano.
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.490,00 (quinze mil quatrocentos e noventa reais)

DATA: 19/06/13
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal.

Luzerna

PREFEITURA

Decreto 1637

DECRETO N° 1637 de 17 de junho de 2013.

"ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- ALTERAR a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/CMAS DE LUZERNA(SC), ficando assim constituído:

I - REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL

a)Representantes da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social

ANA MARIA COZZA - Titular

JOANA REGENSBURGER - Suplente

SILVIA MIAZZI PEREIRA - Titular

LEIZA REGINA RAZERA - Suplente

b)Representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

REGINA CARIN JACOBY CUREAU - Titular

VALI CAROLINA SPIER - Suplente

c)Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

FERNANDO NAVA - Titular

JANE ELISA OTTO BRANDALISE - Suplente

d) Representantes da Assessoria de Planejamento

MURIEL KIRSCH - Titular

CRISTINA KULL ADÃO - Suplente

e)Representantes da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

MARIA INES DALLOLMO - Titular

CAROLINA KIRSCH - Suplente

II - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1. representantes dos usuários ou/e organizações e usuários da assistência social

a)Representantes da Cruz Vermelha

LEONILDE COSTA FEDRIGO - Titular

EDIR BEAL - Suplente

b)Representantes da Associação de Moradores do Bairro São Francisco

BERNADETE TRIQUES CHIESA - Titular

ARLETE TRIQUES HOFFELDER - Suplente

2. representantes de entidades e organizações de assistência social, devidamente inscritas no CMAS

c)Representantes do Serviço de Promoção Humana

IVETE TOSCAN - Titular

ELITA MARIA SCHAEGLER - Suplente

d) Representantes da Pastoral da Criança

SANDRA REGINA STOCO TOALDO - Titular

NEUSA ARENHART - Suplente

3. representantes de entidades de trabalhadores do setor

e)Representantes da APROSSMOSC - Associação dos Profissionais de Serviço Social do Meio Oeste de Santa Catarina

JOVIANE COLOMBELLI - Titular

MICHELE LUCIANE DA SILVA TOMAZ TEDESCO - Suplente

f) Representantes da APAE

CIBELE KLAUMANN - Titular

MARLY DESCKA - Suplente

Art.2º- Os membros ora nomeados cumprirão o mandato remanescente do Conselho, ou seja, até 25 de outubro de 2013.

Art.3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 17 de junho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida - Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0029/2013.

Pregão Presencial nº 0021/2013.

Contrato Administrativo nº 0043/2013.

Contratada: RODOTERCI TRANSPORTES LTDA.

Objeto: Contratação de prestação de serviços de transporte escolar com veículo capacitado, na Linha Alto Santo Antônio II, destinado ao atendimento dos alunos das redes Municipal e Estadual de ensino, para o ano letivo de 2013, conforme especificações do objeto contidas no anexo I do Edital.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente, após a prestação dos serviços e a emissão da nota fiscal.

Vigência do contrato: 31/12/2013.

Valor estimado do contrato: Aproximadamente R\$ 9.947,00 (nove mil e novecentos e quarenta e sete reais).

Macieira - SC, 19 de junho de 2013.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Pregoeira

Maracajá

PREFEITURA

Aviso da Licitação 11/2013 FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 11/2013 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição de equipamentos/materiais médico hospitalar para o CEMASAS - Centro Municipal de Atendimento a Saúde e Assistência Social, CNES nº 2299860, do Município de Maracajá/SC. Abertura da Sessão: a partir das 14:00 horas do dia 03/07/2013. Local e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Maracajá, sito a Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município, CEP 88915-000, Maracajá/SC, no horário das 08:30 as 12:00 horas e das 13:30 as 17:30 horas, em dias úteis. Fone/fax (48) 3523-1111; e-mail: licitacao@maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 20 de junho de 2013.

VILMAR LEANDRO

Gestor do FMS

Maravilha

PREFEITURA

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.649, de 28 de fevereiro de 2013.

Dispõe sobre a contribuição financeira à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Municipal a repassar em forma de contribuição financeira, o valor de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Maravilha, localizada na Rua Presidente Jucelino, 215, neste Município.

Parágrafo único. O repasse de que trata o presente artigo será repassado em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), nos meses de março a dezembro de 2013.

Art. 2º O valor do repasse, a título de contribuição financeira, tem como objetivo auxiliar na manutenção das atividades desenvolvidas pela Escola Especial Marisol de Maravilha.

Art. 3º A Associação beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, no prazo de trinta dias contados a partir do recebimento de cada parcela, anexando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica; balancete financeiro; cópia de comprovante de despesas e declaração do Presidente e Tesoureiro da Associação, declarando que os recursos foram aplicados na finalidade que foi destinada.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 28 de fevereiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secretário de Planej. Adm. Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.650, de 28 de fevereiro de 2013.

Dispõe sobre a contribuição financeira à Associação dos Acadêmicos de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente lei o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar 08 (oito) parcelas, no valor de R\$ 11.000,00 (onze mil reais) cada, à Associação dos Acadêmicos de Maravilha.

Parágrafo único. As parcelas de que trata este artigo são devidas aos seguintes meses: março, abril, maio, junho, agosto, setembro

outubro e novembro de 2013.

Art. 2º Os recursos deverão ser destinados ao transporte diário dos acadêmicos às respectivas universidades e serão distribuídos proporcionalmente à distância e o número de acadêmicos.

Art. 3º A Associação dos Acadêmicos de Maravilha deverá prestar contas, mensalmente, dos recursos recebidos sob pena de suspensão imediata dos repasses, juntando os seguintes documentos: cópia dos comprovantes de despesa, balancete financeiro, extrato bancário de conta específica, balancete financeiro, declaração do Presidente e Tesoureiro da entidade de que os recursos foram recebidos foram aplicados nos fins a que se destinaram e declaração da(s) Instituição(ões) Educacional(is) de que houve aulas no mês.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento em vigor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 28 de fevereiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.651, de 28 de fevereiro de 2013.

Autoriza a Câmara de Vereadores de Maravilha contribuir financeiramente com a UVESC e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a contribuir financeiramente com a UVESC - União dos Vereadores de Santa Catarina, com sede em Florianópolis.

Art. 2º A contribuição mencionada no art. 1º é de R\$ 3.990,00 (três mil novecentos e noventa reais) e compreende as mensalidades de janeiro a dezembro de 2013.

Art. 3º A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando balancete onde comprove a real aplicação, bem como, declaração do Presidente e Tesoureiro de que os recursos foram aplicados nos fins aos quais se destinaram.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2013.

Maravilha, 28 de fevereiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.652, de 11 de março de 2013.

Dispõe sobre extinção de cláusula especial e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei extinta a cláusula especial que especifica o destino do imóvel constante na matrícula de nº. 13.249, do Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade da Prefeitura Municipal de Maravilha.

Parágrafo único. A cláusula de que trata o caput do artigo é: imóvel declarado de Utilidade Pública, pelo Decreto Municipal nº. 295/99 e, desapropriado pelo Decreto Municipal nº. 296/99, ambos datados de 15.12.99; destinado ao Serviço Público Municipal.

Art. 2º O objetivo da extinção da cláusula de que trata o artigo 1º é dar outra finalidade e destino do mencionado imóvel.

Art. 3º As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 11 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretario do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.653, de 11 de março de 2013.

Dispõe sobre extinção de cláusula especial e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei extinta a cláusula especial que especifica o destino do imóvel constante na matrícula de nº. 14.185, do Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade da Prefeitura Municipal de Maravilha.

Parágrafo único. A cláusula de que trata o caput do artigo é: imóvel declarado de Utilidade Pública, pelo Decreto Municipal nº. 098/2002 e, desapropriado pelo Decreto Municipal nº. 099/2002, ambos datados de 02/05/2002; destinado ao Serviço Público Municipal.

Art. 2º O objetivo da extinção da cláusula de que trata o artigo 1º é dar outra finalidade e destino do mencionado imóvel.

Art. 3º As despesas provenientes da realização da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 11 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretario do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.654, de 12 de março de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para o CTG Juca Ruivo de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para o Centro de Tradições Gaúchas Juca Ruivo de Maravilha, inscrito no CNPJ sob o nº 75.313.445 /0001-20.

Parágrafo único. O valor acima mencionado será pago em 02 (duas) parcelas iguais e sucessivas nos meses de abril e maio/2013.

Art. 2º A importância tem como objetivo auxiliar a referida entidade tradicionalista na realização do XIV Rodeio Crioulo e Artístico Nacional de Maravilha, Estado de Santa Catarina, que acontecerá nos dias 05, 06 e 07 de abril de 2013, em sua sede campeira.

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 12 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretario do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.655, de 25 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À REDE FEMININA DE COMBATE AO CANCER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a Rede Feminina de Combate ao Câncer, localizada na Av. Araucária, 768, Centro, inscrita no CNPJ sob o n. 01.959.465/0001-37.

Parágrafo único. O valor mencionado será pago em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, nos meses de março a dezembro 2013.

Art. 2º A importância tem como objetivo auxiliar a referida entidade nas despesas com contratação de Técnica de Enfermagem, mantendo assim o bom atendimento as mulheres que procuram a rede.

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá

prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 25 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. ADM e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.656, de 03 de abril de 2013.

AUTORIZA A CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM ACAVERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a contribuir financeiramente com a ACAVE-RIOS (Associação das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Entre - Rios), com sede em Maravilha.

Art. 2º A contribuição mencionada no artigo 1º é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e compreende as mensalidades de janeiro a dezembro de 2013, correspondente a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por mês.

Art. 3º A entidade beneficiada deverá prestar contas dos recursos recebidos, apresentando relatório anual, onde comprove a real aplicação dos recursos recebidos, bem como, declaração do Presidente e Tesoureiro informando que os mesmos foram aplicados nos fins aos quais se destinaram.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos reais e legais a partir de 1º de janeiro de 2013.

Maravilha, 03 de abril de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. ADM. e Fazenda

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.657, de 18 de abril de 2013.

Inserir alterações na Lei Municipal nº. 3.369/2009 e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º - Fica por esta Lei alterada a redação dos anexos I, II e III da Lei Municipal nº. 3.369/2009.

Art. 2º - Altera o disposto no artigo 2º da Lei Municipal nº. 3.369/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - São assegurados aos funcionários e servidores da Câmara Municipal de Maravilha - SC, todos os direitos, vantagens e concessões de que trata o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, desde que respeitadas às regras e as normas estabelecidas pela Constituição Federal e pelas Leis Complementares.”

Art. 3º - Ficam mantidas as demais disposições constantes da Lei Municipal nº. 3.369/2009.

Art. 4º - Revoga-se a Lei Municipal nº. 3.579/2011.

Art. 5º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei Municipal correrão por Conta do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 18 de abril de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. ADM. e Fazenda

ANEXO I

CARGOS PERMANENTES

CARGO/FUNÇÃO	NÍVEL	RJ	Nº DE VAGAS	DEDICAÇÃO	LOTAÇÃO
Diretor Geral de Exp.	05	Estatutário	01	Integral	CV
Técnico em Contabilidade	06	Estatutário	01	Integral	CV
Secretária	07	Estatutário	01	Integral	CV
Assessor Especial I	08	Estatutário	01	Integral	CV
Técnico Legislativo	09	Estatutário	01	Integral	CV
Assessor de Imprensa I	10	Estatutário	01	Integral	CV
Zelador	11	Estatutário	01	Integral	CV

CARGOS PERMANENTES - VENCIMENTOS - 40 HORAS SEMANAIS

CARGO/FUNÇÃO	VENCIMENTOS
Diretor Geral de Exp.	R\$ 3.713,16
Técnico em Contabilidade	R\$ 3.660,21
Secretária	R\$ 1.381,10
Assessor Especial I	R\$ 1.023,60
Técnico Legislativo	R\$ 1.574,81
Assessor de Imprensa I	R\$ 1.574,81
Zelador	R\$ 944,87

ANEXO II

CARGOS EM COMISSÃO

CARGO/ FUNÇÃO	NÍVEL	RJ	Nº DE VAGAS	DEDICAÇÃO	LOTAÇÃO
Assessor de Imprensa	CC-01	SEC	01	30h	CV
Assessor Jurídico	CC-02	SEC	01	20h	CV
Assessor Legislativo	CC-03	SEC	01	Integral	CV

CARGOS EM COMISSÃO - VENCIMENTOS - 20/30/40 HORA SEMANAIS

CÓDIGO	VENCIMENTO
CC - 01	R\$ 1.535,04
CC - 02	R\$ 3.477,25
CC - 03	R\$ 1.023,60

LEGENDAS:

CC – CARGOS EM COMISSÃO.

CV – CÂMARA DE VEREADORES.

RJ – REGIME JURÍDICO.

SEC – SISTEMA ESTATUTÁRIO COMMISSIONADO.

Anexo III – Especificações de Grupos e Categorias Funcionais
Especificações de Grupos e Categorias Funcionais dos Cargos Efetivos

Grupo VII – Zelador

VII. 1. Nível

Z. 11

VII. 2. Descrição das atividades

Atuar nas dependências internas e externas da Câmara de Vereadores, na manutenção e conservação dos bens e prédio, na organização e execução da limpeza, no controle de materiais, serviços de vigia e guarda de bens públicos e nos serviços de copa, bem como:

1. Exercer atividades de manutenção e conservação predial, organização e execução da limpeza e asseio das dependências da Câmara Municipal, inclusive de corte de grama, limpeza de calhas, plantio e manutenção de plantas, lavagem da área interna/externa (calçada, paredes) do imóvel da Câmara;
2. Zelar pela manutenção e pequenos reparos e instalações das redes hidráulicas, elétricas, alvenaria, marcenaria e pintura dos bens da Câmara de Vereadores;
3. Auxiliar na realização rotineira de limpeza em geral do prédio e suas dependências;
4. Auxiliar na coleta de lixo em depósito, recolhendo-o em recipientes apropriados, para depositá-lo em lixeiras, incineradores ou disponibilizá-lo para coleta;
5. Efetuar pequenos reparos nos móveis, utensílios e demais equipamentos que compõem o patrimônio da Câmara de Vereadores;
6. Auxiliar no trabalho de carga e descarga dos volumes recebidos e transportados pela Câmara Municipal;
7. Responder por serviços gerais da Câmara Municipal;
8. Auxiliar no controle de estoques de materiais de limpeza, água, café, gêneros alimentícios e utensílios da copa do Plenário, bem como solicitá-los para atendimento da demanda;
9. Auxiliar na execução dos serviços de copa (café, chá, etc);
10. Auxiliar sempre que solicitado, inclusive em sessões, ordinárias, extraordinárias e solenes, a servir água, café, chá e afins às autoridades, presentes e convidados;
11. Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo superior imediato.

12. Exercer serviços de vigia e guarda de bens públicos, como chaves, ferramentas, equipamentos e tarefas correlatas;
13. Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos pelos portões de acesso sob sua vigilância, verificando quando necessário as autorizações do ingresso;
14. Verificar se portas e janelas e vias de acesso estão devidamente fechadas quando do encerramento das atividades;
15. Executar Trabalhos braçais.

VII. 3. Regime de Trabalho/Carga horária

Regime Jurídico Único – 40 (quarenta) horas semanais.

VII. 4. Condição de Ingresso

Concurso público de provas.

VII. 5. Habilitação profissional

Comprovar a escolaridade de 2º grau completo.

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.658, de 24 de abril de 2013.

Dispõe sobre a contribuição financeira aos Grupos de Idosos e Clubes de Mães do Município de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar contribuição financeira aos Grupos de Idosos e aos Clubes de Mães do Município de Maravilha, sendo para os Grupos de Idosos parcelas a serem depositadas bimestralmente e para os Clubes de Mães em parcelas trimestral em conta bancária específica de cada grupo.

Parágrafo único. O valor do repasse de que trata o caput deste artigo, será calculado de acordo com o número de idosos e mães associados (a) a cada grupo, com os seguintes parâmetros:

- I - Grupos com 0 a 50 associados: R\$ 150,00 (Cento e Cinquenta Reais);
- II - Grupos com 051 a 100 associados: R\$ 200,00 (Duzentos Reais);
- III - Grupos com 101 a 200 associados: R\$ 300,00 (Trezentos Reais);
- IV - Grupos com 201 a 300 associados: R\$ 500,00 (Quinhentos Reais);
- V - Grupos com 301 a 400 associados: R\$ 600,00 (Seiscentos Reais);
- VI - Grupos com 401 a 500 associados: R\$ 700,00 (Setecentos Reais);
- VII - Grupos com mais de 500 associados: R\$ 800,00 (Oitocentos Reais).

Art. 2º A contribuição de que trata o art. 1º será realizada mediante apresentação de declaração, assinada pelo presidente de cada grupo de idoso e clube de mães, contendo nome e endereço do grupo, bem como o número de idosos e mães associados ao mesmo.

Art. 3º O objetivo da contribuição financeira de que trata o artigo 1º é auxiliar financeiramente os grupos de idosos e clube de mães para o cumprimento de suas atribuições estatutárias, ressarcindo despesas tais como: alimentação, vestuário, utensílios domésticos, materiais de expediente, jogos, despesas estatutárias e administrativas, bem como despesas com a realização de eventos festivos.

Art. 4º Os grupos de idosos e clube de mães beneficiados com a contribuição financeira deverão prestar contas, no prazo de trinta dias a contar da data de recebimento do recurso, juntando os seguintes documentos: cópia dos comprovantes de despesas, balanço financeiro, extrato bancário de conta específica e declaração do Presidente e Tesoureiro da entidade afirmando que os recursos foram recebidos e aplicados dentro da finalidade destinada.

Art. 5º As despesas decorrentes com a presente lei correrão por conta do orçamento Municipal vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 24 de abril de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.659 de 06 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para AMERIOS - Associação dos Municípios do Entre - Rios e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei Municipal nº. 3.365 de 10 de março de 2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a realizar contribuição mensal de R\$ 24.529,63 (vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e nove reais com sessenta e três centavos), à Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, a partir do mês de abril de 2013, conforme definido no seu Estatuto Social.”

Art. 2º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar conta dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balanço financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 06 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.660 de 13 de maio de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a assumir dívidas de exercícios anteriores e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal autorizado a assumir, na forma do Art. 37º da lei federal nº.4.320 de 17 de março de 1964, dívida dos exercícios anteriores, não empenhados

e não inscritos em restos a pagar, no valor de R\$ 316.786,13 (trezentos e dezesseis mil, setecentos e oitenta e seis reais com treze centavos), relativos as dívidas não empenhadas da Secretaria da Agricultura da Prefeitura Municipal de Maravilha:

I - Agricultores beneficiados com serviços de silagem, plantio ou distribuição de adubo orgânico: R\$ 26.750,00;

II - Agricultores beneficiados com Bônus: R\$ 193.575,44;

III- Agricultores beneficiados com auxílio de enterro de animais: R\$ 5.150,00;

IV- Agricultores beneficiados com atendimento veterinário: R\$ 900,00;

V - Agricultores beneficiados com auxílio para construção: R\$ 7.965,92;

VI- Agricultores beneficiados com auxílio de açudes: R\$ 37.986,50;

VII - Agricultores beneficiados com auxílio proteção de fontes: R\$ 6.698,27

VIII - Agricultores beneficiados com auxílio para ampliação de rede de água: R\$ 7.700,00;

IX - Agricultores beneficiados com auxílio a inseminação: R\$ 30.060,00.

Parágrafo único. Entende-se por restos a pagar processados aqueles oriundos de despesas liquidadas até 31/12/2012 e restos a pagar não processados aqueles decorrentes de despesas não liquidadas até 31/12/2012.

Art. 2º Segue em anexo relação dos Agricultores contemplados com os benefícios da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 13 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.661 de 13 de maio de 2013.

Autoriza a abertura de créditos adicionais especiais e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei autorizada à abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

20 - Agricultura

20.606 - Extensão Rural

20.606.0013 - Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.044 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO E MELHORIA DE AGROINDUSTRIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.60.00 - Transf. a Instituições Privadas com Fins Lucrativos R\$: 10.0000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial

de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

18 - Gestão Ambiental

18.544 - Recursos Hídricos

18.544.0013 - Agricultura Fortalecida

18.544.0013.1.045 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.0000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 13 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.662 de 13 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Maravilha - COPAMAR e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Maravilha - Copamar, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.145.480/0001-53, localizada na Rua Prefeito Albino Cerutti Cella nº. 215, sala 02, centro, Maravilha - SC.

Art. 2º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 13 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.663 de 14 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para o Grupo Escoteiro Raízes de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para o Grupo Escoteiro Raízes de Maravilha, inscrito no CNPJ sob o nº. 80.622.798/0001-42, localizado na Avenida Presidente Kennedy s/n, Bairro Padre Antonio, Maravilha - SC.

Parágrafo único. O valor mencionado será pago em 01 (uma) parcela no mês de maio de 2013.

Art. 2º A importância acima tem como objetivo auxiliar o referido Grupo quando da realização da VI Escopíadas 2013, evento esportivo escoteiro que realizar-se-á nos dias 22 e 23 de junho de 2013.

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 14 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.664 de 14 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira à Associação Comunitária do Novo Bairro e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente, no valor de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para a Associação Comunitária do Novo Bairro de Maravilha, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.487.105/0001-04.

Parágrafo único. O valor de que trata o art. 1º, será pago em 02 (duas) parcelas nos meses de junho e julho de 2013.

Art. 2º A importância mencionada no Art. 1º tem como objetivo auxiliar a referida entidade na construção e ampliação de um Centro Social com 982,53 m².

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse financeiro, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 14 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.665 de 14 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para a Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Novo Bairro e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente lei o Poder Executivo Municipal autorizado a contribuir financeiramente, no valor de até R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para a Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Novo Bairro de Maravilha, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.970.234/0001-61, localizada na Avenida Sul Brasil s/n, Novo Bairro, nesta cidade e comarca de Maravilha - SC.

Parágrafo único. O valor de que trata o Art. 1º, será pago em 01 (uma) parcela no mês de junho de 2013.

Art. 2º A importância mencionada no Art. 1º tem como objetivo auxiliar a referida entidade nas melhorias do salão comunitário.

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse financeiro, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha, 14 de maio de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.666 de 23 de maio de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder recomposição anual aos Servidores Públicos Municipais e aos Agentes Políticos e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reajuste na forma de recomposição anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, aos servidores municipais, agentes políticos e empregados públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, às funções gratificadas e adicionais, nos termos desta LEI.

Art. 2º O percentual de revisão de que trata o Art. 1º, será de 7,81%, (sete virgula oitenta e um por cento) que incidirá sobre o vencimento base dos servidores municipais, que corresponde ao INPC acumulado dos meses de abril de 2012 a abril de 2013.

Parágrafo único. O percentual de que trata o caput do Art. 2º desta lei, não se aplica aos professores da rede municipal de ensino.

Art. 3º O piso atual de vencimento dos servidores públicos municipais fica fixado em R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

Art. 4º Para os agentes políticos o percentual de recomposição será de 2,66%, (dois virgula sessenta e seis por cento), que

corresponde ao INPC acumulado nos meses de janeiro a abril de 2013, de acordo com o artigo 5º, da Lei Municipal nº. 3.636 de 30 de outubro de 2012.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta lei serão suportadas pelas dotações orçamentárias municipais vigentes.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 23 de maio de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Maravilha, 14 de maio de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.667 de 23 de maio de 2013.

Dispõe sobre anexação de área ao perímetro urbano e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica anexado ao perímetro urbano do Município de Maravilha, parte do lote colonial rural nº. (11) e o lote colonial rural nº. (12), ambos da Seção Humaitá, do Município de Maravilha.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º É parte integrante do presente o mapa contendo as delimitações dos imóveis antes especificados e matrículas.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 23 de maio de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.668 de 23 de maio de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para entidades de Maravilha e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com entidades do município de Maravilha conforme segue:

Entidade	CNPJ	Logradouro	Valor mensal	Valor Total
Centro Cultural				
25 de Julho	82.820.945/0001-14	Av. Presidente Kennedy	R\$ 1.000,00	R\$ 9.000,00
Grupo de Idosos Pioneiro	78.471.653/0001-46	Av. Anita Garibaldi	R\$ 300,00	R\$ 2.700,00

Assoc. Cultural Italiana de Maravilha	73.246.647/0001-71	Av. Araucária	R\$ 800,00	R\$ 7.200,00
Grupo de Idosos Lar de Convivência	95.988.275/0001-91	Av. Sul Brasil	R\$ 400,00	R\$ 3.600,00
Clube de Mães Raio de Sol	00.525.389/0001-99	Av. Maravilha	R\$ 500,00	R\$ 4.500,00

Parágrafo único. Os valores acima mencionados serão pagos em parcelas iguais e sucessivas nos meses de abril a dezembro /2013.

Art. 2º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 23 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.669 de 27 de maio de 2013.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica por esta Lei Municipal autorizada a Câmara de Vereadores de Maravilha, Estado de Santa Catarina, através de seu Presidente, a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da constituição Federal de 1988, aos Vereadores e Servidores públicos do Poder Legislativo de Maravilha, ativos, inativos e pensionistas, às funções gratificadas e adicionais nos termos desta Lei.

Art. 2º O percentual de revisão referido no artigo primeiro será na ordem de 7,81% (sete vírgula oitenta e um por cento), com base no acumulado do INPC dos meses de abril de 2012 a abril de 2013 para os Servidores do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo único. Aos Vereadores o percentual da revisão será na ordem de 2,66% (dois vírgula sessenta e seis por cento), que corresponde ao INPC acumulado nos meses de janeiro a abril de 2013, atendendo determinação disposta no parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 3.635/12.

Art. 3º A revisão de que trata o artigo primeiro terá efeito a partir de 1º de maio de 2013.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização da presente Lei,

correrão por conta do Orçamento da Câmara de Vereadores.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 27 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.670 de 28 de maio de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal escriturar os imóveis adquiridos e quitados através do Fundo Rotativo de Habitação e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei o Poder Executivo Municipal autorizado a escriturar, para os mutuários, os imóveis de propriedade do Município de Maravilha que foram adquiridos e quitados através do Fundo Rotativo de Habitação Municipal.

Art. 2º Os imóveis que de que trata o artigo 1º são os matriculados na Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, sob as matrículas a seguir relacionadas, com o respectivo mutuário proprietário.

- PAULO CLAUDIR DONNA e CLAUDETE BEATRIZ HERMEZ
Lote Urbano (04) da quadra (06) Matrícula 12.076
Com área de 320,00 m² situado na Rua São Francisco Bairro Nova Morada.

Art. 3º Para efeitos de escritura pública o valor do imóvel será o relativo ao constante na planta de valores do Município.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 28 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.671 de 28 de maio de 2013.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica pela presente Lei, autorizada a abertura de crédito adicional especial no valor de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.1.034 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO/VAN

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$: 240.0000,00

Art. 2º Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º desta Lei, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

05.00 - SECRETARIA DA SAÚDE E SANEAMENTO

05.01 - Fundo Municipal de Saúde

10 - Saúde

10.301 - Atenção Básica

10.301.0010 - Saúde para Todos

10.301.0010.2.111 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS

Destinação de Recursos: 0.1.02 - Rec. de Impostos para Ações na Saúde

3.0.00.00 - Despesas Correntes

3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$: 240.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 28 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.672 de 28 de maio de 2013.

Dispõe sobre cessão de uso de bem público e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder, através de Processo de Cessão de Uso, o Bem Público Municipal sendo: espécie caminhonete / C. Aberta, modelo I/KIA UK2500 HD SC, chassi nº. 9UWSHX73ACN003391, placa MKC 3694, ano fabricação 2011 modelo 2012, renavan nº. 476718740 cor branca, patrimônio nº. 16.638, de propriedade do Município de Maravilha.

Art. 2º A Cessão do veículo de que trata o art.1º será feita para a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis de Maravilha, CNPJ nº. 13.176.473/0001-96, localizada na Rua XV de Novembro nº. 868, neste Município, para uso exclusivo de suas atividades.

Art. 3º Será firmado entre as partes termo de cessão de uso estabelecendo as condições de utilização do veículo e prazo de duração.

Art. 4º As despesas decorrentes da realização desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 28 de maio de 2013.

ROSIMARMALDANER

Prefeita Municipal

Leis

LEI MUNICIPAL Nº. 3.673 de 11 de junho de 2013.

Dispõe sobre contribuição financeira para Associação de Agroindústrias de Maravilha - AGREGAR e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente lei fica autorizado o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Associação de Agroindústrias de Maravilha - AGREGAR, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.301.488/0001-00, localizado nesta cidade e comarca de Maravilha - SC.

Art. 2º A importância mencionada no art. 1º tem como objetivo custear as despesas com atendimento de profissional veterinário e secretária.

Parágrafo único. O valor mencionado será pago em uma parcela no mês de junho de 2013.

Art. 3º No prazo de 30 dias após o repasse, a entidade deverá prestar contas dos valores recebidos, juntando os seguintes documentos: extrato bancário de conta específica, comprovantes de despesas, balancete financeiro e declaração assinada pelo Presidente e Tesoureiro de que os valores repassados foram destinados ao objetivo específico.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente lei, correrão por conta do Orçamento do Município.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei Municipal nº. 3.662 de 13 de maio de 2013.

Maravilha, 11 de junho de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR Nº. 053 de 23 de maio de 2013.

Institui medidas para recuperação fiscal e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente lei:

Art. 1º Pela presente ficam instituídas medidas para recuperação fiscal no âmbito do Poder Executivo do Município de Maravilha, denominado REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de promover recuperação de créditos de natureza tributária, inscritos em dívida ativa, ou não, ajuizadas ou não, com exigibilidade suspensa ou não, vencidas até 31 de dezembro de 2012.

Parágrafo único. Considera-se valor total do crédito tributário previsto no caput do artigo, o valor principal acrescido dos juros e multa de mora, e da atualização monetária.

Art. 2º As pessoas físicas ou jurídicas que aderirem ao REFIS MUNICIPAL terão os seguintes benefícios fiscais:

I - Para pagamento em até 90 (noventa) dias, a contar da data da aprovação da Lei a isenção de 100% (cem por cento) de juros e multa.

II - Para pagamento em até 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da aprovação da Lei a isenção de 80% (oitenta por cento) de juros e multa.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas que tiverem interesse em aderir ao REFIS MUNICIPAL, deverão dentro do prazo mencionado no caput desse artigo, formalizar o pedido no Departamento de Tributação, onde será emitido instrumento próprio de adesão.

Art. 3º A opção para pagamento dos créditos tributários à vista se dará com a emissão do Documento de Arrecadação Municipal respectivo.

Art. 4º As dívidas do ano de 2013, deverão estar quitadas para aderir ao REFIS.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a isentar o pagamento de custas adiantadas e honorários advocatícios, de todos os processos ajuizados até a presente data.

Art. 6º A aceitação da adesão ao pagamento com desconto de que trata a presente lei somente será validada com o pagamento do valor no prazo ajustado, não implicando a simples emissão do documento de arrecadação em repactuação.

Art. 7º Os créditos tributários objeto de parcelamento anterior, poderão ser agraciados pelo benefício fiscal previsto na presente Lei Complementar.

Art. 8º Esta Lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 23 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 016, de 21 de fevereiro de 2013.

Convoca a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Maravilha - SC e dá providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista a resolução normativa n°. 14, de 06 de junho de 2012 do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º. - Fica convocada a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Maravilha - SC, a se realizar no dia 29 de maio de 2013, sob a coordenação da Prefeitura Municipal de Maravilha - SC.

Art. 2º. - A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Maravilha (SC) terá como temática: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já" e construirá propostas para subsidiar as discussões da 5ª Conferência Estadual das Cidades e da 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Art. 3º. - A Conferência Municipal da Cidade de Maravilha será presidida pela Prefeita Municipal e na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Secretário de Planejamento (ou Secretaria congênera responsável pela realização da Conferência).

Art. 4º. - A Comissão Preparatória, composta por representação do Poder Público Municipal e da Sociedade Civil, será responsável pela organização da Conferência Municipal da Cidade de Maravilha, observando o disposto no Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades e no Regimento da etapa estadual.

Art. 5º. - Caberá à Conferência Municipal da Cidade de Maravilha elaborar relatório final, a partir da sistematização das propostas aprovadas e encaminhar à Comissão Preparatória Estadual e

eleger os delegados para a 5ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, 21 de fevereiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 028, de 26 de abril de 2013.

INSTITUI O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 77, VI.

DECRETA:

Art. 1º- A instituição do Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, que tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal de Educação, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum de Educação Nacional, Estadual e Municipal.

Art. 2º- Compete ao Fórum Municipal de Educação:

I- Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação bem como divulgar suas deliberações;
II- Elaborar o Regimento da Conferência Municipal de Educação;
III- Acompanhar e avaliar o processo de implementação das deliberações da Conferência Municipal de Educação;
IV- Planejar e organizar espaços de debates sobre a política da Educação;
V- Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º- O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I- Um representante das Associações de Pais e Professores (APPs) da Rede Pública de Ensino;
II- Um representante do Conselho Tutelar;
III- Um representante dos Trabalhadores em Educação (sindicato);
IV- Um representante do Ensino Superior;
V- Um representante da Câmara Municipal de Vereadores;
VI- Um representante da Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
VII- Um representante das Escolas Particulares de Educação Básica;
VIII- Um representante dos Gestores;
IX- Um representante dos alunos;
X- Um representante dos alunos de Ensino Superior;
XI- Um representante dos docentes;
XII- Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
XIII- Um representante da Educação Especial.

Art. 4º- Os representantes de que trata o Artigo 3º serão indicados pelos titulares e dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º- A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos pela Comissão em reunião convocada para este fim e aprovadas em ata.

Art. 6º- O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estão administrativamente vinculados a Secretaria Municipal de Educação e receberão suporte técnico e administrativo da Gerência Regional de Educação para garantir seu funcionamento.

Art. 7º- Os representantes de que trata o artigo 3º deste Decreto não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação,

sendo o exercício de suas atividades de relevantes interesse público.

Art. 8º- A Coordenação Geral do Fórum e da Conferência Municipal de Educação competem à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 9º Revogam as disposições em contrário.

Art. 10º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC 26 de abril de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ROSIMÉRI RODRIGUES DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Decreto

DECRETO N°. 031, de 13 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PARITÁRIA E PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº. 2.741 de 11 de setembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeado os membros da Comissão Paritária e Permanente de Negociação, composto pelos seguintes membros:

Prefeita Municipal	Rosimar Maldaner
Secretária Municipal de Educação	Rosimeri Rodrigues da Silva
Secretário Municipal de Saúde	Jonas Dall 'Agnol
Secretário de OBRAS - STOU	Neivo Sartori
Secretário do Planejamento, ADM e Fazenda	Sandro Donati
Contador	Cláudio Zembruski
Diretora de Recursos Humanos	Claudia Vendrame

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 13 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 032, de 13 de maio 2013.

TRANSFERE CONCESSÃO DE PONTO DE TÁXI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. De conformidade com os artigos 35 a 37 da Lei Municipal n. 2.099/95 e Processo Licitatório 001/2003, tendo em vista o pagamento das competentes taxas e demais documentos pertinentes, fica transferida a concessão do ponto de táxi anexo ao Hospital, de propriedade de Telmo Pedro Mallmann para Zeferino Ferreira Ventura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, SC, 13 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N.º 033 DE 13 DE MAIO DE 2013.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.661/2013 de 13/05/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto, autorizada a Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$: 10.000,00 (Dez mil reais) para dar cobertura à seguinte dotação orçamentária:

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

20 - Agricultura

20.606 - Extensão Rural

20.606.0013 - Agricultura Fortalecida

20.606.0013.1.044 - INCENTIVO A INSTALAÇÃO E MELHORIA DE AGROINDUSTRIAS

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.60.00 - Transf. a Instituições Privadas com Fins Lucrativos R\$: 10.0000,00

Art. 2º - Para dar cobertura à abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o Artigo 1º deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias do orçamento vigente do município, conforme discriminação a seguir:

07.00 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - Fundo de Desenvolvimento Agropecuário

18 - Gestão Ambiental

18.544 - Recursos Hídricos

18.544.0013 - Agricultura Fortalecida

18.544.0013.1.045 - REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Destinação de Recursos: 0.1.00 - Recursos Ordinários

4.0.00.00 - Despesas de Capital

4.4.00.00 - Investimentos

4.4.50.00 - Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$: 10.0000,00

Art. 3.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 4.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MARAVILHA - SC, 13 de Maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO nº. 034 de 13 de Maio de 2013.

Nomeia Junta Médica e da outras providências,

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 77, VI, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1o Fica nomeada a Junta Médica Oficial do Município de Maravilha, a qual será composta pelos seguintes médicos:
Presidente:

LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, médico clínico geral;
Membros:

Rodrigo Zamprogna, médico clínico geral;

Daniel Fernando Heinz, médico clínico geral;

§1º. A junta médica de que trata o caput desse artigo terá a finalidade de avaliar a capacidade de trabalho e o grau de deficiência dos candidatos aprovados nos processos seletivos e concursos realizados pelo Município de Maravilha.

§2º. Os membros da junta médica não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que, prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha-SC, 13 de Maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 035 de 15 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder a baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº. 010/2003, Lei Municipal nº. 2.918/2004, Art. 25 da Lei Municipal 1.942/1993, Lei Municipal nº. 3001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminado:

Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$	Cadastro
Cia. Ind. Óleos Veg. Maravilha	2003	Cont. Me-Ihoria	R\$ 29.418,89	4085000
Jaison Estael Gnad	2010	ISS	R\$ 204,66	2734-0
Jaison Estael Gnad	2010	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 68,24	2734-0
Jaison Estael Gnad	2011	ISS	R\$ 903,00	2734-0
Jaison Estael Gnad	2011	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 75,24	2734-0
Jaison Estael Gnad	2012	ISS	R\$ 956,64	2734-0
Jaison Estael Gnad	2012	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 79,71	2734-0
Comp. De Hab. De SC	2003 a 2005	IPTU	R\$ 259,84	3097000
Otilia Mutterle Detofano	2012	IPTU	R\$ 284,25	1246000

Otilia Mutterle Detofano	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 4.456,59	1246000
Zenaide Schneider	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 1.951,60	4065000
Elias Gennesini e ou João Paulo T. Siqueira	2001	IPTU	R\$ 271,34	502000
Elias Gennesini e ou João Paulo T. Siqueira	1993	IPTU	R\$ 145,50	502000
Elias Gennesini e ou João Paulo T. Siqueira	1994	IPTU	R\$ 572,43	502000
Elci Winter ME	2012	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 278,99	1251-0
Ecema Eng. Const. Eli-seu Mattje	2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006	ISS	R\$ 679,95	199-0
Eliseu Mattje / Sonia Giusti	2004/2005/2006	IPTU	R\$ 1.062,41	2476000
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 880,77	2895020
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 612,23	2837000
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 1.106,37	4073010
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 1.409,24	2838000
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 631,06	481000
Eliseu Mattje	2005/2006	IPTU	R\$ 511,12	2840000
Hammes & Ludwig LTDA ME	2012	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 418,49	1536-0
Transp. Schmidt Ltda ME	2012	Taxa de Vis-toria Anual	R\$ 239,14	4243-0
Lauri Lopes	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 724,80	2718060
Anildo Herpich	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 513,40	2712060
Anildo Herpich	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 564,74	2602040
Anildo Herpich	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 564,74	2602050
Anildo Herpich	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 1.283,50	2602060
Dirceu Jorge Johann	2008	Cont. Me-Ihoria	R\$ 2.610,00	9031000
Alsir Lunelli	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 904,70	1201000
Ari Renato Schittler	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 928,30	1244000
Gabriel A. Lunelli e Talita Lunelli	2010	Cont. Me-Ihoria	R\$ 1.353,70	1187000
Vanelei F. Sirtolli Dazzi	2008	Cont. Me-Ihoria	R\$ 2.410,24	1438000

Idalino Batistelo	2004/2005/2006/2007/2010/2011/2012	Taxa de Vis- toria Anual e ISS	R\$ 762,09	2272-0
Margarete Regina Back Bertollo	2007/2009/2010/2011/2012/2013	Taxa de Vis- toria Anual	R\$ 553,93	2612-0
Ademir Rex ME	2006/2007/2008/2009	Taxa de Vis- toria Anual	R\$ 1.150,05	1682-0
Plantar Prestação de Serviços Rurais Ltda.	2012	Taxa de Vis- toria Anual	R\$ 159,42	1316-0
Aldecir Fior & CIA Ltda	2009/2010/2011/2012	Taxa de Vis- toria Anual	R\$ 1.457,21	951-0

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 15 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 036, de 15 de maio de 2013.

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e Lei Municipal nº. 2.761, de 23 de dezembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeado o Conselho Municipal de Saúde, que passa a ter respectivamente os seguintes representantes:

I - REPRESENTANTE GOVERNO MUNICIPAL

a) Entidade: Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Jonas Dall'Agnol

Suplente: Miriane Sartori

b) Entidade: Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: Nívea Carine Mocelin Campana

Suplente: Flávia Figueiredo

II - REPRESENTANTE DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) Entidade: Sociedade Beneficente Hospitalar São José de Maravilha

Titular: Marizete Badia Fior

Suplente: Neiva Rossa Shaefer

b) Entidade: CEADI

Titular: Andreza Ballestreri

III- REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE

a) Entidade: Corpo Clínico do Hospital São José

Titular: Robson Alexandre Vieira de Souza

Suplente: Eduart Grelmann

b) Entidade: Profissionais de Enfermagem

Titular: Maria Muller

Suplente: Sandra Bortolanza

c) Entidade: Profissionais de Odontologia

Titular: Marli Land

Suplentes: Vanderlei Vendrame e Aracely Conte Calsa

d) Entidade: Profissionais Bioquímicos

Titular: Carmem Dallacosta

Suplente: Patrícia Prevedello

IV- REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS:

a) Entidade: Comunidade Evangélica

Titular: Rejane de Lemes Feyh

b) Entidade: Moradores dos Bairros

Titular: Mário Walter

c) Entidade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Gilson Farinon

d) Entidade: Escola Especial Marisol - APAE

Titular: Adriane C. D. Polazzo

Suplente: Débora Albrecht

e) Entidade: Associação Empresarial

Titular: Valter Waldow

f) Entidade: Rede Feminina de Combate ao Câncer

Titular: Ieda Maria Piaia Basso

Suplente: Ana Maria Zanotto

g) Entidade: Clubes de Serviços

Titular: Claudinei Regner

h) Entidade: Pastoral da Saúde

Titular: Elsa Philipsen

Suplente: Lorena Donatti

i) Entidade: Pastoral da Criança

Titular: Elsa Philipsen

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha, SC, 15 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 037 de 15 de maio de 2013.

DECLARA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo na Administração Pública Municipal, no dia 30 de maio de 2013, Quinta - feira, em decorrência do Ponto Facultativo nacional de Corpo Christi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 15 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decreto

DECRETO N°. 038 de 15 de maio de 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DRAGAGEM NO LAJEADO CAMBUIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, trecho entre o Lajeado Cambuim com as seguintes coordenadas Latitude (S): 26 45' 51,1" a Longitude (W): 53 10' 35,5", no quadro urbano do Município, para execução de dragagem para desassoreamento com

finalidade de prevenção de cheias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 15 de maio de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Decretos

DECRETO Nº. 015 de 28 de fevereiro de 2013.

DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder a baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº. 010/2003, Lei Municipal nº. 2.918/2004, Art. 25 da Lei Municipal 1.942/1993, Lei Municipal nº. 3001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº. 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminado:

Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$	Cadastro
Ivania Maria Silvestrin Rauber	2012	IPTU	395,79	276600-0
Nilce Lago	2007 a 2010	IPTU	640,35	294700-0
Nelci Lurdes Chiesa	2012	IPTU	178,55	516900-0
Ires Saatkamp	2007	Cont. Melhoria	355,20	238000
Arminda Klein	2012	IPTU	210,81	516001-0
Celso Orlando Storrer da Silva	2012	ISS	637,76	2873-0
Ezequiel Giombelli	2010	Cont. Melhoria	2.755,20	4046000
Marcos Roberto Perotti	2012	Alvará	59,79	4885-0
José Isidoro Aresi	2012	IPTU	184,10	137100-0
Lourenço Forcelino Debastiani	2010	IPTU	160,02	2135120
Alcides Giombelli	2010	Cont. Melhoria	2.755,20	4047000
Ivaldino de Bairos	2012	IPTU	180,59	461600-0
Silvestre Gattelli	2012	IPTU	293,09	4860000
Alcides Giombelli	2010	Cont. Melhoria	3.673,44	4072000
João Carlos de Oliveira	2012	IPTU	175,95	8166000
Ari Renato Schitler	2000-2001-2003	IPTU	203,84	136600-0
Ari Renato Schitler	2003	IPTU	56,87	246102-0
Espólio de Leomar Gustavo Stum	2012	IPTU	202,60	1203010

Lauro Hugo Franke	2009 a 2012	IPTU	523,70	8900330
Lauro Hugo Franke	2012	IPTU	143,25	87900330

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 28 de fevereiro de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na data supra

SANDRO DONATI

Secretário do Planej. Adm. e Fazenda

Decretos

DECRETO Nº. 017 de 15 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a LEI,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado Ponto Facultativo no turno vespertino nas Repartições Públicas Municipais no dia 28 de março, em decorrência da Páscoa.

Parágrafo único: a Secretaria de Saúde organizará e manterá plantão de atendimento ao público até as 16 h, na Unidade de Saúde Centro II, sito à Avenida Sul Brasil no respectivo dia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 15 de março de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secretário do Planj. Adm. Fazenda

RM/sd/

Decretos

DECRETO Nº. 021, de 02 de abril de 2013.

NOMEIA COMISSÃO PARA FINS DE ACOMPANHAMENTO DO EDITAL DE CHAMAMENTO 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Maravilha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 77, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para fins de acompanhamento e de fiscalização do edital de chamamento 001/2013, a ser realizado pelo município de Maravilha, a qual será composta pelos membros a seguir:

PRESIDENTE:

MARIZETE PERONDI

MEMBRO:
ELIANE BEDUSCHI

SUPLENTE:
TANIA ZANOTTO
CINARA GEREMIA

Art. 2º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 3º Revogam as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC 02 de abril de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

SANDRO DONATI
Secretario do Planej. Adm. e Fazenda
RM/sd/rg

Decretos

DECRETO nº. 025, de 24 de abril de 2013.
Suspende teste seletivo simplificado nº. 001/2013 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso VI, do Artigo 77 da lei orgânica municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto suspenso teste seletivo simplificado nº. 001/2013 especificamente em relação às vagas de técnico em enfermagem conforme determinação judicial referente aos autos nº. 042.13.000861-5.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta do orçamento do Município, quando ocorrentes.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Registrada e publicada na data supra.

SANDRO DONATI
Secretário de Planej. Adm. e Fazenda
Rm/sd/rg

Decretos

DECRETO Nº. 026, de 24 de abril de 2013.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº. 2.741 de 11 de setembro de 2002,

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, nos termos da Lei Municipal 2.741 de 11 de setembro de 2002, composto pelos

seguintes membros:

I - 02 representantes de cada comunidade:

LINHA AGUA PARADA: SEMENNO JOMMERTZ
CLAUDETE CAPELETO

LINHA ARAÇÁ: LUIZ ADÃO MUSCOPF
EIDES TERESINHA MAGRI

LINHA TRES COQUEIROS: DARCI BRANDT
SILDA RENNER

LINHA ARABUTÃ: DARCILA FURLANETO
JOSÉ MAURO BREMM

LINHA BARRO PRETO: DIONISIO GRANDO
CLAIR UTZIG

LINHA BELO HORIZONTE: ANTONIO BORTOLANZA
ELAINE ALBERTTI

LINHA CAB. DO IRACEMINHA: GILMAR ANTONIO MELLA
ELLI KLEIN
LINHA CAIAPÓ: VALDIR KESTERKE
MARINÊS LUZZI

LINHA CENTRAL: ELOAR DONATI
SOLANGE SCHUSTER BEHM

LINHA CHINELO QUEIMADO: NATALINO PRANTE
INÊS SCHMIDT

LINHA CONSOLADORA: NESTOR MARCHESE
IRMA WERMUTH

LINHA GUARAÍPO: NEUCIR AURI SCHNEIDER
NELI NAVA

LINHA LAGEADO COURO: FLAVIO FENSKE
JULIANE KRIESER

LINHA MARIPORÃ: RUDI EMILIO SCHATZ
LISETE MARIA BECKER

LINHA MENEGASSI: VALDERI DALL AGNOL
LENI MARIA JANNER

LINHA NOVA BRASILIA: CELIO BOTTIN
WALCI IRACI ALLEBRANDT

LINHA PEDREIRA: SILVAN ARIOTTI
MARINES ARIOTTI

LINHA PRIMAVERA ALTA: LUIZ DE GREGORI
SIRLEI MARIA DALAVECHIA

LINHA PRIMAVERA BAIXA: GILVANIO RIECHEL
NEIZE VIVIAN

LINHA SANGA SILVA: VALDIR CARLOS GUILAND
INALDA GHENO

LINHA SÃO PAULO: HÉRCIO JOSÉ FURST
ERMELINDA HANAUER

LINHA TOPE DA SERRA: ALDOCIR SEIFFERT
ROZANE DE BEM

LINHA 51: ENIO JOSÉ CASTANHA
IZOLINA FRANDALOZO

LINHA SANGA NATAL: LUIZ IVO FORGIARINI
LOURDES BERSCH

LINHA POLETTO: VALDIR BAUER
SANDRA VON BORSTEL

LINHA SEGREDO: ERNO EBERTZ
VERLI FENNER MALDANER

II - 01 (um) representante da EPAGRI: JACOB KAER

III - 01 (um) representante da CIDASC: TIAGO BENELLI

IV- 01 (um) representante da Cooperativa Regional Auriverde
Ltda: MARCOS DIESEL

V - 01 (um) representante do Sindicato de Trabalhadores Rurais:
GILSON FARINON

VI - 01 (UM) Secretário Municipal de Agricultura: PEDRO GILBERTO IORIS

VII - 01 (um) Engenheiro Agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura: HUMBERTO TREBIEN

VIII - 01 (um) Médico Veterinário da Secretaria Municipal de Agricultura: CARLOS ALBERTO GOULART NUNES

IX - 01 (um) Técnico Agrícola da Secretaria Municipal de Agricultura: GILVAN LINEMBURGER

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e o decreto nº. 004 de 15 de janeiro de 2010.

Maravilha - SC, 24 de abril de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

PEDRO GILBERTO IORIS
Secretário da Agricultura

Registrado e publicado em data supra

SANDRO DONATI
Sec. Planej. Adm. e Fazenda
RM/sd/rg

Decretos

DECRETO N.º 027, de 26 de abril de 2013.
DISPÕE SOBRE LUTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da LEI,
DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decretado Luto Oficial por três dias no Município de Maravilha, pelo falecimento de RAFAEL DONATI, filho do Vice Prefeito Municipal SANDRO DONATI.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se às disposições em contrário.

Maravilha - SC, 26 de abril de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

Marema

PREFEITURA

Decreto 073/2013

DECRETO n. 073/2013

de 09/04/2013

TRANSFERE VEICULO DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial CONSIDERANDO o ajustamento dos veículos às necessidades da administração

DECRETA

Art. 1º - A transferência de departamento dos seguintes veículos e máquinas:

I - Caminhão FORD LZO-0520 do DMER para Departamento de Agricultura;

II - Trator MASEY/296 do DMER para Departamento de Agricultura;

III - Veiculo FIAT/UNO MHK-3756 do Departamento de Educação para Departamento de Agricultura;

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANA PERCIO
Func. Designado

Decreto 074/2013

DECRETO n. 074/2013

de 09/04/2013

REVOGA DECRETO n. 029/2013 QUE NOMEOU VANDERLEI ANTONIO CALDERAM PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO I - E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação

DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Decreto n. 029/2013 de 09/04/2013 que nomeia VANDERLEI ANTONIO CALDERAM para o cargo de provimento em comissão de Assistente de Administração.

§ único - Em virtude da revogação que trata o "caput" o respectivo servidor retorna ao cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 09 de abril de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SUELEN GASPAR

Func. Designado

Monte Carlo

PREFEITURA

Licitação Na Modalidade Pregão Eletrônico N° 1/2013

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITAÇÃO nº 104/2013

PREGÃO nº 3/2013

PREGÃO ELETRÔNICO nº 1/2013

REGISTRO DE PREÇOS

O Município de MONTE CARLO, ESTADO DE SANTA CATARINA, situado na Rodovia SC 456, Km 15 – Centro, Cep.: 89618-000, no Município de Monte Carlo-SC, informa que encontra-se aberta LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de MICROCOMPUTADORES E PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA, VEICULO TIPO AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E OUTROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 57/2010, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento das propostas:
das 08:00hs do dia 20.06.2013, às 13:45hs do dia 02.07.2013;
- Limite para impugnação ao edital:
14:00hs do dia 28.06.2013
- Início da Sessão Pública do pregão:
14:00hs do dia 02.07.2013.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (049) 3546 0194

e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Endereço: Rodovia SC 456, Km 15 – Centro, Cep: 89618-000 – Monte Carlo-SC.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro,

Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.4.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.5 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

II – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas ao REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de: MICROCOMPUTADORES E PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA, VEICULO TIPO AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E OUTROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.3 – Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.3.1 – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.3.2 – Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. – As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2 – É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

3.2.1. – Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.

3.2.2. – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.3. – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.4. – Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.

3.2.5. – Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

3.3 - As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

3.4 - O anexo obrigatório exigido, será o contrato social e ou estatuto social da empresa participante, ou outro termo compatível, em formato válido para leitura e impressão.

IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais no sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

4.2 A proposta enviada em formulário específico deverá conter os seguintes dados:

a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

b) Ser apresentada por item, com valores expresso em Reais;

c) Deverá ser indicada a marca de cada item;

d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

e) O prazo de entrega de cada produto cotado, conforme o item 12 deste Edital;

f) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação;

4.3 - O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4 - O julgamento das propostas será feito pelo MENOR PREÇO POR ÍTEM.

4.5 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

V – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

5.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

5.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

5.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

VI – DA ETAPA DE LANCES

6.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

6.3 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

6.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5 - Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.7 - É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

6.8 - Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

6.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.10 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, III, será declarada

vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.15 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

6.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

7.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço:
Rodovia SC/456 Km 15 nº 1551 – Centro, CEP: 89618000 – MONTE CARLO-SC.

7.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 7.1, para o número (49) 3546-0194, ou scanneado em PDF para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

7.1.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão.

7.1.5 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC

PREGÃO Nº 3/2013

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2013

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

7.2 - Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se

de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

e) certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2 Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.3 - O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

7.4 - A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.5 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, alíneas a, b e c; e 7.2.2, poderá ser substituída, conforme disposto no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Monte Carlo-SC - CRC, com validade plena, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, inclusive a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, conforme previsto no item 4.6 deste edital.

7.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br>

8.1.1. Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

8.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá

ser designada nova data para a realização do certame.

IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, durante o prazo informado pelo sistema.

9.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.2. - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias, a contar a partir do término do prazo de recorrente.

X – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

10.2 - No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

10.3 - A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo.

10.5 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

XI – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 - A Ata/contrato terá vigência por um prazo de 12 MESES, a contar da assinatura do mesmo, limitado ao presente exercício orçamentário, se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

XII – DO PEDIDO, DA ENTREGA E DO PRAZO

12.1 - Os pedidos serão realizados pelo Município por meio de Autorização de Fornecimento - AF, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município

12.2 A Contratada disporá do prazo de 15 (quinze) dias para entregar o objeto, contados a partir da notificação da Autorização de Fornecimento - AF, no endereço da Sede da CONTRATANTE, com as despesas de transporte e da entrega técnica por conta da CONTRATADA.

12.3 - A entrega do objeto deste edital será feita a Secretaria Municipal solicitante, no mesmo endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

12.4 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.5 - A empresa vencedora obriga-se a entregar o objeto solicitado INSTALADO e/ou MONTADO na sede da Secretaria e ou Fundo Solicitante.

XIII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

13.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, equivalente ao preço da data da sessão pública de disputa de preços.

13.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.3 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

13.4 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias, e na forma eletrônica.

13.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.8 - Ao faturar o pedido feito pelo Município, a empresa vencedora deverá enviar imediatamente o arquivo XML para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento de 2013, como segue:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto de Atividade: 1010 – Aquisição de veículos para a saúde

Projeto de Atividade: 2030 – Atenção Básica a Saúde

XV – DAS PENALIDADES

15.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções:

a) impedimento de participar de licitações com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) descadastramento do sistema de cadastro a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05

(cinco) anos;

c) multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 05 (cinco) dias, e o percentual a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos de cento);

d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

15.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.

15.3 - Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

15.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente motivado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, disponível a toda a sociedade no portal <http://www.cidadecompras.com.br>, e será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 - No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, podendo ser fixado novo prazo para a realização do certame.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Fraiburgo (SC), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3546 0194, nos dias úteis no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 horas

16.8 - Faz parte deste Edital:

Anexo I - Especificação do objeto e Valor Estimado.

Anexo II - Minuta de Contrato

Município de Monte Carlo-SC, 14 de Junho de 2013.

ALBERTINHO MANGOLT

Pregoeiro

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito

Autoridade Competente

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	MATERIAL	QTD	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
01	Cadeira de rodas confeccionada em aço/ferro pintado, tamanho adulto, pneu inflável	4	920,00
02	Televisor LCD, mínimo 36" polegadas, com conversor digital	4	1.950,00
03	Ultrassom odontológico, tipo caneta/transdutor do ultrassom odontológico, com pedal de acionamento, modo de operação analógico, com jato de bicarbonato integrado	4	2.881,00
04	Autoclave horizontal de mesa, capacidade de até 50 litros, modo de operação digital, câmara de esterilização em aço inoxidável, capacidade mínima de 40 litros.	4	4.181,00
05	Reanimador manual (ambu), confeccionado em silicone, possuindo reservatório	4	300,00
06	Impressora Laser, tipo comum, na cor monocromático. Tecnologia laser eletrofotográfica, monocromática. Mínimo de 27 páginas por minuto (PPM). Ciclo mensal mínimo de 20.000 (vinte mil) páginas mês. Resolução máxima de 600x600 dpi e 1200 dpi QI (qualidade de imagem). Qualidade carta, negrito, sublinhado, comprimido e impressão de todos os caracteres da língua portuguesa, mínimo página de código DOS850; Letter; A4. Papel comum, transparências, envelopes. Folha solta; bandeja com entra de 250 folhas (mínimo). Mínimo de 32 MB de RAM interna (buffer). 1 (uma) Porta USB. Sistema Operacional Microsoft Windows 2000 – (todas as versões) Sistema Operacional Microsoft Windows XP – (todas as versões) Cabo de alimentação de energia elétrica com plugue universal (padrão antigo) com adaptador para o novo padrão Brasil de tomadas (norma ABNT NBR 14136) com adaptador para tomada no padrão universal (padrão antigo). Cabo de conexão impressora/micro (cabo USB), 1 (um) cartucho/tonner selado; Garantia de 24 meses.	3	870,00
07	Câmera Web (webcam), resolução máxima (em pixels): 1280x720 pixels. Sensor: CMOS. Interface/Comunicação: USB 2.0 Zoom: Zoom de 4x, com microfone embutido. Com compatibilidade com notebook e PC. Com manual de instalação. Peso líquido aproximado <310 kg, garantia de 36 meses.	4	360,00

08	Tela de projeção com tripé. Enrolamento e desenrolamento manuais; com ajuste de inclinação para correção de efeito trapézio (Keystone), constituída de estojo metálico em aço com pintura eletrostática resistente a riscos de corrosão, poste central de sustentação e pés com superfície cromada de alta resistência. A superfície de projeção do tipo Matte White – branco opaco, ganho de brilho de 1,1 vezes, ângulo de cone de projeção com 50° e pode ser lavado com sabão neutro e água. Dimensões: 2.1x1.6 cm. Garantia de 24 meses após a entrega do equipamento.	4	457,00
09	Ar condicionado com climatização de quente e frio, tipo split mínimo de 7000 BTU	8	1.428,00
10	Eletrocardiógrafo com 01 canal, possuindo bateria interna.	2	5.229,00
11	Negatoscópio, confeccionado em aço inoxidável, 01 corpo, de aplicação geral, tipo parede	4	497,00
12	Bebedouro/purificador refrigerado, tipo de bancada/parede	3	456,00
13	Oxímetro de pulso , possuindo bateria interna, portátil	2	1.500,00
14	Computador (Desktop básico), CPU com frequência de 2.4 GHz a 3.0 GHz, mouse tipo óptico (500 DPI), teclado padrão ABNT2, disco rígido 500 GB a 700 GB, com estabilizador. Processador com dois núcleos 3.0 GHZ (velocidade do clock normal). Memória: 4GB RAM DDR3 1333 MHZ. HD: 500GB SATA II 7200 RPM. Drive: gravador de DVD, SATA, no mínimo 16x. Sistema operacional: Windows 7 Professional PT-BR. Licença em regime OEM. Tensão 110/220V. Monitor: preto, LCD com no mínimo 17 Widscreen com caixas de som integradas. Mouse: preto, OS/2 óptico ou USB, 800 dpi de sensibilidade , com 2 (dois) botões e scroll. Teclado: Preto, PS/2 ou USB ABNT português multimídia. Gabinete: Torre, preto, com 06 entradas USB (2 frontais e 4 traseiras), e com 04 baías, possuir local para uso de cadeado para evitar acessos indevidos ao gabinete. Placa de rede: 10/100/1000 Gigabit Lan Placa de vídeo: 512 MB 32 BITS. Estabilizador de voltagem: Entradas Bivolt/Saída 110. Potência de 1 KVA. No mínimo quatro saídas. Placa mãe: disponibilizar no mínimo 3 (três) slots PCI, podendo ser ou não PCI Express. Suporte ao padrão de barramento PCI Express x16. A placa mãe deverá disponibilizar no mínimo 04 (quatro) conectores Sata II. Fonte de alimentação: chaveada, tensão de alimentação nominal de 115/230 V (+/-10%). Possuir potência real de no mínimo 300 watts). Garantia de 24 meses a partir da entrega do equipamento.	3	3.215,00

15	Bisturi elétrico (até 165 w), possuindo alarme, com função bipolar, microprocessado, potencia mínima de 150 W.	1	2.279,00
16	Cardioversor/defibrilador, possuindo impressora, tipo convencional, monitor monocanal. Com bateria interna recarregável. Energia de até 360 joules – carga e descarga pelo painel e pelos eletrodos de desfibrilação sincronizada (cardioversão), com sinal externo de um cardioscópio ou eletrocardiógrafo. Aplicação interna e externa, adulto e infantil. Bivolt – acompanha bateria recarregável interna com autonomia de 3 horas de uso. Características técnicas: circuito de sincronismo: realiza cardioversão através de sincronismo com a onda R – permite aplicação externa e interna (adulto e infantil), descarga automática após 20 segundos, se a energia armazenada não for utilizada. Indicação visual e sonora da carga. Forma de onda. Impulso senoidal amortecido – tempo máximo de carga na rede e bateria: <10s. indicações de níveis de energia selecionada e entregue. (Digital) – teste de funcionamento de pás – funcionamento seguindo o padrão 1-2-3. Peso aproximado: 10 kg.	1	11.676,00
17	Veículo tipo passeio, zero quilometro, motorização mínima de 70 CV, com biocombustível, cambio manual de cinco marchas a frente e uma a ré, capacidade de até cinco passageiros, direção hidráulica, vidros com acionamento elétrico, ar-condicionado, travas elétrica nas portas, apoio de cabeça dianteiros com regulagem de altura e dois traseiros fixos, calotas integrais, vidros climatizados verdes, sistema de som com rádio e toca CDs, cinco portas sendo duas em cada lateral e uma na traseira.	1	32.000,00

Anexo II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° xxxxx/2013

Aosdias do mês de do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE representada pela gestora Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA e o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, e o uso de suas atribuições, denominado ORGÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas ao REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS para

adquisições futuras Conforme as necessidades de: MICROCOMPUTADORES E PERIFÉRICOS PARA INFORMÁTICA, VEICULO TIPO AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS MÉDICOS E OUTROS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

1.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

1.3 - Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

1.3.1 - O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

1.3.2 - Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. - As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

1.4 - As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 - Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ _____ pelo ITEM Nº.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a entrega do bem, e emissão das notas fiscais eletrônicas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

5.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Dpto solicitado, instalados e ou montados;

c) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Dpto de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 15 dias contados do recebimento da AF, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de

habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 15 (quinze) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, inclusive poderá ser aditivada até o limite de 25% conforme dispõe a lei 8666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 - O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento

equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. § 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto de Atividade: 1010 – Aquisição de veículos para a saúde

Projeto de Atividade: 2030 – Atenção Básica a Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 104/2013, Pregão nº 3/2013 e Pregão Eletrônico nº 01/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de

classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de de 2013

ÓRGÃO GERENCIADOR	FORNECEDOR
TESTEMUNHAS	

Aditivo 1/2013 do Contrato 28/2011 Controller Ltda ADITIVO nº 01/2013 DE CESSÃO E LICENCIAMENTO DE SISTEMA PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MONTE CARLO REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28/2011.

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n - Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 04.072.953/0001-16 representada neste ato pelo Sra. KARLA JANZ, brasileira, diretora financeira, portadora da carteira de identidade nº 5.552.294-7 SSP/SC, CPF nº 773.570.609-00, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 16/2011, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Presente Termo Aditivo de Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

- O Objeto do presente termo aditivo nº 01/2013 é a adequação de valor, passando a ser pago a mensalidade no valor de R\$ 638,56 (seiscentos trinta e oito reais e cinquenta e seis centavos) pelo INPC acumulado nos últimos doze meses, quando completar efetivamente o prazo, para a CESSÃO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO PARA GESTÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO-SC, COM VALOR DE ADESAO/IMPLANTAÇÃO E VALOR MENSAL DE MANUTENÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO V DO PRESENTE EDITAL DE MONTE CARLO-SC, em conformidade com o pedido da CONTRATADA, parecer jurídico, contábil e acolhimento da autoridade competente, que fazem parte integrante e inseparável do processo de licitação original nº 33/2011.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:



MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto de Atividade: 2.014

MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

Projeto de Atividade: 2.013

MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

Projeto de Atividade: 2.020

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras regras, condições e cláusulas permanecem inalteradas na forma original, da qual esse termo permanece subordinado.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, 20 de Junho de 2013.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO**MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA****CONTRATANTE****CONTROLLER TECN. DE INF. LTDA****KARLA JANZ****CONTRATADA****TESTEMUNHAS:****DELCIR BARZOTTO****ALBERTINHO MANGOLT**

522.218.229.00

789.268.079-91

Navegantes

PREFEITURA

Errata**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE NAVEGANTES**www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 797 DE 14 DE JUNHO DE 2013**AUTORIZA A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PECUNIÁRIAS PERMANENTES E SEUS REFLEXOS NO CÁLCULO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar n° 106 de 2/8/2011, DECRETA:

Art. 1° Fica, por este ato, concedido o direito da incorporação da fração de 1/5 (um quinto) da função de confiança exercida a cada doze meses, consecutivos ou não, a título de VPG1, o qual incorpora-se ao vencimento do cargo efetivo do servidor, a título de vantagem pessoal, conforme Histórico Remuneratório referente a 12 meses de contribuição da servidora MARILDA MARIA DE SOUZA do quadro de pessoal de provimento efetivo.

Art. 2° O histórico remuneratório compreende as competências de 2/2012, 3/2012, 4/2012, 5/2012, 6/2012, 7/2012, 8/2012, 9/2012, 10/2012, 11/2012, 12/2012 e 1/2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a fevereiro de 2012.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 14 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA**Prefeito**

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 14 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA****Reintegração de Servidor****ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA DE NAVEGANTES**

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br**PORTARIA N° 2680 DE 19 DE JUNHO DE 2013****REINTEGRA SERVIDOR QUE ESPECIFICA POR DECISÃO JUDICIAL**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, com base no art. 30 da lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -, RESOLVE:

I REINTEGRAR, através de decisão judicial exarada nos autos n° 135.10.004.335-0, o senhor JOÃO BATISTA D'ÁVILA VIEIRA ao cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 20/6/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 20/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA**Prefeito**

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO**SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA****Aviso de Licitação Tomada de Preço N° 001/2013 Fmc****PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES****TOMADA DE PREÇO N° 001/2013 FMC**

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO- DE-OBRA PARA A AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA - CIC (PARTE SUPERIOR) - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 09/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 09/07/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br.

Navegantes, 21 de junho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA**Prefeito.**

Gerenciamento e Controle da Frota Municipal.
INSTRUÇÃO NORMATIVA SGC Nº 002/2013.

O Controle Interno do Município de Navegantes no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I da Lei municipal nº. 1417, de 30 de julho de 2001 e Decreto nº. 591, de 08 de fevereiro de 2006, dispõe sobre os procedimentos gerais para o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões, veículos e equipamentos em geral, no âmbito do Poder Executivo do Município de Navegantes/SC.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa efetivar o gerenciamento e controle da frota de máquinas, caminhões e equipamentos em geral, de motocicletas, veículos próprios, e locados, que compõem a frota do Município de Navegantes, cujo objetivo é padronizar, uniformizar, controlar e disciplinar a identificação, guarda, conservação e utilização dos equipamentos.

Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa consideram-se máquinas, caminhões e equipamentos em geral: retro escavadeira, pá carregadeira, patrôla, tratores, tobata, escavadeira hidráulica, kombi, e todos os demais instrumentos necessários para a execução de obras e serviços municipais, além de veículos usados para estes fins, tais como: ônibus, vans, motocicletas, automóveis, veículos locados e outros.

§ 1º A Secretaria respectiva, Fundo e Fundações, onde os veículos, máquinas e equipamentos estão alocados, serão responsáveis pelo gerenciamento, e guarda dos mesmos.

§ 2º Todos os veículos da frota municipal deverão estar devidamente identificados com plotagem da secretaria correspondente, inclusive os locados, exceto o oficial utilizado pelo Prefeito Municipal, observado o disposto na Lei Municipal nº 2472 de 05 de agosto de 2011.

§ 3º As máquinas, caminhões e equipamentos devem ser utilizados de acordo com as recomendações do fornecedor e da fábrica.

§ 4º O gestor de cada Secretaria, nomeará um responsável pela coordenação e organização de serviços mencionados nesta Instrução Normativa.

Art. 3º Todas as máquinas, caminhões, veículos e equipamentos, que compõem o patrimônio público, somente podem ser utilizados para a execução de serviço público, sendo terminantemente proibida a utilização para outras finalidades e/ou interesses particulares.

Parágrafo único: O uso indevido destes equipamentos públicos é passível de aplicação de penas disciplinares e sanções civis e administrativas aos responsáveis/envolvidos, conforme cada caso.

Art. 4º A solicitação das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos para serviços locais, dentro dos limites do Município, deverá ser efetuada, preferencialmente, com antecedência de 24 horas, através do responsável pela coordenação e organização de serviços, por ordem de prioridade, informando data, horário, itinerário, tipo de serviço e permanência no local de destino.

CAPÍTULO II
DO GERENCIAMENTO E CONTROLE DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS, CAMINHÕES E EQUIPAMENTOS EM GERAL

Art. 5º A partir da data de publicação desta Instrução Normativa determina-se a obrigatoriedade do controle de entrada e saída dos

veículos, motocicletas, caminhões, máquinas e equipamentos em geral, do pátio da Secretaria onde os mesmos estão alocados, com a identificação do motorista, devidamente habilitado e autorizado a dirigir, de forma a exigir e registrar os destinos e demais dados necessários ao controle da frota, desde que autorizado, por escrito, pelo respectivo Secretário ou servidor designado pelo mesmo.

Art. 6º O deslocamento dos veículos, das motocicletas, das máquinas, caminhões e equipamentos será efetuado mediante autorização do responsável, devendo constar no registro de movimentação, Diário de Bordo, (Anexo I) o tipo de equipamento, a placa, nome do condutor, data e hora de saída e chegada, destino, nome do solicitante e quilometragem de saída e chegada.

Parágrafo único. Os condutores deverão se limitar a executar o percurso preestabelecido pelo secretário, sendo proibido o desvio para qualquer outro, exceto em casos excepcionais, nos quais a mudança de itinerário ou de serviço deverá ser autorizada pelo responsável pela coordenação e organização de serviços, com a devida anotação no diário de bordo.

Art. 7º A autorização da saída das máquinas, automóveis, caminhões e equipamentos, independentemente do órgão solicitante, somente poderá se dar por ordem do Secretário da pasta, ou por delegação dos mesmos à servidor autorizado.

Parágrafo único. O não cumprimento do caput deste artigo configura imputação de responsabilidade ao (s) envolvido (s) nos termos da lei.

Art. 8º Dentro de cada veículo constará um Diário de Bordo (Anexo I) que deverá ser preenchido pelo condutor do veículo sempre que for utilizá-lo, e deverá ser entregue, preenchido e assinado pelo Secretário da pasta, todas as segundas-feiras à Secretaria de Gestão e Controle.

Parágrafo único. Os condutores deverão também efetuar a verificação diária nos equipamentos sob sua direção ou responsabilidade, no início e final do expediente, e comunicar quaisquer falhas ou defeitos verificados, efetuando o registro de observação no Diário de Bordo visando providenciar em tempo hábil, o imediato ajuste e/ou conserto, com supervisão e orientação da Secretaria competente.

Art. 9º. Fica vedada a troca de qualquer veículo, entre as secretarias, sem a prévia comunicação à secretaria de gestão e controle.

Art. 10. Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente requisitada à Secretaria competente onde o veículo está alocado.

Art. 11. Os dados e informações constantes da ficha de controle de veículos, os dados da planilha de controle dos gastos mensais com abastecimento, assim como outros gastos com manutenção serão registrados pela Secretaria de Gestão e Controle, em programa específico para emissão de relatório mensal, que permita identificar o custo de manutenção de cada veículo, do km rodado e consumido ou hora trabalhada.

Art. 12. Nenhuma máquina, veículo, caminhão ou equipamento poderá deslocar-se sem a documentação legal e sem o perfeito funcionamento do hodômetro, luzes e freio.

Art. 13. Encerrada a circulação diária, os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos, sejam pertencentes ao Patrimônio Público Municipal ou locados, deverão ser recolhidos ao pátio da Secretaria onde estão alocados, obedecendo o horário de expediente da Prefeitura Municipal de Navegantes.

Parágrafo único. Somente com autorização do Secretário da pasta, dos Chefes imediatos, ou por delegação dos mesmos à servidor autorizado, as máquinas, caminhões e equipamentos poderão permanecer no local da obra ou serviço, desde que, comprovada sua necessidade.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DISCIPLINAR PARA OS MOTORISTAS / CONDUTORES

Art. 14. A condução das máquinas, veículos, caminhões e equipamentos somente poderá ser realizada por motorista profissional ou servidor, devidamente habilitado e autorizado, que detenha a obrigação respectiva em razão do cargo ou da função que exerça.

Parágrafo Único. Os servidores públicos municipais, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Municipal Direta, Fundos e Fundações, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, em caráter temporário e excepcional, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de motorista, poderão dirigir veículos oficiais, de transporte individual de passageiros, desde que possuidores da Carteira Nacional de Habilitação e devidamente autorizados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade a que pertençam.

Art. 15. A Carteira Nacional de Habilitação, deverá ser compatível ao tipo de veículo que o condutor irá utilizar, conforme a Lei nº 9.503, de 23/09/97, a saber:

- a) Categoria A condutor de veículo motorizado de duas ou três rodas, com ou sem carro lateral;
- b) Categoria B condutor de veículo motorizado, não abrangido pela categoria A, cujo peso bruto total não exceda a três mil e quinhentos quilogramas e cuja lotação não exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- c) Categoria C condutor de veículo motorizado utilizado em transporte de carga, cujo peso bruto total exceda a três mil e quinhentos quilogramas;
- d) Categoria D condutor de veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros, cuja lotação exceda a oito lugares, excluído o do motorista;
- e) Categoria E condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas Categorias B, C ou D e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque ou articulada, tenha seis mil quilogramas ou mais de peso bruto total, ou cuja lotação exceda a oito lugares, ou, ainda, seja enquadrado na categoria trailer.

Art. 16. Fica expressamente proibida a utilização das motocicletas, máquinas, caminhões, veículos e equipamentos:

I - em qualquer atividade de caráter particular;

II - no transporte de familiares de servidores públicos ou de pessoas que não estejam vinculadas às atividades da Administração Direta, Fundos e Fundações;

III - aos sábados, domingos e feriados, salvo autorização do Secretário da pasta;

IV - desvio e guarda em residências particulares.

Art. 17. Os condutores dos veículos do Município de Navegantes devem obedecer a Lei 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), de 23 de setembro de 1997.

Art. 18. Em caso de colisão das motocicletas, máquinas, caminhões, veículos e equipamentos, fica o condutor obrigado a permanecer no local do acidente até a realização de perícia, bem como comunicar à Secretaria onde desempenha suas atividades sobre o sinistro e registrar ocorrência na Delegacia de Polícia.

§ 1º Será instaurada, quando necessário, sindicância ou processo administrativo disciplinar, caso o acidente resulte em dano ao erário ou a terceiros, com o fito de apurar a responsabilidade.

§ 2º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) do condutor, este responderá pelos danos causados, pelas avarias e quaisquer prejuízos resultantes do acidente e, configurando a ocorrência de dano ao erário público municipal, será instaurado processo de Tomada de Contas Especial, visando o ressarcimento ao erário.

§ 3º Se o laudo pericial, sindicância ou processo administrativo disciplinar concluir pela responsabilidade (dolo ou culpa) de terceiro envolvido, o Município oficiará ao condutor ou proprietário do veículo, para o devido ressarcimento dos prejuízos causados.

CAPÍTULO IV DAS MULTAS DE TRÂNSITO DOS VEÍCULOS

Art. 19. Todos os Autos de Infrações dos veículos da Administração Municipal de Navegantes deverão ser endereçados a Fundação Municipal de Trânsito - NAVETRAN.

Art. 20. O pagamento de multas advindas de infrações de trânsito cometidas por servidores quando da condução de veículos de propriedade do Município é de inteira responsabilidade da Prefeitura, a qual também compete adotar as medidas necessárias visando ao ressarcimento da despesa ao erário por parte do responsável pela infração.

Art. 21. A NAVETRAN tem a responsabilidade de comunicar e encaminhar os Autos de Infrações ao condutor, para que este apresente a Defesa Prévia e Recurso à Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).

Art. 22. O condutor que dispensar a Defesa Prévia e assumir diretamente a responsabilidade da infração e o ônus da mesma, efetuará o ressarcimento da multa através de pagamento em parcela única ou parcelado, mediante instrumento legal cabível.

Parágrafo Único O pagamento parcelado poderá ser efetuado de acordo com os seguintes procedimentos:

a) o condutor infrator de qualquer norma de trânsito fica responsável pelo pagamento da constante multa da Notificação de Autuação, podendo, se quiser, autorizar o desconto mensal do parcelamento em sua folha de pagamento, respeitando o valor limite para desconto de acordo com a legislação municipal, bem como, salário percebido pelo mesmo.

b) caso assim decida, o condutor infrator se compromete pelo pagamento da Notificação, assinando um termo de acordo, autorizando o desconto em folha de pagamento.

Art. 23. Os procedimentos citados no art. 23 serão conduzidos pela NAVETRAN e no caso da alínea "a", do parágrafo único do art. 22, será encaminhado concomitantemente à Diretoria de Gestão de Recursos Humanos.

Art. 24. O condutor que se recusar a pagar o Auto de Infração, após ter-se utilizado de todas as garantias dos princípios do contraditório e da ampla defesa (Defesa Prévia e Recursos JARI), que lhe são cabíveis, e tiver contra si a caracterização de infração, o

pagamento da multa, responderá a processo Administrativo disciplinar, até a decisão final.

Art. 25. No que diz respeito ao ônus dos recursos que forem indeferidos pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI), quanto à quitação dos Autos de Infração, aplica-se o disposto no Art. 24.

CAPÍTULO V DOS ABASTECIMENTOS

Art. 26. Todos os veículos que compõem a frota municipal, inclusive os locados, devem ser cadastrados no sistema de Controle de Frota, através da solicitação de cadastro de veículo, anexo II, e será coordenado pela Secretaria de Gestão e Controle;

Art. 27. Realizado o cadastro conforme o art. anterior, será gerado um cartão magnético que estará vinculado ao veículo cadastrado, o qual será intransferível.

§ 1º O cartão a que se refere o caput, não poderá em nenhuma hipótese ser utilizado por outro veículo, e deverá permanecer guardado dentro do mesmo.

§ 2º Em caso de perda ou extravio do cartão, dever-se-á comunicar a Secretaria de Gestão e Controle para o seu bloqueio imediato, e apresentar, no prazo de até 48 horas, boletim de ocorrência relatando o fato.

Art. 28. Os abastecimentos deverão ser realizados em postos credenciados, determinados pela Administração Pública, e vencedores de processo licitatório, cujo combustível deverá ser compatível com o lícitado.

Parágrafo Único. É vedada a realização do abastecimento sem o cartão do veículo.

Art. 29. Todo veículo dispõe de uma cota semanal ou mensal de combustível, determinada pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º Caso haja a necessidade do aumento da cota semanal ou mensal, a Secretaria competente solicitará, mediante comunicação interna ou ofício, ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para aprovação.

§ 2º Nos casos de necessidade eventual, como em campanhas de saúde, eventos públicos em geral, a serem realizados em finais de semana, poderá o Secretário competente solicitar aumento temporário da cota diretamente à Secretaria de Gestão e Controle, desde que devidamente formalizado através de ofício ou comunicação interna, justificado e comprovado, por meio de folder, matéria jornalística etc.

Art. 30. A Secretaria Municipal de Gestão e Controle emitirá relatórios mensais de consumo de combustível, para conferência do documento fiscal emitido pela empresa fornecedora.

CAPÍTULO VI DA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO

Art. 31. Qualquer manutenção e/ou compra de peça, equipamento ou acessório deverá ser obrigatoriamente requisitada, através de Solicitação de Fornecimento, junto com orçamento da empresa vencedora da licitação, e encaminhada à Secretaria de Gestão e Controle, que fará a análise dos orçamentos, verificando os valores com o Sistema específico para análise de preços de mercado, bem como a compatibilidade das peças orçadas com o veículo.

Art. 32. Os orçamentos emitidos pelas empresas fornecedoras deverão ser elaborados nos moldes do anexo IV desta instrução, e

serão validados levando-se em consideração os seguintes fatores:

I - timbre da empresa;

II - data;

III - código das peças;

IV - assinatura do responsável;

V - valores compatíveis com o mercado;

IV - compatibilidade das peças com o veículo.

Art. 33. A verificação dos orçamentos referentes a tempo de serviço de mão de obra para manutenção dos veículos, será realizada pela Secretaria de Gestão e controle, com auxílio do Catálogo Tempário.

CAPÍTULO VII DOS VEÍCULOS LOCADOS

Art. 34. Todos os veículos locados serão obrigatoriamente cadastrados nos sistema de controle de frota.

Art. 35. Para cadastrar o veículo locado no sistema, o secretário requerente, emitirá uma solicitação de cadastramento de veículo, anexo II, conforme mencionado no artigo 27, dirigida a Secretaria de Gestão e Controle, devidamente assinada, juntamente com cópia do registro de licenciamento do veículo, cópia da CNH do motorista condutor, e cópia do contrato ou empenho da locação do veículo.

Art. 36. A Secretaria de Gestão e Controle, ao receber a solicitação para o cadastramento do veículo, emitirá o cartão para abastecimento, nos termos do artigo 28 desta instrução normativa.

Art. 37. É de responsabilidade do Secretário da pasta conhecer a vigência do contrato de locação dos veículos alocados na sua secretaria, e comunicar imediatamente a Secretaria de Gestão e Controle, a data do término da locação, para bloqueio do abastecimento do mesmo.

Art. 38. Todos os veículos locados, enquanto perdurar a vigência do contrato, deverão permanecer na secretaria onde estão alocados, e aos finais de semana, recolhidos ao pátio, não podendo o locador, deles dispor.

Art. 39. A manutenção, e o licenciamento anual, dos veículos locados, são de inteira responsabilidade do locador, ficando o Município, na condição de locatário, responsável apenas, pelo abastecimento, se o contrato assim dispuser.

CAPÍTULO VIII DAS COMPETÊNCIAS

Art. 40. Compete à Secretária de Gestão e Controle:

I. Acompanhar os orçamentos de compras de peças e serviços de mão de obra dos veículos do Município de Navegantes;

II. Fiscalizar e controlar os abastecimentos dos veículos da Frota de veículos do Município de Navegantes;

III. Fiscalizar o cumprimento desta Instrução Normativa, bem como outros dispositivos legais concernentes a matéria.

Art. 41. Compete aos Condutores dos veículos:

I. Zelar pelo bom funcionamento do veículo, manter limpo e organizado;

II. Informar ao Secretário da pasta sobre o vencimento da documentação do veículo;

III. Preencher o Diário de Bordo existente no interior do veículo e entregá-lo semanalmente ao Secretário da pasta;

IV. Solicitar seu cadastramento no sistema de Controle de Frota, através da solicitação para cadastro de motorista, anexo III, obtendo uma senha e matrícula para abastecimento, que será pessoal e intransferível.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Os servidores designados a exercerem atividades relacionadas nesta Instrução Normativa, deverão obedecer às ordens do Secretário da pasta e as determinações desta Instrução Normativa e demais dispositivos legais.

Art. 43. Os Secretários, Coordenadores, Diretores, Motoristas e Servidores Públicos em geral, responsáveis pelos equipamentos públicos no âmbito do Poder Executivo Municipal, terão responsabilidade solidária no caso de negligência dos procedimentos desta Instrução Normativa.

Art. 44. Eventuais reclamações ou denúncias, no que diz respeito ao não cumprimento das determinações previstas nesta instrução normativa, poderão ser feitas de segunda a sexta feira, através do fone número 156, identificado no veículo, ou por e-mail ouvidoria@navegantes.sc.gov.br.

Art. 45. O não cumprimento do preceituado nesta Instrução Normativa pelos motoristas/condutores e servidores públicos, em geral, implicará em sanções civis e administrativas, conforme dispositivos legais.

Art. 46. Os anexos I, II e III, são partes integrantes desta instrução normativa.

Art. 47. A presente Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 14 de junho de 2013.
FERNANDO SEDREZ SILVA
Secretário de Gestão e Controle

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

DIARIO DE BORDO

VEÍCULO E PLACA: _____

[illegible]



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO II

SOLICITAÇÃO PARA CADASTRO DE VEÍCULO
N° ____/ 2013

VEÍCULO:	
PLACA:	
SECRETARIA:	
NOME MOTORISTA:	
CNH MOTORISTA:	

VEÍCULO:
PRÓPRIO (☐) LOCADO (☐) PERÍODO DE LOCAÇÃO ____/____/____ A ____/____/____

- (☐) CÓPIA DO DOCUMENTO DO VEÍCULO
(☐) CÓPIA DA CNH DO MOTORISTA
(☐) CÓPIA DO EMPENHO OU CONTRATO (VEÍCULO LOCADO)

DATA: ____/____/____

NOME DO SECRETÁRIO
SECRETARIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO III

SOLICITAÇÃO PARA CADASTRO DE MOTORISTA
N° ____/ 2013

MATRÍCULA:	
NOME:	
SECRETARIA/FUNDAÇÃO:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	
CIDADE:	
UF:	
CEP:	
CARGO: () Comissionado () Efetivo () Outros _____	

CARTEIRA DE MOTORISTA	
NUMERO DE REGISTRO:	
CATEGORIA DA CNH:	
VENCIMENTO: ____/____/____	

DATA: ____/____/____

NOME DO SECRETÁRIO
SECRETARIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO IV
MODELO DO ORÇAMENTO (dados fictícios)

Timbre

Nome da Empresa:

Endereço:

CNPJ:

Contato do responsável:

INFORMAMOS ABAIXO ORÇAMENTO PARA CONserto DO VEICULO

Descrição do veículo

Placa:

Modelo:

KM:

QTDE	REFERENCIA	DISCRIPTION	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
02	8587219	AMORTECEDOR DIANTEIRO	R\$ 387,53	R\$ 775,06
01	1903628	FILTRO DE OLEO	R\$ 61,66	R\$ 61,66
04	14148190	LAMPADA	R\$ 4,60	R\$ 18,40
TOTAL DE PEÇAS				855,12
DESCONTO DE PEÇAS 10%				
TOTAL LIQUIDO DE PEÇAS			R\$ 769,60	

MÃO DE OBRA MECÂNICA

TEMPO	TIPO DE SERVIÇO	VALOR HORA	VALOR TOTAL
1h	SUBSTITUIR AMORTECEDOR	R\$ 36,96	R\$ 36,96
0,5h	SUBSTITUIR FILTRO DE OLEO	R\$ 36,96	R\$ 18,48
TOTAL MÃO DE OBRA MECÂNICA			R\$ 55,44

MÃO DE OBRA ELÉTRICA

TEMPO	TIPO DE SERVIÇO	VALOR HORA	VALOR TOTAL
0,3h	SUBSTITUIR LAMPADA	R\$ 30,02	R\$ 9,00
TOTAL MÃO DE OBRA ELÉTRICA			R\$ 9,00

DATA DO ORÇAMENTO

CARIMBO E ASSINATURA

Normas Para Compras e Serviços.
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2013

O Controle Interno do Município de Navegantes no uso das atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I da Lei municipal nº. 1417, de 30 de julho de 2001 e Decreto nº. 591, de 08 de fevereiro de 2006, institui normas disciplinando os procedimentos gerais para compras, licitações e contratos da Administração Direta e Indireta do Município de Navegantes.

Considerando, que as ações dos agentes públicos devem obedecer aos princípios da moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência;

Considerando, que a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 estabelece procedimentos para o processo de compras e contratação de obras e serviços;

Considerando, que a economicidade, o planejamento e a coordenação são princípios norteadores dos atos da Administração Pública;

Considerando, que a compra de bens e a contratação de obras e serviços devem preservar as metas e os projetos traçados no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual;

Considerando, que a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) impõe planejamento nas ações dos agentes públicos; e

Considerando, a necessidade de padronização e normatização do sistema de compras e contratação de obras e serviços no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

RESOLVE:**Capítulo I****DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º As compras e serviços a serem realizadas pelo Município de Navegantes obedecerão a presente Instrução Normativa.

Art. 2º Cada órgão da Administração Pública deverá planejar, com antecipação, suas compras para o ano vigente, conforme normas estabelecidas nesta instrução Normativa.

Capítulo II**DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

Art. 3º Todas as compras a serem realizadas pelo Poder Executivo do Município de NAVEGANTES-SC, deverão ser centralizadas na Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços (Compras), da Secretaria de Administração do Município, e deverão ser precedidas de solicitação formal, através de um documento físico denominado "SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS", Anexo I desta instrução, constando de forma detalhada a descrição pormenorizada do material/serviços a serem adquiridos, a sua finalidade, o objeto, a sua destinação e a pessoa responsável pela solicitação, iniciando-se assim a fase interna do procedimento.

Art. 4º A SOLICITAÇÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS deverá ser assinada pelo Secretário Municipal solicitante, ou por pessoa formalmente designada por ele, e ser dirigida para a Secretaria de Gestão e Controle.

Parágrafo único. A Solicitação de Compras e Serviços prevista no caput, para análise da Secretaria de Gestão e Controle, deverá estar devidamente preenchida e assinada e vir acompanhada dos seguintes documentos:

I - Mínimo de três orçamentos/cotações;

II - Justificativa;

III - Termo de referência (nos casos de abertura de processo licitatório)

IV - Outros documentos necessários, de acordo com cada modalidade de licitação e tipo de contratação.

Art. 5º. Os orçamentos descritos no inciso I, do parágrafo único, do art. 4º desta instrução serão analisados pela Secretaria de Gestão e Controle, que os validará ou não, levando-se em consideração os seguintes aspectos:

I - Descrição completa do produto com código, se for o caso;

II - Assinatura do responsável pela emissão, salvo se emitido por meio eletrônico, hipótese em que deverá vir acompanhado da cópia do e-mail do solicitante ou digitalizado contendo a respectiva assinatura;

III - Prazo e validade do orçamento;

IV - Carimbo da empresa contendo:

a) Descrição da sua Constituição;

b) CNPJ;

c) Inscrição Estadual;

d) Endereço da sede da empresa;

e) Telefone;

f) E-mail;

g) Razão Social;

h) Nome fantasia.

Art. 6º Constatando-se a inconformidade nos orçamentos serão solicitadas as devidas correções ou a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias sob pena de descartar o orçamento.

Art. 7º A pesquisa de preço de mercado, objetiva o levantamento do preço estimado de sua aquisição, em, no mínimo 03 (três) estabelecimentos diferentes.

§ 1º Caso haja limitação de mercado, poderá ser dispensado o levantamento de preço em 03 (Três) estabelecimentos, desde que devidamente justificado.

§ 2º O solicitante assumirá toda responsabilidade/validade sobre a autenticidade das cotações e/ou justificativas quanto as limitações de mercado.

§ 3º Poderá a Secretaria de Gestão e Controle fazer cotações extras para fins de verificação de compatibilidade de preços com o de mercado.

Art. 8º A solicitação de compras deverá indicar, no campo observações, quando houver a intensão do solicitante pelas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação ou, se for o caso, da realização de compra direta, porém ficando a decisão pela modalidade ou forma de aquisição, a cargo da Secretaria de Administração e Logística do Município.

Art. 9º A definição do objeto deverá caracterizar bens/serviços ou obras adquiridos de mesma similaridade, objetivando o enquadramento e a definição da forma de aquisição.

Capítulo III**DA COMPRA DIRETA**

Art. 10. Para fins desta Instrução Normativa considera-se Compra Direta a aquisição de bens e serviços em que há a permissão legal para utilização de procedimento simplificado, respeitado o dispêndio de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para obras e engenharia, e R\$ 8.000,00 (oito mil reais) para outros serviços e compras, nos termos do art. 24 da Lei 8666/93, consultando a administração

pública, propostas de preço (orçamentos/cotações) de, no mínimo, três empresas do ramo pertinente a seu objeto, consagrando-se como vencedora a proposta de menor preço.

Art. 11. A compra direta será formalizada a partir da solicitação de compras, depois de realizado o respectivo enquadramento do objeto a ser adquirido, respeitado o disposto no Art. 5º da presente Instrução Normativa no que diz respeito aos orçamentos.

Art. 12. A compra direta evidenciará os dados necessários à perfeita caracterização do objeto e deverá garantir que, a soma de todas as aquisições para o exercício não ultrapassem o limite anual definido para a dispensa de licitação de que trata os incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 13. A formalização da compra direta far-se-á, mediante prévio empenho, através da emissão de Autorização de Fornecimento/Serviço, a ser assinada pelo Secretário de Administração e Logística, ou por pessoa especialmente designada para tal, autorizando a execução da despesa.

Art. 14. Os produtos considerados de utilização permanente, como material de higiene, limpeza, expediente, suprimentos de informática e outros considerados de utilização permanente, não poderão ser adquiridos por meio de compra direta.

Art. 15. Para aquisição de produtos e/ou contratações de serviços nos termos do Art. 11, o órgão administrativo deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a solicitação de compras (Anexo I), conforme art. 3º desta Instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Diretoria de Contabilidade;

II - Solicitar junto à possíveis fornecedores as devidas cotações ou orçamentos (no mínimo três) dos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados observando junto ao mesmo se este possui nota fiscal de venda ou de serviço conforme o caso;

III - Encaminhar as solicitações devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta ou Superintendente no caso das Fundações, juntamente com os orçamentos e outros documentos conforme o caso, à Secretaria de Gestão e Controle para verificação conforme Arts. 4º e 5º, com protocolo específico;

IV - Analisados os documentos pela Secretaria de Gestão e Controle, conforme Arts. 4º e 5º, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para aprovação, que após autorizá-la enviará à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para efetuar o lançamento do processo no sistema de informática, gerando o prévio empenho da despesa e também uma autorização de fornecimento - AF;

V - A autorização de fornecimento será emitida depois de finalizados todos os trâmites para a formalização da compra, devendo ser emitida a partir dos procedimentos de Dispensa ou inexigibilidade.

VI - A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 (três) vias da AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;

VII - Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao secretário ou superintendente solicitante, que após recebimento, remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso;

VIII - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço.

IX - O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, que sob orientação

do secretário ou Superintendente, emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento, e entregá-la, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço.

X - Em se tratando de contratação de serviços, deverá o fornecedor emitir juntamente com a Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos trabalhistas, e certificado de regularidade do FGTS.

XI - O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço e a remeterá, juntamente com a AF, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Gestão e Controle, para conferência nos termos do art. 38;

XII - Estando o documento fiscal de acordo este será remetido a Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, para liquidação no sistema de compras e de contabilidade e, posteriormente, à Secretaria de Finanças para pagamento.

Art. 16 O procedimento de compra direta somente será realizado em casos emergenciais, cujo objeto não possa faltar para a prestação de serviços públicos essenciais, situação esta que deverá ser caracterizada mediante justificativa.

Capítulo IV

DA DISPENSA E INEXIGIBILIDADE

Art. 17. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta Instrução, a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Navegantes, quando for dispensável ou inexigível a licitação, deverá respeitar os seguintes procedimentos:

I - Preencher a solicitação de compras (Anexo I), conforme art. 3º desta Instrução, observando os códigos da despesa de cada órgão de acordo com o orçamento vigente e orientações da Diretoria de Contabilidade;

II - Solicitar junto à possíveis fornecedores as devidas cotações ou orçamentos (no mínimo três) dos produtos ou serviços a serem adquiridos ou contratados observando junto ao mesmo se este possui nota fiscal de venda ou de serviço conforme o caso;

III - Justificar a necessidade do serviço ou material, apontando o motivo que torna sem necessidade a realização da licitação, conforme preceituam os artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, apontando o enquadramento em um dos incisos dos referidos artigos;

IV - Informar a pessoa física ou jurídica que será contratada;

V - Determinar o período da contratação;

VI - Solicitar a seguinte documentação à empresa, autenticada se for o caso:

a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato (proprietário da empresa, diretor, gerente ou qualquer outra pessoa com procuração especial);

b) carteira de identidade e CPF do proprietário da empresa ou qualquer outra pessoa com procuração especial;

c) comprovante de residência;

d) Contrato ou estatuto social da empresa ou organização, juntado se for o caso a última alteração;

e) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

f) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;

g) Certidão Negativa de débitos junto a Receita Federal, ou

Certidão Positiva com efeito de negativa;

h) Certidão Negativa junto ao INSS;

i) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS;

j) Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis

k) Certidão/contrato/comprovação de exclusividade, quando for o caso;

l) Outros documentos não elencados na presente instrução, porém atinentes à contratação pretendida.

VII - Encaminhar as solicitações, juntamente com a documentação disposta nos incisos anteriores e outros documentos que o solicitante julgar pertinentes, devidamente preenchidas e assinadas pelo Secretário da Pasta ou Superintendente, conforme o caso, à Secretaria de Gestão e Controle para verificação conforme Arts. 4º e 5º, com protocolo específico;

VIII - Analisados os documentos pela Secretaria de Gestão e Controle, conforme Arts. 4º e 5º, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para aprovação, que após autorizá-la enviará à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para a montagem e registro do processo no sistema informatizado e confecção do contrato, se for o caso.

IX - A disponibilidade orçamentária deverá ser definida através da indicação da dotação orçamentária e da fonte de recurso para a sua aquisição, que será realizada através do Departamento de Contabilidade mediante Parecer;

X - Após devidamente instruído o processo, numerado, com documentos autuados e rubricados, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços submeterá o processo à Procuradoria Geral do Município para a emissão de parecer;

XI - O processo, juntamente com o parecer da Procuradoria Geral do Município, deverá ser devolvido à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que formalizará o processo, procedendo às adequações quando mencionadas no parecer, colhendo as assinaturas necessárias das partes, publicando-o, gerando o prévio empenho da despesa e também uma autorização de fornecimento - AF;

XII - A autorização de fornecimento será emitida depois de finalizados todos os trâmites para a formalização da dispensa ou inexigibilidade.

XIII - A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 vias de AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;

XIV - Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao Secretário ou Superintendente solicitante, que após recebimento, remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso.

XV - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço.

XVI - O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, que sob orientação do secretário ou Superintendente, emitirá uma Nota Fiscal, sem rasuras em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento, e entregá-la, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço;

XVII - Tratando-se de contratação de serviços, deverá o fornecedor anexar à Nota Fiscal, as certidões negativas de débitos relativos a contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa débitos de trabalhistas, e certificado de regularidade do FGTS.

XVIII - O Secretário(a)/Superintendente/Procurador(a)/Presidente solicitante ou pessoa formalmente designada para tal atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura

do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço e a remeterá, juntamente com a AF, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Gestão e Controle, para conferência nos termos do art. 38;
XIX - Estando o documento fiscal de acordo este será remetido a Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, para liquidação no sistema de compras e de contabilidade e, posteriormente, à Secretaria de Finanças para pagamento.

Art. 18. Respeitados os procedimentos descritos nos Art. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, e os procedimentos e documentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução, a contratação de pessoa física para prestação de serviços ou fornecimento de bens para o Município de Navegantes, quando não precisar de licitação, observará os mesmos procedimentos descritos no art. 17 desta instrução, exceto no que concerne aos documentos descritos no inciso VI, que deverão ser os seguintes:

I - Identificação do responsável pela assinatura do contrato;

II - Carteira de identidade e CPF do responsável;

III - Certidão atualizada de registro civil;

IV - Comprovante de residência;

V - Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.

VI - Matrícula atualizada do imóvel, nos casos de locação de imóveis;

VII - Carteira de motorista, quando for o caso, bem como outros documentos pertinentes não previstos nesta instrução.

Art. 19. As Solicitações de Compras e Serviços deverão mencionar a intenção de valer-se da utilização de dispensa ou inexigibilidade de licitação no campo "Observações". No entanto esta intenção será apreciada pela Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, que decidirá pela modalidade adequada.

Art. 20. As referidas informações e documentos deverão, obrigatoriamente, serem anexadas à Solicitação de Compras.

§ 1º O envio de processo licitatório sem os devidos documentos ou outros que vierem a ser solicitados acarretará a devolução do mesmo para a Secretaria interessada para instrução do processo.

§ 2º Caso haja qualquer informação tecnicamente imprescindível a ser adicionada para a elaboração do edital/contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Compras ou em Comunicação Interna, caso haja necessidade.

Art. 21. Os procedimentos de Dispensa e Inexigibilidade de licitação previstos no artigo anterior observarão os procedimentos descritos nos arts 17 a 20 desta instrução, e poderão ser solicitados a qualquer tempo pela Secretaria de Gestão e Controle para análise, cuja verificação documental se dará nos moldes da lista de checagem prevista no Anexo III desta instrução.

Capítulo V

DOS DEMAIS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Art. 22. Para a abertura de procedimento licitatório, deverão ser observados os procedimentos descritos nos arts. 3º, 4º e 5º desta instrução normativa.

Art. 23. Os procedimentos licitatórios nas modalidades de convite, tomada de preço, concorrência pública e pregão deverão iniciar, a partir da solicitação de compras e serviços, observando o valor previsto ou a natureza, nos termos da Lei 8666/93 e Lei 10.520/02, para a aquisição do bem, mercadoria ou serviço, serão realizados através de processo administrativo devidamente numerado.

Art. 24. A escolha da modalidade de licitação ficará a cargo da

Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, observados os dispositivos constantes na Lei 8.666/93.

Art. 25. A Secretaria de Administração e Logística por intermédio da Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, elaborará o edital, indicando obrigatoriamente os preceitos descritos no art. 40 da Lei 8.666/93 e, após constituir o processo com a documentação pertinente, submeterá à apreciação da Procuradoria Geral do Município, que se manifestará formalmente nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/93.

§ 1º Após análise do edital licitatório a Procuradoria Geral do Município, emitirá parecer sobre o processo e devolverá os autos para a Secretaria de Administração e Logística, para possíveis correções e publicação do edital.

Art. 26. O Critério de julgamento a ser definido no edital deve garantir a aquisição dos bens, mercadorias ou serviços de forma mais vantajosa ao Poder Público, de acordo com as características do objeto, nos termos da lei e, sempre que possível, seguindo as orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina - TCE/SC.

Art. 27. A dotação orçamentária deverá ser formalmente indicada pelo departamento de contabilidade, cujo bloqueio será providenciado a partir da assinatura do parecer contábil, cujo comprovante deverá ser anexado ao processo, salvo na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 7º, do Decreto Federal nº 7892/13.

Art. 28. Após homologados os procedimentos licitatórios e devidamente assinados e publicados os resultados da licitação, os contratos, se for o caso, o fornecimento dos bens, materiais e serviços, início de obras etc., que já foram objeto de licitação, deverá ser precedido de "solicitação de fornecimento" (Anexo V desta instrução), devidamente preenchida, datada e assinada pelo solicitante.

Art. 29. A solicitação de fornecimento deverá ser encaminhada para a Secretaria de Gestão e Controle que analisará a conformidade do documento, e encaminhará para o Gabinete do Prefeito para autorização.

Art. 30. O Prefeito, aprovando a solicitação, rubricará o documento e encaminhará à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para emissão de prévio empenho e Autorização de Fornecimento.

Art. 31. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, os procedimentos serão os seguintes:

I - A Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços emitirá 03 (três) vias da AF, as quais serão encaminhadas à Diretoria de Contabilidade para apreciação e impressão do empenho;

II - Após apreciação pela Diretoria de Contabilidade, 02 duas vias da AF serão devolvidas à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços para encaminhamento ao Secretário ou Superintendente, que após recebimento remeterá ao fornecedor autorizando-o a entregar o produto, prestar o serviço ou executar a obra, conforme o caso;

III - Nenhuma aquisição de bens, mercadorias ou serviços será autorizada sem a emissão prévia de empenho e autorização de fornecimento, cujo termo será indispensável para a emissão do documento fiscal correspondente, pelo fornecedor do bem, mercadoria ou serviço;

IV - O Fornecedor, mediante posse da AF, ficará autorizado à entrega da mercadoria e/ou execução do serviço, e sob orientação do interessado (Secretário ou Superintendente), deverá emitir uma nota fiscal, sem rasuras, em nome da Prefeitura, Fundo, Fundação ou autarquia conforme o caso, informando na nota fiscal o

número do empenho ou da AF que a originou, bem como informações bancárias para pagamento e entrega-la, juntamente com a AF, ao recebedor da mercadoria e/ou serviço;

V - Tratando-se de contratação de serviços, deverá o fornecedor anexar à Nota Fiscal, as certidões negativas relativas às contribuições Previdenciárias junto ao INSS, certidão negativa de débitos trabalhistas, e certificado de regularidade do FGTS.

VI - O servidor atestará o recebimento do material ou serviço no verso da respectiva nota fiscal, através de carimbo específico (modelo Anexo VI) e assinatura do Secretário ou Superintendente solicitante, identificando a data do recebimento da mercadoria e/ou serviço e a remeterá, juntamente com a AF, no prazo máximo de 5 dias úteis, à Secretaria de Gestão e Controle, para conferência nos termos do art. 38;

VII - Estando o documento fiscal de acordo este será remetido a Diretoria de Gestão de Bens, Materiais e Serviços, para liquidação no sistema de compras e de contabilidade e, posteriormente, à Secretaria de Finanças para pagamento.

Capítulo VI DOS TERMOS ADITIVOS AOS CONTRATOS

Art. 32. A solicitação de Termo Aditivo ao Contrato deverá ser precedida de Solicitação de Compras endereçada à Secretaria de Administração e Logística com, no mínimo, 30 dias antes do término da vigência do contrato, devidamente assinada pelo Secretário da pasta ou Superintendente, com as seguintes informações gerais:

- I - Justificativa da necessidade da realização do aditivo;
- II - Informar o período para prorrogação do contrato ou data para sua rescisão;
- III - Cópia da emissão de Ordem de Serviço, quando houver;
- IV - Informação do valor que será acrescentado ou suprimido ao contrato com a realização do aditivo, se for o caso;
- V - Informação da dotação orçamentária a ser utilizada;
- VI - Solicitação da seguinte documentação ao contratado, quando pessoa jurídica:
 - a) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
 - b) Certidão Negativa de débitos estaduais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa;
 - c) Certidão Negativa de débitos federais, junto a Receita Federal;
 - d) Certidão Negativa junto ao Instituto Nacional de Serviço Social - INSS;
 - e) Certidão Negativa junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
- VII - Solicitação da seguinte documentação, autenticada se for o caso, ao contratado quando pessoa física:
 - a) Identificação do responsável pela assinatura do contrato;
 - b) carteira de identidade e CPF do responsável;
 - c) comprovante de residência;
 - d) Certidão Negativa de débitos municipais, ou Certidão Positiva com efeito de negativa.
 - e) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), se for o caso;
 - f) novo cronograma físico financeiro, se for o caso;
 - g) ratificação do engenheiro responsável, se for o caso;
 - h) Projeto complementar, se for o caso.

§ 1º Em se tratando de Aditivo de Prazo, este poderá ser solicitado mediante Ofício, desde que contidas as exigências previstas nos incisos I, II, III, V, VI e VII do presente artigo.

§ 2º Caso haja qualquer informação a ser adicionada para a elaboração do contrato, esta deverá constar também na Solicitação de Compras ou em Comunicação Interna, caso seja necessário.

§ 3º. Os pedidos de reajuste contratual, dispensam este procedimento devendo ser concedido a cada 12 meses, por simples apostilamento.

Capítulo VII DAS COMPETENCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 33. Compete à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços a realização dos procedimentos para compras e contratações de obras e serviços em observância à Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, bem como demais normas pertinentes.

Art. 34. Compete ainda à Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, a elaboração dos editais para os processos licitatórios, que constituirão os autos do processo, bem como seu arquivamento e publicações.

Art. 35. Além da realização dos procedimentos contidos nos artigos anteriores, a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços fará a verificação documental do processo licitatório, considerando as listas de checagem constantes nos anexos III, IV, V da presente Instrução Normativa, correspondente a cada modalidade de licitação, juntando-as aos autos, sem prejuízo de outras medidas previstas na Lei nº 8666/93.

Art. 36. Compete ainda a Diretoria de Gestão de Bens Materiais e Serviços, dirimir quaisquer dúvidas ou interpretações relativas sobre o procedimento a ser adotado nos casos não previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 37. Compete à Procuradoria Geral do Município, elaborar parecer sobre as minutas de editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, ficando a responsabilidade desta limitada apenas ao parecer, de acordo com os documentos que lhe foram encaminhados para análise, sem adentrar no mérito, conveniência e detalhe eminentemente técnicos.

Art. 38. Compete à Secretaria de Gestão e Controle fazer a verificação documental conforme disposto nos arts. 4º e 5º, bem como fazer a conferência dos documentos fiscais, a partir da lista de checagem prevista no Anexo II da presente Instrução Normativa, após a respectiva liquidação pelo responsável pela conferência e recebimento do bem, mercadoria, obra e/ou serviço.

Art. 39. Compete à comissão de licitação, permanente ou especial, receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, sem prejuízo de outras atribuições que lhe forem atribuídas por legislação específica.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A aquisição de produtos/serviços sem a observância do processo licitatório é considerada infração podendo ser enquadrada como improbidade administrativa, além de crime de responsabilidade, tipificado no artigo 1º, XI, do Decreto - Lei nº. 201/1967, sem prejuízo das responsabilidades nos termos da Lei nº 8666/1993.

Art. 41. Sem prejuízo dos procedimentos da presente instrução, o fornecimento de combustíveis, óleos lubrificantes, peças e serviços de manutenção da frota municipal, observarão normas específicas de controle.

Art. 42. Os Anexos I, II, III, IV, V e VI, constituem partes integrantes desta Instrução Normativa.

Art. 43. Os casos omissos, ou não destacados na presente

Instrução Normativa, bem como aqueles que venham a conflitar com os dispositivos legais, deverão embasar-se na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 44. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Navegantes, 14 de junho de 2013.

FERNANDO SEDREZ SILVA
Secretário de Gestão e Controle

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
 CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS
Nº /ANO

Órgão			
Unidade			
Projeto / Atividade			
Dotação – Código Reduzido			
Destinação			
Objeto:			
Observações:			
Item	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
Total Geral			
Desconto			
(Valor expresso em reais)			Total Líquido
Local de entrega			
Recebedor			
Data da solicitação: ____/____/____ Solicitante: Ass.: _____ e: _____ Cargo: _____		Disponibilidade Orçamentária: Sim () Não () _____ Responsável Disponibilidade Financeira: Sim () Não () _____ Responsável	
Deferido () Indeferido () em ____ / ____ / ____ <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> Nome completo Secretário de Finanças </div> <div> Nome completo Secretário(a) de Administração e Logística </div> </div>			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO II

LISTA DE CHECAGEM DE DOCUMENTOS FISCAIS

Os documentos fiscais serão analisados e encaminhados ao Departamento de Compras, conforme art. 38 da Instrução Normativa N° 001/2013, observados os seguintes requisitos:

Nota Fiscal nº: _____ **Fornecedor:** _____

DOCUMENTOS A SEREM CONFERIDOS	SIM	NÃO
1. É de fato uma nota fiscal ou um documento fiscal válido (cupom fiscal)?		
2. A Nota fiscal identifica o nº do empenho ou da Autorização de Fornecimento (AF)?		
3. A data da nota fiscal é posterior à data do respectivo empenho?		
4. Houve tempo hábil para o serviço/obra ser executado(a)?		
5. A natureza da Nota Fiscal coincide com a AF? (NF de venda ou prestação de serviços)		
6. A Nota Fiscal Eletrônica está válida? Esta conferência só pode ser realizada 24 horas após a sua emissão.		
7. A empresa emissora da NF de bloco está apta a proceder desta forma?		
8. Os valores unitários e totais conferem?		
9. Os valores da Nota Fiscal conferem com os valores da AF?		
10. A Nota Fiscal está devidamente LIQUIDADA (data, assinatura, nome do responsável e cargo de forma legível)?		
11. A Nota Fiscal está acompanhada da cópia da AF?		
12. Presentes as Certidões Negativas de Débitos solicitadas (FGTS, INSS, Trabalhista)?		
14. Foi realizada a inspeção <i>in loco</i> ?		
15. Há compatibilidade do que foi constatado <i>in loco</i> com as informações prestadas na Nota Fiscal?		

Regular ()

Irregular ()

Navegantes, _____ de _____ de _____.

Nome do Responsável pela conferência
Cargo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
 CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO III

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

LISTA DE CHECAGEM

Sequência de atos necessária e insuscetível de alteração ou supressão, que deve ser observada na instrução de cada processo, com base nos artigos indicados da Lei nº 8.666/93.

Processo nº: _____

Modalidade: _____.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
2. Consta a solicitação/requisição da alienação, da compra, serviço ou obra, elaborada pelo agente ou setor competente?			
3. A autoridade competente justificou a necessidade do objeto da contratação direta (art. 26, <i>caput</i> , Lei nº 8.666/93)?			
3.1 A justificativa contempla a caracterização da situação de dispensa (art. 17, art. 24, III e seguintes da Lei 8.666/93) ou de inexigibilidade de licitação (art. 25, Lei 8.666/93), com os elementos necessários à sua configuração (art. 26, <i>caput</i> , e parágrafo 1º, I, Lei nº 8.666/93)?			
4. Existe parecer técnico apto a justificar e/ou configurar a hipótese legal de contratação direta aplicável ao caso concreto (art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93)?			
5. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?			
6. Existe declaração de exclusividade expedida pela entidade competente, no caso de inexigibilidade de licitação do art. 25, I, Lei 8.666/93?			
7. Em se tratando de contratação de obra ou serviço, há Projeto Básico (arts. 6º, IX, 7º, § 2º, I, e § 9º, Lei 8.666/93)?			
8. No caso do item anterior, consta a aprovação motivada do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?			
9. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II e § 9º, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a sua execução (art. 7º, §§ 1º e 9º, Lei 8.666/93)?			
10. Consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos (art. 15, III, Lei nº 8.666/93)?			
11. Existe justificativa quanto à aceitação do preço ofertado pela futura contratada (parágrafo único, III, art. 26, Lei nº 8.666/93)?			
12. Foram indicadas as razões de escolha do adquirente do bem, do executante da obra, do prestador do serviço ou do fornecedor do bem (parágrafo único, II, art. 26, Lei 8.666/93)?			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
 CGC/MF 83.102.855/0001-50

13. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?			
13.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?			
14. Constam as comprovações referentes à regularidade fiscal federal (art. 193, Lei 5.172/66), com a Seguridade Social (INSS - art. 195, §3º, CF 1988) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – art. 2º, Lei 9.012/95), verificação de eventual proibição de contratar com a Administração, além da declaração da Lei 9.854/99?			
15. A contratação direta foi autorizada motivadamente pela autoridade competente?			
16. Foi juntada a minuta de termo de contrato, se for o caso.			
17. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?			
18. Comunicação à autoridade superior, no prazo de três dias, do ato que autoriza a dispensa ou reconhece a situação de inexigibilidade, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias (art. 26 da Lei nº 8.666/93).			

Regular ()

Irregular ()

Navegantes, ____ de ____ de ____.

 Nome do Responsável pela conferência
 Cargo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
 CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS, PREGÃO E CONVITE
Aquisição de bens, serviços e obras

LISTA DE CHECAGEM

São os atos administrativos e documentos previstos na Lei nº 8.666/93, a instruir a fase interna do procedimento licitatório nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite:

Processo nº: _____

Modalidade: _____.

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
2. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?			
3. A autoridade competente justificou a necessidade da contratação?			
4. Consta a autorização da autoridade competente para a abertura da licitação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)?			
5. No caso de aquisição de bens, consta documento contendo as especificações e a quantidade estimada do objeto, observadas as demais diretrizes do art. 15 da Lei 8.666/93?			
6. Para contratação de obras ou serviços, existe estudo técnico preliminar para subsidiar a elaboração do projeto básico (art. 6º, IX, Lei 8.666/93)?			
7. Para contratação de obras ou serviços, foi elaborado projeto básico (arts. 6º, IX e 7º, §2º, I, da Lei nº 8.666/93)?			
8. No caso de bens e serviços comuns, há justificativa para a não utilização do pregão (Lei 10520, de 2002)?			
9. Consta a aprovação motivada do projeto básico pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93)?			
10. Para contratação de obras e serviços, foi elaborado, se for o caso, o projeto executivo (art. 6º, X e 7º II, Lei nº 8.666/93), ou autorizado que seja realizado concomitantemente com a execução dos mesmos (art. 7º, §1º, Lei 8.666/93)?			



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
 SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
 CGC/MF 83.102.855/0001-50

11. Tratando-se de obras e serviços, existe orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto, baseado em pesquisa de preços praticados no mercado (arts. 7º, § 2º, II, e 43, IV da Lei nº 8.666/93), assim como a respectiva pesquisa de preços realizada?			
11.1 No caso de compras, consta a pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto da contratação, no mínimo 03 orçamentos (art. 15, III e 43, IV da Lei nº 8.666/93)?			
12. Há previsão de recursos orçamentários, com indicação das respectivas rubricas (arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei nº 8.666/93)?			
12.1 Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no <i>caput</i> do art. 16?			
13. Em face do valor estimado do objeto, a participação na licitação é exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas (art. 48, I, da LC nº 123/06, art. 6º do Decreto nº 6.204/07 e art. 34 da Lei nº 11.488/07)?			
14. Consta a designação da Comissão de Licitação (art. 38, III, da Lei nº 8.666/93)?			
15. Há minuta de edital e anexos (art. 40 da Lei nº 8.666/93)?			
15.1 Constituem anexos do edital:			
(a) projeto básico, se for o caso;			
(b) projeto executivo, se for o caso,			
(c) termo de contrato, se for o caso; e			
(d) orçamento em planilha de quantitativos e custos unitários, se for o caso.			
16. Foi objeto de análise e parecer pela Procuradoria Jurídica (art. 38, inciso VI e parágrafo único, da Lei nº 8.666/93)?			
17. Publicação do aviso de edital (art. 21 da Lei nº 8.666/93).			
18. No caso da modalidade de Carta Convite, houve a participação de, no mínimo, 03 convidados?			

Regular ()

Irregular ()

Navegantes, ____ de _____ de _____.

 Nome do Responsável pela conferência
 Cargo



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO V

SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO
Nº ____ /ANO

Data: ____/____/____

Unidade Solicitante: _____

Processo/Ano: _____ Nº da Licitação: _____

Local de Entrega: _____

Prazo de Entrega: _____

Destinação: _____

Nome do Solicitante: _____

Observações: _____

Situação: () Atendida () Não Atendida Motivo: _____

Item	Especificação	Preço Unitário	Preço Total

Total:

Nome Solicitante: _____

Cargo: _____

Nome completo

Secretário(a) de Administração e Logística



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
SECRETARIA DE GESTÃO E CONTROLE
CGC/MF 83.102.855/0001-50

ANEXO VI

Modelo Carimbo de Liquidação de Notas Fiscais

CERTIFICO que o	<u>MATERIAL</u>	constante
	<u>SERVIÇOS</u>	
deste documento foi	<u>RECEBIDO</u>	e aceito
	<u>PRESTADO</u>	
Em ____/____/____		
_____ ASSINATURA		
Nome:		
Cargo:		

Extrato Ata Registro de Preço N° 65/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 65/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 65/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 65/2013 - contendo os preços registrados pela empresa Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda., no valor de R\$ 389.132,00 (trezentos e oitenta e nove mil cento e trinta e dois reais).
Vigência: 17/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Extrato Ata Registro de Preço N° 81/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 81/2013.
O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 81/2013, relativa ao Pregão Presencial nº 81/2013 - contendo os preços registrados pelas empresas relacionadas abaixo:

Empresa: ADMINISTRA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA.
Valor: R\$ 5.938,50 (cinco mil novecentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

Empresa: COMERCIAL STORINNY LTDA-ME.
Valor: R\$ 9.323,39 (nove mil trezentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos)

Empresa: BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA.
Valor: R\$ 27.323,00 (vinte e sete mil trezentos e vinte e três reais).

Empresa: TELAS EGGERT INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA EPP.
Valor: R\$ 23.148,00 (vinte e três mil cento e quarenta e oito reais).

Empresa: LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.
Valor: R\$ 40.367,75 (quarenta mil trezentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 17/06/2014.
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 17 de junho de 2013.
CARLA CLAUDINO
Pregoeira

Nova Trento**PREFEITURA****Chamamento Público**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO
Secretaria Municipal de Saúde

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM

O Secretário Municipal de Saúde de Nova Trento torna público que, devido ao pedido de exoneração de 2 Técnicos em Enfermagem, sem aviso prévio, necessita contratar com URGÊNCIA, 02 (dois) Técnicos em Enfermagem para o pronto atendimento do Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, em caráter temporário:

- a) Remuneração: R\$ 825,36 Insalubridade 40% sobre o Salário Mínimo Abono R\$ 113,37
- b) Carga Horária: 40 h / Semanais
- c) Prazo do Contrato: até 31 de dezembro de 2013.
- d) Regime Jurídico: Estatutário;
- e) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
- f) Forma de Seleção: Títulos.

Os interessados deverão manifestar seu interesse até às 17 horas do dia 26/06/2013, munidos dos documentos pessoais e profissionais, com o Secretário Municipal de Saúde. Informações pelo telefone: (48) 3267-0132, ou comparecer ao Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, falar com Izabela.

Nova Trento, 20 de Junho de 2013.
MAXILIANO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Orleans**PREFEITURA****Aviso de Licitação N° 91/2013 - Telefonia Movei**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N° 91/2013.
Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM AUTORIZAÇÃO PARA PRESTAR SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP, NA CIDADE DE ORLEANS.

Recebimento das Propostas: até o dia 03/07/2013 às 15h45minm.
Abertura das Propostas: dia 03/07/2013, às 16h: 00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08h00min às 12h00min (Expediente Interno) e das 13h30min às 17h30min horas (Atendimento ao Público), pelo fone (48) 3886.0100 ou pelo email licitacao@orleans.sc.gov.br.

ORLEANS, 20 de Junho de 2013.
TATIANA VERAN BUSSOLO.
Pregoeira.

Aviso de Licitação Saúde - Material Medico Hospitalar 34/2013

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2013
Tipo : Menor Preço/Por Lote

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR DESCARTAVEL E SOROS DIVERSOS

Recebimento dos Envelopes: até o dia 03/07/2013 às 13h45min horas.

Abertura das Propostas: dia 03/07/2013 às 14h00min horas.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 12:00 (Expediente Interno) e das 13:30 às 17:30 (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0100, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 20 de Junho de 2013.
TATIANA VERAN BUSSOLO
Pregoeira

Palhoça

PREFEITURA

Portaria Nº. 0531/2013.

PORTARIA Nº. 0531/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRYNARA MATOS DE FREITAS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0532/2013.

PORTARIA Nº. 0532/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas

atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Geografia, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 15/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Medianeira de Castro, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0533/2013.

PORTARIA Nº. 0533/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANGELA MARIA VIEIRA CABRAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Iane de Farias, que se encontra exercendo suas funções junto ao NAEP.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 0534/2013.

PORTARIA Nº. 0534/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SALETE STOCK, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina História, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a

15/12/2013, face ao impedimento da titular Rangel Medeiros, que se encontra exercendo suas funções junto a SMEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0535/2013.
PORTARIA N°. 0535/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSELI LOURDES MACÁRIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 08/02/2013 a 01/03/2013, face ao impedimento da titular Analucia Vieira, que se encontra cedida a Delegacia.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0536/2013.
PORTARIA N°. 0536/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSI APARECIDA HINKE ZANIN, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Religião, no (a) Escola Básica Adriana Weingartner, com carga horária de 05 (cinco) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Laudelina M. S. Fortunato, que se encontra exercendo suas funções junto a Educação Profissional.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0537/2013.
PORTARIA N°. 0537/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) Escola Básica Adriana Wein-gartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0538/2013.
PORTARIA N°. 0538/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para a servidora DANIELLE DA SILVA COSTA, matrícula nº. 800916, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com efeitos a contar de 01/03/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0539/2013.
PORTARIA N°. 0539/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLAUDIA APARECIDA FERNANDES SONNTAG, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com

carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Susi Nilza Goulart, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0540/2013.

PORTARIA N°. 0540/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSNÉIA MARGARETH PROENÇA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Andreia Broering Turnes, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Vovó Dolores.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0541/2013.

PORTARIA N°. 0541/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR EDUARDO ESMAEL MARCELINO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Osmar Antonio Viera, que se encontra exercendo em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0542/2013.

PORTARIA N°. 0542/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALINY ABREU DEMETRIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Karla da Silva Albiño, que se encontra exercendo em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0543/2013.

PORTARIA N°. 0543/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR BERENICE IRENE VIEIRA DE MORAIS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Joisiane E. Silva, que se encontra exercendo suas funções junto ao PETI.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0544/2013.

PORTARIA N°. 0544/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NATAN DOLEJAL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de

Ensino Fun-damental, disciplina Geografia, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013, face ao impedimento da titular Roselito S. Coelho, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0545/2013.

PORTARIA N°. 0545/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MISLENE DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Especial, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0546/2013.

PORTARIA N°. 0546/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JOICE PORTO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0547/2013.

PORTARIA N°. 0547/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MILENE THEODOROVICZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Ciências, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0548/2013.

PORTARIA N°. 0548/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARTA MARA MARTINS BATISTI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Iniciais, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0549/2013.
PORTARIA N°. 0549/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CAROLINA LILIANA CORDOBA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol, no (a) Escola Básica Reinaldo Weingartner, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 04/02/2013 a 15/12/2013. A presente admissão em Vaga Excedente faz-se necessário, tendo em vista a falta de candidatos aprovados em concurso público.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0550/2013.
PORTARIA N°. 0550/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NICE TEREZINHA FRAGA DE A-BREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Réus, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Tarcylla Marcondes Quint, que foi removida para Secretaria de Assistência Social.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0551/2013.
PORTARIA N°. 0551/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JOISSE SANTOS MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Neri

Brasiliano Martins, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Adriana Pereira Oliveira, que foi removida para CEI São Tomé.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0552/2013.
PORTARIA N°. 0552/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALVINA KNAUL DE ANDRADE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Maria Claudete da Silva, que se encontra em readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0553/2013.
PORTARIA N°. 0553/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO IVANICIA MARIA DE SOUZA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Ana Bernadete de Espindola, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0554/2013.
PORTARIA N°. 0554/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ABEGAIL BUSSOLO FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (qua-renta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Feliz, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Josi-ani Martins, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0555/2013.
PORTARIA N°. 0555/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SIMONE MARIA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Esperança, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Rosana Macário, que se encontra exercendo suas funções junto ao GM.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0556/2013.
PORTARIA N°. 0556/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANE MARIA BORBOSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 21/02/2013 a 15/12/2013 face ao impedimento da titular Ma-ria Rosania, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0557/2013.
PORTARIA N°. 0557/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANIELA RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Laurita Wagner da Silveira, da Admi-nistração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 20/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0558/2013.
PORTARIA N°. 0558/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALBANICE AUREA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo perí-odo de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0559/2013.
PORTARIA N°. 0559/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NILCIANE LINDAURA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da

Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0560/2013.
PORTARIA N°. 0560/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NILCIANE LINDAURA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0561/2013.
PORTARIA N°. 0561/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MABEL ELIANE MENDES DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0562/2013.
PORTARIA N°. 0562/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSANA GONÇALVES,

de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) ho-ras/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0563/2013.
PORTARIA N°. 0563/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANE APARECIDA DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Inês Marta, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0564/2013.
PORTARIA N°. 0564/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PAULINA HIPOLITO FELISBINO AMARAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PETI, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0565/2013.

PORTARIA N°. 0565/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIANE DE SOUZA ALVES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do PETI, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0566/2013.

PORTARIA N°. 0566/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EVELISE DA SILVA VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Básica Reinaldo Weingartner, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0567/2013.

PORTARIA N°. 0567/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA ZELI GARCIA VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Furadinho, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0568/2013.

PORTARIA N°. 0568/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Furadinho, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 04/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0569/2013.

PORTARIA N°. 0569/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIANE IDENIR DE SOUSA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Agente de Serviços Operacionais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do Grupo Escolar Professora Francisca Rai-munda Farias da Costa, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 27/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0570/2013.

PORTARIA N°. 0570/2013.

NIIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Or-gânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LÚCIA SOLOVY, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Nova Geração, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 01/02/2013 a 05/03/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0571/2013.
PORTARIA N°. 0571/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA DEOBANDINA PRA STEINBACH, de conformidade com a Lei n°. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado n°. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Séries Inicias, no (a) Escola Básica Reinaldo We-ingartner, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na or-dem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 14/02/2013 a 01/03/2013, face ao impedimento da titular Rosilda M. G. Schutz, que se encontra em FEC.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0572/2013.
PORTARIA N°. 0572/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para AURELIA EVA DA SILVA, matrícula n°. 800171, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 14/09/2001 a 14/09/2006, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 07/03/2013 à 07/04/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 0573/2013.
PORTARIA N°. 0573/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA EUGENYA FERREIRA PINTO DURIEX, matrícula n°. 800791, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2007 a 29/07/2012,

por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 12/03/2013 à 12/06/2013.

Palhoça, SC, em 01 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Presencial Registro de Preços N°100/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS N°100/2013. Objeto: Aquisição de kits de uniformes composto por jaqueta, calça e camiseta, para alunos da rede municipal de ensino. Tipo: Menor Preço Global e Presencial, Entrega dos envelopes: 04 de julho de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 04 de julho de 2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipal n.ºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de junho de 2013
DARIO SCHICOVSKI
Prefeito Municipal

Passo de Torres

PREFEITURA

Extrato de Termo Aditivo do Contrato N° 026/2013

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 26/2013

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

Contratada: Ana Paulo Cardoso Kjillim - ME

Objeto: Fica acordado entre as partes contratantes, e de acordo com o previsto na cláusula terceira o aditivo de preço do combustível (óleo diesel) fica aditiva em 1,9555 centavos, valor inicial R\$ 2,0041, tendo um reajuste de 2,49%, passando para R\$ 2,23, e da (gasolina comum) fica aditivado em 2,4909 centavos, valor inicial R\$ 2,5178, tendo condições estipuladas no referido contrato.
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. TP 02/2013
Dotação Orçamentária:
(38) 2.010.3.3.90.00.00.00.00.00.0695

(42) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.0061
(44) 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00695
(46) 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00695
(111) 2.048.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 09 de maio de 2013
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo do Contrato N° 038/2013**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 38/2013**

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Marina dos Santos

Objeto: Fica acordado entre as partes contratantes, o reconhecimento que o conteúdo da Cláusula Sétima do contrato primitivo não faz parte do objeto contratado, dando com a exclusão do mesmo. As partes concordam em alterar a data de assinatura do contrato primitivo, que por ocasião de erro de digitação. Alterando para Passo de Torres, 13 de março de 2013.
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 25/2013
Dotação Orçamentária:
(13) 2.007.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 24 de maio de 2013
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo do Contrato N° 039/2013**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 39/2013**

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: Roberta Cardoso Martins

Objeto: Fica acordado entre as partes contratantes, o reconhecimento que o conteúdo da Cláusula Sétima do contrato primitivo não faz parte do objeto contratado, dando com a exclusão do mesmo. As partes concordam em alterar a data de assinatura do contrato primitivo, que por ocasião de erro de digitação. Alterando para Passo de Torres, 13 de março de 2013.
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 25/2013
Dotação Orçamentária:
(13) 2.007.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 24 de maio de 2013
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo do Contrato N° 059/2013**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N° 59/2013**

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: José João Vieira Filho

Objeto: Fica prorrogado a vigência do Contrato de Locação nº 59/2013 para a data de 30/06/2013. Fica acrescido por este Termo o valor de R\$ 3.434,70 (três mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e setenta centavos) por conta da prorrogação da vigência. Em substituição ao disposto na Cláusula Quarta do

Contrato de Locação Primitivo, será pago ao LOCADOR o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para recomposição de danos pelo uso do patrimônio, cessando a partir deste Termo a responsabilidade do LOCATARIO no ato de entrega do imóvel ao LOCADOR de recuperá-lo.
Vigência: 30/06/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. DL 33/2013
Dotação Orçamentária:
(13) 2.007.3.3.90.00.00.00.00.0100

Passo de Torres, 31 de maio de 2013
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 023/2013 FMS**EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO FMS N° 23/2013**

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres
Contratada: JM Pneus e Recapagens LTDA

Objeto: Aquisição de Pneus para Manutenção dos Veículos da Rede Pública Municipal de saúde do Município de Passo de Torres/SC.
Valor: R\$ 5.838,00
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 13/2013
Dotação Orçamentária:
(12) 2.031 3.3.90.00.00.00.00.00 0064

Passo de Torres, 19 de junho de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Extrato de Termo de Contrato N° 095/2013**EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N° 95/2013**

Contratante: Prefeitura Municipal de Passo de Torres
Contratada: JM Pneus e Recapagens LTDA

Objeto: Aquisição de Pneus para Manutenção dos Veículos da Frota Municipal e Escolar deste Município de Passo de Torres/SC.
Valor: R\$ 41.775,00
Vigência: 31/12/2012
Fundamento Legal: Lei 8.666 de 21/06/93 e Lic. CV 46/2013
Dotação Orçamentária:
(42) 2.011 3.3.90.00.00.00.00.00 0061
(46) 2.017 3.3.90.00.00.00.00.00 0695
(111) 2.048 3.3.90.00.00.00.00.00 0100

Passo de Torres, 19 de junho de 2013.
JUAREZ GODINHO SCHEFFER
Prefeito Municipal

Passos Maia

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0040/2013

PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2013. A presente licitação tem por objeto a aquisição de tubos de concreto, conforme especificações contidas no anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 03 de julho de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 20 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0041/2013

PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2013. A presente licitação visa à contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível (óleo diesel "S 10"), de forma parcelada, conforme especificações contidas no anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 04 de julho de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 20 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 17.345,71 (dezessete mil trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Destinação: QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO.

Data liberação: 20/06/2013

Passos Maia - SC, 20 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Notificação de Recebimento de Recursos.

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 2.º da Lei n.º 9.452/97, c/c art. 89 da Lei Orgânica Municipal, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede nesse Município, do recebimento dos recursos descritos abaixo:

Origem: Repasse Federal.

Valor: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Destinação: PISO BÁSICO VARIÁVEL PETI.

Data liberação: 20/06/2013

Passos Maia - SC, 20 de junho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria N° 249/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 249/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei complementar n° 1269 de 25 de março de 2008, artigo 4º resolve.

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Jucinei de Souza, portador do CPF n° 789.570.799-04, matrícula n° 993, ocupante do Cargo de Motorista, de B para C, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Município de Paulo Lopes-SC, em 05 de Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 250/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 250/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva, CLT, Benedita Alzira Valente, brasileira, portadora do CPF n° 597.146.039-00, matrícula n° 10271, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, até 31/08/2013,

conforme benefício nº 6014268646 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 251/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 251/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Julmar de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 811.677.339-91, matrícula nº 717 ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 08/07/2013, conforme benefício nº 6013087826 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 252/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 252/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Ivo Sérgio Prates Streck, brasileiro, portador do CPF nº 437.825.660-68, matrícula nº 1024, ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 12/07/2013 conforme benefício nº 6020882237 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 253/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 253/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Adriana Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 744.176.069-00, matrícula nº 45, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 15/08/2013, conforme benefício nº 6003804134 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 254/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 254/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 040/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Thalita Rosa Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 018.712.631-31, matrícula nº 10924, classificada no Chamamento Público nº 001/2013, para atuar no cargo de Professor I, com carga horária de 10hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2013 até 17/07/2013, em substituição a Juliana Alaerte da Silveira que se encontra em licença maternidade, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 255/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 255/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor

Público Municipal, efetivo e não estável, Samir Leal Fernandes, brasileiro, portador do CPF nº 613.401.629-20, matrícula nº 10819, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, de 05/06/2013 até 19/06/2013, encaminhando para a perícia no 16º dia, conforme atestado em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 256/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 256/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 041/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Caitia Salvelina Bernardo Liberato, brasileira, portadora do CPF nº 986.118.609-34, Licenciatura em Pedagogia, matrícula nº 10925, classificada no Processo Seletivo nº 001/2013, área 4, para atuar no cargo de Professor II, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/06/2013 até 06/12/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 257/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 257/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 042/2013, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Deize Regina Nascimento, brasileira, portadora do CPF nº 033.502.546-32, Superior Completo, matrícula nº 10926, classificada no Chamamento Público nº 001/2013, para atuar no cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Julmar de Abreu, que encontra-se em perícia médica, a partir de 11/06/2013 até 08/07/2013, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 11 de Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 258/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
PORTARIA N° 258/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, efetiva e não estável Caroline Machado Dionel, brasileira, portadora do CPF nº 080.320.519-88, matrícula nº 10731, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, nomeada pela portaria nº 031/2012, por motivos pessoais.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Junho de 2013.
EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 259/2013

P O R T A R I A N° 259/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal Vigente, resolve:

DESIGNAR para compor o Conselho do FUNDEP (Fundação de Apoio ao Ensino Tecnológico e Profissionalizante de Paulo Lopes - SC), biênio 2013 á 2015, conforme o inciso I do Art. 24º da Lei Federal nº 11.494/07.

1- Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Patrícia Paes da Silveira - Titular
Janete Pereira - Suplente

2- Representantes do Conselho Tutelar
Mirka Stancowich - Titular
Cristiane Aparecida Pires Cargnin - Suplente

3- Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais
Silvani de Oliveira Martins - Titular
Rosilei Aparecida Figueiredo Pereira - Suplente

4- Representantes dos Servidores Técnicos - Administrativos das Escolas Públicas Municipais
Márcia Judith Filho dos Santos - Titular
Daniela Neusa Cizino - Suplente

5- Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais
Joyce Fernanda Nunis - Titular

Ednéia Henrique Heidemann - Suplente

6- Representantes dos Pais e Alunos das Escolas Municipais

Daniela Nadir Antônio - Titular

Rosana Machado Zelindra - Suplente

7- Representantes do Conselho Municipal de Educação

Márcia da Rocha Cargnin - Titular

Arlene Teodora Cardoso Marcelino - Suplente

Município de Paulo Lopes-SC, em 19 de Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC nos termos do artigo 4° do Decreto 017/2009

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Portaria N° 260/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

PORTARIA N° 260/2013

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e não estável, Samir Leal Fernandes, brasileiro, portador do CPF nº 613.401.629-20, matrícula nº 10819, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, até 01/07/2013, conforme benefício nº 6022248020.

Município de Paulo Lopes - SC, em 20 de Junho de 2013.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4° do Decreto 017/2009.

ZENITA FELICIANO DA SILVA

Secretária Municipal de Administração

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação N° 017/2013 -Pmpb

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 017/2013 -PMPB

O Município de Porto Belo (SC), torna público a dispensa de licitação nº 016/2013-PMPB em conformidade com o Inciso X do artigo 24 da Lei 8.666/93.

Processo nº. 045/2013-PMPB

Objeto: Locação de terreno, com área de 10.000m², localizado na rua Nilo Cesar Estevão de Souza, bairro Alto Perequê, neste

município de Porto Belo, sendo para depósito de materiais orgânicos, derivados da limpeza urbana.

Contratado: Marcos Antonio Wysocki

Valor: R\$ 28.008,00 (vinte e oito mil e oito reais).

Homologado: 20/06/2013.

Porto Belo / SC, 20 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 068/2013

Extrato de Edital de Pregão Presencial 047/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial, para locação e montagem de lonas, tendas, pirâmides e banheiros químicos para eventos municipais. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 08 de Julho de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 20 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Extrato de Contrato N° 105/2013

Aquisição de Cestas Básicas, para atender ao Programa "Resgatando a Cidadania", inserido no Plano Municipal Plurianual de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o quadriênio 2010 - 2013, para o exercício de 2013.

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3356

DECRETO N° 3356, de 22 de abril de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS 014/2013".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA

Art. 1º - Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto n° 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial para Registro de Preços n° 014/2013 FMS, de 04.04.13, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- ACOSTA SUPERMERCADO LTDA;
- JNEVAM LTDA;
- SUPERMERCADO BUZZI LTDA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

22 de abril de 2013

JEAN PIER XAVIER DE LIZ

Prefeito Município de Rio do Sul em Exercício

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO N° 3356/2013

Pregão Presencial Para Registro de Preço 014/2013 - FMS de 04.04.2013

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA ATENDER NECESSIDADE DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO AO DESEMPREGO, E PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA REUNIÕES DE CAPACITAÇÃO, REALIZADAS EM DIVERSOS SETORES DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Participantes: - MINERAL KABIR LTDA;
- MARLON EISING ATACADISTA ME;
- SUPERMERCADO BUZZI LTDA;
- ACOSTA SUPERMERCADO LTDA;
- JNEVAN LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor os licitantes:

- ACOSTA SUPERMERCADO LTDA;
- JNEVAM LTDA;
- SUPERMERCADO BUZZI LTDA.

Decreto 3449

DECRETO N° 3449, de 19 de junho de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO DETERMINADO À FUNDAÇÃO CULTURAL, DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo determinado à Fundação Cultural de Rio do Sul o veículo, conforme segue:

- O Veículo Fiat Ducato, Placa MDF 0155, Frota 270 - Classi n° 93W245H336200759, da Fundação Desporto para Fundação Cultural de Rio do Sul, pelo prazo determinado de um sendo este, dia 24 de junho do corrente ano; devendo a Fundação Cultural de Rio do Sul efetuar a devolução do veículo no dia 25 de junho do corrente ano.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Fundação Cultural de Rio do Sul.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

19 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Portaria N. 0770/RH

PORTARIA N°. 0770/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Convalidar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores, considerando a assinatura do Termo de Escolha/Informação de Vagas pelos mesmos.

NOME	LOTAÇÃO
ADELAIDE VANDERLINDE DA SILVA	CEI Romão Trauczynski
ALEXANDRE DE MORAES	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
ALINE MAURICIO	CEI Ilse Soldatelli
ANGELINA BORGES DE AVIZ	CEI Cinderela
ARLENE MORAES MICHELS MULLER	CEI Santa Galo
CALANE HOIZDALECK	Secretaria Municipal de Administração
CARLOS ALBERTO DA SILVEIRA	Secretaria Municipal de Saúde
CELIA APARECIDA DA SILVA	CEI Titio Karan
CLAUDIA MARA DA SILVA	CEI Matheus Alves Conceição
CLEIDE APARECIDA PADILHA	CEI Augusto Bosco
CLEUZA NARDES FANFA DOS SANTOS	CEI Sebastião Back
CRISTIANE DIAS DE ALMEIDA	Secretaria Municipal de Saúde
DAIANA GABRIELA DE MORAES	CE Pref. Luis Adelar Soldatelli
DALTON ALECXANDRO DOLZAN	Gabinete do Prefeito
DANIEL ALEANDRO STEDILLE	Secretaria Municipal de Agricultura
DARLI MARIA DE ANDRADE	CEI Aquarela



DAVI EMANUEL KLAHMANN DE SOUZA	Secretaria Municipal de Administração
--------------------------------	---------------------------------------

NOME	LOTAÇÃO
DÉBORA ROIWAS	Secretaria Municipal de Administração
ELISANGELA DOS SANTOS SOUZA	CEI Pinguinho de Gente
ELISANGELA MARCELINO DA SILVA	Secretaria Municipal de Saúde
ELIZABETH KRUGER ZIMMERMANN	CEI Adelaide Ledra
EMELLIN LUANA SORGATTO	CE Pedro dos Santos
EMILIANA VARGAS	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
EVANIR CUNHA	Secretaria Municipal de Administração
EVANOR ROSENDO SABINO	Secretaria Municipal de Administração
FABIO GUERINO ARAÚJO	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
FLAVIA LUIZA VARGAS DA SILVA	Gabinete do Prefeito
GABRIEL AUGUSTO GUTJAHR	Secretaria Municipal de Saúde
GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Saúde
GILMARA DA ROSA	CEI Adelaide Ledra
GLAUCI HELENA TEODORO	Secretaria Municipal de Saúde
GRACIELA LUCIANE HEINZ KRUGER	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
GRACIELE GUSTMANN	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
ILIETI VENERI	CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli
ISABEL CRISTINA DE MENEZES CARRAPATOSO	Secretaria Municipal de Saúde
IVANIA TRAVAGLIA	Secretaria Municipal de Saúde
IVONE BERNARDINO	CEI Cantinho do Amor I
JOÃO LUIS SUPPI RODRIGUES	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
JEANE MASSAROLO NETO	Secretaria Municipal de Saúde
JESSE MORAES	Secretaria Municipal de Saúde
KATIA REGINA BIEGING NOGUEIRA	CEI Favinho de Mel I
KELI MONTEIRO DE VARGAS	Secretaria Municipal da Fazenda
LENICE ALVES DE SOUZA ANTONIO	CEI Dea Bornhausen
LENIR VANDERLINDE	CE Roberto Machado
LILIANE NEVES DE OLIVEIRA	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
LORDES RECH	CEI Favinho do Mel II
LUCÉLIA RENGEL GUIMARÃES	Secretaria Municipal de Saúde
LUCIANI DE ALCANTARA RUSSI	CEI Egidio Dalmarco
MAERCIO TOMIO	Secretaria Municipal de Saúde
MAICON PATRICK FARIAS	Secretaria Municipal de Educação
MALVINA RIBEIRO DA SILVA THOMASZECKI	CE Willy Schleumer
MARCELA NICOLETTI	Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação
NOME	LOTAÇÃO
MARCIA ADRIANI TORES	CE Ulrich Hubsch
MARCIA CLARICE DA SILVA FILAGRANA	CEI Schirley Dolores Sedrez
MARECI BRIDAROLLI MACIESKI	CE Aníbal de Barba
MARGARETE ALCARA	Secretaria Municipal de Saúde
MARIA DAS GRAÇAS TONON	CEI Belmarli da Silva
MARIA DE FATIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA ANDRADE	CEI Ilse Soldatelli
MARIA DE LOURDES MILES	CEI Raio de Luz
MARIA DO PERPETUO SOCORRO WEISE	CEI Padre Angelo Moser
MARIA NADIR DE MOURA	CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli

NOME	LOTAÇÃO
MARILENE ORIATA FARIAS	Escola Modelo Ella Kurt
MARLI APARECIDA BATTISTI	CEI Cobras
MARLISE FRONZA	Secretaria Municipal de Educação
MARLON ANDERSON DE SOUZA	CE Aníbal de Barba
MATEUS MIRANDA FAGUNDES	Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação
MELANIA STAROWSKI	Escola Modelo Arvino Walter Gaertner
MICHELE RUBLESCK	Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente
NATALIA WEISE SCHETINGER	CE Ricardo Marchi
NOEMIA APARECIDA GEMELLI	Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação
OLIVIA PROBST SOARES DA SILVA	CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli
OTAVIO AUGUSTO VICENTIN	Gabinete do Prefeito
PATRICIA REGINA HOEGEN	Secretaria Municipal de Saúde
PAULO JOSÉ MARCHI	Secretaria Municipal de Saúde
PRISCILA SEVEGNANI	Secretaria Municipal de Saúde
RITA DE CASSIA FINARDI	CEI Cantinho do Amor II
ROBERTO CALBUCH	Secretaria Municipal de Educação
RODRIGO FARBER	Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação
RODRIGO SIMON RUTZEN	Gabinete do Prefeito
ROSANGELA JOHANN	CEI Daniel Maschio
ROSELI BONFANTE	Secretaria Municipal de Educação
RUI ORLANDO KRIEGER	Secretaria Municipal de Educação
SAMUEL SALEZIO DOS SANTOS	Secretaria Municipal de Educação
SANDRA MARA WERLICH DE SOUZA	Secretaria Municipal de Saúde
SIDNEI PICOLI	Secretaria Municipal de Educação
SOLANIA KOHL	CEI Ruth Schroeder Ohf

NOME	LOTAÇÃO
SUILENE MARIA RUDOLF RODRIGUES DE MORAES	CEI Francisco Fleisner
SUZI FATIMA KNECHT	CEI Prefeito Danilo Lourival Schmidt
TANIA REGINA FORBICI DOS SANTOS	CE Pedro dos Santos
TIAGO DA CONCEIÇÃO CARDOSO	Secretaria Municipal de Educação
VALDIRENE RIBEIRO JARDUZIM	Secretaria Municipal de Saúde
ZULMAR DA SILVA	Secretaria Municipal de Saúde

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N. 0775/RH

PORTARIA N. 0775/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, nos termos do Protocolo 133915/2012, Complementação dos Proventos de Aposentadoria a CATARINA DOMINGOS, a qual aposentou-se pelo Regime Geral de Previdência Social - INSS em 24/02/2012, desligando-se desta municipalidade

em 03/06/2013, de acordo com o Art. 1º da Lei Complementar nº 081 de 30/04/2002.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data de seu desligamento.

Rio do Sul, 17 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Portaria N. 0780/RH
PORTARIA Nº. 0780/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar a Lotação dos servidores abaixo relacionados, na Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do Art. 18 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, Art. 2º, Inciso I, letra "a", da Lei Complementar n. 075 de 20/11/2001 e alterações posteriores: RICARDO CÉSAR CARVALHO - Agente Administrativo
ILSA JURASZEK - Agente Administrativo
GRAZIELA ROMANIO - Fiscal de Saúde Pública
NILO RAFAEL BATISTA DA SILVA - Médico Urologista
LISIANE ANZANELLO - Médico Oncologista
EVANDRO CARLOS EING - Motorista de Veículo Leve

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 18 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N° 0776/RH
PORTARIA Nº 0776/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Biblioteca, da Fundação Cultural e, designar como membros: Willian Walter Sieverdt, matrícula 1625/01, Superintendente da Fundação Cultural, Ana Paula Fassina, matrícula 1608/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Marisa Dos Santos, matrícula 779/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I e, designar como seus respectivos suplentes: Catia Dagnoni, matrícula 680/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e Larissa Carolina Tenfen, matrícula 1612/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes ao Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e

regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 02/01/2013.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Superintendente da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Portaria N° 0778/RH
PORTARIA Nº 0778/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório da Divisão Administrativa e Financeira, da Fundação Cultural e, designar como membros: Willian Walter Sieverdt, matrícula 1625/01, Superintendente da Fundação Cultural, Ana Paula Fassina, matrícula 1608/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, Isabel Cristina Costa, matrícula 639/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo e, designar como seus respectivos suplentes: Larissa Carolina Tenfen, matrícula 1612/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II e Patricia Pianesser, matrícula 1610/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento do desempenho dos servidores pertencentes à Divisão supracitada, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos, contados a partir de 02/01/2013.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares que integram a Comissão ora instituída, deve o Superintendente da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Mglb

Edital de Chamamento 066/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 066/2013 - Tomada de Preço nº 064/2013

O Município de Rio do Sul faz saber que FICA ABERTO o prazo para inscrição de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas, nos termos do artigo 10º da Lei Federal nº. 12.232/2010, para contratação de agências de propaganda para prestação de serviços de publicidade.

Considerando que o Município de Rio do Sul promoverá licitação na modalidade "tomada de preços", do tipo "técnica e preço", objetivando a contratação de Agência de Propaganda para prestação de serviços de publicidade, a Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo Decreto nº 1581 de 15 de dezembro de 2010, faz saber que estão abertas às inscrições de profissionais formados em comunicação, publicidade ou marketing, para integrar a subcomissão técnica, a qual será responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas

Os interessados deverão comparecer pessoalmente à Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitações, sito na Praça 25 de julho, nº 01, bairro Centro, Rio do Sul/SC, entre os dias 24 de junho a 05 de julho de 2013, das 07:30 às 11:30 horas e 13:30 às 17:00 horas, munidos dos documentos exigidos no presente Edital, para efetivar inscrição.

A relação dos profissionais inscritos, bem como a data da sessão pública para sorteio dos nomes serão publicados, oportunamente, no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (<http://www.riodosul.sc.gov.br/>).

Rio do Sul, 10 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1. DO OBJETIVO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

1.1. Os profissionais sorteados irão atuar em subcomissão técnica destinada a julgar as propostas técnicas contendo o plano de comunicação publicitária apresentados por Agências de Propaganda interessadas em participar de licitação a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, na modalidade Tomada de Preços, tipo "técnica e preço", para contratação de serviços de publicidade.

1.2. De acordo com o § 1º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes serão analisadas e julgadas por subcomissão técnica, constituída por 3 (três) membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, sendo que, pelo menos 1/3 (um terço) deles não poderão manter nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com a entidade responsável pela licitação.

1.3. A escolha dos membros da subcomissão técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma relação que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, previamente cadastrados, de acordo com o § 3º, do art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

2. DAS CONDIÇÕES DE INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição do profissional formado em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas, para integrar a subcomissão técnica da licitação a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, será efetivado no prazo, horário e local, definidos no preâmbulo deste Edital, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

1. Ficha de inscrição, contendo declaração de que não mantém vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com o Município de Rio do Sul (ANEXO I);

2. Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior na área de comunicação, publicidade ou marketing, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação ou outro documento que comprove a atuação em uma dessas áreas;

3. Cédula de Identidade ou documento equivalente com foto;

4. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

2.2. Com exceção ao documento constante do item "1", acima discriminado, que deverá ser apresentado em seu original, os demais documentos deverão ser apresentados em cópia.

2.3. Não será aceita a inscrição sem a apresentação dos documentos acima discriminados.

2.4. O Município de Rio do Sul fornecerá protocolo de inscrição e da entrega dos documentos definidos neste Edital.

3. DA ESCOLHA DOS MEMBROS DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA

3.1. A escolha dos membros da subcomissão técnica que analisará e julgará as propostas técnicas apresentadas pelas licitantes na Tomada de Preços a ser promovida pelo Município de Rio do Sul, dar-se-á por sorteio, em sessão pública com data, horário e local, oportunamente divulgados no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (<http://www.riodosul.sc.gov.br/>).

3.2. Após o término do prazo de inscrição, a relação dos profissionais inscritos será publicada no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico do Município de Rio do Sul (<http://www.riodosul.sc.gov.br/>), em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.

3.2.1. Em até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se refere o item anterior, mediante fundamentos jurídicos plausíveis.

3.2.1.1. Admitida à impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na subcomissão técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.

3.2.1.2. A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado, respeitado o disposto no artigo 10 da Lei Federal nº. 12.232/2010.

3.2.1.3. A impugnação não poderá ser feita por intermédio de fax, e-mail ou correios, devendo a mesma ser protocolizada na Secretaria da Fazenda do Município de Rio do Sul, situada na Praça 25 de julho, nº 01, bairro Centro, Rio do Sul/SC, das 07:30 às 11:30

horas e 13:30 às 17:00 horas, devidamente endereçada à Comissão Permanente de Licitação.

3.3. A sessão pública para o sorteio dos nomes que irão compor a subcomissão técnica será realizada após a decisão motivada de eventual impugnação, em data previamente designada, atendido o § 4º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, garantida a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.

3.4. Para a realização da sessão do sorteio que escolherá os membros da subcomissão técnica, a relação de inscritos deverá conter, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, conforme exige o artigo 10, § 2º, da Lei Federal nº. 12.232/2010.

3.5. O resultado do sorteio será publicado no Diário Oficial dos Municípios (<http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>) e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio do Sul (<http://www.riodosul.sc.gov.br>).

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Os membros da subcomissão técnica não serão remunerados.

4.2. Todas as condições deste edital serão processadas em conformidade com a Lei Federal nº12.232/2010, aplicando-se subsidiariamente as Leis Federais nºs 4.680/1965 e 8.666/1993.

4.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Licitação destinada à execução de procedimento licitatório para contratação de serviços de publicidade do Município de Rio do Sul.

Rio do Sul, 10 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ANEXO I**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nome: _____

Nacionalidade: _____

Estado Civil: _____

Profissão: _____

RG: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Telefone Comercial: _____ / Celular: _____

Solicito minha inscrição para participar do sorteio para compor a subcomissão técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas que serão apresentadas na Tomada de Preços nº 064/2013, que será promovida pelo Município de Rio do Sul, na modalidade "Tomada de Preços", do tipo "técnica e preço", para contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade, nos termos do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010.

Declaro, para os fins a que se destina, e para efetivo atendimento do que dispõem os §§ 1º e 9º do artigo 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, que _____ (**NÃO MANTENHO ou MANTENHO**) vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o Município de Rio do Sul.

Rio do Sul, _____ de xxx de 2013.

(Nome e Assinatura)

Pregão Presencial 011/2013-FMAS
 PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013/
 FMAS

OBJETO: Aquisição de gasolina comum para atender necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, abastecimento direto na bomba do Posto.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 23 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/07/2013, às 14:00h, no endereço abaixo
 CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:30h do dia 03/07/2013, no endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 20 de junho de 2013
 GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul

MARILISE BARBARA BEERLI KIRSTEN
 Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Resultado Final do Edital Interno N. 001/2013
 Resultado Final do Edital Interno n. 001/2013

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, com fundamento nas Leis Complementares n.206, n.207 e n.208 de 2010, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas no Edital Interno n. 001/2013 e demais disposições legais aplicáveis, divulga a classificação dos servidores interessados para Servidor Ministrante.

Relação de Candidatos Aprovados:

1 - Informática Básica:

Candidato Aprovado	Pontuação
Jullian Hermann Creutzberg	50

2 - Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente:

Candidato Aprovado	Pontuação
Gabriela Bavaresco Lanzarin	37
Helena Direne Alam	25

3 - Inclusão e atendimento de crianças com necessidades especiais:

Candidato Aprovado	Pontuação
Luciana Mara Barbosa Passing	22
Helena Direne Alam	20
Sandra Cristina de Oliveira	20

Rio do Sul, 28 de maio de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO Prefeito Municipal	GIVANILDO SILVA Secretário Municipal de Administração
--	--

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 721/2013

PORTARIA No 721, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Ivone Wolter Schweder

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 24 de junho a 08 de julho de 2013, a servidora Ivone Wolter Schweder, Auxiliar Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2012 - 2013, de acordo com a Portaria nº 683, de 16 de janeiro de 2013.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 20 de junho 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
 Presidente da Mesa

Portaria N° 722/2013

PORTARIA No 722, DE 20 DE JUNHO DE 2013

Autoriza o Gozo de Férias remanescentes a Servidora Thayná Fiamoncini

O Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições regimentais etc

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 26 de junho a 05 de julho de 2013, a servidora Thayná Fiamoncini, Técnica Legislativa - Área Administrativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, em complemento ao período remanescente referente a 2011 - 2012, de acordo com a Portaria nº 709, de 05 abril de 2013.

Art. 2º Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 110 da Lei Complementar nº 207/2010, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 20 de junho 2013.

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA
 Presidente da Mesa

Salto Veloso

PREFEITURA

Lei N° 1.486

LEI N.º 1.486, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Estabelece o novo perímetro urbano do Município de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina.

CLAUDEMIR CESA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao artigo 50, incisos XIII e XVI da Lei Orgânica do Município aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte LEI:

Art. 1º. O perímetro urbano do Município de Salto Veloso-SC,

corresponde a 8.910,53 metros que delimitam uma área total de 2.471.667,41 m², tendo as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com terras de Valentin De Bastiani, Cezar Zamboni Silvano Zamboni e Fiorindo Vigolo; ao Sul: confronta-se com terras de Nereu Zancanaro, Camilo Abatti e Élio Giacomini; ao Leste: confronta-se com terras de Nelson Farenzena, Linor Farenzena, Fiorindo Vigolo, Venceslau Suldoovski, Quinto Patel, Olisses De Cesaro e Rio Veloso; e ao Oeste: confronta-se com terras de Rodovia Municipal, Aníbal Rech, Itacir Rech, Nelson Farenzena, Industria de Vinhos Salto Veloso, Amélio Sonogo, Alfredo Conte, Nadir Vivan, Prefeitura Municipal e Jair José Vivan.

Art. 2º. Os limites referidos no artigo anterior desta lei correspondem: Partindo do Ponto PU-01, situado no limite com Valentin De Bastiani definido pela coordenada geográfica de Latitude 26°53'40,7522" Sul e Longitude 51°25'06,9545" Leste, Datum SAD-69 e pela coordenada plana UTM 7.025.153,79 m Norte e 458.429,67 m Leste, referida ao meridiano central -51° EGr; - deste, confrontando neste trecho com Valentin De Bastiani, seguindo com distância de 253,42 m e azimuth plano de 52°05'16", chega-se ao ponto PU-02, - deste, confrontando neste trecho com Cezar Zamboni e Silvano Zamboni, seguindo com distância de 558,67m e azimuth plano de 87°39'26", chega-se ao ponto PU-03, - deste, confrontando neste trecho com Nelson Farenzena, Linor Farenzena e Fiorindo Vigolo, seguindo com distância de 868,02 m e azimuth plano de 85°50'16" chega-se ao ponto PU-04, - deste, confrontando neste trecho com Fiorindo Vigolo seguindo com distância de 567,72 m e azimuth plano de 85° 59'42" chega-se ao ponto PU-05, - deste, confrontando neste trecho com Venceslau Suldoovski e Quinto Patel, seguindo com distância de 769,87 m e azimuth plano de 158°33'48" chega-se ao ponto PU-06, - deste, confrontando neste trecho com Quinto Patel e Olisses De Cesaro, seguindo com distância de 582,29 m e azimuth plano de 173°55'17" chega-se ao ponto PU-07, - deste, confrontando neste trecho com Rio Veloso, seguindo em vários alinhamentos contíguos, com distância total de 334,85 m e vários azimutes planos, chega-se ao ponto PU-08, - deste, confrontando neste trecho com Nereu Zancanaro, seguindo com distância de 183,94 m e azimuth plano de 295°15'38" chega-se ao ponto PU-09, - deste, confrontando neste trecho com Nereu Zancanaro, seguindo com distância de 223,30 m e azimuth plano de 233°59'21" chega-se ao ponto PU-10, - deste, confrontando neste trecho com Nereu Zancanaro, seguindo com distância de 520,96 m e azimuth plano de 288°01'28" chega-se ao ponto PU-11, - deste, confrontando neste trecho com Camilo Abatti, seguindo com distância de 266,15 m e azimuth plano de 355°31'14" chega-se ao ponto PU-12, - deste, confrontando neste trecho com Camilo Abatti e Élio Giacomini, seguindo com distância de 724,36 m e azimuth plano de 259°55'20" chega-se ao ponto PU-13, - deste, confrontando neste trecho com o Eixo da Rodovia Municipal, seguindo em vários alinhamentos contíguos, com distância total de 607,05 m e vários azimutes planos, chega-se ao marco PU-14, - deste, confrontando neste trecho com Aníbal Rech, Itacir Rech e Nelson Farenzena, seguindo com distância de 697,51 m e azimuth plano de 343°43'52" chega-se ao ponto PU-15, - deste, confrontando neste trecho com Industria de Vinhos Salto Veloso, seguindo com distância de 279,67 m e azimuth plano de 81°08'38" chega-se ao ponto PU-16, - deste, confrontando neste trecho com Industria de Vinhos Salto Veloso, Amélio Sonogo e Alfredo Conte, seguindo com distância de 539,89 m e azimuth plano de 355°35'12" chega-se ao ponto PU-17, - deste, confrontando neste trecho com Nadir Vivan, Prefeitura Municipal e Jair José Vivan, seguindo com distância de 500,27 m e azimuth plano de 309°44'55" chega-se ao ponto PU-18, - deste, confrontando neste trecho com Jair José Vivan, seguindo com distância de 358,91 m e azimuth plano de 282°15'57" chega-se ao ponto PU-19, - deste, confrontando neste trecho com Jair José Vivan, com distância de 73,50 m e azimuth plano de 12°11'36" chega-se ao ponto PU-01, ponto inicial da descrição deste perímetro. A presente descrição corresponde a planta e ao memorial descritivo, anexo I, que fazem parte desta LEI.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Municipal N° 0037/2013

DECRETO N° 037, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Homologa Resolução nº 001/2013, do Conselho Municipal de Assistência Social.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica de Salto Veloso;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Resolução nº 001/2013, de 22 de maio de 2013, do Conselho Municipal de Assistência Social, que regula os benefícios eventuais.

Art. 2º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 20 de Junho de 2013.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria na data supra.

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Resolução 001/2013

RESOLUÇÃO 001/2013 DE 22 DE MAIO DE 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal N. 805 de 06 de dezembro de 1995, em seus artigos que a compõem, e em consonância com a Lei Federal Nº 8742/93:

- Considerando os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de Salto Veloso - SC, denominamos RECURSOS DO FEAS PARA CO-FINANCIAMENTO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS.

- Considerando os trabalhos de análise da referida documentação por parte dos Conselheiros Municipais de Assistência Social e esclarecimentos fornecidos pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Salto Veloso.

- Considerando a Ata nº 02/2013 de 21/05/2013, a qual aprova por unanimidade os documentos apresentados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social. Denomina-se BENEFÍCIOS EVENTUAIS, com os seguintes itens:

- Fotocópia autenticada da Carteira de Identidade e CPF do Prefeito e do Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social,
- Fotocópia autenticada do termo de posse do Prefeito,
- Fotocópia autenticada da ata de posse da atual diretoria do CMAS,

- Cópia do termo de designação do Gestor Municipal do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS,
- Cópia do CNPJ do Fundo Municipal de Assistência Social,
- Lei Orçamentária, com as ações propostas,
- Termo de aceite e
- Declaração do Banco BRASIL, com o número da Conta bancária.

RESOLVE:

ARTIGO 1º: Aprovar o valor repassado do Fundo Estadual de Assistência Social de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) anualmente, valor este aplicado em famílias de situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

ARTIGO 2º: Aprovar a Documentação dos Benefícios Eventuais, visto o Conselho ter concluído ser o mesmo a expressão da verdade.

ARTIGO 3º: Faz parte integrante da presente Resolução, com anexo, cópia da documentação exigida.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso, 22 de maio de 2013.

DILVANA CESCO ROTA
PRESIDENTE DO CMAS

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Portaria N° 086, de 03/06/2013

PORTARIA N.º 086, DE 03 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL, SC, Senhor Nelson Cardoso de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Artigo 8º da Lei n.º 45, de 20/08/90, e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. MARIA CONCEIÇÃO DA ROSA EMERIM, para exercer o Cargo em Comissão de Secretária Municipal da Saúde, e do Bem Estar Social, do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS-I, da Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 03 de junho de 2013.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, e afixada no Mural Público desta Prefeitura Municipal, aos três dias do mês de junho de 2013.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 201/2013

DECRETO N° 0201, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, para reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 Estratégias de Saúde da Família

(41)4.4.90.52.00.00.00.0264 - Equip. Mat. Permanente R\$ 15.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, será utilizada como fonte de recurso a anulação da seguinte dotação:

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 Estratégias de Saúde da Família

(39)3.3.90.35.00.00.00.0264 - Serv. de Consultoria R\$ 15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

Decreto N° 202/2013

DECRETO N° 0202, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 72.400,00 (setenta e dois mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente do SAMAE, e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(10) 3.3.90.18.00.00.00.0200 - Auxílio Financ. a Estudantes R\$ 3.500,00

Unidade: 02 - Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

(30) 3.1.90.13.00.00.00.00.0200 - Obrigações Patronais R\$ 2.900,00

(34) 3.3.90.18.00.00.00.00.0200 - Aux. Financ. a Estudantes R\$ 2.000,00

(37) 3.3.90.35.00.00.00.00.0200 - Serv. de Consultoria R\$ 44.000,00

(38) 3.3.90.37.00.00.00.00.0200 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 20.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 23 - SERV. AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Unidade: 01 - Serviços Administrativos

Atividade: 2.063 - Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos

(20) 3.3.91.47.00.00.00.00.0200 - Obrig. Tribut. Contributivas R\$ 3.500,00

Unidade: 02 - Abastecimento de Água

Atividade: 2.064 - Manutenção e Melhoria dos Serv. de Abastecimento de Água

(44) 4.4.90.30.00.00.00.00.0200 - Material de Consumo R\$ 68.900,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 203/2013

DECRETO N° 0203, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(14) 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 - Equip. Mat. Permanente R\$ 2.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(8) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra R\$ 2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 204/2013

DECRETO N° 0204, DE 19 DE JUNHO DE 2013

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada nos dias 18 e 19 de julho de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito de São Bento do Sul

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de São Bento do Sul

Decreto N° 205/2013

DECRETO N° 0205, DE 19 DE JUNHO DE 2013

ESTABELECE O ENDEREÇO DA SEDE DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, a qual determina em seu Art. 8º-I que os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente devem possuir número de inscrição próprio no CNPJ; e

a necessidade de comprovação do respectivo endereço legal do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, junto à Receita Federal do Brasil,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica estabelecido que a sede do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, funcionará na Rua João Muhlbauer, 169, bairro Serra Alta, São Bento do Sul, SC, CEP 89291-050, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 206/2013

DECRETO N° 0206, DE 19 DE JUNHO DE 2013

DESIGNA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a necessidade de documentação que comprove quem é a pessoa física responsável pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar RITA MARIA DUMS, Secretária Municipal de Assistência Social, a partir de 02 de janeiro de 2013, como Gestora do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência e ordenadora das despesas, conforme disposto no artigo 11, da Lei Municipal nº 1242, de 16 de fevereiro de 2005.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 19 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Portaria N° 2550/2013

PORTARIA N° 2550, DE 13 DE JUNHO DE 2013

RETIRA GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Retirar, a partir de 01 de junho de 2013, a função gratificada de Coordenação de Centro de Apoio Integração Infante Juvenil-CAFI concedida à servidora MARCIA SCHWALBE BIANCHIN, ocupante do cargo de Instrutor de Recriança, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 13 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

São Domingos**PREFEITURA****Lei N° 1717, de 19 de Junho de 2013.**

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipais e dos salários dos empregados públicos, mediante a aplicação do índice de 7,16% (sete vírgula dezesseis por cento) sobre os vencimentos e os salários vigentes em junho de 2013.

§ 1º A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de junho de 2013.

§ 2º A revisão geral anual, de que trata o caput deste artigo, está baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/

IBGE, relativamente ao período de maio de 2012 a abril de 2013. Art. 2º Pelo índice definido no artigo anterior serão atualizadas todas as tabelas constantes da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, que dispõe sobre a reorganização geral dos grupos, níveis e dos vencimentos do quadro de pessoal dos servidores públicos municipais, inclusive o do magistério, e dos inativos, a reorganização geral dos grupos, níveis e dos salários do quadro de pessoal dos empregados públicos municipais e a criação de cargos públicos de provimento efetivo; da Lei Complementar nº 0044, de 06/11/2012, que cria a coordenadoria municipal de políticas públicas para as mulheres, cria cargo público e dá outras providências; e, da Lei nº 1.594, de 29/06/2009, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e adolescente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de junho de 2013.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2013.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Decreto N° 1329, de 19 de Junho de 2013.

Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, e;

-Considerando a Resolução nº 36, de 13/12/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que define o período para a realização da IX Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente;

-Considerando o disposto no artigo 116B da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada, que assim estabelece:

"Art. 116 B. É obrigatória a realização de conferências nas áreas da saúde, assistência social, criança e adolescente, meio ambiente e política urbana, com periodicidade, procedimentos e forma de convocação disciplinados em lei municipal";

-Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município;

-Considerando deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, em decisão proferida na última reunião do dia 07 de junho do corrente ano;

-Considerando requerimento da Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 02 de julho de 2013, no Centro de Múltiplo Uso, sito a Avenida Irineu Bornhausen, Centro, neste município de São Domingos (SC), com início às 08h30min., tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para efetivação do SUAS".

Art. 2º As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão deliberadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social em regimento interno.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Portaria N° 1463, de 19 de Junho de 2013.

Designa servidor público municipal como responsável pela coordenação do Programa Cisternas no município de São Domingos - SC.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica do Município; e:

-Considerando que a construção de cisternas tem sido apontada como uma solução para os períodos de estiagem;

-Considerando Contrato de Credenciamento n. 088/2013, celebrado entre o Município de São Domingos, o Governo do Estado de Santa Catarina e a Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina - COOPESC, para a construção de cisternas em nosso município;

-Considerando a necessidade de coordenação, acompanhamento e fiscalização dos serviços de execução da construção das cisternas;

-Considerando os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como o interesse público envolvido;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designado o servidor municipal Luis Carlos Dantas, matrícula n.1697, ocupante do cargo público de Diretor de Departamento de Meio Ambiente, para coordenar o Programa Cisternas no Município de São Domingos.

Art. 2º Ao servidor ora designado compete as seguintes atribuições:

I - Responsabilizar-se pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessárias à sensibilização e informação dos municípios;

II - Realizar o levantamento dos beneficiários que se enquadrem no perfil do programa, buscando evitar a concentração das ações a serem executadas em somente uma ou duas comunidades rurais, observando ainda, o número de famílias a serem beneficiadas;

III - Encaminhar à Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina - COOPESC, executora do programa, a relação de beneficiários, contendo seus nomes e endereços;

IV - Responsabilizar-se pela logística de entrega, bem como, pelo controle e armazenagem do material necessário para a construção das cisternas;

V - Responsabilizar-se pelo recebimento e controle de termos de responsabilidade e recebimento de material por parte de seus propositos e dos beneficiários das cisternas;

VI - Articular perante órgãos, departamentos ou demais que se façam necessário, para a realização objetiva dos trabalhos de cadastramento das famílias beneficiárias;

VII - Viabilizar a realização das reuniões explicativas dos termos do Programa de Cisternas do Governo Estadual;

VII - Organizar a realização dos cursos de capacitação de pedreiros e de gerenciamento de recursos hídricos, através da articulação local, sendo de sua responsabilidade, inclusive, a disponibilização de espaços para a realização dos referidos cursos;

VIII - Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo, apoiando e participando de todas as ações dos partícipes integrantes do Programa de Cisternas do Governo Estadual;

IX - Acompanhar e fiscalizar os trabalhos prestados pela Cooperativa de Profissionais em Serviços Públicos e Privados de Santa Catarina - COOPESC, executora do programa no município;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de junho de 2013.

ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ANA CLAUDIA BARIZON FONTANA DA LUZ
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Contrato Pefe N. 036 de 15/05/2013

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: MAIO/2013

NÚMERO CONTRATO: PFE n. 036 DE 15/05/2013

VALOR TOTAL CONTRATO: R\$ 170,00 MENSAIS

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/05/2013

DESCRIÇÃO: O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LOCAÇÃO DO SISTEMA FLY TRANSPARÊNCIA (PORTAL ONLINE), PARA A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda

CPF/CNPJ: 00.456.865/0001-67

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 14/07/2013.

Aditivo Pefe N. 059 de 18/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

TERMO ADITIVO: PFE N. 059 DE 18/06/2013- 3º Termo Aditivo ao Contrato N. 054 de 21 de maio de 2012

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/06/2013

VALOR DO ADITIVO: R\$ 7.842,30 (sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta centavos)

LICITAÇÃO: Processo PFE N. 028/2012 - Tomada De Preços PFE N. 003/2012

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da DOS CONSIDERANDOS E DA CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: TERRAMAX CONSTRUÇÕES E OBRAS LTDA.

CNPJ/CPF: 04.406.660/0001-28.

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 15/09/2013

Termo Aditivo FMS 005/2013 de 13/06/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: JUNHO/2013

TERCEIRO TERMO ADITIVO FMS 005/2013 AO CONTRATO FMS n. 023/2012 de 28/06/2012

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração do preço constante na CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADO: VISOLI CONSTRUTORA LTDA

CNPJ/MF: CNPJ n. 02.131.315/0001-01

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 04/11/2013

São José

AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA

Aposentadoria

DECRETO N° 1005/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 3509/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional n° 41 de 31/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIA OLIVIA DOS SANTOS, matrícula 2.773, ocupante do cargo de professora II, Classe A-11, Nível 500, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, quinquênio, adicional de pós graduação, e 20% de regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 737/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 910/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora CLARA WERLICH, matrícula 1.027, ocupante do cargo de agente serviço geral, Classe J-01, Nível 1001, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06 de maio de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de abril de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 1022/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 55/2013 e com base no artigo 8º, da Emenda Constitucional n° 20/98 c/c artigo 3º da Emenda Constitucional n° 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor ERI JUVENAL PEREIRA, matrícula 1389, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com proventos integrais, calculados com base em 70% da última remuneração, mais 5% por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso I, do art. 8º, da EC 20/98, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 974/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 7450/2013 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n° 47/2005.

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor ANTÔNIO GONÇALVES, matrícula 687, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Classe 2, Nível 01, lotado na Secretaria Municipal da Receita, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: vencimento, quinquênio, gratificação de produtividade, artigo 35 da Lei nº 53/2011 e promoção vertical, artigo 25, da Lei nº 53/2011, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23 de maio de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 27 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 1027/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 4811/2013 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional n° 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora CLAIR MARIA COELHO SAGAZ, matrícula 1026, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, composto de vencimento, quinquênio e promoção vertical, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 967/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 21546/2012 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora VALQUÍRIA MARIA ROSA, matrícula 954, ocupante do cargo de Atendente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais, 10% insalubridade, quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de maio de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de maio de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto Aposentadoria

DECRETO N° 822/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 20609/2012 e com base no artigo 40, parágrafo 1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria por invalidez, para a servidora VERA LUCIA KRAMER SCARIOT, matrícula 13.818, ocupante do cargo de auxiliar de ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais a 64,58% (sessenta e quatro vírgula cinquenta e oito por cento), calculados com base na média das 80% (oitenta por cento) melhores contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17 de abril de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO N° 1023/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 2004/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional n° 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora STELA MARIS SPERANDIO SILVEIRA, matrícula 1802, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós graduação e 20% de regência de classe, conforme determina a Lei nº 5183/2012, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 05 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Decreto de Aposentadoria

DECRETO N° 1051/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 6848/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARILDA MARIA DA SILVA MEDEIROS, matrícula 961, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, sendo composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.246/2012 ALTERA REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º E 2º DO DECRETO N.º. 30.122/2009.

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando restrições apontadas pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, quando da análise do ato concessório de aposentadoria do Servidor PEDRO GENTIL CECHINEL;

DECRETA:

Art. 1º - No artigo 1º do Decreto nº. 30.122/2009, de 15 de abril de 2009, onde se lê "nível E", fica alterado para nível MAG-PROF-12 A. No artigo 2º, onde se lê "terão por valor inicial a quantia de R\$ 962,47 (novecentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos)" fica alterado para terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.001,79 (um mil e um reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de outubro de 2012.

DJALMA VANDO BERGER AGOSTINHO PAULI

Prefeito Municipal Presidente da SJPREV

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 322/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 5184/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 31.500/2010, que aposentou a servidora Marli Judite de Melo, matrícula 1158, no que se refere ao reenquadramento da servidora que passa do nível/referência MAG.PROF.10A para MAG.PROF.11C.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 320/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 2711/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 34.282/2011, que aposentou a servidora Dalva Venier Zytkeuwisz, matrícula 2.119, no que se refere ao reenquadramento da servidora que passa do nível/ referência MAG.PROF.10B para MAG.PROF.11A.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 324/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 2315/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto nº 30.842/2009, que aposentou a servidora Madalena Fermina de Souza, matrícula 1.190, no que se refere ao reenquadramento da servidora que passa do nível/ referência MAG.PROF.10B para MAG.PROF.11B.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 323/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 8266/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto n° 25.508/2008, que aposentou a servidora Roseli Leite Feijó, matrícula 696, no que se refere ao reequadramento da servidora que passa do nível/referência MAG.PROF.10D para MAG.PROF.11B.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 326/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 4.831/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto n° 27.462/2008, que aposentou a servidora Rosângela Maria Carvalho de Andrade, matrícula 361, no que se refere ao reequadramento da servidora que passa do nível/referência MAG.PROF.10E para MAG.PROF.11E.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 321/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 6779/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto n° 25.508/2008, que aposentou a servidora Lúcia Garcia da Silva, matrícula 417, no que se refere ao reequadramento da servidora que passa do nível/referência MAG.PROF.10E para MAG.PROF.11E.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 325/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo n° 2858/2012,

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o Decreto n° 31.194/2010, que aposentou a servidora Ivete Domingues da Rosa, matrícula 1.002, no que se refere ao reequadramento da servidora que passa do nível/referência MAG.PROF.10C para MAG.PROF.11A.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2011.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de fevereiro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Retificação Aposentadoria

DECRETO N° 377/2013

RETIFICA APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que determina o Artigo 2º da Emenda Constitucional n° 70 de 29 de março de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICAR o artigo 2º do Decreto n° 32.778/2011, que aposentou a servidora Maria Machado da Silva, matrícula 2.774, quanto a forma da aposentadoria,

ONDE SE LÊ: "Os proventos decorrentes deste benefício, calculados em conformidade com a Lei Federal n° 10.887, de 18 de junho de 2004 e Leis Complementares Municipais nºs 005/2002 e 019/2005, terão por valor inicial a quantia de R\$ 1.086,62 (um mil oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos) ".

LEIA-SE: "O benefício decorrente desta aposentadoria por invalidez, com proventos proporcionais, calculados em conformidade a Emenda Constitucional n° 70 de 29 de março de 2012, terão como base a última remuneração do cargo efetivo, composto de: horas normais e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo como valor inicial a quantia de R\$ 2.083,43 (dois mil e oitenta e três reais e quarenta e três centavos) "

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 29 de março de 2012.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de fevereiro de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 112/2013 PORTARIA N° 112/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - EXONERAR - A Servidora NÁDIA NELMA BORBA TASCA, do cargo em comissão de SECRETÁRIA DO PREIDENTE, lotada no gabinete da Presidência, conforme Lei nº 4.696 de 15.09.2008.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 04 de junho de 2013.
SANDERSON ALMECI DE JESUS
PRESIDENTE

Registrada em 04/06/13

Publicada em 19/06/13

PREFEITURA

Portaria N° 02/2013/ Gab/SMS-Sj Portaria nº 02/2013/ GAB/SMS-SJ

O Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com os incisos I, II e IV do artigo 66, da Lei Orgânica do Município.

Considerando, a situação da servidora Alessandra Regis da Silva descrita através de Comunicados encaminhados a este Secretário; Considerando, a instauração de Procedimento Administrativo para apurar possíveis condutas em desacordo com a Lei nº 2.248/1991;

DETERMINA:

- 1º - Afastar a servidora Alessandra Regis da Silva, pelo prazo de 30 (trinta) dias, com fulcro no artigo 174, da Lei nº 2.248/1991.
2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
3º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São José, 13 de junho de 2013.
LUIS ANTONIO SILVA
Secretário Municipal da Saúde

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Lei N° 2.090, de 20 de Junho de 2013.

LEI N° 2.090, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar a abertura de crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013 e no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, por anulação de dotações, criando-se as modalidades de aplicações necessárias, e adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 348.000,00 (trezentos e quarenta e oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.021.3.3.71.00.00.00.00.0.1.0002 37 Aplicação Direta R\$ 348.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece no inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e Lei Municipal nº 2.062, de 22 de janeiro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.049.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002 10 Aplicação Direta R\$ 280.000,00

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

13.01.10.302.4506.2.045.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002 21 Aplicação Direta R\$ 68.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de junho de 2013.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

Lei N° 2.091, de 20 de Junho de 2013.

LEI N° 2.091, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza o Instituto Cultural de São Lourenço a receber em doação patrocínio financeiro para realização do evento São Lourenço Rock Festival, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Instituto Cultural de São Lourenço - ICSL - autorizado a receber em doação patrocínio financeiro para a realização do evento São Lourenço Rock Festival.

Art. 2º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta dos

recursos previstos no orçamento em execução.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto N° 4.668, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO N° 4.668, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a convocação da IX Conferência Municipal de Assistência Social do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, incisos VII e XXXVI da Lei Orgânica do Município, de acordo com o inciso III do art. 4º da Lei Municipal nº 2.010, de 23 de maio de 2012 e,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município de São Lourenço do Oeste;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social do Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º A IX Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 1º de julho de 2013, na Sala da Oficina n.º 1, localizado junto ao Centro de Eventos, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, na cidade de São Lourenço do Oeste - SC, no horário das 13:30 às 17:30.

Art. 3º O evento terá como tema central: "GESTÃO E FINANCIAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DO SUAS".

Art. 4º As normas de organização e funcionamento da Conferência serão expedidas através de Resoluções do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da IX Conferência Municipal de Assistência Social correrão por conta das dotações específicas do Orçamento do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de junho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo 102/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará novamente a Sessão de Licitação referente ao Processo Licitatório nº 102/2013 Pregão nº 73/2013 no dia 03/07/2013, às 9:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E CASINHA DE MADEIRA PARA PARQUE DA ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo N° 113/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/07/2013, às 14:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2013, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE PRODUTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, IMAGEM E AMBIENTE, PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações - Processo N° 115/2013

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 04/07/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 115/2013, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2013, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA UNIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Aviso de Licitações FMS- Processo 28/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC -FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 03/07/2013, às 09:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 23, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA OS NUCLEOS DE ATENDIMENTO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato do Contrato N° 187/2013, de 10 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 187/2013, DE 10 DE JUNHO DE 2013. Nono Termo Aditivo ao Contrato nº 201/2011.

Origem: Processo Licitatório nº 98/2011, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 06/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EMPLEITERRA SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA, CNPJ nº 09.543.902/0001-49.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato nº 201/2011, de 15/09/2011, por 19 (dezenove) dias, afim de possibilitar à GIDUR-Chapécó tempo suficiente para a liberação dos recursos financeiros para o pagamento final da obra, referente ao Convênio nº

0241803-97/2007.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 10/06/2013.

Vigência: De 10/06/2013 a 1º/07/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Fernando Martins Pedro - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 188/2013, de 10 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 188/2013, DE 10 DE JUNHO DE 2013. Oitavo Termo Aditivo ao Contrato n° 137/2011.

Origem: Processo Licitatório n° 075/2011, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n° 003/2011.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: GAIA RODOVIAS LTDA, CNPJ n° 03.257.777/0001-24.

Objeto: Supressão da quantidade de itens e de valor do Contrato n° 137/2011, de 22/06/2011, conforme os motivos expostos na justificativa técnica e planilha de orçamento reprogramado, ambas apresentadas em anexo ao presente termo aditivo, além da quantidade de itens da planilha, se faz necessária a supressão do valor de R\$ 0,01 (um centavo), em razão de equívoco técnico na adição da quantidade de itens do Contrato n° 126/2013, de 04/04/2013. Valor: R\$ 3.889,91 (três mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos), o que corresponde a 0,92% (zero vírgula noventa e dois por cento) do valor inicial contratado.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 10/06/2013.

Vigência: De 10/06/2013 a 1º/07/2013

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Renato Adriano Seibt - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 189/2013, de 11 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 189/2013, DE 11 DE JUNHO DE 2013. Décimo Termo Aditivo ao Contrato n° 112/2012.

Origem: Processo Licitatório n° 023/2012, Modalidade Tomada de Preços n° 001/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSTRUTORA DECALTA, CNPJ n° 05.581.992/0001-01.

Objeto: Dilação do prazo de vigência do Contrato n° 112/2012, de 21/03/2012 por 60 (sessenta) dias, a fim de possibilitar a Contratada para que realize as adequações, verificadas pela fiscalização do Município, nos serviços realizados em desconformidade com o projeto.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 11/06/2013.

Vigência: De 11/06/2013 a 12/08/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Darcy Eduardo Coninck de Almeida Pedroso - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 190/2013, de 12 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 190/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013. Origem: Decreto Municipal n° 4.662, de 10 de junho de 2013, de acordo com a Lei 8.666 de 1993, subsidiariamente pelo disposto no Código Civil.

Locador: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Locatário: IGREJA BATISTA PIONEIRA DE SÃO LOURENÇO D'OESTE, CNPJ n° 13.950.975/0001-22.

Objeto: LOCAÇÃO DO TEATRO PROFESSOR ARNO IGNÁCIO ETGES, LOCALIZADO NA ARENA DE EVENTOS ALBANO LUIZ MENEGATTI, junto ao Centro de Eventos, sito na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em de São Lourenço do Oeste - SC, para a realização de evento a ser promovido no dia 22 de junho de 2013, pelo Locatário.

Valor: R\$ 318,72 (trezentos e dezoito reais e setenta e dois centavos), correspondente a 3,74 (três vírgula setenta e quatro) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Pagamento: Em parcela única, por meio de DAM - Documento de Arrecadação Municipal, com vencimentos em 21 de junho de 2013.

Data de Assinatura: 12/06/2013.

Vigência: durante o dia 21 de junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Locador e Orlando Fenske - pelo Locatário.

Extrato do Contrato N° 193/2013, de 12 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 193/2013, DE 12 DE JUNHO DE 2013. Origem: Processo Licitatório n° 074/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 052/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: EDMAR DA SILVA ME, CNPJ n° 11.354.002/0001-03.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 12/06/2013.

Vigência: De 12/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Edemar da Silva - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 194/2013, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 194/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013. Origem: Processo Licitatório n° 029/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 024/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES - CEINEE, CNPJ n° 07.136.551/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS DE ESTÁGIOS PARA ESTUDANTES, PARA ATUAR COMO AGENTE DE INTEGRAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 11.788 DE 25/09/08 E DEMAIS

LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS.

Valor: R\$ 32,00 (trinta e dois reais) referente ao período de 13 a 30/06/2013 e, a partir de 1º/07/2013, o valor mensal de R\$ 53,35 (cinquenta e três reais e trinta e cinco centavos), totalizando R\$ 352,10 (trezentos e cinquenta e dois reais e dez centavos) para o exercício de 2013.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/06/2013.

Vigência: De 13/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Laertes de Lima Moraes - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 195/2013, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 195/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Origem: Processo Licitatório n° 094/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 065/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: SISTEMA NETGRANDE COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ n° 04.194.082/0002-94.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (FM), DE ABRANGÊNCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO DIÁRIO, DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 17.088,40 (dezessete mil, oitenta e oito reais e quarenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/06/2013.

Vigência: De 13/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Edson Luiz Casagrande - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 196/2013, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 196/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Origem: Processo Licitatório n° 095/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 066/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: RÁDIO DOZE DE MAIO LTDA, CNPJ n° 83.522.136/0001-99.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGÊNCIA LOCAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DE RÁDIO DIÁRIO E QUINZENAL, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL, BEM COMO A INSERÇÃO DE MÍDIA DE 30 SEGUNDOS, COM ABRANGÊNCIA NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE.

Valor: R\$ 50.273,76 (cinquenta mil, duzentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/06/2013.

Vigência: De 13/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Cirio Hippler - pela contratada.

Extrato do Contrato N° 197/2013, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO CONTRATO N° 197/2013, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Origem: Processo Licitatório n° 096/2013, Modalidade Pregão Presencial n° 067/2013.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ n° 83.021.873/0001-08.

Contratada: RÁDIO ATALAIA LTDA, CNPJ n° 01.746.813/0001-98.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RADIOFÔNICOS EM MODULAÇÃO EM AMPLITUDE (AM), DE ABRANGÊNCIA REGIONAL, VISANDO A VEICULAÇÃO DE PROGRAMA DIÁRIO, COM DIVULGAÇÃO DE ATOS, AVISOS E NOTÍCIAS DO GOVERNO MUNICIPAL.

Valor: R\$ 20.138,00 (vinte mil, cento e trinta e oito reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2013.

Pagamento: Conforme ordem cronológica disposta no Decreto 4.560, de 07/01/2013.

Data de Assinatura: 13/06/2013.

Vigência: De 13/06/2013 a 31/12/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Adilson João Baldissera - pela contratada.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1.199, de 06 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1.199, DE 06 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso n° 1.199, de 06 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S-F8D, com registro no patrimônio do Município sob o n° 9891, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 1.212, de 18 de Setembro de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 1.212, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF n° 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso n° 1.212, de 18 de setembro de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726Z8L, com registro no patrimônio do Município sob o n° 9913, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 297, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 297, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 297, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VP6I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10013, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 324, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 324, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 324, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V515, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10042, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 355, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 355, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 355, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TX2V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9829, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 356, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 356, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 356, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645M9U, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9680, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 357, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 357, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 357, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V27D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9844, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 364, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 364, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 364, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V46R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10041, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 366, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 366, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 366, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570VP1T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10073, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 369, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 369, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 369, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570V21W, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10065, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 510, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 510, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 510, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726X32, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9731, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 529, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 529, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 529, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570YF69, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9750, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 550, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 550, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 550, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5003M0Z, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9771, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 558, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 558, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 558, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5703720, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9778, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 808, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 808, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 808, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9857, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 808, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 808, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 808, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9857, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 849, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 849, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 849, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570SK8S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9899, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 884, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 884, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 884, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569V341, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9846, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 11 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 885, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 885, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 885, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A569TP4H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9847, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 890, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 890, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 890, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570RX44, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9852, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 927, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 927, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 927, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A572706X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9710, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 944, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 944, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 944, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726B5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9727, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 11 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 944, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 944, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 944, de 12 de julho de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5726B5I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9727, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 11 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso N° 950, de 12 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 950, DE 12 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 950, de 11 de abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570S206, com registro no patrimônio do Município sob o nº 9921, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 19 de Junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato do Termo de Cessão de Uso N° 432, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 432, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 405723911, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Zirlene Albertina Milan Tarso, CPF nº 001.020.529-30.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TX4Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7774, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 432, de 13 de junho de 2013.

Data da assinatura: 13 de junho de 2013.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Zirlene Albertina Milan Tarso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso N° 433, de 13 de Junho de 2013.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO N° 433, DE 13 DE JUNHO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário- Aluno: de matrícula nº 1300058912062, da Escola Básica Municipal Santa Maria Goretti.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ana Kelly Kinipel Moraes, CPF nº 016.023.310-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TC2X, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7662, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 433, de 13 de junho de 2013.

Data da assinatura: 13 de junho de 2013.
Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ana Kelly Kinipel Moraes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Aviso de Licitação 41.2013

AVISO DE LICITAÇÃO

À PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 41.2013 MODALIDADE: Pregão Presencial -Registro de Preços - II Tentativa

OBJETO: A presente licitação tem como objeto aquisição de uma Roçadeira profissional, projetada para serviço pesado conforme especificações no anexo do Edital.

TIPO: Menor Preço. DATA DE ABERTURA: 04/07/2013 às 09:30h.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203.

São Pedro de Alcântara, 19/06/2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

Lei Nº 757, de 17 de Junho de 2013

LEI Nº 757, DE 17 DE JUNHO DE 2013

“Altera o Anexo do PPA do Programa OBRA da Lei nº 541/2009, que Dispõe Sobre o PPA 2010/2013”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alterar o Anexo do PPA do Programa Obra da Lei nº541/2009, criando a Ação Construção de um Muro de Contenção no Cemitério Municipal no valor de R\$149.203,00 (cento e quarenta e nove mil duzentos e três reais) conforme Plano Plurianual - Programas de Governo. Segue o novo anexo atualizado.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 18 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Programas de Governo

PLANO PLURIANUAL 2010/2013

PROGRAMA
22- OBRA

OBJETIVOS
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS, VIAS PUBLICAS OS SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA GERAL.

AÇÕES	PRODUTO (um Medida)	META		RECURSOS
		Física	Financeira	
1010 - Construção de Abrigos de Passageiro de ônibus	ANO (UN)	4.000	20.000,00	0.1.0000
			20.000,00	0.1.0020
1.011 - Construção de Praças e Parques	ANO (UN)	4.000	0,00	0.2.0061
			150.000,00	0.1.0000
			100.000,00	0.1.0053
1.012 - Pavimentação de Ruas	ANO (UN)	4.000	50.000,00	0.2.0061
			1.400.000,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0010
			0,00	0.1.0015
			0,00	0.1.0019
			4.200.000,00	0.1.0053
			0,00	0.2.0054
			1.150.000,00	0.2.0061
			0,00	0.3.0032
			0,00	0.3.0033
1.013 - Construção de uma Garagem	ANO (UN)	1.000	100.000,00	0.1.0000

1.014 - construção de Casa Mortuária	ANO (UN)	1.000	120.000,00	0.1.0000
1.015 - Construção de Passeios e Calçadas	ANO (UN)	1.000	50.000,00	0.1.0000
			350.000,00	0.2.0061
1.016 - Aquisição de Veiculo - Obras	ANO (UN)	1.000	50.000,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0010
1.038 - Construção de um Muro de Arrimo	ANO (UN)	4.000	0,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0000
1.040 - Aquisição de Equipamentos - Agricultura	ANO (UN)	2.000	0,00	0.1.0022
			330.000,00	0.1.0000
1.044 - Aquisição de Equipamentos - Obras			40.000,00	0.1.0022
	ANO (UN)	1.000	0,00	0.1.0082
			750.000,00	0.1.0010
1.045 - Aquisição de um Reboque	ANO (UN)	1.000	0,00	0.2.0061
1.046 - Reforma de Equipamentos	ANO (UN)	1.000	0,00	0.1.0000
	ANO (UN)	1.000	30.000,00	0.1.0000
1.052 - Aquisição de um Terreno	ANO (UN)	4.000	1.844.000,00	0.1.0000
2.016 - Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras			112.994,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0009
			0,00	0.1.0053
			0,00	0.1.0080
			0,00	0.3.0032
	ANO (UN)	4.000	1.272.000,00	0.3.0033
2.017 - Func. e manut. da Coord. de Serviços Públicos			0,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0043
	ANO (UN)	4.000	600.000,00	0.1.0033
2.018 - Manutenção da Iluminação Pública			0,00	0.1.0000
			0,00	0.1.0043
	ANO (UN)	4.000	40.000,00	0.3.0033
2.019 - Segurança no Trânsito			27.100,00	0.1.0000
				0.2.0061
1.066 - Programa-Bem-Te-Vi - Segurança por Videomonitoramento	ANO (UN)	1,000	108.322,50	0.1.0000
1.067 - Construção de um Muro de Contenção no Cemitério Municipal	ANO (UN)	1,000	149.203,00	0.1.0000
TOTAL:			13.063.619,50	

Schroeder

PREFEITURA

Convocação Concurso Público N°. 001/2009-Gab/PMS - Cristiani Feustel

Convocação Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. CRISTIANI FEUSTEL, inscrita no CPF sob n°. 009.851.439-32, aprovada em 9º lugar no Concurso Público n°. 001/2009-GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 02 de julho de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem o item 13.2.1, devendo tomar posse da referida vaga até 20 de julho de 2013.

Schroeder (SC), 20 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Convocação Processo Seletivo N°. 004/2012-Secel - Luciana Guimarães Oppa

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LUCIANA GUIMARÃES OPPA, inscrita no CPF sob n°. 678.210.739-20, aprovada em 7º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 02 de julho de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 10.3 e 10.4, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo N°. 004/2012-Secel - Priscila Aparecida Rigo

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. PRISCILA APARECIDA RIGO, inscrita no CPF sob n°. 070.610.559-10, aprovada em 6º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL,

para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 02 de julho de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 10.3 e 10.4, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Convocação Processo Seletivo N°. 004/2012-Secel - Rafaela Raquel de Santana

Convocação Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. RAFAELA RAQUEL DE SANTANA, inscrita no CPF sob n°. 047.168.309-42, aprovada em 5º lugar no Processo Seletivo n°. 004/2012-SECEL, para o cargo de PROFESSORA A - EDUCAÇÃO INFANTIL - 40 H/S, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer a Prefeitura Municipal de Schroeder, no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6508), até o dia 02 de julho de 2013, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 10.3 e 10.4, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 20 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Notificação - Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares Ltda

NOTIFICAÇÃO

Processo Administrativo n° 10/2013

Fica a empresa Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares LTDA, CNPJ n° 06.555.143/0001-46, NOTIFICADA do inadimplemento do contrato n° 28/2013 firmado com o Município de Schroeder eis que tendo recebido a Ordem de Compra, cujo empenho n° 702/13 não efetuou a entrega do produto do prazo de estipulado pela Cláusula Segunda do Contrato supramencionado.

Por essa notificação, a empresa notificada terá o prazo de 48 horas para adimplir o contrato com a entrega dos produtos abaixo relacionado, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Não adimplindo o contrato no prazo acima fica a empresa desde já notificada para no prazo de 10 dias úteis apresentar defesa prévia quanto as penalidades previstas no parágrafo terceiro, cláusula sétima do contrato, nos termos do art. 87 da Lei de Licitações Evidenciando o atraso cita-se nas tabelas abaixo o(s) produto(s) cuja entrega está atrasada.

Empenho (O.C.)	Produtos	Entrega a O.C.	Prazo limite desobede-cido
702/13	Atadura de crepom 15 cm x 2,20 cm 100% algodão 13 fios pacote com 12 unidades; Vacutainer de plástico com gel separador 5 ml sst II advance, plymouth pl 6 7bp uk.	10/05/13.	17/05/13.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Sem mais para o momento, ficamos a disposição para eventuais dúvidas.

Atenciosamente,

Schroeder, 18 de junho de 2013.

HALINA TEMOTHIO.

Secretária da Saúde e Assistência Social

SR. ALEXANDRE BIANCHINI DE AZEVEDO

Trade Medical Comércio de Materiais Hospitalares LTDA.

CNPJ: 06.555.143/0001-46.

(48)3357-0307.

Notificação de Penalidade - Analítica Química Ind. e com Ltda _contrato N° 89/2013

NOTIFICAÇÃO PENALIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 48/2013

ANÁLITICA QUÍMICA IND. E COM LTDA.

CNPJ 08.072.145/0001-00

Após Notificação anteriormente emitida e consequente expiração do prazo para regularização do fornecimento das mercadorias ou serviços e/ou defesa prévia, fica a empresa, ANÁLITICA QUÍMICA IND. E COM LTDA NOTIFICADA conforme Lei Federal n.º 8.666/93, art. 87 e o Contrato n° 89/2013, Cláusula Sétima- DAS PENALIDADES, que será aplicada as devidas penalidades pela inexecução contratual.

A penalidade de multa será de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, qual seja R\$ 2.201,00 (dois mil duzentos e um reais), cujo fundamento se encontra no artigo 7º da Lei 10.520/02 (quando se tratar de Pregão) cumulada com o disposto no artigo 87 da Lei 8.666/93 e Parágrafo Quarto da Cláusula Sétima do Contrato n° 48/2013, que assim dispõe:

Parágrafo Quarto - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

E cumulativamente, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de 02 (dois) anos de contratar com a administração, conforme artigo 87 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

[]

Assim, restará rescindido o presente Contrato na forma do artigo

78 da Lei 8.666/93 e da Cláusula Nona do Contrato supracitado, bem como a aplicação das sanções ora expostas.

Atenciosamente,

Schroeder, 19 de junho de 2013.

VALDEMAR DOS SANTOS

Diretor de Saneamento

Serra Alta

PREFEITURA

Lei Municipal N°959/2013

LEI MUNICIPAL N° 959/2013.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO E A DENOMINAÇÃO DE RUAS DO LOTEAMENTO SÃO LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica aprovado o Loteamento denominado LOTEAMENTO "SÃO LUIZ", com área total de 46.357,00, MATRÍCULA 3.431, por atender os requisitos constantes na Lei Federal n° 6766/79 e Lei Estadual n° 6063/82.

Art. 2º Fica o Proprietário responsável pela infraestrutura de vias de circulação do loteamento, demarcação dos lotes, quadras e logradouros e das obras de escoamento das águas pluviais, instalação de rede de abastecimento de água e rede de energia elétrica do loteamento.

Parágrafo único O proprietário, no prazo de 02 (dois) anos da publicação da presente Lei, deverá concluir as obras de infraestrutura mínima, exigidas pela Lei Estadual.

Art. 3º A despesa decorrente da aplicação desta Lei, correrá por conta do proprietário do Loteamento.

Art. 4º As vias públicas integrantes do Loteamento São Luiz, do Município de Serra Alta, passam a ter a denominação conforme discriminação a seguir:

I - Fica denominada Rua Projetada 01: RUA ADOLFO ZANCO

II - Fica denominada Rua Projetada 04: RUA HENRIQUE JULIO GIRELLI

III - Fica denominada Rua Projetada 05: RUA LUIZ BAESSO

IV - Fica denominada Rua Projetada 06: RUA ARISTIDES JOSÉ MOTTER

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de Junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

Decreto N° 3.170, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO N° 3.170, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

Regulamenta a Lei Complementar nº 429 de 20 de junho de 2013 que concede isenção fiscal aos empreendimentos imobiliários vinculados ao Projeto Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V c/c art. 70, alínea "a" do inciso I da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990, e Considerando que o art.3º da Lei Complementar nº 429 de 20 de junho de 2013 determina que o Poder Executivo regulamentará a presente lei através de Decreto no prazo de 60 (sessenta) dias,

DECRETA:

Art. 1º. A concessão de incentivos fiscais a empreendimentos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV fica regulamentado nos termos deste Decreto.

Art.2º. A isenção dos tributos municipais autorizados pela Lei Complementar nº 429 de 20 de junho de 2013 compreende:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidente sobre os imóveis destinados à construção de empreendimentos vinculados ao PMCMV, desde que doado pelo Poder Público, que perdurará desde o ano de início da obra até o ano da apresentação do certificado de conclusão da obra;

II - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, incidente sobre a construção, empreitada, subempreitada, execução de projetos, serviços auxiliares e complementares necessários à execução dos empreendimentos vinculados ao PMCMV.

III - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI:

a) quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação;

b) quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. As isenções tratadas no presente artigo incidem especificamente nos casos em que o Poder Público proceder à doação do imóvel para implantar o empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida.

Art.3º. Para fazer jus aos benefícios acima elencados, o interessado deverá, além de estar com a situação fiscal regular junto à municipalidade, protocolar requerimento instruído com os seguintes documentos:

a) Cópia da lei do ente público que autorizou a doação do imóvel para realização de empreendimento destinado ao programam Minha Casa Minha Vida;

b) Declaração e/ou contrato ou outro documento firmado pela Caixa Econômica Federal, ou outro órgão público competente, que evidencie que o empreendimento que se busca isenção se enquadra no Programa Federal Minha Casa Minha Vida;

c) Documento exarado pela empresa, declarando para os efeitos da lei, qual o prazo previsto para início e término da obra;

Parágrafo único. A autoridade competente para autorizar a isenção poderá, em despacho fundamentado, exigir outros documentos complementares à comprovação do direito à isenção pleiteada.

Art.4º Os benefícios fiscais de que trata este Decreto serão concedidos pelo prazo de vigência do PMCMV, restabelecendo-se ao final desse período a carga tributária da legislação pertinente.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 20 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Ata de Abertura dos Documentos - Credenciamento N° 48 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS
CREDENCIAMENTO N° 48/2013

Às nove horas, do dia vinte do mês de junho de dois mil e treze, na sala de licitações do Município de Timbó, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria N° 32/2013, alterada pela portaria N° 338/2013. Após serem analisados os documentos, constatou-se que as empresas que apresentaram seus documentos foram:

Cód.Fornecedor	Nome
109230.8	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

A empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA restou credenciada no presente certame.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 20 de junho de 2013
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Ata de Abertura dos Documentos - Credenciamento N° 61 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTOS
CREDENCIAMENTO N° 61/2013

Às quinze horas, do décimo nono dia, do mês de junho de dois mil e treze, na sala de licitações do município de Timbó, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria N° 32/2013, alterada pela portaria N° 338/2013. As empresas que apresentaram seus documentos foram:

Cód.Fornecedor	Nome
39539.0	FFK SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO LTDA ME
31155.3	BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP

Após serem analisados os documentos, constatou-se que a empresa FFK SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO LTDA ME restou-se inabilitada, pois não apresentou a Certidão Negativa de Tributos Especiais. A empresa BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA EPP restou credenciada no presente certame.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Timbó (SC), 19 de junho de 2013
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DEISE A. N. MENDES
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretária

ALINE BURGER
Membro

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/48-03 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/48-03

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: Paviplan Pavimentação Azza LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas, em regime de mutirão.

Valor: R\$ 63,31 (sessenta e três reais e trinta e um centavos) por m².

Prazo: 20/06/2013 até 16/05/2014.

Data da Assinatura: 20/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Extrato Contrato de Credenciamento 2013/61-03 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2013/61-03

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó.

CONTRATADO: Blocopav Pavimentação e Serviços LTDA EPP.

OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica de vias públicas com lajotas tipo tijolo, em regime de mutirão.

Valor: R\$ 55,94 (cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos) por m².

Prazo: 20/06/2013 até 05/06/2014.

Data da Assinatura: 20/06/2013.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Editais de Contribuição de Melhoria - Travessa Osvaldo Zickuhr-Edital 02/2013

Edital nº 02/2013

Editais de Contribuição de Melhoria pela Pavimentação com lajotas de concreto pré- moldado, do tipo tijolo, da Travessa Osvaldo Zickuhr.

A Fazenda Municipal de Timbó faz saber a todos os proprietários ou possuidores de imóveis na Travessa Osvaldo Zickuhr, abaixo relacionados, que a Prefeitura Municipal de Timbó, com base no artigo 145, III da Constituição Federal, artigos 81,82 e 144 do Código Tributário Nacional, artigo 8º do Decreto- lei nº. 195/67 e Art.417 c/c 422 da Lei Complementar Municipal nº 142/98, executou a obra de melhoria através da Pavimentação lajotas de concreto pré- moldado, do tipo tijolo, tendo como custo apurado o valor total de 38.254,57 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), incluindo a infra-estrutura implantada, e está Lançando a Contribuição de Melhoria, conforme passa a expor:

Pavimentação com lajotas de concreto pré-moldado da Travessa Osvaldo Zickuhr- Timbó-SC

1 - Memorial Descritivo da Obra:

1.1 - Identificação:

Projeto para pavimentação com lajotas de concreto pré- moldado, do tipo tijolo, da Travessa Osvaldo Zickuhr - (com área de 746,25m²), no Bairro dos Estados, em Timbó - SC.

1.2 - Justificativa:

Considerando que a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, responsável pela manutenção das vias públicas, tem dificuldades para desenvolver esta atividade devido a grande quantidade de ruas e pelo fato de muitas destas possuírem apenas revestimento primário em macadame. A dificuldade de manutenção das ruas com macadame remete-se a necessidade de maquinário e de material, inclusive de jazida macadame, para reposição, bem como no fato destas ruas sofrerem ação constante de intempéries.

Considerando que a retirada de material de jazida causa danos, de difícil recuperação, ao Meio Ambiente.

Considerando que a falta de pavimentação dificulta e prejudica a circulação e a segurança tanto de veículos quanto de pedestres, pois estas vias também não possuem passeios, e muitas vezes sequer meio-fio que delimite o espaço destinado aos pedestres.

Considerando que é objetivo da administração municipal aprimorar e estimular o crescimento e desenvolvimento urbano adequado, valorizando o espaço público e o cidadão, e por consequência melhorando a qualidade de vida de todos.

Considerando que conforme apurado através de comissão técnica competente, com supedâneo em laudos fornecidos pelo Núcleo de Corretores do Município de Timbó, a obra em questão trouxe aos proprietários dos imóveis indubitável valorização de seu bem, conforme demonstrado no item 6 deste edital.

Justifica-se, portanto, o lançamento da Contribuição de Melhoria, em razão da execução das obras de pavimentação, que resultam em benefícios diretos aos proprietários de imóveis atingidos pela melhoria, em razão da efetiva valorização pelo incremento comprovado nas condições de conforto, desenvolvimento, meios de transporte entre outros meios básicos de progresso.

Em vista destes aspectos, e outros intrínsecos ao processo de desenvolvimento urbano e social do Município, a Travessa Osvaldo Zickuhr foi pavimentada, e em face a indubitável valorização dos imóveis, necessário o lançamento deste edital de Contribuição de Melhoria.

1.3 - Especificações:

Para a pavimentação com lajotas em concreto pré-moldado, do tipo "tijolo", da Travessa Osvaldo Zickuhr, nas dimensões de (25x12x8)cm, com resistência mínima de 35 Mpa. Todos os materiais e serviços serão executados e selecionados de acordo com os padrões e especificações do DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte, DEINFRA - Departamento Estadual de Infra-estrutura e da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), inclusive a execução do meio-fio, e todos os demais detalhes. A base de assentamento será colchão de areia média e terá uma espessura mínima compactada de 20 cm.

2 - Orçamento para implantação:

2.1 - Pavimentação lajotas pré-moldadas, do tipo tijolo, Travessa Osvaldo Zickuhr (com área de 746,25m²) - (setecentos e quarenta e seis metros, e vinte e cinco decímetros quadrados), com complementação de meio-fio.

2.1.1 - Escavação e transporte do material retirado da rua (material inservível):

- Custo Unitário por m³ R\$ 3,80
- Quantidade Total 298,50 m³
- Custo 3,80 x 298,50 = R\$ 1.134,30
- Custo Total R\$ 1.134,30

2.1.2 - Material de jazida (macadame) até ao greide definido para a pavimentação, conformação do

Greide - reforço do sub-leito:

- Custo Unitário por metro cúbico R\$ 11,88
- Quantidade Total 97,01
- Custo 11,88 x 97,01 = R\$ 1.152,48
- Custo Total R\$ 1.152,48

2.1.3 - Material de jazida (macadame) para regularização e compactação do subleito :

- Custo Unitário por metro quadrado R\$ 0,66
- Quantidade Total 746,25
- Custo 0,66 x 746,25 = R\$ 492,52
- Custo Total R\$ 492,52

2.1.4 - Meio fio :

- Recolocação de meio fio de granito (existente) apiloado com macadame e com rejunte de argamassa e areia fina
- Custo Unitário por metro R\$ 3,00
- Quantidade Total 140,00
- Custo 3,00 x 140,00 = R\$ 420,00
- Meio fio de granito conforme padrão existente, apiloamento com macadame e com rejunte de argamassa de cimento e areia fina.
- Custo Unitário por metro R\$ 16,00
- Quantidade Total 80,00
- Custo 16,00 x 80,00 = R\$ 1.280,00
- Custo Total R\$ 1.700,00

2.1.5 - Pavimentação com lajotas pré-moldadas, do tipo tijolão com base de assentamento de areia 20cm, com mão-de-obra:

- Custo Unitário da pavimentação mão-de-obra por m² R\$ 44,60
- Quantidade Total 746,25m²
- Custo 44,60 x 746,25 = R\$ 33.282,75
- Custo Total R\$ 33.282,75

2.1.6 - Compactação final do pavimento:

- Custo Unitário da pavimentação por m² R\$ 0,66
- Quantidade Total 746,25m²
- Custo 0,66 x 746,25 = R\$ 492,52
- Custo Total R\$ 492,52

Global da Obra R\$ 38.254,57

3 - Cronograma:

A obra teve início em 26/05/2008 e término em 24/06/2008.

4 - Projetos:

Foram executados de acordo com as plantas elaboradas pela Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

5 - Conclusão:

Restou apurado que a execução da obra de pavimentação beneficiou diretamente 10 (dez) propriedades, através da evidente valorização imobiliária decorrente da melhoria na qualidade de vida dos moradores e usuários das vias, trazendo melhores condições de tráfego aos veículos e locomoção de transeuntes, evitando transtornos e diminuindo as despesas na conservação da via, inclusive no que se refere a constante macadamização e irrigação.

6 - Delimitação da área, imóveis abrangidos, valorização dos imóveis com a obra:

6.1 A área a ser beneficiada por esta obra, abrange a Travessa Osvaldo Zickuhr - (com área de 746,25m²).

6.2 Os imóveis abrangidos são todos os que possuem testadas para a rua e delimitações citadas, e constam no cadastro imobiliário do município, em nome dos contribuintes constantes da tabela abaixo item 6.3.

6.3 A verificação da valorização do imóvel pela obra publica em questão foi realizada por comissão competente, regularmente constituída nos termos da lei que, com supedâneo em avaliações de mercado fornecidas pelo Núcleo de Corretores de Timbó, fixou o valor do imóvel antes e após a realização da obra, resultando na seguinte valorização imobiliária:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Valor do imóvel antes pavimentação	Valor do imóvel após pavimentação	Valorização
1 TIMVEL COM. DE VEÍCULOS LTDA	01.09.047.1192.001	190.000,00	300.000,00	110.000,00
2 ROMEU ROEPKE	01.09.047.1208.001	80.000,00	120.000,00	40.000,00
3 HEINZ ROEPKE	01.09.047.1290.001	110.000,00	150.000,00	40.000,00
4 MARLY R. REGUSE	01.09.047.1277.001	70.000,00	100.000,00	30.000,00
5 LORIVALD STRUNCK	01.09.047.1469.001	190.000,00	300.000,00	110.000,00
6 HENRIETE STRUNCK	01.09.047.1475.001	70.000,00	100.000,00	30.000,00
7 VANESA STRUNCK	01.09.047.1481.001	70.000,00	100.000,00	30.000,00
8 WANDER LUIZ KOEPEL	01.09.047.1487.001	70.000,00	100.000,00	30.000,00
9 CARLOS GESSNER	01.09.047.1494.001	220.000,00	300.000,00	80.000,00
10 RENATA LEITZKE	01.09.047.1341.001	160.000,00	200.000,00	40.000,00
TOTAL				540.000,00

7- Critério de Rateio Individual compreendendo a determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria, e forma de cálculo do tributo:

7.1 - Participação da Prefeitura Municipal de Timbó = R\$ 11.476,37, o que corresponde a 30,00% da obra.

7.2 - Participação dos proprietários de imóveis (inclusive imóveis do município) = R\$ 26.778,20, o que corresponde a 70,00% da obra.

7.3 - O cálculo da Contribuição de Melhoria se dá através da seguinte fórmula: $CM = AxVi/Vtr$, onde:

a) CM = valor da contribuição de melhoria referente ao imóvel beneficiado;

b) A = valor da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria = R\$ 26.778,20

c) Vi = valor da valorização individual do imóvel, apurado pela comissão;

d) Vtr = somatório dos valores de valorização individuais de todos imóveis beneficiados = R\$ 540.000,00

7.4 - Diante da Valorização dos imóveis pela obra em questão, ficam lançados os seguintes valores individuais inerentes à Contribuições de Melhoria a ser custeado pelos contribuintes infra mencionados:

Proprietário	Inscrição Imobiliária	Vi	CM (em R\$)
1 TIMVEL COM. DE VEÍCULOS LTDA	01.09.047.1192.001	110.000,00	5.454,81
2 ROMEU ROEPKE	01.09.047.1208.001	40.000,00	1.983,57
3 HEINZ ROEPKE	01.09.047.1290.001	40.000,00	1.983,57
4 MARLY R. REGUSE	01.09.047.1277.001	30.000,00	1.487,68
5 LORIVALD STRUNCK	01.09.047.1469.001	110.000,00	5.454,82
6 HENRIETE STRUNCK	01.09.047.1475.001	30.000,00	1.487,68
7 VANESA STRUNCK	01.09.047.1481.001	30.000,00	1.487,68
8 WANDER LUIZ KOEPEL	01.09.047.1487.001	30.000,00	1.487,68
9 CARLOS GESSNER	01.09.047.1494.001	80.000,00	3.967,14

10	RENATA LEITZKE	01.09.047.1341.001	40.000,00	1.983,57
	TOTAL			26.778,20

8 - Disposições Finais:

8.1 - Condições de Pagamento:

8.1.1 - Contribuição de Melhoria: os contribuintes supra mencionados que optarem pelo pagamento a vista dos valores constantes do item 7 deste edital, até a data do vencimento, terão desconto de 10% sobre o valor lançado.

8.1.2 - O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

8.1.3 - A falta de pagamento do débito importará na inscrição do mesmo em dívida ativa.

8.2 - Da Impugnação do Edital:

Para eventual impugnação, o contribuinte interessado terá o prazo de 30 dias a contar da publicação do presente edital para fazê-lo, cabendo ao mesmo o ônus da prova, devendo para tanto, proceder da seguinte forma:

a) Encaminhar ao Executivo Municipal exposição de motivos, contendo o fundamento legal que originou a impugnação, bem como a justificativa e demais elementos que possam evidenciar o fato alegado;

b) Apresentar parecer técnico, devidamente assinado por um engenheiro civil registrado no CREA, quando a impugnação referir-se à parte técnica da obra;

c) Apresentar parecer jurídico, devidamente assinado por um advogado registrado na OAB, quando a impugnação referir-se à parte jurídica do Edital/Obra;

d) Apresentar planta de localização e situação da obra, com identificação da parte a ser impugnada.

O julgamento das impugnações, será efetuado através do profissional competente, podendo ser designado através de ato do executivo.

O executivo municipal terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para responder às impugnações apresentadas.

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Timbó, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas."

Prefeitura de Timbó, 13 de junho de 2013
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

LUCIANA HARTMANN
Engenheira Civil

Aviso Leilão N.º 29 2013 SAMAE - Leilão de Materiais Recicláveis

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ
AVISO DE LEILÃO Nº 29/2013

OBJETO: leilão de materiais recicláveis presentes e futuros procedentes de processo de coleta seletiva de resíduos sólidos domiciliares por um período de 06 (seis) meses, classificados conforme decreto n.º. 30 96 de 28 de março de 2013. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente no Departamento de Licitações, Rua Getúlio Vargas, 700 - Centro, Timbó/SC das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, de segunda a sexta-feira, disponível também na Internet, no seguinte endereço: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes ou poderão ser solicitados pelo e-mail: beatris@samae-timbo.com.br.

LOCAL LEILÃO: Sede Administrativa - Rua Duque de Caxias, 56
Bairro Centro - Timbó/SC CEP: 89120-000 - Auditório
DATA E HORÁRIO: 09/07/2013 às 09h00min.

Timbo (SC), 19/06/2013

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Nº 1.124/2013 de 21 de Junho de 2013.

Lei nº 1.124/2013 de 21 de junho de 2013.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) para a Associação Cultural, Assistencial, Cinquentenária da Linha São Jorge, inscrita no CNPJ nº 78.486.883/0001-89, sediada neste município de Tunápolis - SC., e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar auxílio financeiro de até R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) para o ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ASSISTENCIAL, CINQUENTENARIA DA LINHA SÃO JORGE, sediada na sede deste Município, inscrito no CNPJ nº. 78.486.883/0001-89, para custeio de despesas com realização do 24º Encontro Cultural de Corais do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 21 de junho de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.125/2013 de 21 de Junho de 2013.

LEI Nº 1.125/2013 DE 21 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA PARA INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO URBANO COMPOSTO DE CENTRAL DE CÂMERAS DE VÍDEO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com Estado de Santa Catarina para a instalação e manutenção de um sistema de monitoramento urbano composto de câmeras de vídeo no Município de Tunápolis/SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - A prestação de contas dos valores para a execução do projeto dar-se-ão na forma da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 21 de Junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº1.123 /2013 de 21 de Junho de 2013.

LEI Nº1.123 /2013 DE 21 DE JUNHO DE 2013.

"INSTITUI A NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Da Definição da NFS-e

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de Tunápolis, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pelo setor de Tributos do Município de Tunápolis, antes da ocorrência do fato gerador.

Seção II

Dos Contribuintes Obrigados

Art. 2º - O setor de Tributos do Município de Tunápolis definirá através de Decreto os prestadores de serviço obrigados à emissão da NFS-e.

Parágrafo Único - Os contribuintes, não obrigados, que optarem espontaneamente pela emissão da NFS-e ficarão sujeitos aos dispositivos desta Lei e à sua regulamentação em caráter definitivo e irretratável.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Seção I

Do Acesso pelo Contribuinte

Art. 3º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 4º - As pessoas obrigadas e as facultadas, para obter acesso

ao sistema de que trata essa Lei, deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.tunapolis.sc.gov.br.

Art. 5º - Após o cadastramento, tratado no artigo anterior, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, direcionado ao Setor de Tributos do Município de Tunápolis.

Art. 6º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 4º desta Lei e comprovação da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§ 1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativaperante a Receita Federal, Estadual e Municipal. Parágrafo único - A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º - A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Seção II

Do Acesso pela Administração Fazendária

Art. 10 - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse da Administração Fazendária Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11 - A senha de acesso prevista do artigo anterior, será outorgada ao Setor de Tributos ou a quem ele delegar por ato legal, a qual conterà as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 12 - Aos funcionários do setor tributário será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Art. 13 - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;
IV - identificação do prestador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
e) inscrição no Cadastro Mobiliário;
V - identificação do tomador de serviços, com:
a) nome ou razão social;
b) endereço;
c) "e-mail";
d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
VI - discriminação do serviço;
VII - valor total da NFS-e;
VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;
IX - valor da base de cálculo;
X - código do serviço - enquadramento do serviço prestado na lista de serviços constante do artigo 256 da Lei Complementar nº 110/2003;
XI - alíquota e valor do ISS;
XII - indicação no corpo da NFS-e de:
a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
b) serviço não tributável pelo Município de Tunápolis, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal.
c) retenção de ISS na fonte;
d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";
e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
g) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.
§ 1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Tunápolis", "Departamento Municipal de Tributos" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".
§ 2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.
§ 3º - O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º - A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 14 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.tunapolis.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de Tunápolis, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 15 - As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria da Fazenda.

Art. 16 - Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 17 - Não incidirá preço público relativo às emissões de NFS-e quando forem geradas no domicílio ou estabelecimento do prestador.

Seção I

Da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e por pessoa Física

Art. 18 - É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede do Setor de Tributos, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público, correspondente a 0,25% (zero, vírgula cinco por cento) do valor de 01 (uma) UFM.

Parágrafo único - O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações do Setor de Tributos, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 19 - A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica de funcionário do setor de Tributos habilitado para este fim.

Parágrafo único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

Seção II

Da Emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço Municipal - NFS-e por Bancos e demais Instituições Financeiras Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil

Art. 20 - Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

Sessão III

Do Cancelamento da NFS-e

Art. 21 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("online"), no endereço eletrônico <http://www.tunapolis.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§ 1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§ 2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§ 3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 22 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço, conforme disposto na Lei Complementar nº 110/2003.

Seção IV

Da Carta de Correção Eletrônica - CC-e

Art. 23 - Fica instituída no âmbito da legislação tributária municipal, a figura da "Carta de Correção", destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e.

§ 1º - É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§ 2º - Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§ 3º - A Carta de Correção Eletrônica - CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 4º - Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§ 5º - Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

CAPÍTULO IV DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS

Sessão I

Da Definição de RPS e sua utilização

Art. 24 - Nos casos previstos nesta Lei, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços - RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§ 1º - Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal

impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II - identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A

OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL

ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - Todas as informações descritas no § 1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea "e" do inciso II, o qual é facultado.

Art. 25 - O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 26 - O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos no §1º do art. 24 desta LEI.

§ 1º - O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§ 2º - O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§ 3º - A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§ 4º - Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 5º - As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até o término dos blocos impressos ou inutilizadas pela unidade competente do setor de tributos, a critério do contribuinte.

§ 6º - Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º - Para operacionalizar o disposto neste artigo, o Setor de Tributos disponibilizará o "layout" do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.tunapolis.sc.gov.br.

Art. 27 - A necessidade ou dispensa da prévia Autorização de Impressão de Documento Fiscal - AIDF será definida mediante Decreto.

Sessão II

Da conversão do RPS em NFS-e

Art. 28 - Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§ 1º - Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no "caput" deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§ 2º - O prazo previsto no "caput" deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§ 3º - A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 43 do Capítulo VI desta LEI.

§ 4º - Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§ 5º - A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§ 6º - Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas na conformidade desta Lei.

Art. 29 - Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, ficando esta disponível no sistema informatizado da Secretaria Municipal da Fazenda ("on-line").

Seção III

Do Sistema de "Emissão de Cupom Fiscal - ECF"

Art. 30 - O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC;

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art. 31 - As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Seção III

Da conversão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços em RPS

Art. 32 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas por tempo indeterminado e sua numeração seguirá o da última nota fiscal emitida de forma convencional anteriormente ao início de vigência desta LEI.

§ 1º - Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

§ 2º - As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Seção IV

Da conversão da Nota Fiscal Conjugada em Recibo Provisório de Serviços - RPS

Art. 33 - A partir da vigência desta Lei, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Art. 34 - É permitido o uso de notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços) como RPS, devendo ser convertidas em NFS-e somente aquelas que contenham operações de prestação de serviços.

Parágrafo único - Na hipótese do contribuinte deixar de utilizar definitivamente as notas fiscais convencionais conjugadas, este poderá emitir RPS a partir do número da última nota fiscal conjugada emitida.

Art. 35. No corpo no RPS deverá ser impressa a seguinte frase: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

CAPÍTULO V

Seção I

Do Recolhimento do Imposto Retido na Fonte relativo ao RPS não Convertido

"Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC".

Art. 36 - Fica instituída a "Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS - DDNC", de acordo com o disposto nesta Seção.

Art. 37 - As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o referido documento em NFS-e, nos prazos fixados no art. 28 desta LEI.

Art. 38 - A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único - O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na incidência de multa prevista no inciso II do artigo 42 desta LEI.

Art. 39 - A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I - CPF/CNPJ do prestador;
- II - endereço do prestador e do tomador;
- III - CPF/CNPJ do tomador;
- IV - e-mail do tomador;
- V - o valor dos serviços prestados;
- VI - o enquadramento na lista de serviços; e
- VII - número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Seção II

Da Insuficiência ou não Recolhimento do ISSQN

Art. 40 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI

DAS PENALIDADES

Art. 41 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

- I - 0,80 UFRM 's para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
- II - 1,50 UFRM 's para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;
- III - 1,50 UFRM 's para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 42 - Nas infrações relativas à emissão de RPS, aplicar-se-á multa de valor igual a:

- I - 0,80 UFRM 's para cada RPS emitido e não convertido em NFS-e, no prazo legal;
 - II - 0,80 UFRM 's para cada RPS não convertido em NFS-e e não informado pelo tomador dos serviços nos prazos regulamentados.
- Parágrafo único. A conversão espontânea do RPS realizada após o prazo estabelecido no artigo 28 da presente Lei, implicará em multa diária correspondente a 0,67% (zero vírgula sessenta e sete por cento) até atingir o máximo de 20% (vinte por cento), se realizado até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

Art. 43 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

- I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
- II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a 3,50 UFRM 's.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 44 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo central da Secretaria da Fazenda pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 45 - A partir da vigência desta Lei, tornam-se sem efeito todos os regimes especiais concedidos anteriormente, ressalvados os contribuintes que possuam autorização para utilização de "Emissor de Cupom Fiscal de Prestação de Serviço - ECF-s" ou recolham o ISSQN sob o regime de estimativa fixa mensal.

Art. 46 - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal

obrigada a inserir de ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I - mudança de endereço; e
- II - mudança de ramo de atividade.

Art. 47 - A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) será a partir de 01/01/2014, podendo os contribuintes a partir da aprovação da presente Lei, requerer o enquadramento.

§ 1º - Nos primeiros trinta dias do uso obrigatório da NFS-e, não se aplica o disposto no art. 5º desta LEI.

§ 2º - Durante o prazo previsto no § 1º os cadastros efetuados e respectivas senhas informadas serão habilitadas automaticamente, devendo o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e demais documentos descritos no Capítulo II desta Lei, serem entregues ao Setor de Tributos do Município de Tunápolis num prazo máximo de até 60 (sessenta) dias após esgotado o prazo previsto naquele parágrafo.

§ 3º - Os contribuintes que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior terão seu acesso suspenso enquanto não regularizarem sua situação.

Art. 48 - Fica estabelecido um período de transição de 90 (noventa) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta Lei.

Parágrafo único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 90 (noventa) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta Lei.

Art. 49 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, em 21 de Junho de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Edital de Chamamento de Fornecedores

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis
EDITAL DE CHAMAMENTO DE FORNECEDORES ANO 2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis torna público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras a Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação na Secretaria da Câmara, situada na Rua da Matriz, 53, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO, e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

5. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social - CNL do INSS;
6. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
7. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
8. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, ou Declaração de Rendimentos - DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;
9. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.
10. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras);
11. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);
12. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

OBSERVAÇÕES:

- Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.
- Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.
- Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC (Certificado de Registro Cadastral)

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
FICHA DE CADASTRO

() Cadastro de Fornecedores () Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: _____

2. CNPJ/MF: _____

3. NOME FANTASIA: _____

4. ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____

5. MUNICÍPIO: _____

UF: _____ CEP: _____

6. TELEFONE: _____ FAX: _____

7. EMAIL: _____

8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____

10. CAPITAL SOCIAL: _____

PAT. LÍQUIDO: _____

11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: _____

12. SÓCIOS: _____

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____

13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: _____

TUNÁPOLIS, _____ DE _____ DE _____.

CARIMBO E ASSINATURA

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DARLEI BONAI ME

OBJETO: Aquisição de lubrificantes a serem utilizados nas máquinas e veículos pertencentes à frota municipal de todas as Secretarias desta Prefeitura.

VALOR: R\$ 42.607,00 (quarenta e dois mil seiscentos e sete reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 103/2013.

Vargeão, SC, 17 de junho de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: DARLEI BONAI ME

OBJETO: Aquisição de lubrificantes a serem utilizados nas máquinas e veículos pertencentes à frota municipal de todas as Secretarias desta Prefeitura.

VALOR: R\$ 42.607,00 (quarenta e dois mil seiscentos e sete reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 103/2013.

Vargeão, SC, 17 de junho de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: CMN INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: Prestação de serviços de treinamento dos servidores da Unidade Municipal de Saúde referente ao sistema de informatização interna da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 102/2013.

Vargeão, SC, 03 de junho de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE VARGEÃO

OBJETO: Adequação de valores no repasse de recursos financeiros

à Associação Hospitalar de Vargeão para até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) mensais.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Convênio nº 001/2013.

Vargeão, SC, 14 de junho de 2013.

AMARILDO PAGLIA
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Cancelamento de Licitação

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2013
PREGÃO Nº. 012/2013 PRESENCIAL

A Prefeita do Município de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais torna público para conhecimento dos interessados o AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO, Pregão Presencial, tipo "Menor Preço" unitário POR ITEM, concernente a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA TRIBUTÁRIA E FISCAL PARA LEVANTAMENTO, IDENTIFICAÇÃO E REVISÃO DE DÉBITOS E BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS, para atender as necessidades da Administração. O cancelamento se justifica pelo motivo de que o Município não possui dotação orçamentária disponível para esse serviço. As informações complementares sobre esta licitação poderão ser obtidas pelos interessados, no horário das 08h00min às 12h00min, de segunda à sexta-feira na Av. Rua Coronel Vitório, nº 966, Centro, Vargem Bonita, SC, CEP 89675-000 ou pelo telefone n.º (49) 3548-3000, ramal 202.

Vargem Bonita - SC, 20 de junho de 2013.

MELANIA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Errata Edital

ERRATA DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2013
EDITAL DE PREGÃO Nº 013/2013

ART. 1º - Fica alterado o número do Processo para Aquisição de veículo zero km.

Onde se lê: Processo Licitatório 024/2013.

LÊ SE: Processo Licitatório 023/2013

ART. 2º - Permanecem inalterados os demais artigos do Edital.

Vargem Bonita, SC, 20 de junho de 2013.

MELÂNIA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Contrato Administrativo Nº 050/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2013

OBJETO: Fornecimento de 40.000 (quarenta mil) Kg de sementes de aveia preta selecionada (saca de 40 Kg), conforme anexo I do termo de contrato, tudo conforme processo licitatório nº008/2013, na modalidade de Pregão 005/2013.

CONTRATADO: SANTAGRO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 54.800,00 (Cinquenta e quatro mil e oitocentos reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.01. 2.030. 3.3.90.3299
DATA DO CONTRATO: 03/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/04/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 05/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 008/2013

Contrato Administrativo N° 052/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 052/2013

OBJETO: Fornecimento de pneus novos, de forma parcelada e de acordo com a necessidade, conforme as quantidades previstas e especificações que constam do anexo I do termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 009/2013, na modalidade de Pregão 06/2013.

CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS LTDA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 161.214,00 (Cento e sessenta e um mil e duzentos e quatorze reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2.002. 2.014. 2.029. 2.030
DATA DO CONTRATO: 03/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/04/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 06/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 009/2013

Contrato Administrativo N° 064/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROJETOS JUNTO AO GOVERNO ESTADUAL E FEDERAL E BUSCA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM ENTIDADES PRIVADAS.

CONTRATADO: ALEXANDRA DOS SANTOS ME.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).
DATA DO CONTRATO: 19/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 19/04/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite n° 02/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 013/2013

Contrato Administrativo N° 065/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2013

OBJETO: Prestação de serviços de Recuperação do Sistema Direcional e lâmina, Caixa de Transmissão e Embreagem Central do trator de Esteira Komatsu D 50.

CONTRATADO: RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA. ME.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 27.902,88 (vinte e sete reais, novecentos e dois reais e oitenta e oito reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06.01.2.029
DATA DO CONTRATO: 26/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 26/04/2013 a 13/05/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite n° 03/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 014/2013

Contrato Administrativo N° 074/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2013

OBJETO: Fornecimento de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2013 do Município de Vargem Bonita, SC.

CONTRATADO: IZANTUR TRANSPORTES LTDA EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 7.860,00 (sete mil oitocentos e sessenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.01. 2.014. 3.3.90.39.26.00.00.00
DATA DO CONTRATO: 21/05/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21/05/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade n° 03/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 020/2013

Contrato Administrativo N°051/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2013

OBJETO: Fornecimento de pneus novos, de forma parcelada e de acordo com a necessidade, conforme as quantidades previstas e especificações que constam do anexo I do termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 009/2013, na modalidade de Pregão 06/2013.

CONTRATADO: VICINI PNEUS LTDA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 30.364,00 (trinta mil trezentos e sessenta e quatro reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2.002. 2.014. 2.029. 2.030
DATA DO CONTRATO: 03/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 03/04/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 06/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 009/2013

Contrato Administrativo N°068/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA. EPP.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017
DATA DO CONTRATO: 20/05/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 016/2013

Contrato Administrativo N°069/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 069/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017

DATA DO CONTRATO: 20/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°: 016/2013

Contrato Administrativo N°070/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 070/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: EKIPAR LICIT INFORMÁTICA LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017

DATA DO CONTRATO: 20/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°: 016/2013

Contrato Administrativo N°071/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 071/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017

DATA DO CONTRATO: 20/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°: 016/2013

Contrato Administrativo N°072/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 072/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA. EPP.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017

DATA DO CONTRATO: 20/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°: 016/2013

Contrato Administrativo N°073/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 073/2013

OBJETO: Fornecimento de material de expediente e pedagógico conforme as quantidades previstas e especificações que constam no anexo I deste termo de contrato, tudo conforme processo licitatório n° 016/2013, na modalidade de Pregão 009/2013.

CONTRATADO: GUARESKI INFORMÁTICA LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 402,50 (quatrocentos e dois reais e cinquenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90. 2010. 2013. 2017

DATA DO CONTRATO: 20/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 20/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n° 09/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N°: 016/2013

Contrato Administrativo N° 013/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 013/2013

OBJETO: Os serviços de assessoria serão prestados mediante carga horária mínima de 30 horas mensais a serem prestadas na Secretaria Municipal de Saúde de VARGEM BONITA, devendo a contratada orientar na organização da Atenção Básica do Município - ESF (estratégia Saúde da Família e Agentes Comunitários de Saúde), orientar na aplicação dos recursos do SUS, acompanhar nos instrumentos de Gestão (Plano Municipal de Saúde, Relatórios de Gestão, PMAQ, NASF, Academia de Saúde), assessorar na busca de convênios junto à esfera Estadual e Federal, elaborar proposta junto às equipes do ESF para melhorar os indicadores de saúde, bem como orientação aos profissionais das Unidades Básicas de Saúde do Município. O contratado deverá, além do comparecimento mínimo de 30 horas mensais, ficar à disposição 24 horas, quando solicitado, para orientações mediante pareceres, projetos e outros com acesso direto as ferramentas de internet e telefonia.

CONTRATADO: JULIANA SANTOS - CONSULTORIA E ASSESSORIA - ME

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33.90.00.002. 2.037
DATA DO CONTRATO: 06/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/04/2013 A 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº 01/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 005/2013

Contrato Administrativo Nº 020/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 020/2013

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato de programa a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Vargem Bonita no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

DATA DO CONTRATO: 17/04/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

Contrato Administrativo Nº 060/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 060/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 121.106,70 (Cento e vinte e um mil cento e seis reais e setenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 02/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 061/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: CARLINHOS DE MARTINI ME

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 78.427,80 (setenta e oito mil quatrocentos e vinte e sete reais e oitenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 02/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 062/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: PIERINA GARBIN BALBINOT LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 49.183,20 (quarenta e nove mil cento e oitenta e três reais e vinte centavos)

DATA DO CONTRATO: 02/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 063/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.

CONTRATADO: SHUCK TRANSPORTE COLETIVO LTDA. ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 35.310,00 (trinta e cinco mil trezentos e dez reais)

DATA DO CONTRATO: 02/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 075/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2013

OBJETO: Fornecimento de serviços de transporte escolar para o ano letivo de 2013 do Município de Vargem Bonita, SC.

CONTRATADO: IZANTUR TRANSPORTES LTDA EPP.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 106.078,50 (cento e seis mil e setenta e oito reais e cinquenta centavos)

DATA DO CONTRATO: 02/05/2013

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013

DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 076/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2013

OBJETO: Contratação de Empresa para realização de concurso público e processo seletivo simplificado, para cargos efetivos e temporários do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita SC.

CONTRATADO: FERNANDO DA SILVA TEIXEIRA - ME.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC

VALOR: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais)
DATA DO CONTRATO: 14/06/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº 04/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 019/2013

Contrato Administrativo Nº 077/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2013

OBJETO: Fornecimento de Cestas Básicas destinadas a distribuição gratuita às pessoas carentes do Município de Vargem Bonita - SC..
CONTRATADO: NELVA TERESINHA RIGO BONGIOVANI - ME.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 36.250,00 (trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais).
DATA DO CONTRATO: 17/06/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 17/06/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 011/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 021/2013

Contrato Administrativo Nº 58/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATADO: VALE DO CONTESTADO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 45.045,00 (quarenta e cinco mil e quarenta e cinco reais)
DATA DO CONTRATO: 02/05/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato Administrativo Nº 59/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2013

OBJETO: prestação, pela CONTRATADA, dos serviços de transporte escolar em linhas do Município de Vargem Bonita, de acordo com o Calendário Escolar 2013 da Secretaria Municipal de Educação.
CONTRATADO: ROSIMAR JOSÉ BUSSAQUERA ME.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 122.321,25 (cento e vinte e dois mil trezentos e vinte e um reais e vinte e cinco centavos)
DATA DO CONTRATO: 02/05/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/05/2013 a 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão nº 08/2013
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº: 015/2013

Contrato de Prestação de Serviço Nº 046/2013

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2013

OBJETO: Prestação de Serviços Animação de Encontro Grupo da 3ª Idade de Vargem Bonita.
CONTRATADO: VALDIR DEMETRIO DA SILVA 78938562972
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC
VALOR: R\$ 6.400,00 (Seis mil e quatrocentos reais)
DATA DO CONTRATO: 19/04/2013
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01º/04/2013 A 31/12/2013
DATA DE PUBLICAÇÃO CONTRATO: 21/06/2013

Vidal Ramos

PREFEITURA

Extrato Contrato Fundação do Meio Ambiente

Extrato de Contrato n. 01/2013
CONTRATANTE: Fundação Municipal do Meio Ambiente
CNPJ: 11.099.537/0001-77
CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.
VALOR: R\$ 4.656,00 (quatro mil, seiscentos cinquenta e seis reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 388,00 (trezentos oitenta e oito reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 02/2013
CONTRATANTE: Fundação Municipal do Meio Ambiente
CNPJ: 11.099.537/0001-77
CONTRATADO: Santa Paulina Strasbourg Veículos LTDA
CNPJ: 05.210.259/0001-80

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição, veículo automotivo utilitário, 0 km, ano e modelo 2013/2013.
VALOR: R\$ 35.500,00 (trinta e cinco mil e quinhentos reais), repassando a vista após a emissão da respectiva nota fiscal.
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato Contrato Funderural

Extrato de Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lotermaq Indústria e Comércio LTDA ME

CNPJ: 07.609.312/0001-46

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção do Trator de pneus e Retro Escavadeira do Setor de Agricultura e parte elétrica. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 41.700,00 (quarenta um mil e setecentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 02/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Comercial Automotiva S/A

CNPJ: 45.987.005/0109-08

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pelo Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, para atender necessidades do Departamento, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 5.112,00 (cinco mil, cento e doze reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 02/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 03/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Gerardo Bastos Pneus e Peças LTDA

CNPJ: 07.270.366/0005-53

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pelo Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, para atender necessidades do Departamento, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 29.360,00 (vinte nove mil, trezentos e sessenta reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 02/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 04/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: JK Pneus LTDA

CNPJ: 78.653.946/0011-16

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pelo Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, para atender necessidades do Departamento, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 952,00 (novecentos cinquenta e dois reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 02/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 05/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.

VALOR: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 06/2013

CONTRATANTE: Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

CNPJ: 83.052.191/0027-00

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural.

VALOR: R\$ 24.000,00 (novecentos cinquenta e dois reais), repassando durante dez meses a importância de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Walendowsky Distribuidora de Combustível LTDA

CNPJ: 01.602.498/0001-25

OBJETO: Adita valores, no fornecimento de combustível, (óleo diesel comum e gasolina) Diesel R\$ 2,113 por litro e a Gasolina R\$ 2,587 por litro, para utilização no transcurso do exercício, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, na proporção aproximada de 50.000 litros de óleo diesel e 7.500 litros de gasolina.

VALOR: R\$ 125.052,50(cento vinte e cinco mil, cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato Contrato Fundo Municipal da Habitação

Extrato de Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.

VALOR: R\$ 1.680,00 (mil, seiscentos e oitenta reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato Contratos Prefeitura

Extrato de Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo Município de Vidal Ramos ao CIGA para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa do CIGA n. 28/2009

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 02/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Governança Brasil S/A tecnologia e Gestão em Serviços

CNPJ: 00.165.960/0001-01

OBJETO: A contratada, na qualidade de única proprietária dos direitos do software descrito no Anexo I, confere a contratante a licença de uso por prazo determinado, bem como, se obriga a prestar os serviços de Atualização e Atendimento Técnico conforme específico no contrato.

VALOR: R\$5.439,12 (cinco mil, quatrocentos trinta e nove reais e doze centavos), repassando durante doze meses a importância de R\$ 453,26(quatrocentos cinquenta e três reais e vinte e seis centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 03/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Marcia M. da Silva CIA LTDA

CNPJ: 86.731.44/0001-34

OBJETO: O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC(Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Projeto de Lei, Leis, Contratos, Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Parecer Jurídico, Pedido de Informação, Protocolo, Portarias e Relatórios do Controle Interno) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital

VALOR: R\$3.180,00 (três mil cento e oitenta reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 265,00(duzentos sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 04/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Comunidade Kolping de Vidal Ramos

CNPJ: 83.389.718/0009-04

OBJETO: Conceder ao contratante o direito de uso de três salas de aula, escritório de administração, sanitários, área de circulação, corredores e pátio de estacionamento.

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 300,00 (trezentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 05/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Ana Vavassori

CPF: 064.697.939-67

OBJETO: Locação de Prédio para utilização como casa de moradia na Avenida Gilberto Comandolli, s/n, Vidal Ramos.
VALOR: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 10,00(dez reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 06/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Arlindo da Silva

CPF: 033.372.279-53

OBJETO: O presente contrato de por objeto a locação do terreno com jazida de areia com a finalidade de exploração de macadame para investimentos de estradas vicinais.

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 650,00(seiscentos e cinquenta reais)..

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 07/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Comunicadores representações Comerciais LTDA

CNPJ: 00.512.006/0001-48

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a prestação de serviços contínuos mensais de montagem de Boletins semanais para divulgação na programação da emissora de rádio Sintonia

VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 08/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Geferson Leoni

CPF: 071.735.319-26

OBJETO: Mediante o presente termo, a Contratante, legítima proprietária de um imóvel localizada na Av. Gilberto Comandolli, na Cidade de Vidal Ramos, concede ao Contratado o material de limpeza para conservação do imóvel em troca o Contratado poderá explorar o bar do boliche e do Ginásio Municipal Karl Stoltenberg.
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 09/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Pré-Vale Pré-Moldados de concreto LTDA.

CNPJ: 05.032.192/0002-12

OBJETO: O presente contrato tem por objeto tubos pré-moldados em concreto, bitolas diversas, conforme relação, destinados a instalação de bueiros e drenagens nas vias públicas municipais.

VALOR: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 02/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 10/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lotermaq Indústria e Comercio LTDA ME

CNPJ: 07.609.312/0001-46

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículo dos transporte escolar (VW Kombi, Vans, Ônibus, Micro Ônibus) e também do setor de obras. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 46.500,00 (quarenta seis mil e quinhentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 11/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Emerson da Silva ME

CNPJ: 13.297.782/0001-14

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículo dos transporte escolar (VW Kombi, Vans, Ônibus, Micro Ônibus) e também do setor de obras. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 22.990,00 (vinte dois mil, novecentos e noventa reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 12/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Edemar Marcelo Petry & CIA LTDA ME

CNPJ: 05.915.246/0001-07

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículo dos transporte escolar (VW Kombi, Vans, Ônibus, Micro Ônibus) e também do setor de obras. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 13/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lanchonete do Acacio LTDA ME

CNPJ: 72.236.706/0001-68

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Alimentação servida pronta para consumo, em forma de marmita, almoço e lanches variados

VALOR: R\$ 39.862,50 (trinta nove mil, oitocentos sessenta e dois reais e cinquenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 14/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Restaurante Pé da Serra LTDA ME

CNPJ: 13.861.365/0001-52

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Alimentação servida pronta para consumo, em forma de marmita, almoço e lanches variados

VALOR: R\$ 32.850,00 (trinta dois mil, oitocentos e cinquenta reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 15/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Madereira Milverstet LTDA ME

CNPJ: 08.781.936/0001-09

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Madeira de Eucalipto, espécie Grandis, que apresente composição de cerne devidamente amadurecida, de modo a garantir maior durabilidade. Madeira serrada em planchas, tabuas e sarrafos para reposição em pontes de sistema viário municipal, sempre atendendo a bitola

especificada em requisição do setor de manutenção.

VALOR: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato aditivo vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 16/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Radio Ituporanga LTDA

CNPJ: 83.499.541/0001-33

OBJETO: O presente contrato tem por objeto serviço de radio difusão que tenha comprovada audiência entre a população do território de Vidal Ramos destinados a publicação de boletins de atos oficiais de frequência semanal com duração de no mínimo 06(seis) minutos.

VALOR: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$.1.700,00 (mil e setecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 17/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Nico Materiais de Construção LTDA

CNPJ: 78.525.920/0001-10

OBJETO: O presente contrato tem por objeto material para construção civil, ferramentas e EPI's, bem como para manutenção das atividades rotineiras de conservação e melhoria do sistema viário e serviços urbanos, desenvolvidas pelo DMER, no transcorrer de todo o exercício de 2013.

VALOR: R\$ 69.563,60 (sessenta nove mil, quinhentos sessenta e três reais e sessenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 18/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Joseli s. Clasen & CIA LTDA

CNPJ: 04.234.108/0001-08

OBJETO: O presente contrato tem por objeto material para construção civil, ferramentas e EPI's, bem como para manutenção das atividades rotineiras de conservação e melhoria do sistema viário e serviços urbanos, desenvolvidas pelo DMER, no transcorrer de todo o exercício de 2013.

VALOR: R\$ 15.558,80 (quinze mil, quinhentos cinquenta e oito reais e oitenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e

recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 19/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Salvito Xavier & CIA LTDA ME

CNPJ: 79.290.839/0001-61

OBJETO: O presente contrato tem por objeto material para construção civil, ferramentas e EPI's, bem como para manutenção das atividades rotineiras de conservação e melhoria do sistema viário e serviços urbanos, desenvolvidas pelo DMER, no transcorrer de todo o exercício de 2013.

VALOR: R\$ 22.349,00 (vinte dois mil, trezentos quarenta e reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 20/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Alan C. Weber & CIA LTDA ME

CNPJ: 08.688.244/0002-20

OBJETO: O presente contrato tem por objeto material para construção civil, ferramentas e EPI's, bem como para manutenção das atividades rotineiras de conservação e melhoria do sistema viário e serviços urbanos, desenvolvidas pelo DMER, no transcorrer de todo o exercício de 2013.

VALOR: R\$ 911,40 (novecentos e onze reais e quarenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 21/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Carlos Alberto de Souza Borracharia ME

CNPJ: 11.844.048/0001-00

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de conserto de pneus, serviços de balanceamento, consertos, montagem de pneus da frota da Secretaria de Educação, setor de obras e administração. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada de acordo com as demandas dos consertos.

VALOR: R\$ 1.060,00 (mil e sessenta reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida

para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 22/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lavação e Borracharia Dois Irmãos LTDA ME

CNPJ: 79.817.037/0001-64

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de conserto de pneus, serviços de balanceamento, consertos, montagem de pneus da frota da Secretaria de Educação, setor de obras e administração. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada de acordo com as demandas dos consertos.

VALOR: R\$ 10.709,00 (dez mil, setecentos e nove reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 23/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Volnei Xavier MEI

CNPJ: 15.571.897/0001-80

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestar serviços de conserto de pneus, serviços de balanceamento, consertos, montagem de pneus da frota da Secretaria de Educação, setor de obras e administração. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada de acordo com as demandas dos consertos.

VALOR: R\$ 1.274,00 (mil, duzentos setenta e quatro reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 24/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Comercial Automotiva S/A

CNPJ: 45.987.005/0109-08

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, para atender necessidades dos Departamentos da Prefeitura de Vidal Ramos, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 61.500,00 (sessenta um mil e quinhentos reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n.

09/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 25/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Gerardo Bastos Pneus e Peças LTDA

CNPJ: 07.270.366/0005-53

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, para atender necessidades dos Departamentos da Prefeitura de Vidal Ramos, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 80.100,00 (oitenta mil e cem reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 09/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 26/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: JK Pneus LTDA

CNPJ: 78.653.946/0011-16

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, para atender necessidades dos Departamentos da Prefeitura de Vidal Ramos, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 64.096,00 (sessenta quatro mil, noventa e seis reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 09/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 27/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Modelo Pneu LTDA

CNPJ: 94.510.682/0001-26

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de pneus pela Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, para atender necessidades dos Departamentos da Prefeitura de Vidal Ramos, a ser fornecido pela Proponente vencedora, quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo.

VALOR: R\$ 28.076,00 (vinte oito mil, setenta e seis reais), repassado conforme cronograma físico-financeiro constante da proposta vencedora do Pregão Presencial para Registro de Preços n. 09/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 28/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lotermaq Indústria e Comercio LTDA ME

CNPJ: 07.609.312/0001-46

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de bateria elétrica para reposição em veículos automotores como caminhões e ônibus, bateria de 1ª Linha com garantia mínima de 01 ano.

VALOR: R\$ 17.030,00 (reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 29/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Aluizio Novack & CIA LTDA ME

CNPJ: 80.983.752/0001-59

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo serviços de torno e solda mecânica bem como a matéria prima necessária para remanufaturamento de peças e componentes rodoviários durante o exercício de 2013. Podendo varias para mais ou para menos conforme as atividades de manutenção do departamento de obras e educação.

VALOR: R\$ 2.860,00 (dois mil, oitocentos e sessenta reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 30/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Serviços de Torno Metzler LTDA

CNPJ: 73.781.973/0001-89

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo serviços de torno e solda mecânica bem como a matéria prima necessária para remanufaturamento de peças e componentes rodoviários durante o exercício de 2013. Podendo varias para mais ou para menos conforme as atividades de manutenção do departamento de obras e educação.

VALOR: R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 31/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Lotermaq Indústria e Comercio LTDA ME

CNPJ: 07.609.312/0001-46

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo serviços de torno e solda mecânica bem como a matéria prima necessária para re-manufaturamento de peças e componentes rodoviários durante o exercício de 2013. Podendo varias para mais ou para menos conforme as atividades de manutenção do departamento de obras e educação.

VALOR: R\$ 28.024,00 (vinte oito mil, vinte e quatro reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 32/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: RB - recapagens Blumenau LTDA

CNPJ: 07.564.353/0001-63

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo serviço especializado com equipamento apropriado, bem como matéria prima necessária para recapagem de pneus, vulcanismo, recauchutagem e duplagem, sendo de quantidade apurada por estimativa a ser fornecida durante o exercício, podendo varias para mais ou para menos de acordo com a manutenção de frota.

VALOR: R\$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 33/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: FM Pneus LTDA

CNPJ: 81.374.845/0001-49

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo serviço especializado com equipamento apropriado, bem como matéria prima necessária para recapagem de pneus, vulcanismo, recauchutagem e duplagem, sendo de quantidade apurada por estimativa a ser fornecida durante o exercício, podendo varias para mais ou para menos de acordo com a manutenção de frota.

VALOR: R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 34/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Socimaq - Equipamentos e Peças LTDA

CNPJ: 83.803.452/0001-39

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de lâminas de patola, dentes de carregadeira, unhas de escalificador caterpillar 120B, parafusos, lâminas removível para retroescavadeira, para reposição durante o exercício de 2013.

VALOR: R\$ 66.042,00 (sessenta seis mil, quarenta e dois reais), repassando conforme cronograma físico-financeiro constante na proposta vencedora da Carta convite 14/2013.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 35/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Comércio e Extração de Areia NH LTDA EPP

CNPJ: 95.758.306/0001-18

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de areia para manutenção do município de Vidal Ramos, com o intuito de atender as necessidades deste município em todos os seus departamentos, de acordo com as necessidade e quantidades estimadas no Anexo I do edital do Pregão Presencial n. 16/2013.

VALOR: R\$ 34.200,00 (trinta quatro mil e duzentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato aditivo vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 36/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Dial Departamentos Eireli EPP

CNPJ: 09.008.570/0001-00

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material para expediente do setor administrativo e departamentos da prefeitura municipal.

VALOR: R\$ 1.322,94 (mil, trezentos vinte e dois reais e noventa e quatro centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 38/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Celia Regina W. Sani Me
CNPJ: 04.195.853/0001-87

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material para expediente do setor administrativo e departamentos da prefeitura municipal.

VALOR: R\$ 1.031,70 (mil, trinta e um reais e setenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 39/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Albertina Kemper ME
CNPJ: 05.313.781/0001-98

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material para expediente do setor administrativo e departamentos da prefeitura municipal.

VALOR: R\$ 254,00 (duzentos cinquenta e quatro reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 40/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA
CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.

VALOR: R\$ 40.361,00 (quarenta mil, trezentos sessenta e um reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 3.363,42 (três mil trezentos sessenta e três reais e quarenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 41/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Eliana Dalsenter & CIA LTDA EPP
CNPJ: 04.859.535/0001-73

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios conforme relação anexa para composição de merenda escolar a ser distribuído pelo licitante vencedor nas escolas na rede municipal de ensino.

VALOR: R\$ 59.441,15 (cinquenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quinze centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 42/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Lanchonete do Acacio LTDA ME
CNPJ: 72.236.706/0001-68

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios conforme relação anexa para composição de merenda escolar a ser distribuído pelo licitante vencedor nas escolas na rede municipal de ensino.

VALOR: R\$ 2.819,00 (dois mil, oitocentos e dezenove reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 43/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Liga regional de Futebol de Salão do Alto vale do Itajaí
CNPJ: 83.780.916/0001-39

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de empresa para prestação de serviço de 02 (dois) árbitros, 01 (um) mesário e 01 (um) cronometrista para o campeonato municipal 2013 na modalidade de futebol de salão, do município de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 13.650,00 (treze mil, seiscentos e cinquenta reais), repassando 30% no final de Fevereiro, 30% no final de Março e 40% quando terminar o campeonato, condicionados à apresentação do documento fiscal (fatura) correspondente a cada término do mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará 04 (quatro) meses a contar da data de sua assinatura.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 44/2013
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Foot Comércio e Distribuidora de Artigos Esportivos LTDA
CNPJ: 11.397.879/0001-73

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de material esportivo (bolas) para atender as necessidades das escolas da rede municipal do município de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 13.675,00 (treze mil, seiscentos e setenta e cinco reais), repassando conforme cronograma físico-financeiro constante da

proposta vencedora do Pregão Presencial 21/2013.
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 28 de Março de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 45/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Eliana Dalsenter & CIA LTDA EPP

CNPJ: 04.859.535/0001-73

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 21.092,00 (vinte um mil, noventa e dois reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 46/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Celia Regina Wambommel Sani ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 6.156,70 (seis mil, cento cinquenta e seis reais e setenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 47/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: JLM Comércio de Produtos Alimentícios LTDA ME

CNPJ: 13.965.228/0001-68

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 23.617,30 (vinte três mil, seiscentos e dezessete reais e trinta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 48/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Amanda Comércio de Papéis e Embalagens LTDA

CNPJ: 04.835.184/0001-60

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 19.422,20 (dezenove mil, quatrocentos vinte e dois reais e vinte centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 49/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Hamilton Machado Me

CNPJ: 78.833.993/0001-70

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 149,50 (cento quarenta e nove reais e cinquenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 50/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Tayu Química LTDA

CNPJ: 97.493.407/0001-30

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza para os departamentos da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

VALOR: R\$ 2.047,50 (dois mil, quarenta e sete reais e cinquenta centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 51/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Click Soluções Técnicas Administrativas e Pedagógicas LTDA

CNPJ:

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior. Capacitação e atualização do PAR, Capacitação dos Professores da Rede Municipal, área Educação Infantil, Professores na área de Ensino Fundamental, Capacitação dos motoristas de Transporte Escolar, Capacitação dos Auxiliares de Serviços Gerais, Palestras motivacionais, Elaboração do Plano Municipal de Educação, incluindo seminários, formação das Câmaras Setoriais e apresentação a Câmara Municipal de Vereadores, Elaboração das diretrizes curriculares da educação Infantil, elaboração das diretrizes curriculares do ensino fundamental, elaboração das diretrizes curriculares da Educação Especial, Assessoria a LSE (Levantamento da Situação Escolar) a ser fornecido pela Proponente vencedora, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência, do Pregão Presencial n. 22/2013.

VALOR: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), repassando durante dez meses a partir do mês de Março a importância de R\$12.000,00 (doze mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 52/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Cesó de Souza
CPF: 461.163.469-87

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda Escolar Municipal.

VALOR: R\$ 3.797,20 (três mil, setecentos noventa e sete reais e vinte centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 30 de Junho de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 53/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Cooperativa de Produção Agroindustrial de Vidal Ramos - COPAVIDAL
CNPJ: 08.273.826/0001-36

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda Escolar Municipal.

VALOR: R\$ 16.629,85 (dezesesseis mil, seiscentos vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 30 de Junho de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 54/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Adailto Pedro Eli
CPF: 820.707.769-72

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a merenda Escolar Municipal.

VALOR: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 30 de Junho de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 55/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Serviço Social do Comercio - SESC
CNPJ: 03.603.595/001-68

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução dos projetos de auditoria do SESC, 05 etapas do Projeto Baú de Histórias (sendo duas apresentações cada), 03 etapas do projeto EmCenaCatarina, 03 Circuitos SESC de música e 04 etapas do Projeto Sonora Brasil.

VALOR: R\$ 27.588,00 (vinte e sete mil, quinhentos oitenta e oito reais), repassando durante seis meses a importância de R\$ 4.598,00 (quatro mil, quinhentos noventa e oito reais), a partir de Março.
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 56/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Info-VR Tecnologia e consultoria Pública LTDA
CNPJ: 08.662.246/0001-30

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a contratação de consultoria técnica/administrativo/contábil para a realização de estudos sobre a folha de pagamento do município de Vidal Ramos, com a finalidade de identificar contribuições cuja incidência foi e estão sendo indevidas, especialmente no que tange Seguro de Acidente de Trabalho - SAT, o Risco Ambiental do Trabalho - RAT e Fator Previdenciário - FAP a fim de promover ações administrativas com objetivo de recuperar eventuais créditos.

VALOR: R\$ 51.400,00 (cinquenta e um mil e quatrocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$12.850,00 (doze mil, oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 30 de Junho de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 58/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
CNPJ: 83.102.376/0001-34
CONTRATADO: Editora e Agência de Notícias Destaque LTDA ME

CNPJ: 14.504.538/0001-48

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de Jornal para Distribuição Quinzenal, nos estabelecimentos públicos de ensino fundamental.

VALOR: R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 59/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: Ivanor Coelho

CPF: 432.927.639-91

OBJETO: O presente contrato tem por objeto Serviço Profissional em Assessoria Jurídica sem vínculo empregatício a ser prestada durante o exercício de 2013 a Administração Pública.

VALOR: R\$ 31.800,00 (trinta um mil e oitocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais). Mensais

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 60/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: W.L.A. Assessoria LTDA

CNPJ: 12.153.370/0001-48

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria nas atividades tributárias da administração municipal contemplando a execução de serviços, acompanhamento das atividades de fiscalização tributária, suporte técnico na realização de fiscalização análise de pleitos administrativos tributários junto ao município e orientação ao órgão fiscalizador na gestão das atividades pertinentes aos tributos de competência municipal, prestação de serviços diretamente nas dependências da administração municipal no montante mínimo de 08 (oito) horas semanais com a presença pessoal de técnicos vinculados à empresa; prestação de serviços através de tecnologia da informação (telefone, fax, e-mail, etc.), disponíveis durante todo o período de expediente da prefeitura: Prestação de serviço por profissionais graduados nas áreas de administração, contabilidade, direito ou economia.

VALOR: R\$ 45.576,00 (quarenta cinco mil, quinhentos setenta e seis reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 3.798,00 (três mil setecentos noventa e oito reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 61/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: INFO-VR TECNOLOGIA E CONSULTORIA PÚBLICA

LTDA

CNPJ: 08.662.246/0001-30

OBJETO: O presente Contrato tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica/física para prestar serviços administrativos/contábeis especializados na recuperação de recursos junto ao INSS sobre pagamentos de contribuição social sobre o verbas indenizatórias no período de novembro de 2009 a Maio de 2013

VALOR: R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais), divididos em duas parcelas.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 14 de Setembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 62/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

CNPJ: 83.102.376/0001-34

CONTRATADO: NELSON LUIZ MELIM

CPF: 001.137.209-55

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO CIVIL REGISTRADO NO CREA, PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS.

VALOR: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), divididos em duas parcelas.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 14 de Setembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extratos Contratos Assistência Social

Extrato de Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Assistência Social

CNPJ: 14.567.169/0001-32

CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.

VALOR: R\$ 2.760,00 (dois mil, setecentos e sessenta reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 02/2013

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Assistência Social

CNPJ: 14.567.169/0001-32

CONTRATADO: Delindio João Schlistinchg

CPF: 049.535.259-49

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de residência de alvenaria para a utilização como casa de moradia.

VALOR: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua

publicação, e vigorará até 31 de Agosto de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 03/2013
CONTRATANTE: Fundação Municipal de Assistência Social
CNPJ: 14.567.169/0001-32
CONTRATADO: Ademir Antônio Boing
CPF: 559.914.679-00

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de residência mista, para utilização como casa moradia para família que teve sua residência incendiada.
VALOR: R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 30 de Setembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extratos Contratos Saúde

Extrato de Contrato n. 01/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: Berkimau - Informática
CNPJ: 03.263.965/0001-65

OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de manutenção, atualizações e assistência técnica do software Sistema Integrado de Saúde - Criador.
VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 02/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: Consorcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Itajaí - CIS/AMAVI
CNPJ: 09.069.217/0001-22

OBJETO: Este contrato tem por objeto o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes do CIS-AMAVI.
VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 03/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: Marisa Otto Weber
CPF: 790.091.829-91

OBJETO: Este contrato tem por objeto a locação de uma sala comercial, com instalações hidráulicas e elétricas em perfeito estado de funcionamento.
VALOR: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 04/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: PRONTOPEDE PEDIATRIA LTDA
CNPJ: 82.870.189/0001-38

OBJETO: - O CREDENCIADO prestará ao Município de Vidal Ramos os seguintes serviços de saúde: Pediatria, conforme normas previstas no Edital nº. 04/2013 e demais orientações constantes da Solicitação de Credenciamento nº.04/2013, através do parecer da Comissão, do Conselho Municipal de Saúde e homologação da Prefeitura Municipal.
VALOR: R\$ 40,00 (quarenta reais), por consulta. (estimativa de 150 consultas mensais)
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 05/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: CLINICA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA MT LTDA
CNPJ: 13.467.160/0001-97

OBJETO: O CREDENCIADO prestará ao Município de Vidal Ramos os seguintes serviços de saúde: Ginecologia e Obstetrícia, conforme normas previstas no Edital nº. 04/2013 e demais orientações constantes da Solicitação de Credenciamento nº. 04/2013, através do parecer da Comissão, do Conselho Municipal de Saúde e homologação da Prefeitura Municipal.
VALOR: R\$ 40,00 (quarenta reais), por consulta. (estimativa de 150 consultas mensais)
VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 06/2013
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos
CNPJ: 14.164.340/0001-62
CONTRATADO: Edemar Marcelo Petry e CIA LTDA ME
CNPJ: 05.915.246/0001-07

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículos do Departamento de Saúde e parte elétrica (Grand Livina, Fiat uno, Kombi, Volare, Peugeot, Ford Transit e Ducato). O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.
VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais), repassando conforme Nota

Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 07/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Emerson da Silva ME

CNPJ: 13.297.782/0001-14

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículos do Departamento de Saúde e parte elétrica (grand livina, Fiat uno, Kombi, Volare, Peugeot, Ford Transit e Ducato). O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 08/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Volnei Xavier MEI

CNPJ: 15.571.897/0001-80

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a aquisição de mão de obra de oficina mecânica para a manutenção de veículos do Departamento de Saúde e parte elétrica (Grand Livina, Fiat uno, Kombi, Volare, Peugeot, Ford Transit e Ducato). O serviço a ser requisitado de forma fragmentada sempre que algum dos veículos apresentarem defeito mecânico.

VALOR: R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 09/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Erasmo de Pinho ME

CNPJ: 02.222.526/0001-41

OBJETO: Este contrato tem por objetivo a contratação de empresa para prestar serviços de conserto de pneus serviços de balanceamento, consertos, montagem de pneus da frota da secretaria de saúde. O serviço a ser requisitado de forma fragmentada de acordo com as demandas dos consertos.

VALOR: R\$ 3.048,00 (três mil, quarenta e oito reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento

emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 10/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Comercial Automotiva S.A.

CNPJ: 45.987.005/0109-08

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de pneus novos conforme relação destinados à reposição em veículos da frota do departamento de saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 14.072,00 (quatorze mil, setenta e dois reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 11/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Geraldo Bastos Pneus e Peças LTDA

CNPJ: 07.270.366/0005-53

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de pneus novos conforme relação destinados à reposição em veículos da frota do departamento de saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil, setecentos e sessenta reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 12/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: JK Pneus LTDA

CNPJ: 78.653.946/0011-16

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de pneus novos conforme relação destinados à reposição em veículos da frota do departamento de saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 952,00 (novecentos cinquenta e dois reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 13/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Modelo Pneus LTDA

CNPJ: 94.510.682/0001-26

OBJETO: Este contrato tem por objeto a aquisição de pneus novos conforme relação destinados à reposição em veículos da frota do departamento de saúde desta municipalidade.

VALOR: R\$ 5.904,00 (cinco mil, novecentos e quatro reais), repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato n. 14/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Betha Sistemas LTDA

CNPJ: 00.456.865/0001-67

OBJETO: O presente contrato tem por objetivo a locação de Sistema de Gestão Pública, integrados, não exclusiva, com acesso simultâneo de usuários, conforme características descritas no Anexo I, do Edital de Tomada de preço n. 01/2013.

VALOR: R\$ 3.948,00 (três mil, novecentos quarenta e oito reais), repassando durante doze meses a importância de R\$ 329,00 (trezentos vinte e nove reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Fundação de saúde do Alto Vale do Itajaí - FUSAVI

CNPJ: 73.433.427/0001-57

OBJETO: Alterar a Clausula 4º do contrato primitivo, ainda renumera o paragrafo único para paragrafo primeiro e acresce o paragrafo segundo, e as demais cláusulas em vigor do contrato aditivado permanecem inalteradas.

VALOR: R\$ 5.487,96 (cinco mil, quatrocentos oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), repassando durante doze meses a importância de R\$ 457,33 (quatrocentos cinquenta e sete reais e trinta e três centavos); mais uma ajuda de custo mensal de 446,00(quatrocentos quarenta e seis reais), que corresponde a média de pessoas atendidas nos últimos 06 (seis) meses de atendimento.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo ao Contrato n. 01/2013

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos

CNPJ: 14.164.340/0001-62

CONTRATADO: Walendowsky Distribuidora de Combustível LTDA

CNPJ: 01.602.498/0001-25

OBJETO: Adita valores, no fornecimento de combustível, (óleo diesel comum e gasolina) Diesel R\$ 2,113 por litro e a Gasolina R\$ 2,587 por litro, para utilização no transcurso do exercício, de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia, na proporção aproximada de 40.000 litros de óleo diesel e 12.500 litros de gasolina.

VALOR: R\$ 116.857,50(cento dezesseis mil, oitocentos cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) repassando conforme Nota Fiscal e recebimento dos materiais, correspondente ao solicitado no edital e expressa na autorização de fornecimento emitida para a empresa licitante vencedora.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação, e vigorará até 31 de Dezembro de 2013.

Vidal Ramos, 14 de Junho de 2013.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Extrato Atas de Registro de Preços Prefeitura

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - Contratação de Serviços de veículo de Comunicação na modalidade de Televisão Aberta, com o objetivo de Produzir, Executar e Veicular 60 (sessenta) inserções de Publicidade Institucional de interesse público da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos com duração mínima de 30 (trinta) segundos cada inserção nos horários entre 12:00h e 14:00h e 18:30h e 21:h, total de 06 (seis) inserções mensais, transmitindo o sinal para no mínimo 20 (vinte) municípios da Região do Alto Vale do Itajaí.

VIGÊNCIA: 25/02/2013 A 24/02/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2013

DETENTORA: RBA REDE BELA ALIANÇA DE TELEVISÃO

CNPJ: 72.448.640/0001-70

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	P. UNIT
COMERCIAL DE TV - Contratação de Serviços de veículo de Comunicação na modalidade de Televisão Aberta, com o objetivo de Produzir, Executar e Veicular 60 (sessenta) inserções de Publicidade Institucional de interesse público da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos com duração mínima de 30 (trinta) segundos cada inserção nos horários entre 12:00h e 14:00h e 18:30h e 21:h, total de 06 (seis) inserções mensais, transmitindo o sinal para no mínimo 20 (vinte) municípios da Região do Alto Vale do Itajaí.	60	250,00

VIDAL RAMOS, 14 DE JUNHO DE 2013 - PREFEITO MUNICIPAL
LAERCIO DA CRUZ

ESTADO SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, (ÓLEO DIESEL S10) PARA UTILIZAÇÃO NO TRANS-CURSO DO EXERCÍCIO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS. QUANTIDADE APURADA POR ESTIMATIVA COM PREVISÃO DE ENTREGA FRAGMENTADA DE ACORDO COM O CONSUMO, MEDIANTE REQUISIÇÃO PRÉVIA, NA PROPORÇÃO APROXIMADA DE 4.000 LITROS DE ÓLEO DIESEL S10

VIGÊNCIA: 20/05/2013 A 19/05/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013
DETENTORA: ODAIR BOING & CIA LTDA
CNPJ: 04.170.664/0001-50

ITEM	PRODUTO	Unid.	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	Óleo Diesel S10	Lt	4.000	ODAIR BOING & CIA LTDA	2,45

VIDAL RAMOS, 14 DE JUNHO DE 2013 - PREFEITO MUNICIPAL
LAERCIO DA CRUZ
ESTADO SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2013

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 02 (DOIS) ÁRBITROS, 01 (UM) MESÁRIO E 01 (UM) CRONOMETRISTA NA MODALIDADE DE FUTEBOL DE SALÃO, DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS”
VIGÊNCIA: 20/05/2013 A 19/05/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2013
DETENTORA: LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA
CNPJ: 08.801.620/0001-31

ITEM	PRODUTO	Unid.	Quant	FORNECEDOR	V. Unit
1	Contratação de arbitragem qualificado para apitar campeonato de FUTSAL, sendo 02 árbitros, 01 mesário e 01 cronometrista	partidas	200	LIGA DESPORTIVA DA MICRORREGIÃO DA CEBOLA	150,00

VIDAL RAMOS, 14 DE JUNHO DE 2013
LAERCIO DA CRUZ
PREFEITO MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

Decreto Nº 10.476/13

DECRETO N.º 10.476/13, DE 11 DE JUNHO DE 2013.
Aprova Projeto de Loteamento denominado CASAGRANDE, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 72, XXIV, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com o disposto na Lei 6.766, de 19 de dezembro de 1979 e demais disposições legais, e;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 5.496/13, tendo por objeto pedido de aprovação do Loteamento Casagrande, formulado por Edson Casagrande e outros;

Considerando que os loteadores, segundo informa o referido processo administrativo e conforme parecer exarado pela Secretaria de Planejamento deste Município, cumpriu as exigências preliminares para a aprovação do loteamento;

Considerando que a aprovação do loteamento não desonera os loteadores do cumprimento das suas obrigações legais, nem do preenchimento dos requisitos legalmente estatuidos para a regularidade do loteamento, mesmo subsequente ao ato de aprovação;

Considerando ainda que, mesmo posteriormente à aprovação e registro do loteamento, as eventuais omissões ou irregularidades do loteamento são passíveis de notificação para a devida regularização, a qual se não executada ensejará a Administração Pública efetuar as obras necessárias e exigir o respectivo pagamento do responsável,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o projeto de loteamento de propriedade de EDSON CASAGRANDE E OUTROS, denominado Casagrande, com área total loteada de 85.541,904 m² (oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e um metros e novecentos e quatro decímetros quadrados), área em lotes de 52.889,754 m² (cinquenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove metros e setecentos e cinquenta e quatro decímetros quadrados), área total em ruas de 18.950,17 m² (dezoito mil, novecentos e cinquenta metros e dezessete decímetros quadrados), área institucional de 5.474,82 m² (cinco mil, quatrocentos e setenta e quatro metros e oitenta e dois decímetros quadrados), área verde de 5.095,20 m² (cinco mil e noventa e cinco metros e vinte decímetros quadrados); área de preservação permanente de 3.131,96 m² (três mil, cento e trinta e um metros e noventa e seis decímetros quadrados); área de faixa de domínio de 15.940,416 m² (quinze mil, novecentos e quarenta metros e quatrocentos e dezesseis decímetros quadrados); área remanescente de 24.806,85 m² (vinte e quatro mil, oitocentos e seis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), conforme Processo Administrativo nº 5.496/2013, protocolado nesta Prefeitura Municipal.

§1º Fica autorizado aos loteadores constituírem os lotes 01 e 02 da Quadra "D4" com área inferior aos 300,00m² (trezentos metros quadrados), tendo em vista que serão respectivamente incorporados as matrículas do registro geral nº 7.325 e nº 7.326, resultando em áreas que atendem as exigências da Lei de Zoneamento.

§2º Ficam os proprietários do loteamento juntamente com os proprietários dos imóveis matriculados sob o nº 7.325 e 7.326 a obrigação de registrar e averbar na matrícula nº 26.197 a incorporação das respectivas áreas constantes no §1º deste artigo.

Art. 2º A aprovação do loteamento não exime os responsáveis pelo cumprimento de todas e quaisquer exigências legais que eventualmente se comprove não terem sido integralmente cumpridas, de conformidade com as Leis nº 6.766/79 e nº 4771/65 e Lei Complementar Municipal nº 62/08, e demais disposições legais.

Parágrafo Único - O loteador deverá apresentar no Cartório de Registro de Imóveis, juntamente com o Processo Administrativo nº 12.432/11, os respectivos Termos de Cauçionamento e de Compromisso para serem devidamente averbados no registro do loteamento.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 11 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 11 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

PR 86/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 86/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 86/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE TINTAS, MATERIAS DE CONSTRUÇÃO E JANELAS PARA SEREM UTILIZADOS NO CONCERTO E PINTURA DAS SALAS DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 05/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 20 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PR 87/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL N° 87/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 87/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA SER UTILIZADO PELA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL - PÓLO DE VIDEIRA NA REALIZAÇÃO POR VÍDEO CONFERÊNCIA DAS AULAS DOS CURSOS OFERECIDOS PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 05/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 16:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 20 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato do Termo Aditivo N. 0121/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0121/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTINA MARIA CAON GRANDO

CPF: 066.304.839-79

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 31 de maio de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0124/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0124/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: VIVIANE APARECIDA GRANDO

CPF: 046.840.719-79

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2013 até 16 de julho de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0130/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0130/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: LUCIA FERNANDES

CPF: 044.226.679-04

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 01 de junho de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**Extrato do Termo Aditivo N. 0139/2013**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0139/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARLENE SALETE DALPOSSO

CPF: 629.340.669-91

VIGÊNCIA: de 06 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0143/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0143/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUVILDE SALETE LINS

CPF: 892.117.909-72

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0144/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0144/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CLARICE RAMOS DA CUNHA SOARES

CPF: 047.447.619-76

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0145/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0145/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ANDREIA SANDRI

CPF: 068.723.819-65

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0147/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0147/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: JUCIELE MEZZARI

CPF: 076.446.299-71

VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0153/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0153/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: SIMONE CZERVINSKI

CPF: 048.975.899-16

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0154/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0154/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: EDIR RIBEIRO DA SILVA

CPF: 511.380.009-06
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0173/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0173/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SOLANGE APARECIDA BARIVIERA
CPF: 493.847.249-04
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0183/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0183/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADRIANA LELIS DONABEL
CPF: 004.623.079-30
VIGÊNCIA: de 07 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0193/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0193/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIANE DE FÁTIMA VAZ MACHADO
CPF: 060.081.079-85

OBJETO: Altera-se a justificativa de "haja vista a permanência da servidora NADIR BRUNS, em licença para tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "em razão à vacância do cargo ocupado pela servidora NADIR BRUNS, aposentada, conforme Decreto n. 10.456/13"

VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0379/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0379/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: NILCEIA PADILHA CHAVES
CPF: 065.288.959-02
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0390/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0390/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ISABELA GAMBATO
CPF: 077.978.579-70
VIGÊNCIA: de 04 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0398/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0398/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARGARIDA DE FÁTIMA CORREA
CPF: 056.039.059-99
VIGÊNCIA: de 06 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0399/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0399/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISA ALVES TEIXEIRA
CPF: 043.360.399-25
VIGÊNCIA: de 14 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0400/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0400/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSILDA OLIVEIRA DA SILVA
CPF: 070.833.059-27
VIGÊNCIA: de 08 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0467/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0467/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARLI DE LIMA STRAUSS
CPF: 564.413.989-15
VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Edital de Convocação N° 034/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 034/2013
PROCESSO SELETIVO N° 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para o qual foram classificadas no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADAS	CARGO
1 - Marilda Bruch	Auxiliar de Serviços Gerais
2 - Edir Ribeiro da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais

As convocadas deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo

para o cargo.

Videira, 19 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Rescisão Nº 024/2013

Rescisão nº: 024/2013.

Ata de Registro de Preços: nº 17/2013.

Contratado: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA.

Licitação: PR 10/2013.

Objeto: Pedido de rescisão contratual efetuado pela empresa tendo em vista a impossibilidade manter o valor registrado sem concessão de reajuste.

Data: 19/06/2013.

Vitor Meireles

PREFEITURA

Portaria Nº 155/2013

PORTARIA Nº 155/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: VILMA HAAS FOSSA

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 8,99 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-8 para o Nível II-9, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 156/2013

PORTARIA Nº 156/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: VILMA VENDRAMI

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,30 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível II-6 para o Nível II-7, dentro da Secretaria de Saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria Nº 157/2013

PORTARIA Nº 157/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ANALU MOSER

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,32 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/___

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 158/2013

PORTARIA N° 158/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: EDENIR BRANGER FRANÇA
Cargo: PEDAGOGO NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,38 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 159/2013

PORTARIA N° 159/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ELACIR EICKENBERG PRANGE
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,32 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 160/2013

PORTARIA N° 160/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ELIZABETH WINTER
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,36 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 161/2013

PORTARIA N° 161/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ILIANI FERREIRA DE SOUZA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,19 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-4 para o Nível MAGIII-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 162/2013

PORTARIA N° 162/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ILIANI FERREIRA DE SOUZA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,19 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 163/2013

PORTARIA N° 163/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: JOÃO VENDRAMI
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,36 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-2 para o Nível MAGIII-3, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 164/2013

PORTARIA N° 164/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: MARIA CECHELERO DA SILVA
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,30 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-4 para o Nível MAGIII-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 165/2013

PORTARIA N° 165/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: MARLENE MONTIBELLER DECARLI
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 8,56 referente às três últimas avaliações, com conceito "muito bom" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-4 para o Nível MAGIII-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 166/2013

PORTARIA N° 166/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: MORGANA DE SENA ANDRÉ
Cargo: PROFESSOR NIVEL II

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,32 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGII-4 para o Nível MAGII-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 167/2013

PORTARIA N° 167/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: PAULO ROBERTO DE FREITAS
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,32 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 168/2013

PORTARIA N° 168/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: VERA LÚCIA LUTKE
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,32 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-4 para o Nível MAGIII-5, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 169/2013

PORTARIA N° 169/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 048/2009, de 23 de dezembro de 2009,

Nome: ZENITA IGNACZUK
Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Progressão por Desempenho, equivalente a 6% (seis por cento) sobre o salário base do mês de maio de 2013, por ter obtido média 9,36 referente às três últimas avaliações, com conceito "excelente" na Avaliação de Desempenho, passando do Nível MAGIII-3 para o Nível MAGIII-4, dentro da Secretaria de Educação.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de junho de 2013, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Portaria N° 170/2013
PORTARIA N° 170/2013

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

CONCEDER: de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JULIANA FUSINATO
Cargo: PSICÓLOGA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, sendo 120 (cento e vinte) pelo período de 14/06/2013 a 11/10/2013, conforme Certidão de Nascimento nº 105262 01 55 2013 1 00092 266 0041945 89, e 60 (sessenta) dias pelo período de 12/10/2013 a 10/12/2013, de acordo com o Art. 63, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13/05/2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE JUNHO DE 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO N° 055/2011.

Associações

AMVALI

Resolução N° 5/2013 - Autoriza o Compartilhamento da Plataforma Sig/Amvali com o Consórcio de Informática Na Gestão Pública Municipal - CIGA.

RESOLUÇÃO N° 5/2013 - de 10 de junho de 2013

Autoriza o compartilhamento da plataforma SIG/AMVALI com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

O Presidente da AMVALI, Dieter Janssen, Prefeito de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto nos Estatutos Sociais,

Considerando o reconhecimento da excelência do sistema de informações geográficas do Vale do Itapocu - SIG/AMVALI,
Considerando a necessidade de racionalização dos recursos da AMVALI na manutenção, formulação e implementação de novas tecnologias da informação, fundamentais para a excelência administrativa e capacidade de planejamento futuro dos municípios associados,
Considerando a necessidade constante de incremento das capacidades do SIG/AMVALI, agregando novas ferramentas e novos recursos de tecnologia,
Considerando a solicitação de compartilhamento de tecnologia do SIG/AMVALI por parte do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA,
Considerando que a natureza jurídica do CIGA é de autarquia pública interfederativa, da qual restam devidamente consorciados os sete municípios pertencentes a AMVALI,

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o compartilhamento das tecnologias da plataforma do Sistema de Informações Geográficas do Vale do Itapocu

- SIG/AMVALI com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, CNPJ n.º 09.427.503/0001-12.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor por prazo indeterminado na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul (SC), 10 de junho de 2013.

DIETER JANSSEN

Prefeito de Jaraguá do Sul/SC

Presidente da AMVALI

Consórcios

CIGA

Edital de Convocação N° 01/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 01/2013

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), no uso de suas atribuições previstas no art. 20, I, do Contrato de Consórcio do CIGA, visando atender ao disposto no art. 19 do Contrato de Consórcio Público do CIGA,

CONVOCA:

Os senhores prefeitos pertencentes ao Conselho de Administração do CIGA para a reunião ordinária, a realizar-se na cidade Herval d'Oeste.

Data:	02 de julho de 2013 (terça-feira)
Cidade:	Herval d'Oeste/SC
Horário:	10h00min
Local:	Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste Praça Nereu Ramos, nº 389, Centro, Herval d'Oeste-SC

Ordem do dia:

- Evolução do Consorciamento junto ao CIGA;
- Andamento do Planejamento Estratégico;
- Termos de parceria com o SERPRO, IFSC, UDESC e Associações de Municípios;
- Projeto de processamento das imagens do aerolevanteamento da SDS;
- Status da aquisição da estrutura de data center próprio;
- Avaliação sobre a contratação de estagiário via Convênio com a UFSC;
- Criação do Programa de Gestão em Grupo - Group-Office
- Prestação de Contas do Primeiro Quadrimestre de 2013;
- Assuntos diversos.

Florianópolis, 21 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI

Prefeito de Herval d'Oeste

Presidente do CIGA



CIS/AMARP

Resolução N° 06/2013-Cpl

Resolução nº. 06/2013-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos,

Homologa o Credenciamento de INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA, CNPJ 07.506.752/0008-44, situada na Avenida João Marques Vieira- Fraiburgo-SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços Especializados em Consultas pré-cirúrgicas, consultas pré-anestésicas, consultas pós-cirúrgicas, e de exames diagnósticos na especialidade de Radiologia RX e Ultrassonografia.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 06 de junho de 2013.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

Resolução N° 07/2013-Cpl

Resolução nº. 07/2013-CPL

Vera Matheus de Castro, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, usando da competência que lhe confere a Portaria 01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos,

Homologa o Credenciamento de COMUNIDADE TERAPEUTICA ALTO VALE, CNPJ 13.502.622/0001-60, situada em Alto Figueiredo, Chapadão do Lageado - SC, em conformidade com o edital 03/2010 para Credenciamento de SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA/ INTERNAÇÃO A PESSOAS COM DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 06 de junho de 2013.

VERA MATHEUS DE CASTRO

Presidente Comissão Permanente de Licitação CIS-AMARP

Resolução N° 18/2013

Resolução nº 18/2013

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Credenciados os Prestadores de Serviços Médicos

(Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas), em conformidade com o edital 01/2010, o prestador a seguir:

INSTITUTO DE SAÚDE E EDUCAÇÃO VIDA, CNPJ 07.506.752/0008-44, situada na Avenida João Marques Vieira- Fraiburgo-SC, em conformidade com o edital 01/2010 para Credenciamento de Serviços Especializados em Consultas pré-cirúrgicas, consultas pré-anestésicas, consultas pós-cirúrgicas, e de exames diagnósticos na especialidade de Radiologia RX e Ultrassonografia, Termo de Credenciamento nº 62/2013.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 06 de junho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

Resolução N° 19/2013

Resolução nº 19/2013

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Credenciados os Prestadores de Serviços Médicos (Exames Diagnósticos e Consultas Especializadas), em conformidade com o edital 01/2010, o prestador a seguir:

COMUNIDADE TERAPEUTICA ALTO VALE, CNPJ 13.502.622/0001-60, situada em Alto Figueiredo, Chapadão do Lageado - SC, em conformidade com o edital 03/2010 para Credenciamento de SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA/INTERNAÇÃO A PESSOAS COM DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS, Termo de Credenciamento nº 63/2013.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 06 de junho de 2013.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Presidente CIS-AMARP

Resolução N° 20/2013

Resolução nº20/2013

Euzebio Calisto Viecei, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe-CIS-AMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CIS-AMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam alterados valores do Anexo V-TABELA DE PROCEDIMENTOS CIS-AMARP em conformidade com proposição da Câmara Técnica e aprovação dos Secretários Municipais dos Municípios Consorciados, dos Procedimentos abaixo:

TOMOGRAFIAS (com ou sem contraste)		
TC de Crânio	0.20.60.10.07-9	117,90
TC de Sela Tursica	0.20.60.10.06-0	117,90
TC de Coluna Torácica	0.20.60.10.03-6	104,98
TC de Coluna Lombo Sacra	0.20.60.10.02-8	122,33
TC Coluna Cervical	0.20.60.10.01-0	104,98
TC de Articulação de Membro Superior	0.20.60.20.01-5	104,97
TC de Articulação de Membros Inferiores	0.20.60.30.02-9	104,97

TC de Face/Seios da Face/Articulações Têmporo Mandibular	0.20.60.10.04-4	104,97
TC de Abdomen Superior	0.20.60.30.01-0	167,74
TC de Abdomem Total	90018*	211,20
TC de Tórax	0.20.6.020.03-1	165,06
TC de Pescoço	0.20.60.10.05-2	104,97
TC de Pelve/Bacia	0.20.60.30.03-7	167,74
TC de Segmentos Apendiculares	0.20.60.20.02-3	104,97
TC de Mastoide ou ouvido	9016112*	134,52
ULTRASSONOGRAMAS		
Ultrassonografia de Abdomem Superior (Fígado,Visícula,Vias)	0.20.50.20.03-8	59,40
Ultrassonografia de de Abdomem Total	0.20.50.20.04-6	110,00
Ultrassonografia de de Aparelho Urinário	0.20.50.20.05-4	59,40
Ultrassonografia de Articulação	0.20.50.20.06-2	59,40
Ultrassonografia de de Bolsa Escrotal	0.20.50.20.07-0	59,40
Ultrassonografia de Globo Ocular/orbita	0.20.50.20.08-9	59,40
Ultrassonografia de Mamária Bilateral	0.20.50.20.09-7	59,40
Ultrassonografia de Prostata (via transretal)	0.20.50.20.11-9	59,40
Ultrassonografia de de Prostata (via abdominal)	0.20.50.20.10-0	59,40
Ultrassonografia de Tireóide	0.20.50.20.12-7	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica	0.20.50.20.14-3	59,40
Ultrassonografia de Obstétrica c/Doppler	0.20.50.20.15-1	110,00
Ultrassonografia de Pélvica (Ginecológica)	0.20.50.20.16-0	59,40
Ultrassonografia Obstétrica Morfológica	90026*	130,00
Ultrassonografia Transfontanela	0.20.50.20.17-8	59,40
Ultrassonografia Doppler Colorido de Vasos (Até 3 vasos)	0.20.50.10.04-0	182,60
Ultrassonografia Transvaginal	0.20.50.20.18-6	59,40
RADIOLOGIA (RX)		
Radiografia Cavum (lateral Hirtz)	0.20.40.10.06-3	17,20
Radiografia Abdomen Agudo (Mínimo de 3 incidências)	0.20.40.50.12-0	38,25
Radiografia de Abdomen Simples (AP)	0.20.40.50.13-8	17,93
Radiografia de Abdomen (AP lateral/localizada)	0.20.40.50.11-1	26,83
Radiografia de Antebraço	0.20.40.40.01-9	16,05
Radiografia Arcada Zigomática Malar (AP Oblíquas)	0.20.40.10.04-7	17,40
Radiografia de Articulação Coxo-Femoral	0.20.40.60.06-0	19,43
Radiografia de Articulação Escápulo Umeral	0.20.40.40.03-5	18,50
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	18,50
Radiografia de Costelas (por hemitórax)	0.20.40.30.07-2	20,93
Radiografia de Cotovelo	0.20.40.40.07-8	14,75
Radiografia de Coxa	0.20.40.60.11-7	22,35
Radiografia Crânio (PA Lateral Oblíquas/Bretton Hirtz)	0.20.40.10.07-1	22,88
Radiografia de Crânio (PA Lateral)	0.20.40.10.08-0	18,80
Escanometria	0.20.40.60.03-6	19,43
Radiografia do Esterno	0.20.40.30.09-9	19,95
Radiografia de Joelho (AP lateral)	0.20.40.60.12-5	16,95
Radiografia de Joelho ou Patela (AP lateral Axial)	0.20.40.60.13-3	17,90
Radiografia de Laringe	0.20.40.10.09-8	14,35
Radiografia de região Orbitária (Localização de Corpo Estranho)	0.20.40.10.13-6	19,95
Radiografia de Mão	0.20.40.40.09-4	15,75
Radiografia de Mão e Punho (p/determinação de idade óssea)	0.20.40.40.10-8	15,00
Radiografia de Mastóide/Rochedos (Bilateral)	0.20.40.10.10-1	22,58
Radiografia de Maxilar (PA Oblíquas)	0.20.40.10.11-0	18,00
Radiografia de Mediastino (PA Perfil)	0.20.40.30.10-2	21,83

Radiografia de Omoplata/Ombro (3 posições)	0.20.40.40.11-6	19,95
Radiografia Bilateral de Órbitas (PA Oblíquas Hirtz)	0.20.40.10.03-9	20,95
Radiografia de Ossos da Face (MN Lateral Hirtz)	0.20.40.10.12-8	20,95
Radiografia de Pé/Dedos do Pé	0.20.40.60.15-0	16,95
Radiografia de Perna	0.20.40.60.16-8	22,35
Radiografia de Punho (AP Lateral Oblíquas)	0.20.40.40.12-4	17,28
Radiografia de Dedos da Mão	0.20.40.40.08-6	18,28
Radiografia de Região Sacro-Coccigea	0.20.40.20.12-3	19,50
Radiografia de Seios da Face (FN MN Lateral Hirtz)	0.20.40.10.14-4	18,30
Radiografia de Sela Túrsica (PA Lateral Bretton)	0.20.40.10.15-2	18,00
Radiografia de Tórax (PA Inspiração Expiração Lateral)	0.20.40.30.13-7	35,80
Radiografia de Tórax (PA Lateral Oblíquas)	0.20.40.30.14-5	30,05
Radiografia de Tórax Ápico-Lordótica	0.20.40.30.12-9	13,90
Radiografia de Tórax (PA)	0.20.40.30.17-0	17,20
Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	0.20.40.20.10-7	24,33
Radiografia de Tórax (PA e Perfil)	0.20.40.30.15-3	23,75
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	0.20.40.40.04-3	18,50
Radiografia de Articulação Sacro-Iliaca	0.20.40.60.07-9	19,43
Radiografia de Articulação Tibio-Társica	0.20.40.60.08-7	16,25
Radiografia de Articulação Temporo-Mandibular Bilateral	0.20.40.10.05-5	20,95
Radiografia de Articulação Acrômio Clavicular	0.20.40.40.02-7	18,50
Radiografia de Bacia	0.20.40.60.09-5	19,43
Radiografia de Braço	0.20.40.40.05-1	19,43
Radiografia de Calcâneo	0.20.40.60.10-9	16,25
Radiografia de Clavícula	0.20.40.40.06-0	18,50
Radiografia de Coluna Lombo Sacra	0.20.40.20.06-9	27,40
Radiografia de Coluna Cervical (AP Lateral To/Flexão)	0.20.40.20.04-2	20,48
Radiografia de Coluna Cervical (AP Lateral To Oblíquas)	0.20.40.20.03-4	20,83
Radiografia de Coluna Cervical Funcional/Dinâmica	0.20.40.20.05-0	25,73
Radiografia de Coluna Torácica (AP Lateral)	0.20.40.20.09-3	22,90
Radiografia de Coluna Toraco-Lombar Dinâmica	0.20.40.20.11-5	38,95
Radiografia de Coluna Tóraco Lombar	0.20.40.20.10-7	24,33
Radiografia de Coluna Lombo Sacra (c/Oblíquas)	0.20.40.20.07-7	37,25
Radiografia de Costelas (Por Hemitórax)	0.20.40.30.07-2	20,93
Radiografia de Coxa	0.20.40.60.11-7	22,35
Radiografia de Cotovelo	0.20.40.40.07-8	14,75
NEUROLOGIA		
Eletroencefalografia em vigília com ou sem foto estímulo	02.11.05.002-4	100,00
Eletroencefalograma sono induzido com ou sem medicamento	02.11.05.003-2	100,00

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 18 de junho de 2013.
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Presidente CIS-AMARP

1º Aditivo Clínica de Olhos Daniotti Ss Ltda
1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP e CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA

As partes devidamente identificadas no Contrato de Prestação de Serviço original resolvem de comum acordo promover alterações no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, conforme abaixo:
 Fica o Contrato de Prestação de Serviço original acrescido de:

CLÁUSULA TERCEIRA-VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

O Credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em NEUROLOGIA- ELETROENCEFALOGRAFIA, nos códigos:

Eletroencefalografia em vigília com ou sem foto estímulo	02.11.05.002-4	100,00
Eletroencefalograma sono induzido com ou sem medicamento	02.11.05.003-2	100,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 19 de junho de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:
 HUMBERTO DALPIZZOL
 OAB/SC 15588

1º Aditivo Ieas-Hospital Salvatoriano Divino Salvador

1º ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Contrato de Prestação de Serviços que fazem entre si o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP e IEAS-HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR.

As partes devidamente identificadas no Contrato de Prestação de Serviço original resolvem de comum acordo promover alterações no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, conforme abaixo:
 Fica o Contrato de Prestação de Serviço original acrescido de:

CLÁUSULA TERCEIRA-VALOR CONTRATUAL/PAGAMENTO

O Credenciado prestará aos usuários do CIS-AMARP, serviços especializados de saúde em RADIOLOGIA (RX) e ANÁLISES CLÍNICAS, nos códigos:

RADIOLOGIA (RX)		
Radiografia Cavum (lateral Hirtz)	0.20.40.10.06-3	17,20
Radiografia Abdomen Agudo (Mínimo de 3 incidências)	0.20.40.50.12-0	38,25
Radiografia de Abdomen Simples (AP)	0.20.40.50.13-8	17,93
Radiografia de Abdomen (AP lateral/localizada)	0.20.40.50.11-1	26,83
Radiografia de Antebraço	0.20.40.40.01-9	16,05
Radiografia Arcada Zigomática Malar (AP Oblíquas)	0.20.40.10.04-7	17,40

Radiografia de Articulação Coxo-Femoral	0.20.40.60.06-0	19,43
Radiografia de Articulação Escápulo Umeral	0.20.40.40.03-5	18,50
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	02.04.04.004-3	18,50
Radiografia de Costelas (por hemitórax)	0.20.40.30.07-2	20,93
Radiografia de Cotovelo	0.20.40.40.07-8	14,75
Radiografia de Coxa	0.20.40.60.11-7	22,35
Radiografia Crânio (PA Lateral Oblíquas/Bretton Hirtz)	0.20.40.10.07-1	22,88
Radiografia de Crânio (PA Lateral)	0.20.40.10.08-0	18,80
Escanometria	0.20.40.60.03-6	19,43
Radiografia do Esterno	0.20.40.30.09-9	19,95
Radiografia de Joelho (AP lateral)	0.20.40.60.12-5	16,95
Radiografia de Joelho ou Patela (AP lateral Axial)	0.20.40.60.13-3	17,90
Radiografia de Laringe	0.20.40.10.09-8	14,35
Radiografia de região Orbitária (Localização de Corpo Estranho)	0.20.40.10.13-6	19,95
Radiografia de Mão	0.20.40.40.09-4	15,75
Radiografia de Mão e Punho (p/determinação de idade óssea)	0.20.40.40.10-8	15,00
Radiografia de Mastóide/Rochedos (Bilateral)	0.20.40.10.10-1	22,58
Radiografia de Maxilar (PA Oblíquas)	0.20.40.10.11-0	18,00
Radiografia de Mediastino (PA Perfil)	0.20.40.30.10-2	21,83
Radiografia de Omoplata/Ombro (3 posições)	0.20.40.40.11-6	19,95
Radiografia Bilateral de Órbitas (PA Oblíquas Hirtz)	0.20.40.10.03-9	20,95
Radiografia de Ossos da Face (MN Lateral Hirtz)	0.20.40.10.12-8	20,95
Radiografia de Pé/Dedos do Pé	0.20.40.60.15-0	16,95
Radiografia de Perna	0.20.40.60.16-8	22,35
Radiografia de Punho (AP Lateral Oblíquas)	0.20.40.40.12-4	17,28
Radiografia de Dedos da Mão	0.20.40.40.08-6	18,28
Radiografia de Região Sacro-Coccígea	0.20.40.20.12-3	19,50
Radiografia de Seios da Face (FN MN Lateral Hirtz)	0.20.40.10.14-4	18,30
Radiografia de Sela Túrsica (PA Lateral Bretton)	0.20.40.10.15-2	18,00
Radiografia de Tórax (PA Inspiração Expiração Lateral)	0.20.40.30.13-7	35,80
Radiografia de Tórax (PA Lateral Oblíquas)	0.20.40.30.14-5	30,05
Radiografia de Tórax Ápico-Lordótica	0.20.40.30.12-9	13,90
Radiografia de Tórax (PA)	0.20.40.30.17-0	17,20
Radiografia de Coluna Tóraco-Lombar	0.20.40.20.10-7	24,33
Radiografia de Tórax (PA e Perfil)	0.20.40.30.15-3	23,75
Radiografia de Articulação Esterno Clavicular	0.20.40.40.04-3	18,50
Radiografia de Articulação Sacro-Iliaca	0.20.40.60.07-9	19,43
Radiografia de Articulação Tíbio-Társica	0.20.40.60.08-7	16,25
Radiografia de Articulação Temporo-Mandibular Bilateral	0.20.40.10.05-5	20,95
Radiografia de Articulação Acrômio Clavicular	0.20.40.40.02-7	18,50
Radiografia de Bacia	0.20.40.60.09-5	19,43
Radiografia de Braço	0.20.40.40.05-1	19,43
Radiografia de Calcâneo	0.20.40.60.10-9	16,25
Radiografia de Clavícula	0.20.40.40.06-0	18,50
Radiografia de Coluna Lombo Sacra	0.20.40.20.06-9	27,40
Radiografia de Coluna Cervical (AP Lateral To/Flexão)	0.20.40.20.04-2	20,48

Radiografia de Coluna Cervical (AP Lateral To Oblíquas)	0.20.40.20.03-4	20,83
Radiografia de Coluna Cervical Funcional/ Dinâmica	0.20.40.20.05-0	25,73
Radiografia de Coluna Torácica (AP Lateral)	0.20.40.20.09-3	22,90
Radiografia de Coluna Toraco-Lombar Dinâmica	0.20.40.20.11-5	38,95
Radiografia de Coluna Tóraco Lombar	0.20.40.20.10-7	24,33
Radiografia de Coluna Lombo Sacra (c/ Oblíquas)	0.20.40.20.07-7	37,25
Radiografia de Costelas (Por Hemitórax)	0.20.40.30.07-2	20,93
Radiografia de Coxa	0.20.40.60.11-7	22,35
Radiografia de Cotovelo	0.20.40.40.07-8	14,75
Gasometria	0.21.10.80.02-0	50,00

O presente aditivo terá vigência a partir de sua assinatura.

As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviço original permanecem inalteradas produzindo seus efeitos.

Videira, 18 de junho de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VISTO:
HUMBERTO DALPIZZOL
OAB/SC 15588

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CRES e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br